



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1820

Quinta-feira - 03 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|------------------------------|-----|-----------------------|-----|----------------------------------|-----|
| Abdon Batista | 2 | Guaramirim..... | 132 | Passos Maia | 251 |
| Água Doce..... | 3 | Guarujá do Sul | 135 | Paulo Lopes | 252 |
| Antônio Carlos | 5 | Herval d'Oeste | 136 | Penha..... | 253 |
| Arabutã | 7 | Ilhota | 149 | Pinheiro Preto | 255 |
| Arroio Trinta..... | 9 | Imarui | 151 | Pomerode..... | 257 |
| Balneário Rincão | 10 | Imbituba | 152 | Ponte Serrada | 258 |
| Barra Velha..... | 11 | Indaial..... | 155 | Porto União..... | 260 |
| Biguaçu | 12 | Ipumirim | 158 | Pouso Redondo | 261 |
| Bom Jesus do Oeste | 15 | Irineópolis | 160 | Presidente Castello Branco | 275 |
| Braço do Trombudo | 16 | Itá | 164 | Presidente Nereu..... | 276 |
| Brunópolis | 20 | Itaiópolis | 169 | Rio dos Cedros..... | 287 |
| Brusque..... | 21 | Itapiranga..... | 170 | Rio do Sul..... | 282 |
| Caçador..... | 28 | Itapoá | 172 | Salto Veloso | 289 |
| Camboriú..... | 56 | Ituporanga | 174 | São Bento do Sul..... | 290 |
| Campo Alegre | 57 | Jacinto Machado | 175 | São João do Oeste | 296 |
| Campo Erê..... | 62 | Joaçaba | 176 | São Joaquim | 301 |
| Campos Novos..... | 63 | Lages | 181 | São José..... | 306 |
| Canoinhas..... | 65 | Laguna | 184 | São José do Cedro..... | 313 |
| Capinzal | 68 | Lebon Regis..... | 188 | São Lourenço do Oeste..... | 317 |
| Caxambu do Sul..... | 71 | Lindóia do Sul..... | 189 | São Miguel do Oeste..... | 335 |
| Celso Ramos..... | 72 | Luzerna | 193 | São Pedro de Alcântara..... | 336 |
| Chapadão do Lageado | 73 | Macieira | 194 | Schroeder..... | 337 |
| Concórdia | 74 | Maracajá | 195 | Serra Alta | 356 |
| Cordilheira Alta | 79 | Maravilha..... | 196 | Siderópolis..... | 359 |
| Coronel Martins..... | 103 | Marema | 197 | Sombrio..... | 361 |
| Correia Pinto..... | 104 | Massaranduba..... | 200 | Timbé do Sul | 362 |
| Corupá | 105 | Modelo | 201 | Timbó | 365 |
| Curitibanos | 106 | Monte Carlo | 220 | Treze Tílias | 368 |
| Dionísio Cerqueira | 109 | Navegantes | 221 | Tunápolis..... | 370 |
| Ermo | 110 | Nova Trento | 223 | Turvo | 371 |
| Flor do Sertão | 111 | Orleans | 233 | Vargeão..... | 373 |
| Fraiburgo..... | 112 | Ouro | 234 | Vidal Ramos..... | 374 |
| Frei Rogério | 114 | Ouro Verde | 235 | Videira..... | 376 |
| Garopaba..... | 117 | Palhoça | 237 | Vitor Meireles..... | 378 |
| Gaspar | 124 | Palmitos | 244 | Xanxerê | 387 |
| Governador Celso Ramos | 130 | Papanduva..... | 245 | Xavantina | 388 |
| Guaraciaba | 131 | Passo de Torres..... | 246 | | |

Consórcios

| | |
|------------------|-----|
| CIMCATARINA..... | 389 |
| CIMVI..... | 390 |
| CIS/AMARP..... | 392 |
| CIS/AMURC | 393 |
| CIS/AMUREL | 394 |
| CPIMMOC | 394 |

Abdon Batista

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE EDITAL 89/2015

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 105/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 89/2015 TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 89/2015, tendo por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LAJOTA PAVER, devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e do site www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista 02 de Setembro de 2015
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 91/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 107/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 91/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 16/09/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de Setembro de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 256/2015

PORTARIA Nº 256/2015 de 02 de setembro de 2015

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para Clarice Aparecida de Oliveira, brasileira, inscrita sob CPF o nº 049.535.159-86, a partir de 02/09/2015 para exercer o cargo de Merendeira, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de setembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 257/2015

PORTARIA Nº 257/2015 de 02 de setembro de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Departamento de Cultura, o servidor, ANTONIO DARCI BANDEIRA, inscrito no CPF sob o nº 445.640.829-49 a partir de 02/09/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de setembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria 005/15**

PORTARIA N.º 005/2015 DE 31 DE JULHO DE 2015

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, OCUPANTE DO CARGO DE COMISSÃO SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições inerentes ao cargo que ocupa, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e combinado com a Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010 e Lei Complementar n.º 065/10 de 18/05/2010 e Resolução nº 035/2011 de 12/12/2011 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Art. 1.º Fica exonerada do cargo em comissão Secretária da Presidência, Nível CC-1, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010, Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010 e Resolução nº 035/2011 de 12/12/2011, sendo ela Joana Viera, CPF 089.907.889-35, identidade nº 5.708.545 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Amália Heberle nº 111, em Água Doce – Santa Catarina.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada do Poder Legislativo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam se as disposições em contrário.

Água Doce, 31 de Julho de 2015

Marli Rosa Spagnol Guerreiro

Presidente

Portaria 006/15

PORTARIA N.º 006/2015 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

"NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno e combinado com a Resolução nº 016/10 de 18/05/10, Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, e Resolução nº 035/2011 de 12/12/2011 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1º. Nomear para o cargo de comissão Secretária da Presidência, Nível CC – 1, Anexo III da Resolução nº 016/10 de 18/05/10, Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010 e Resolução nº 035/2011 de 12/12/2011, a senhorita Fernanda Bissani, brasileira, solteira, CPF. Sob nº 080.254.199-24, identidade nº 5.641.422 - SSP/SC, residente e domiciliada no Rua Padre Anchieta nº 89, na cidade de Água Doce –SC.

Artigo 2º. Comunique-se ao Departamento de Contabilidade do Poder Legislativo, para que proceda os atos necessários a inclusão da funcionária ora nomeada.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução desta portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 03 de Agosto de 2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Presidente da Câmara Municipal de Água Doce – SC

Antônio Carlos

PREFEITURA

LEI Nº 1.490/2015

LEI Nº 1.490/2015

Altera o número de vagas em cargos que especifica, e da outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a crescente demanda de serviços a cargo do Poder Público Municipal ao longo dos anos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas para o cargo abaixo enumerado, continuando as atribuições e os vencimentos correspondentes aos respectivos cargos atualmente em vigor.

| Cargo | Nº vaga permitida | Acréscimo | Total |
|------------|-------------------|-----------|-------|
| Enfermeiro | 04 | 01 | 05 |

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 01 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA 438/2015

PORTARIA Nº 438/2015.

Concede férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder férias por 30 (trinta) ao servidor LEANDRO CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 15/10/2015, referente ao período aquisitivo de 02/07/2014 a 01/07/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2015.

PORTARIA 439/2015

PORTARIA Nº 439/2015.

Concede licença prêmio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder licença prêmio por 30 (trinta) a servidora SIMONE DE SOUZA SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, a partir de 09/09/2015, referente ao período aquisitivo de março/2001 a março/2006.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2015.

PORTARIA 440/2015

PORTARIA Nº 440/2015.

Concede Adicional a servidores efetivos.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidores ocupante de cargos efetivos, a partir de 01 de setembro de 2015, conforme relacionado abaixo:

| NOME | MATRIC. | NIVEL | ADICIONAL |
|----------------------------|---------|-------|-----------|
| MARIA ANGELA SILVEIRA | 962 | 03 | 12% |
| VANDERLEIA M. JUNKES BESEN | 1014 | 03 | 12% |

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2015.

PORTARIA 441/2015

PORTARIA Nº 441/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo 003/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário ROGERIA GOEDERT KREMER BRUHL, para o cargo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 03 de setembro de 2015 a 02 de setembro de 2016, em substituição a titular MARCELI HILLESHEIN DECKER, de licença sem vencimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI LEGISLATIVA 201/2015

LEI LEGISLATIVA Nº 201/2015

Altera a Extensão RUA "PEDRO JOÃO JUNKES" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a extensão da RUA PEDRO JOÃO JUNKES, denominada pela Lei Legislativa 195/2015, passando para 400 (quatrocentos) metros de extensão e 8,00 (oito) metros de largura, na Localidade do Louro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 04 de agosto de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Vereador

Lei sancionada e publicada no diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Poder Legislativo Municipal (Legislação) em 27 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO Nº. 33/2015

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, após análise das amostras apresentadas no prazo fixado, constataram que:

a) As amostras são satisfatórias e de acordo com as exigências do Edital:

- ITEM 25 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME;
- ITEM 13 e 29 - AP OESTE DISTR. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- ITEM 3, 8 e 68 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME;
- ITEM 11, 63 e 65 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME.

b) As amostras estão em desacordo com o exigido no Edital, sendo reprovadas e as empresas, nos respectivos itens desclassificados:

- ITEM 16 (não possui cerdas em formato circular e as dimensões estão em desacordo com o solicitado), 42 (não possui o tamanho 40x60) e 43 (não possui fibra abrasiva) - AP OESTE DISTR. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- ITEM 31 (não possui cabo em alumínio com encaixe rosquiado) e 40 (não possui 04 carreiras de tufos e cerdas com 11cm) - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME;
- ITEM 22 (não possui a cor e outras características exigidas) - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME.

c) As amostras não foram apresentadas, sendo as empresas, em tais itens, desclassificadas:

- ITEM 12, 20, 36, 59 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP;
- ITEM 33, 46, 50 E 52 - SCS COMÉRCIO LTDA - ME;
- ITEM 39 - AP OESTE DISTR. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Diante da reprovação e desclassificação de amostras dos primeiros colocados na ordem de classificação geral para os itens 12, 16, 20, 22, 31, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 46, 50, 52 e 59, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, analisando a proposta subsequente, nos termos do art. 4º, XVI, da Lei nº. 10520/2002 constataram que:

a) Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, para apresentar amostras, até às 17h do dia 09 de setembro de 2015:

- ITEM 12, 20 - AP OESTE DISTR. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- ITEM 16 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP;
- ITEM 22 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME;
- ITEM 31,39 - SCS COMÉRCIO LTDA - ME;
- ITEM 33, 36, 40, 42 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME.
- ITEM 43 e 59- OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME;

b) Fica declarada como vencedora dos itens abaixo mencionados, pois as marcas são conhecidas e aprovadas, não necessitando de amostras:

- ITEM 46, 50 e 52 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 02 de setembro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: DAIANE ALBIERO DEUNER

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

ATA DE ANÁLISE DE MATERIAIS - PREGÃO Nº. 32/2015

A Pregoeira e a Equipe de Apoio receberam Comunicado Interno da Secretaria Municipal de Saúde, sobre a solicitação advinda da empresa FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, que solicitou parecer sobre sua desclassificação no item 40 e informou a inviabilidade de manter os demais itens, solicitando assim, sua desclassificação total.

Assim, a Secretaria de Saúde, por meio do odontólogo responsável, informou que:

a) Sobre a desclassificação do item 40, esta foi feita, baseada nas seguintes colocações "no campo marca, observa que a empresa optou pela marca como L. Cure (que não seria marca), mas a marca em questão seria a SDI e que o material seria o ionômero de vidro Riva light cure, da marca SDI. Esse material descumpra as normas do Edital, pois não apresenta frasco em separado de primer e natural glaze, como também, as especificações de peso para o pó e volume para o líquido também não foram cumpridas".

b) Sobre o pedido de desclassificação dos itens 51, 68, 76 e 128 ofertado pela empresa antes mencionada, também foi objeto de apreciação e aceitação.

Diante da desclassificação dos itens 40, 51, 68, 76 e 128 da empresa FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA e da desclassificação do item 86 da empresa PRHODENT COM. E REPRESENTAÇÃO DE PROD. HOSP. E DENTÁRIOS LTDA, conforme ata emitida e publicada no dia 26 de agosto de 2015, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, baseados em expediente da Secretaria de Saúde, analisando a proposta subsequente, nos termos do art. 4º, XVI, da Lei nº. 10520/2002 constataram que:

a) Ficam declaradas como vencedoras dos itens abaixo mencionados, pois as marcas são conhecidas e aprovadas, não necessitando de amostras:

- ITEM 40, 51, 86 - DENTAL OESTE EIRELLI LTDA;
- ITEM 68 - ODONTOMEDI - PROD. ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR LTDA;
- ITEM 128 - PRHODENT COM. E REPRESENTAÇÃO DE PROD. HOSP. E DENTÁRIOS LTDA.

b) Fica cancelado o item 76, pois com a desclassificação nenhum licitante restou classificado em colocações subsequentes.

Perante tal quadro e atendendo as disposições da legislação licitatória, todos os concorrentes anteriormente referidos deverão ser cientificados do teor da presente decisão, para, querendo, apresentar recurso.

Passado o prazo legal, sem apresentação de recursos, entendemos que se encontrarão satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 02 de setembro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: DAIANE ALBIERO DEUNER

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

DECRETO Nº. 1758/2015

DECRETO Nº 1758, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 no valor de R\$ 9.277,32.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802, de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “b” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares adicionais:

| | | | | |
|------------------------|-------|--|--------------------|----------|
| Órgão: | 13 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | | |
| Unidade: | 1 | Diretoria de Educação | | |
| Projeto Atividade: | 1.103 | Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil - Creche | | |
| Modalidade: 00.03.0819 | | 44900000000000 | Aplicações Diretas | 1.480,00 |
| Órgão: | 13 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | | |
| Unidade: | 1 | Diretoria de Educação | | |
| Projeto Atividade: | 2115 | Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil - Creche | | |
| Modalidade: 00.03.0819 | | 33900000000000 | Aplicações Diretas | 7.797,32 |
| | | TOTAL | R\$ | 9.277,32 |

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2014

Descrição da Fonte: 0.3.0819 – Brasil Carinhoso – Apoio a Creche 9.277,32

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 31 de agosto de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de agosto de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1759/2015

DECRETO 1759, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação total de dotações orçamentárias no valor de R\$ 3.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802 de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

| | | | | |
|------------------------|------|--|--------------------|----------|
| Órgão: | 13 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | | |
| Unidade: | 2 | Diretoria de Cultura | | |
| Projeto Atividade: | 2070 | Atividades Gerais de Promoção e Fomento Cultural | | |
| Modalidade: 00.01.0000 | 89 | 33900000000000 | Aplicações Diretas | 3.000,00 |
| | | TOTAL | R\$ | 3.000,00 |

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | |
|------------------------|------|--|--------------------|----------|
| Órgão: | 13 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | | |
| Unidade: | 2 | Diretoria de Cultura | | |
| Projeto Atividade: | 2070 | Atividades Gerais de Promoção e Fomento Cultural | | |
| Modalidade: 00.01.0000 | 88 | 31900000000000 | Aplicações Diretas | 3.000,00 |
| | | TOTAL | R\$ | 3.000,00 |

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 31 de agosto de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 31 de agosto de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0028/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARQUE INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) EM MADEIRA PLÁSTICA, MEDINDO 9X9 CM E PAREDE DE 20 MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, PARA SER INSTALADO NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª JACY FALCHETTI – PROJAF.

Valor máximo R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 17/09/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 17/09/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 01/09/2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO TP 052/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 052/PMBR/2015

O Município de Balneário Rincão torna público aos licitantes e interessados, que cancelou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 052/PMBR/2015, que tem como objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para serviços de mão-de-obra de pavimentação, com colocação de meio fio e alinhamento das peças (Item 01); Mao de Obra para pavimentação com realinhamento e colocação de meio fio, reaproveitamento das peças e retirada e colocação de novas quando se fizer necessário (Item 02) e Mao de Obra para pavimentação com revestimento a base de blocos de concreto (lajotas e paver) (Item 03), nas ruas Jaguaruna, Rua da Matriz, Maracajá, Rua João Pedro Galdino, Rua Luiz Maria Julia e Rua São Paulo do Município de Balneário Rincão SC., em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Ata de Cancelamento, anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão/SC., 02 de Setembro de 2015.

DECIO GOMES GOES

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO PREGÃO Nº 057/PMBR/2015 - RETIFICAÇÃO

Onde se lê... AVISO DE PRORROGAÇÃO PP Nº 057/PMBR/2015,

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

CORPO DE BOMBEIROS DE IÇARA

Leia – se... AVISO DE LICITAÇÃO.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 14/09/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para manutenção do veículo Ford Ranger XL 2002/2003, pertencente a Frota do 1º./2ª./4º. Do Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Içara (Convenio entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Município de Balneário Rincão).

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 27 de Agosto de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

CÂMARA MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PP 003/CMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/CMBR/2015

A Câmara Municipal de Balneário Rincão torna público aos licitantes e interessados, que revogou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/CMBR/2015, que tem como objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículo, pertencente à Câmara Municipal de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Ata de Revogação, anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão/SC., 02 de Setembro de 2015.

AIRTON VALVITO FERREIRA

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 068/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 071/2015 - Pregão Presencial 055/2015

Objeto: Aquisição de 72 pares de tênis destinados aos alunos da FAMOB - Fanfarra Onédia Maria de Barros do município de Barra Velha.

Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais)

Data da assinatura: 28/08/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 28 de agosto de 2015

AILTON OLAVO DE SOUSA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

CONVÊNIO 0.381.951/52

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL PMCMV-FAR

Extrato de Convênio para ressarcimento de recursos celebrados entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o seguinte conveniado:

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ 82.892.308/0001-53.

Operação sob o nº 0.381.951-52/2015, no âmbito do no Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, para realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento denominado Residencial Vila Real, localizado à rua Manoel Francisco Machado, bairro Fundos – Biguaçu-SC, no valor de R\$ 215.038,36 (duzentos e quinze mil, trinta e oito reais e trinta e seis centavos), com vigência de 15(quinze meses), firmado em 14 de agosto de 2015. Assinado pelo senhor Jacemar Bittencourt de Souza – Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal e o senhor Ramon Wollinger – Prefeito Municipal de Biguaçu/SC.

DECRETO Nº 149/2015

DECRETO Nº 149/2015 DE: 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 51.400,00 (Cinquenta e um mil reais) por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.2.28.000048. A dotação abaixo relacionada:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

| CÓDIGO | AÇÃO/GRUPO DE DESPESA | VALOR |
|-------------------------|--|-----------|
| 1801.10.302.0004.2041 | Serviços de Atendimento Móvel às Urgências SASSAMU | 51.400,00 |
| 3.3.90.00/0.2.28.000048 | Outras Despesas Correntes | 51.400,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 150/2015

DECRETO Nº 150/2015 DE: 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.514/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que os recursos da fonte 0.1.02.0000000 alocados nas ações de governo de 2040 – Centro de Especialidade Odontológicas – MAC/CEO, nº 2043 – Atendimento Psico Social, 2045 – Ações de Vigilância Sanitária estão acima das necessidades para o exercício de 2015;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte nas ações de governo de nº 2041 – Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU e 2039 – Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PAB/NASF para atender despesas com o SAMU e o NASF até o final do exercício;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da saúde em 2015 e envolvendo ações relacionadas ao SAMU e NASF,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3.514/2014:

01801. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|-----------------------|---|------------|
| | REDUÇÃO | |
| 1801.10.301.0004.2040 | Centro de Especialidade Odontológicas – MAC/CEO | 50.000,00 |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 50.000,00 |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 0.1.02.0000000 | Recursos de Impostos para ASPS | 50.000,00 |
| | | |
| 1801.10.302.0004.2043 | Atendimento Psico Social | 50.000,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 50.000,00 |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 0.1.02.0000000 | Recursos de Impostos para ASPS | 50.000,00 |
| | | |
| 1801.10.304.0004.2045 | Ações de Vigilância Sanitária | 50.000,00 |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 50.000,00 |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 0.1.02.0000000 | Recursos de Impostos para ASPS | 50.000,00 |
| Total | | 150.000,00 |
| | SUPLEMENTAÇÃO | |
| 1801.10.301.0004.2039 | Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PAB/NASF | 85.255,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 85.255,00 |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 85.255,00 |

| | | |
|-----------------------|---|------------|
| 0.1.02.000000 | Recursos de Impostos para ASPS | 85.255,00 |
| 1801.10.302.0004.2041 | Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU | 64.745,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 64.745,00 |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 64.745,00 |
| 0.1.02.000000 | Recursos de Impostos para ASPS | 64.745,00 |
| Total | | 150.000,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de setembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 151/2015

DECRETO Nº 151/2015 DE: 01 DE SETEMBRO DE 2015.
REGULAMENTA O ARTIGO 27 DA LEI COMPLEMENTAR 47/2011 E O ART. 29 DA LEI COMPLEMENTAR 51/2012, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e para regulamentar o artigo 27 da Lei Complementar 47/2011 e o artigo 29 da Lei Complementar 51/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Será concedido horário especial ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo que possuir cônjuge, companheiro ou filho de qualquer condição ou idade portador de deficiência, que tenha jornada fixada em no mínimo 30 (trinta) horas semanais, quando comprovada a necessidade por Junta Médica Funcional, independentemente de compensação de horário, mantida sua remuneração integral.

§ 1º - Para atender a excepcional sob sua guarda, é assegurado ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo, com carga horária superior ou igual a 30 (trinta) horas semanais, licença para ausentar-se em até 1/3 (um terço) de sua jornada de trabalho, remunerada e renovável ano a ano, através de parecer realizado por junta médica funcional.

§ 2º - Para fazer jus percepção de qualquer benefício previsto nos artigos 27 e 139 da Lei Complementar 47/2011, e nos artigos 29 e 104 da Lei Complementar 51/2012, a deficiência física ou mental incapacitante do filho ou do servidor deve ser comprovada por laudo expedido pela Junta Médica Funcional, renovado a cada ano, no mês de fevereiro.

Art. 2º - O servidor público que obtiver a redução de jornada nos termos deste artigo é vedado o ingresso em outro cargo ou função pública no Município de Biguaçu, conforme determinação do § 3º do artigo 27 da Lei Complementar 47/2011 e o § 3º do artigo 29 da Lei Complementar 51/2012.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto n.º 93/2015 e as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de setembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

IL 210/2015-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº210/2015
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line dos atos oficiais do Município de Biguaçu na internet.
EMPRESA CONTRATADA: Liz Serviços Online Ltda
VALOR: R\$ 2.473,24 (dois mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos) por trimestre, totalizando o valor de R\$ 9.892,96 (nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), por um prazo de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
JUSTIFICATIVA: Devido ser uma Empresa detentora, e única empresa, de abrangência nacional, a operar com os sistemas de gerenciamento e disponibilização de dados oficiais (Legislação e Atos) dos Estados e Municípios brasileiros em banco de dados, único – na Rede Mundial de Computadores – com a possibilidade de pesquisa neste universo nacional, cuja hospedagem, no backbone nacional propicia a absoluta segurança redirecionando os dados para os interesses das comunidades locais, além de ser ferramenta de fundamental importância nas administrações públicas, visando dar condições de agilização e, por analogia, propiciar condições de utilização de projetos já implantados e em funcionamento nos mais diversos pontos do país.

Biguaçu, 27 de agosto de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 203/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 203/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS E ATIVIDADES TÉCNICAS DO BOMBEIRO DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 01/10/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 01/10/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010

e 3279-8019

Biguaçu, 02 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 181/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 181/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE UM TOTEM DE SENHA E UMA TELEVISÃO PARA A SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE", fica republicada a mesma para a seguinte data: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 30/09/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 30/09/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 02 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
COMUNICADO IV DO PP 194/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 194/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER", que devido a um erro em arquivos do PP 194/2015, anexados ao site para retirada das empresas, o anexo 01 sofreu alteração, de modo que as empresas deverão retirá-lo novamente no site do Município de Biguaçu.

OBS.: As novas especificações estão no arquivo do "Betha Auto-Cotação" e também no Arquivo "Retificação 01-09-2015"

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E

PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 29/09/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 29/09/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 01 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2280/2015

PORTARIA nº 2280 de 02 de setembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - A Comissão Permanente encarregada do julgamento das licitações ficará também, incumbida de realizar os Pregões Oficiais do Município de Biguaçu, estabelecidas pela Lei Federal nº 10.520/02.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Permanente de Licitação – CPL.

ART. 3º - Designar o servidor GIOVANNI RAFAEL GASPARETTO para exercer a atividade de Pregoeiro da CPL, conforme art. 111 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 4º - Designar os servidores MARISTELA LIRA, OIZES VIEIRA MENDES e ZILSA ROSENY CORRÊA, para comporem a CPL e a Equipe de Pregão.

ART. 5º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. Ao servidor designado para participar como membro titular da CPL que injustificadamente faltar às reuniões deverá ser observada a aplicação do art. 118 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 6º - Fica revogada a Portaria nº 2062/2014, bem como, todas as disposições em contrário.

ART. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE N. 02/2015

Extrato do Contrato n. 035/2015 – Inexigibilidade de licitação n. 02/2015

Objeto: Prestação de Serviço Postal e de telegrama para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu- CNPJ sob nº 73.564.064/0001-99.

CONTRATADA: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Filial- CNPJ nº 34.028.316/0028-23.

Valor global estimado: R\$ 1.000,00 (mil reais), para o período de 12 meses.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório de postagens, através de boleto bancário, que deverá ser entregue via Sedex à Câmara Municipal ou ainda disponibilizar a fatura via internet. A quitação do boleto bancário se dará até o vigésimo terceiro quinto dia do mês subsequente ao mês dos serviços ou produtos adquiridos.

Prazo de vigência contratual: 27/08/2015 a 27/08/2016.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 02 de setembro de 2015.

Saete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102/15 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102/15, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANIARA KELLER CECCON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III e com o Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

CONSIDERANDO: Que a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC adotou o turno único de atendimento ao público a partir de 08/09/2015 estende-se este também a Câmara Municipal de Vereadores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias de atendimento e serviço público na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC, a ser cumprido no período compreendido entre às 07:00 horas e às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º. O turno único instituído no artigo 1º desta Lei vigorará a partir de 08/09/2015, até 31 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único: O Poder Legislativo poderá, caso entenda conveniente, prorrogar o turno único.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a contar de 08 de setembro de dois mil e quinze.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013, vigorando seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 02 de setembro de 2015.

JANIARA KELLER CECCON

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

HARI SCHMIDT

1º Secretário da Mesa Diretora

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0101/2015

DECRETO Nº 0101/2015.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de agosto/2015 para 18.09.2015.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de agosto/2015 para o dia 18.09.2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de setembro de 2015

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0102/2015

DECRETO Nº 0102/2015.

Declara de necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de Marly Neu, matrícula nº 178, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor do Beco 7 de setembro.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA :

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, em favor da via pública denominada Beco 7 de Setembro, no município de Braço do Trombudo, o imóvel abaixo descrito:

Área a desmembrar de 1.554,00 m² em favor do Beco 7 de Setembro, possui as seguintes confrontações:

Frente confrontando em 10,00 metros com a Rua Dom Pedro – SC281;

Fundo confrontando em 10,00 metros com Eliana Neu;

Lado Direito confrontando em 155,40 metros com a área remanescente "A" de propriedade da Sra. Marly Neu;

Lado Esquerdo confrontando em 155,40 metros com a área remanescente "B" de propriedade da Sra. Marly Neu.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 02 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0103/2015

DECRETO Nº 0103/2015.

Declara de necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de José da Silva e Marizete Aparecida da Silva, matrícula nº 14.452, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor da Rua Amadeu Hercílio da Silva.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

DECRETA :

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, em favor do melhoramento e prolongamento da via pública denominada Rua Amadeu Hercílio da Silva, no município de Braço do Trombudo, o imóvel abaixo descrito:

Área a desmembrar de 605,00 m² em favor da Rua Amadeu Hercílio da Silva, possui as seguintes confrontações:

Frente confrontando em duas (02) linhas sendo 10,00 metros com a Rua Amadeu Hercílio da Silva e 50,50 metros com o Sr. Gilson da Silva (Matr. nº 14.650);

Fundo confrontando em 60,50 metros com o Sr. José da Silva (Matr. nº 14.452);

Lado Direito confrontando em 10,00 metros com o Sr. José da Silva (Matr. nº 14.452);

Lado Esquerdo confrontando em 10,00 metros com a área existente destinada a Rua Amadeu Hercílio da Silva.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 02 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 40/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 40/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 17.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 03 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 51/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 15h30min do dia 17.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 03 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°18/2015 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2015

Página: 1/3

| Número do Registro de Preços: 18/2015 | | Data do Registro: 03/06/2015 | | Válido até: 03/06/2016 | | | |
|--|--|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Prego Unitário | Classif. |
| 1 | Fretamento de Pessoas por micro-ônibus executivo com 27 lugares, poltronas estofadas e redináveis, DVD, banheiro, cafeteira e bagageiro, (16147) | KM | COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291) | | 0 | 3,3700 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 2/3

| Número do Registro de Preços: 18/2015 | | Data do Registro: 03/06/2015 | | Válido até: 03/06/2016 | | | |
|--|---|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 2 | Fretamento de Pessoas por ônibus executivo com 42 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, cafeteira e bagageiro. (16148) | KM | COMPANY TUR - QUONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD. (8201) | | 0 | 4,6400 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2015

Número do Registro de Preços: 18/2015 Data do Registro: 03/06/2015 Válido até: 03/06/2016
Objeto da Compra: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descoto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|------------|-------------|--------------|----------------|----------|
|------|---------------|-------|------------|-------------|--------------|----------------|----------|

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2015****PROCESSO N° 29/2015**

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 3 de Junho de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 37/2015 – Edital de Pregão Presencial nº 32/2015

Objeto: aquisição de meios-fios de concreto. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 16/09/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2187/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 2187/2015, de 25 de agosto de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 – referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 04/08/2015 (aniversário de Brusque) ;

Considerando, o prazo para ampla defesa e contraditório;

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora desfavor da servidora BERNADETE FELÍCIO, brasileira, portadora do CPF nº 495.246.409.10, RG nº 1.408.103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretária Municipal de Saúde e trabalhando atualmente na Unidade Básica de Ponta Russa como enfermeira coordenadora, mat. 1668.3-02, nomeada pela portaria nº 1562/2014, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho - datado de 17 de outubro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através do memorando nº 026/2014 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de 13/10/2014, onde em tese a indiciada em horário de expediente foi flagrada deitada sobre duas cadeiras deixando de atender os que procuravam o serviço público na unidade de saúde. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, VI, , VI e art. 175, incisos XII, XIX, bem como art. 188, V, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 23/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DECRETO Nº 7.650, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO nº 7.650, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Cauciona áreas de terras do "Loteamento Residencial Cristina Klabunde".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam caucionados em favor do Município de Brusque, os lotes nº 01, 02, 03 da quadra A, lotes 16, 17 e 18 da quadra B, e lotes 26, 27 e 28 da quadra C, de propriedade de W Construtora e Incorporadora Ltda., como garantia da correta execução das obras de arruamento e infraestrutura do "Loteamento Residencial Cristina Klabunde", situado na rua Ewaldo Klabunde, localidade de Águas Claras, com Alvará para Loteamento (nº 02/2015) emitido pelo Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN - Processo nº 9518/2013, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, matrícula nº 79.322, livro 2, com área total de 75.329,60m2, sendo a área loteada de 34.246,57m2.

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

- a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;
- d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;
- e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela CE-LESC;
- f) rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;
- g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- h) sistema sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;
- i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;
- j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d' água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantido que seja mantido o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação;
- k) calçamento nas testadas das áreas públicas.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará a área de terra caucionada, dada em garantia.

Art. 6º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 001/2015.

Art. 7º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2015
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 047/2015, em 24/08/2015.
Objeto: Aquisição de vidros e espelhos, com instalação. Valor: R\$ 297.799,60. Origem: Pregão nº 054/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2015
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 048/2015, em 24/08/2015.
Objeto: Aquisição de defensas semi maleáveis. Valor: R\$ 54.416,85.
Origem: Pregão nº 051/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Bruno Knih.

LEI Nº 3.905, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.905, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA SEBASTIANA DOGNINI GAMBA, a via classificada como LM-004, transversal da Rua 08 de Outubro, bairro Limoeiro, localizada a 115,00 metros – sentido bairro/centro – antes da rua Fernando de Souza e Silva.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 510,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

| |
|------------------------------|
| ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO |
| Prefeito Municipal |

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.906, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.906, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA VERÔNICA JACINTO, a Rua AC-007, transversal da Rua Germano Klann, Bairro Águas Claras, localizada a 125,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Manoel Lombardi.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 180,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

| |
|------------------------------|
| ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO |
| Prefeito Municipal |

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.907, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.907, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA WALMOR PAVESI, a via identificada como SP-059, transversal da Rua São Pedro, Bairro São Pedro, localizada a 110,00 metros sentido bairro/centro, depois do cruzamento das Ruas São Leopoldo e São Pedro.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 68,50 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

| |
|------------------------------|
| ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO |
| Prefeito Municipal |

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.908, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.908, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza a instituição do "Programa Sossego Público", mediante convênio com o Estado de Santa Catarina e determina providências conexas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Programa Sossego Público, mediante convênio celebrado entre o Município de Brusque e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, objetivando a cooperação de esforços na preservação da ordem pública no Município de Brusque, particularmente no que tange à fiscalização do controle da sonoridade emitida em toda a extensão territorial do Município.

Art. 2º Nas praças e logradouros públicos deverão ser observados os limites de emissão de ruído diurno e noturno conforme estabelecido nas Leis Complementares Municipais nº 107/2014 e nº 139/2008, bem como nas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.

Art. 3º O controle da emissão de ruídos de qualquer espécie, produzido ou permitido por qualquer meio, deverá obedecer ao disposto nesta Lei.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei será exercida pela Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme disposto no artigo 144, § 5º, da Constituição Federal e no artigo 107, I, "a", da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O policial militar que flagrar o descumprimento desta lei, por ato de ofício ou mediante denúncia comprovada, determinará ao infrator que cesse a conduta e aplicará as penalidades no âmbito de sua competência, observadas as seguintes sanções administrativas, quanto à ação ou omissão do infrator:

I - na primeira autuação caberá advertência por escrito, que ficará registrada no banco de dados da Polícia Militar, válida por 1 (um) ano a partir da data de sua emissão;

II - havendo reincidência dentro do prazo estabelecido no inciso I, caberá multa, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M;

III - no caso de reincidência continuada, caracterizada pela repetição da infração para a qual foi emitido o Auto, a multa fixada no inciso II será aplicada ao décuplo.

§ 1º Caso a infração seja cometida em imóvel que tenha inscrição imobiliária junto à Prefeitura Municipal de Brusque, a multa poderá ser incluída no carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, independentemente de a infração ter sido cometida pelo proprietário do imóvel.

§ 2º Na hipótese de infração cometida em local que não possua inscrição imobiliária junto à Prefeitura Municipal de Brusque, como no caso de veículo automotor, a multa poderá ser aplicada ao proprietário/usuário no local, conforme regulamentado pelo convênio.

§ 3º A denúncia poderá ser comprovada através de declaração inserida no Auto, firmada por dois ou mais denunciantes.

§ 4º Quando houver dificuldade na identificação do infrator, a autoridade policial poderá acessar os dados cadastrais do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do Município, se a perturbação ou a permissão da perturbação ocorrer em propriedade particular, e os

registros junto ao CIRETRAN quando a perturbação ou a permissão da perturbação for provocada por veículo automotivo.

Art. 6º No caso de infração por emissão de ruídos dentro do pátio de casa de diversões noturnas, a responsabilidade será solidária entre o estabelecimento e o agente infrator.

Art. 7º As sanções administrativas serão impostas sem embargo de outras, previstas na legislação municipal de regência, independente do transcurso de procedimento judicial.

Art. 8º Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação da multa, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao infrator.

Parágrafo único. Compete ao Comandante do Batalhão da Polícia Militar, o julgamento, no prazo de 30 (trinta) dias, dos recursos interpostos nas infrações ao disposto nesta lei.

Art. 9º Os valores arrecadados com o pagamento das multas reverterão para um Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar – FUMMPOM.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para implantação do Programa previsto nesta Lei.

Parágrafo único. O convênio poderá dispor de participação de receita de taxas, multas e outros acessórios de arrecadação tributária, desde que previstos no orçamento anual do Município.

Art. 11. Esta Lei não se aplica aos segmentos que dependem de alvará para funcionamento.

Parágrafo único. Ficam excluídos das restrições impostas por esta lei, os templos religiosos, os clubes de caça e tiro, as reuniões sindicais e os eventos constantes no Calendário Oficial do Município de Brusque.

Art. 12. As atribuições estabelecidas na presente lei não afastam nem prejudicam as competências próprias da FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente de sua ação fiscalizatória.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

| |
|------------------------------|
| ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO |
|------------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.267, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 10.267, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Substitui membro representante de entidade Não Governamental no Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nomeado por meio da Portaria n.º 9.306/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nominado no item II, "e", do art. 1º, da Portaria n.º 9.306/14, conforme segue:

Art. 1º (...)

II – Não Governamental

(...)

e) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Brusque:

Titular: David Theodoro Fernando Cim

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.268, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 10.268, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Educação - COMED, nomeados por meio das Portarias n.º 8.590/13, 9.088/14 e 10.012/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplentes representante do Conselho Municipal de Educação - COMED, conforme segue:

Art. 1º (...)

a) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

(...)

Titular: Simone Regina Flores Juncks

Suplente: Cilene Angelina Fantini Dada

(...)

h) Representantes dos Professores da Educação Especial da Rede Municipal de Educação:

(...)

Suplente: Elisabete Gomes Nazario

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.269, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 10.269, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Substitui membro representante de Entidade Governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeado por meio da Portaria n.º 10.037/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme segue:

Art. 1º (...)

d) Secretaria de Comunicação Social e Fundação Zoobotânico:

Titular: Daniela Burgonovo

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.270, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 10.270, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidade Não Governamental no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nomeados por meio da Portaria n.º 10.112/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, conforme segue:

Art. 1º (...)

UNIASSELVI - ASSEVIM:

Titular: Marco Aurélio Tavares Barros

Suplente: Rafaella Furtado Garcia

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.280, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 10.280, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Revoga a Portaria nº 9.492, de 19 de janeiro de 2015, designa Pregoeira e novos membros para compor a Equipe de Apoio que atuarão em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, exercício de 2015, a servidora Christiane dos Santos da Silva.

Art. 2º Designar os novos membros para atuarem na Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, os abaixo indicados:

- Jair João Fernandes Filho,
- Rafael Luiz Pinto,
- Gilberto Raul Scherer,
- Frederico Botelho Neto,
- Roxelana Grazielle Moa,
- Luiz Giancesini,
- Carolina Pastor,
- Daiane Franciele Goettems Cesari,
- Precila Andrade Tadiotto Villar,
- Angelo Segatta,
- Simone Martins e
- Julio Cesar dos Santos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial a Portaria nº 9.492, de 19 de janeiro de 2015..

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de agosto de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.284, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.284, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Miguel Comandolli Junior para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.
1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.286, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.286, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo III – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcos Uendel Fumagalli para ocupar o cargo em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado da Fundação Cultural de Brusque, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.
1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.287, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.287, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Izabela Albani do cargo em comissão de Diretora, Símbolo CC-IV, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.289, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.289, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera Valberto Dell'Antônia do cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valberto Dell'Antônia do cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil, Símbolo CC-III, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.290, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.290, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Renate Klein para ocupar o cargo em comissão de Diretora-Geral da Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Renate Klein para ocupar o cargo em comissão de Diretora-Geral da Defesa Civil, Símbolo CC-III, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.291, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.291, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Arlindo Fuckner do cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1921/2015, DE 17 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 1921/2015, de 17 de julho de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2273/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 40/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os prazos para ampla defesa e contraditórios – principalmente recurso (30 dias).

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

Considerando, o acúmulo de serviço por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão e membros da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor do servidor BRUNO RAGNINI FLORES, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista – Lotado na Secretária de Saúde, portador do CPF nº 009.836.479-09, Mat. 72831.4, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 338/2014 encaminhado pela Secretária de Saúde, bem como pelo despacho do Departamento de Recursos Humanos, datado de 09 de setembro de 2014, onde em tese o referido servidor: a) - não vem cumprindo com a assiduidade no horário de trabalho, dever do servidor público conforme prevê o inciso II, artigo 174, da LC 147/2009; b) Vem se ausentando do local de trabalho sem a devida autorização de sua chefia imediata, ação proibida e que se verifica no inciso I do art. 175 da Lei Complementar 149/2009; c) O servidor não vem cumprindo com o horário de trabalho, apresentando-se com atraso quase diário e se ausentando sem prévia autorização da chefia imediata, vem afetando os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde, deixando enfermeiros e médicos a espera do servidor para realizar as tarefas programadas para o dia. Em desacordo com artigos: Incisos I, II e III, VII, do artigo 174; Inciso I do art. 175 e art. 188, II, III e VI, todos da Lei Complementar 147/2009 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIA Nº 243/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica extinta a Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam exonerados da Comissão os seguintes servidores: Marli Angelina Nascimento, Altair Pacheco e Silviane Studnicka.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/09/2015.

Brusque, 31 de agosto de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 12 DE AGOSTO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 12 DE AGOSTO DE 2015

Torna público o resultado das inscrições para participação da eleição para Conselheiro Tutelar Gestão 2016/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º – Torna público o resultado das inscrições para participar da Eleição para Conselheiro Tutelar gestão 2016/2020.

Art. 2º: Das inscrições deferidas:

Numero da Inscrição/Nome

001 Simone Limas Morette

003 Manoela Krieger

005 Rafael Germer

008 Dulcinea Coelho

009 Leila Lupas de Souza Silva

011 Daniela Jovelina Reinert Alves

012 Nathan Krieger

015 Norberto Boos

016 Joel Pedro Fuhr

017 Simara Heloisa de Simas

018 Maria Alice Zucco

019 Arilson Fagundes

023 Daiana Mirela Amorim

025 Bruna Franciele da Silva Rosa

026 Rosália Maria Senger

027 Daiane de Aguiar Marmentini Avila de Souza

028 Geisa Carla Gripa Tarter

029 Fernanda Albrecht

030 Patricia Chagas Vieira Azambuja

031 Luciane Pereira Pires

034 Alessandra Silva de Amorim Costa

035 Rosângela de Fátima Dalpra Faggiani

Art. 3º Das Inscrições Indeferidas

Numero da Inscrição/Nome

002 Neide Agostini Dalmolin

004 Jane Rodrigues Teixeira da Silva

006 José Feler

007 Michel Patitucci

010 Eveline Maria Fachini Orso

014 Marla Mallmann

020 Neusa Sapelli Teixeira

021 Valci Beuting Fidelis da Silva

022 Jéssica Hinselmann Ribeiro

032 Fernanda Kormann

033 Maria Guadalupe Fuentes

Art. 4º Os candidatos com Inscrição Indeferida para a Eleição de Conselheiro Tutelar Gestão 2016/2020, poderá solicitar o parecer de indeferimento através do e-mail cmdcabrusque@gmail.com.

Art. 5º Os candidatos que tiveram sua inscrição indeferida e desejarem recorrer das decisões, devem fazer o recurso no prazo estipulado no Edital 001/2015CMDCA O recurso deve ser mediante requerimento devidamente fundamentado e dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os recursos devem ser protocolados, sito Praça das Bandeiras, 77, centro, Brusque-SC, (Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais), Prédio da Prefeitura de Brusque-SC, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Charlinton Braz da Silva Araújo

Presidente do CMDCA de Brusque

Caçador

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61-2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 05/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE DE GASES MEDICINAIS E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na Rua Fausto Machado de Quadros, nº 177, Bairro Martello, Será firmado contrato com o(s) proponente(s) vencedor(es) para o exercício de 2015 e com prazo de execução de 30 dias, sendo:

| ITEM | QTD. | UNID. | OBJETO/ DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------|-------|---|----------------|--------------|
| 01 | 1 | Und. | Elaboração de Projeto da Rede de Gases Medicinais e rede de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) da UPA 24hs do Município de Caçador. | R\$ 4.849,00 | R\$ 4.849,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2015 DISPENSA Nº 11/2015, LOCAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA – ETAPA ESTADUAL, CONTRATADA/LOCADORA: CLUBE CAÇADORENSE DE BOCHAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.808/0001-71, com sede na rua São Francisco de Assis, nº 45, centro, na cidade de Caçador/SC, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para totalidade do presente contrato. O presente contrato tem prazo de 60 (sessenta por extenso) dias, com vigência a partir de 07 de agosto de 2015 e findando dia 07 de outubro de 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63-2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: COMERCIAL ROPAGI LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.204.970/0001-09, com sede na cidade de Blumenau/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|-------------|------|----------|--|----------------|--------------|---------------|
| 6 | 250 | Unidades | Bola Oficial de Futsal Max 200 1ª linha, tamanho infantil (sub-13), com 8 gomos, Diâmetro: 55 - 59 cm, Peso: 350 - 380 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Termotec, Material: PU, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. | Penalty | R\$ 142,00 | R\$ 35.500,00 |
| 10 | 310 | Unidades | Cones de sinalização em material composto emborrachado sintético nas cores laranja e branco com 50 cm de altura, base 273 x 273 mm. | KCC | R\$ 33,00 | R\$ 10.230,00 |
| 16 | 700 | Unidades | Bolinha oficial tênis de mesa: classificação: 3 estrelas, aprovada pela ITTF. Nível para treino, Modelo Oficial 40mm, material celulósido, cores branco e laranja | Starflex | R\$ 2,70 | R\$ 1.890,00 |
| 23 | 100 | Unidades | Dardo de espuma para Iniciação. Ideal para atletas iniciantes ou uso escolar. Estrutura leve feita de espuma, 90 cm de comprimento e 5 cm de largura. Ótima estabilidade de voo. Pode ser utilizado em ginásios/pisos rígidos. Conjunto com 2 unidades | Pista e Campo | R\$ 209,00 | R\$ 20.900,00 |
| 24 | 100 | Unidades | Pelotas de PVC – 400g | Psita de Campo | R\$ 88,50 | R\$ 8.850,00 |
| 27 | 70 | Unidades | Fita métrica | Tailoring Ruli | R\$ 19,20 | R\$ 1.344,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 78.714,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: FOOT COMERCIAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.397.879/001-73, com sede na cidade de Blumenau/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|-------------|------|----------|---|---------|--------------|---------------|
| 3 | 200 | Unidades | Bola Oficial de Vôlei pró 7.0, aprovada pela Federação Internacional de Vôlei , 1ª linha, com 18 gomos, Diâmetro: 65 - 67 cm,Peso: 260 - 280 g,Câmara: Câmara Airbility,Construção: Matrizada, Material: Microfibra,Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. | Penalty | R\$ 252,00 | R\$ 50.400,00 |
| 8 | 150 | Unidades | Bola Oficial de Handebol – aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB),H 2 L/1ª linha, tamanho feminino, com 32 gomos, Diâmetro: 54 - 56 cm, Peso: 325 - 400 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Costurada, Material: PVC, Miolo Slip System Removível e Lubrificado. | Penalty | R\$ 185,00 | R\$ 27.750,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 78.150,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.034.833/0001-88, com sede na cidade de Mafra/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|-------------|------|----------|--|----------|--------------|---------------|
| 7 | 200 | Unidades | Bola Oficial de Handebol - aprovada pela Federação Internacional de Vôlei H 1 L /1ª linha, tamanho Infantil, com 32 gomos, Diâmetro: 49 - 51 cm,Peso: 230 - 270 g, Câmara: Câmara Airbility,Construção: Costurada Material: PVC,Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado | Penalty | R\$ 171,00 | R\$ 34.200,00 |
| 15 | 200 | Unidades | Raquete para tênis de mesa, composição madeira e borracha, cabo reto, borracha com pinos e folha de 5 mm. Dimensões aproximadas do produto (cm) – A x L x P: 2 x 3x 25cm, nas cores preto e vermelho. | Nautyka | R\$ 59,00 | R\$ 11.800,00 |
| 21 | 400 | Unidades | Bastão de madeira com acabamento arredondado com 1,30m de comprimento, pesa 2 Kg. | Sportin | R\$ 17,35 | R\$ 6.940,00 |
| 22 | 230 | Unidades | Barreirinha de treinamento em PVC, para atletismo escolar. | Acte | R\$ 209,00 | R\$ 48.070,00 |
| 26 | 25 | Unidades | Balança Digital com plataforma em vidro temperado e visor de cristal líquido, graduação de 100g e capacidade de até 150 kg, com bateria 1 bateria 3 V CR2032. | Personal | R\$ 101,00 | R\$ 2.525,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$103.535,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: L. MOHR LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.261.562/0001-38, com sede na cidade de Itapema/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|------|------|----------|--|---------|--------------|--------------|
| 4 | 240 | Unidades | Bola Vôlei oficial em EVA extra macio, matrizada com 18 gomos, válvula removível, medida 65-57 cm, peso170- 200g. | APH | R\$ 34,50 | R\$ 8.280,00 |
| 9 | 100 | Unidades | Bola Oficial de basquete, tamanho mirim, com selo da Confederação Brasileira de Basketball Diâmetro: 72 - 74 cm, Peso: 450 - 500 g, câmara Airbility, Miolo Slip System removível e lubrificado. | Penalty | R\$ 164,00 | R\$16.400,00 |
| 12 | 450 | Unidades | Pula corda de nylon 2,20 mts, com cabo de madeira individual. | PG | R\$ 14,80 | R\$ 6.660,00 |
| 28 | 40 | Unidades | Rede para cesta de basquete, oficial Fio Nylon 4.0mm | PC | R\$ 65,80 | R\$ 2.632,00 |
| 34 | 200 | Unidades | Jogo Memória Inglês, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada).Embalagem: madeira - 227x127x40 mm. Faixa etária: a partir de 06 anos. | FDMTL | R\$ 29,00 | R\$ 5.800,00 |
| 35 | 200 | Unidades | Jogo Memória Animais, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada),embalagem: madeira - 227x127x40 mm.,faixa etária: a partir de 03 anos. | FDMTL | R\$ 29,00 | R\$ 5.800,00 |
| 36 | 200 | Unidades | Jogo Memória Meios de Transportes, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada),embalagem: madeira - 227x127x40 mm,faixa etária: a partir de 03 anos. | FDMTL | R\$ 29,00 | R\$ 5.800,00 |

| | | | | | | |
|-------------|-----|----------|---|-------|-----------|--------------|
| 37 | 200 | Unidades | Jogo Memória Animais Vertebrados, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada), embalagem: madeira - 227x127x40 mm., faixa etária: a partir de 03 anos. | FDMTL | R\$ 28,50 | R\$ 5.700,00 |
| 38 | 200 | Unidades | Dominó até 9, Material: MDF - nº de peças: 55 – 70 x 35 x 3 mm (cada). Embalagem: madeira - 207x102x58 mm. Faixa etária: a partir de 06 anos | FDMTL | R\$ 16,00 | R\$ 3.200,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$60.272,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: PROJETO CULTURAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.946.774/0001-63, com sede na cidade de Florianópolis/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|-------------|------|----------|---|--------------------|--------------|---------------|
| 13 | 50 | Unidades | Mesa de tênis de mesa modelo profissional, medidas oficiais que atendem aos padrões da ITTF. Acabamento em primer azul com linhas demarcatórias brancas. Pés dobráveis pintados. Tampo em MDF de 25 mm com rodízios | Proton modelo 1090 | R\$ 1.370,00 | R\$ 68.500,00 |
| 25 | 70 | Unidades | Peso de PVC – 2kg | Pista e Campo | R\$ 94,36 | R\$6.605,20 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$75.105,20 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR/SC, CONTRATADA: RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.912.788/0001-62, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QTD. | UNIDADE | DESCRIPTIVO | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|-------------|------|----------|---|---------------|--------------|---------------|
| 1 | 330 | Unidades | Bola de Iniciação Nº 8, matrizada, confeccionada com borracha. Diâmetro: 40 - 42 cm, Peso: 110 - 120 g, Câmara Butil, Miolo Slip System Removível e Lubrificado. | Olymp | R\$ 26,30 | R\$ 8.679,00 |
| 11 | 500 | Unidades | Mini Cones para atividades escolares em material flexível e macio, inquebrável e super durável; Tamanho: 25 cm de altura por 12 cm de base. Nas cores: Azul, Amarelo, Verde, Vermelho, Preto e Branco (cores sortidas) | Pista e Campo | R\$ 16,10 | R\$ 8.050,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 16.729,00 |

DECRETO Nº 6.525

DECRETO Nº 6.525, de 31 de agosto de 2015.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 1.153,39m² (um mil, cento e cinquenta e três metros e trinta e nove decímetros quadrados), de propriedade de Edilson José Lara, localizado na Rua Silvério Sinkere, objeto da matrícula nº 30.611, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – uma área com 276,70 m² (duzentos e setenta e seis metros e setenta decímetros quadrados), iniciando no marco denominado '01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 30612; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 30611 Gleba B, com o azimute de 202°26'42" e a distância de 11,122 m até o marco '02'; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16218, com o azimute de 272°01'43" e a distância de 27.790 m até o marco '03'; Daí segue confrontando com a Rua Silvério Sinkere, com o azimute de 21°31'15" e a distância de 10.000 m até o marco '04'; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 30612, com o azimute de 90°00'52" e a distância de 28.350 m até o marco '01', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

II - uma área com 876,69 m² (oitocentos e setenta e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), iniciando no marco denominado '01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 30615; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 30615, com o azimute de 187°52'18" e a distância de 31,500 m até o marco '02'; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16219, com o azimute de 272°01'43" e a distância de 32.710 m até o marco '03'; Daí segue confrontando com o imóvel constante da

matrícula nº 30611 Gleba A, com o azimute de 22°26'42" e a distância de 11.122 m até o marco '04'; Daí segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 30612 e 30613, com o azimute de 20°25'08" e a distância de 20.000 m até o marco '05', Daí segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 30087 e 26024, com o azimute de 87°43'41" e a distância de 25.800 m até o marco '01' início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento do terreno urbano abaixo descrito, em virtude do desmembramento disposto no art. 1º, conforme segue:

I – a área de 876,69 m² (oitocentos e setenta e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), será lembrada a uma área de 1.400,00m² (um mil e quatrocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 16.219, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Edilson José Lara, resultando após o remembramento em uma área unificada com 2.276,69m² (dois mil, duzentos e setenta e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), iniciando no marco denominado "01", dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 30.615; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 30615, com o azimute de 187°52'18" e a distância de 31,500m até o marco 02; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 30615 e 30614, com o azimute de 187°46'38" e a distância de 45,070m até o marco 03; segue confrontando com a Avenida Albino Phellipe Potrich, com o azimute de 275°36'02" e a distância de 31,000m até o marco 04; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16218, com o azimute de 5°40'58" e a distância de 43,000m até o marco 05; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 30611 Gleba "A", com o azimute de 22°26'42" e a distância de 11,122m até o marco 06; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas 30.612 e 30.613, com o azimute de 20°25'08" e a distância de 20,000m até o marco 07; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas 30.087 e 26.024, com o azimute de 87°43'41" e a distância de 25,800m até o marco 01; início de descrição, fechando o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 6.406, de 18 de maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.526

DECRETO Nº 6.526, de 01 de setembro de 2015.

Aprova "Loteamento Montblanc", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Montblanc", situado na Avenida Fahdo Thomé, Bairro Champagnat, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade de G5 Empreendimentos Imobiliários Ltda, com área total de 20.226,90m² (vinte mil, duzentos e vinte e seis metros e noventa decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 27.383, do Registro de Imóveis desta Comarca, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Montblanc":

I – 13.143,94m² (treze mil, cento e quarenta e três metros e noventa e quatro decímetros quadrados), destinados à formação de 22 lotes;
II – 3.222,90m² (três mil, duzentos e vinte e dois metros e noventa decímetros quadrados), destinados à Área de Vias Públicas;
III – 2.056,21m² (dois mil, cinquenta e seis metros e vinte e um decímetros quadrados), destinados à Área Verde;
IV – 1.014,31m² (um mil, quatorze metros e trinta e um decímetros quadrados), destinados à Área Institucional;
V – 789,54m² (setecentos e oitenta e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), destinados à Faixa Verde.

Art. 3º O registro do "Loteamento Montblanc", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infra Estrutura deverão ser efetuados no prazo de 18 (dezoito) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes de nºs 08, 09, 10 e 11, da quadra "A" e nºs 12, 13, 14 e 15, da quadra "B", do "Loteamento Montblanc", até que as obras de infraestrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008 e suas alterações.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.527

DECRETO Nº 6.527, de 02 de setembro de 2015.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei nº 2.553/2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pelo prazo de dois anos – Biênio 2015/2017, de acordo com a Lei nº 2.553, de 25/06/2008, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1- Secretaria de Desenvolvimento Regional- SDR

Titular: Sandra Spautz Granemann

Suplente: Jean Carlo Ribeiro

2- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cristina Rese Teixeira

Suplente: Pâmela Maccari Trindade

3- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Larissa Binder

Suplente: Vanessa Petrykowski

4- Sine- Sistema Nacional de Emprego

Titular: Andreia Aparecida de Moraes

Suplente: Vanessa Dal Bosco Susin

5- Delegacia de Proteção à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso

Titular: Caren Silene Carlin do Prado Alvariza

Suplente: Fernanda Colussi Cordeiro

6- Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marinez Stefan de Mello

Suplente: Itamara de Oliveira

7- Fundação Municipal de Cultura

Titular: Vera Lúcia Braun Berardi

Suplente: Lucinei Xavier Paes

8- Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Amanda de Almeida Kirschner

Suplente: Michele Adriana Baseggio

9- Procuradoria Geral

Titular: Luciana Marta Debarba Cereza

Suplente: João Paulo Debarba

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Duas mulheres indicadas dentre os grupos de mulheres do meio urbano

a) Grupo de Mulheres do Bairro Bom Sucesso:

Titular: Maria Moreira Vogher

Suplente: Maria Elena Paganini de Moraes

b) Grupo de Mulheres do Bairro dos Municípios e Vila Nova Gioppo

Titular: Lenita Alves Martins

Suplente: Dejanira Simões Corrêa

Duas mulheres indicadas dentre os movimentos de mulheres urbanas e rurais

a) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas- MMTU

Titular: Janeth Anne de Almeida

Suplente: Ester Raquel Foresti Tallmann

b) Associação de Mulheres de Negócios e profissionais de Caçador-BPW

Titular: Adriana Parizotto Cassol

Suplente: Emilene Murer

Duas representantes das entidades e associações

a) Associação dos Psicólogos de Caçador e Região – APSIC

Titular: Débora Cunha de Almeida

Suplente: Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio

b) Ordem dos Advogados do Brasil- Subseção de Caçador

Titular: Edina Carla Bressan

Suplente: Karoline Diole Ziger

Um representante dos trabalhadores da área das mulheres

Associação dos Assistentes Sociais de Caçador

Titular: Andréia Teresinha de Almeida

Suplente: Cristiane Aline Santi

Um representante de sindicatos

Sindicato dos Empregados no Comércio de Caçador- SEC

Titular: Kellin Santos

Suplente: Cleuza Schneider

Um representante de prestadores de serviço às mulheres

Associação Maria Rosa- AMAR

Titular: Zilda de Melo Albuquerque

Suplente: Ivanilda Colussi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.673, de 20 de agosto de 2013 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 6.237/2014, torna pública a convocação destinada a realização de prova prática para os candidatos aprovados que tiverem obtido a classificação até a ordem 40, na prova objetiva, do cargo de Operador de Máquinas, em atendimento ao item 5.3 do edital de abertura do Concurso:

1. DOS CONVOCADOS

Cargo – OPERADOR DE MÁQUINAS - GRUPO A (matutino – 08:00 horas)

| Class. | Nome do Candidato | No. Insc. |
|--------|------------------------|-----------|
| 1 | LUIZ FERNANDO ANDRE | 31868-0 |
| 2 | FERNANDO CAVICHOLI | 32270-9 |
| 3 | EDIPO CARLOS MOREIRA | 31659-8 |
| 4 | LUIZ ANDRE MARTINS | 11488-0 |
| 5 | RAFAEL API | 30641-0 |
| 6 | GENEMIA VITORIO BONAFE | 12449-4 |
| 7 | EDSON LUIZ SILVEIRA | 33407-3 |

| | | |
|----|------------------------------|---------|
| 8 | FABIO FRANCISCO GONSALVES | 35499-6 |
| 9 | ANDERSON DOS SANTOS | 32877-4 |
| 10 | MARCELO ALVES DA SILVA | 12074-0 |
| 11 | RUDINEI GREGORIO | 12111-8 |
| 12 | JHONATAN PISTORE | 31232-0 |
| 13 | CRISTIANO NAGINSKI | 31058-1 |
| 14 | EVERTON LOPES RODRIGUES | 12216-5 |
| 15 | EDENEI PEREGO | 34082-0 |
| 16 | LEANDRO BOMBASSARO RAMOS | 30801-3 |
| 17 | WILFRANO FRANCA | 31608-3 |
| 18 | MAURICIO PELEPE | 31645-8 |
| 19 | JULIO CESAR MANDELLI RIBEIRO | 12277-7 |
| 20 | MARCOS ROBERTO OZOGOSKI | 33306-9 |

Cargo – OPERADOR DE MÁQUINAS - GRUPO B (vespertino – 13:00 horas)

| | | |
|----|--|---------|
| 21 | VILMAR THOMAZI | 12098-7 |
| 22 | IVANIR ANTONIO PICOLATO | 31470-6 |
| 23 | ADRIANO CESAR CONSTANTINI | 33153-8 |
| 24 | ALESSON ACILINO PEPES DO VALE | 34792-2 |
| 25 | PEDRO EGIDIO TURKE | 34040-5 |
| 26 | RAFAEL KOWALCZIKI | 32655-0 |
| 27 | GIOVANI LIPKA | 11849-4 |
| 28 | CLAUSNIR RIBEIRO DIAS | 13202-0 |
| 29 | CLEITON BOFF | 33864-8 |
| 30 | DIEGO LIMA SPINELLI | 13145-8 |
| 31 | RODRIMAR CARLOS LAMERA | 13914-9 |
| 32 | RONALDO SOARES | 34721-3 |
| 33 | EUCLIDES ALVES FERREIRA | 11534-7 |
| 34 | MAICON GUTIERRY ALVES DOS SANTOS GOMES DE CAMPOS | 35535-6 |
| 35 | SILVINO MARTINI | 31153-7 |
| 36 | NILSO JOSE GODINHO | 32818-9 |
| 37 | ELIOZIAS VANDERLEI GONCALVES PADILHA | 32020-0 |
| 38 | THIAGO PREVEDA | 32364-0 |
| 39 | VILSO JOSE VENTURIN | 34078-2 |
| 40 | DIRCEU SEBASTIAO SOARES DE SOUZA | 33369-7 |

2. DO LOCAL E DATA

2.1. Os convocados para a prova prática deverão se apresentar no dia 13/09/2015.

Manhã – 8:00 horas

Cargo – OPERADOR DE MÁQUINAS - GRUPO A (até a classificação 20)

Tarde: 13:00 horas

Cargo – OPERADOR DE MÁQUINAS - GRUPO B (da classificação 21 a 40)

Local: Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador na Linha Adolfo Konder, s/nº - Interior – Caçador/SC.

3. PROCEDIMENTOS

3.1. Todos os candidatos deverão estar no local e horário de prova determinados.

3.2. Recomenda-se que os candidatos cheguem com antecedência, pois não será tolerado atraso.

3.3. As provas serão de caráter eliminatório, através do critério de “aprovado” ou “não aprovado”.

3.4. As manobras serão avaliadas por dois professores examinadores.

3.5. A sequência de realização da prova prática respeitará a ordem de classificação, obtida pelos candidatos na prova escrita.

3.6. Os candidatos faltosos serão considerados “não aprovados”.

3.7. Será permitido acesso aos locais de prova somente para os candidatos que forem efetuar a prova, ficando expressamente proibido o ingresso de familiares, pessoas estranhas e ou curiosos.

3.8. A prova deverá ser realizada completamente. A não execução de uma ou mais etapas da prova implicará na eliminação do candidato.

3.9. Não serão concedidas novas tentativas ou novas “chances”.

3.10. Somente farão a prova prática os candidatos relacionados no edital de convocação.

4. DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DA PROVA PRÁTICA

4.1 - OPERADOR DE MÁQUINAS

4.1.1. A prova prática para o cargo de Operador de Máquinas consistirá em operações de deslocamento e operação das máquinas, dos comandos e equipamentos acoplados.

4.1.2. A coordenação da prova disponibilizará uma máquina retro-escavadeira e uma motoniveladora.

4.1.3. O candidato deverá operar as duas máquinas.

4.2. A prova terá, contemplando as duas máquinas, até 30 (trinta) minutos de duração e será avaliado um candidato por vez.

4.3. A Banca Examinadora será composta por dois avaliadores da área de formação de condutores e instrução de operação de máquinas pesadas.

4.4. Os critérios para avaliação serão:

- Técnicas / habilidades no comando e manobra da máquina;
- Finalização da tarefa e estacionamento da máquina;
- Conhecimento e aplicação das normas básicas de trânsito e segurança.

4.7. O candidato ao cargo de Operador de Máquinas iniciará a prova com 100 pontos e o valor dos pontos de cada falta cometida será deduzido deste total.

4.8. Será considerado aprovado o candidato que terminar a prova com, no mínimo, 50 pontos.

4.9. Classificação das Faltas

Faltas Gravíssimas: 55 pontos

- Esbarrar ou passar sobre elementos balizadores;
- Inobservância à segurança do operador, das pessoas próximas do local de operação, da segurança da máquina e de bens próximos (sejam públicos ou de particulares), no início ou durante a operação;
- Promover qualquer manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade;
- Exceder a velocidade durante a avaliação;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

Faltas Graves: 35 pontos

- Desconsiderar a existência e funcionamento de acessórios de utilização obrigatória, ou necessária;
- Não promover os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores;
- Deixar de respeitar a capacidade operacional e técnica da máquina;
- Não conseguir executar movimentos frontais ou de marcha a ré;
- Não frear ou travar a máquina antes do início das operações de escavação;
- Não nivelar as lâminas niveladoras ou caçambas carregadeiras;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

Faltas Médias: 25 pontos

- Não executar com eficiência, no início da operação, a partida e a arrancada;
- Não verificar as condições mecânicas, elétricas, hidráulicas e operacionais da máquina antes do início de sua partida;
- Não conferir os instrumentos de painel como, medidores de pressão, combustíveis e temperatura;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

5. Aplica-se, no que couber, o Edital 02/2015.

Caçador, 03/09/2015.

Comissão do Concurso Público de Caçador/SC

EDITAL Nº 01/2015 - FIA

EDITAL Nº 01/2015

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2015

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei 3.214, de 31 de março de 2015 divulga processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA.

1.2. O projeto aprovado será firmado mediante Convênio para entidades não-governamentais, auxílio ou subvenção com recursos do FIA, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.3 Para Programas e Serviços Governamentais, a entidade proponente deverá apresentar termo de referência que contemple também os itens exigidos no documento modelo "cartilha de projetos".

1.3.1 Fazem parte deste edital:

- a) Anexo I – Formato do projeto
- b) Anexo II – Documentos exigidos para assinatura do convênio/subvenção
- c) Anexo III – Plano de Trabalho
- d) Anexo IV – Termo de Referência (para entidades governamentais)
- e) Anexo V – Resolução 14/2015 do CMDCA

1.4 Não poderão participar:

I – Entidades/serviços governamentais e não-governamentais que não estejam devidamente registradas no CMDCA.

II – Entidades/serviços com registro vencido no CMDCA.

III - Proponentes que estiverem com pendências relativas à prestação de contas ou com contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com o CMDCA/FIA;

IV - Entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;

VI - Pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos;

VII - As entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com o município, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
- c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) ocorrência de dano ao Erário; ou
- e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

2 – OBJETIVO

2.1 Selecionar projetos de cunho social, inovadores para a entidade e para a comunidade, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

3- DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. A CMDCA destinará a quantia de R\$ 64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais).

3.2. Cada serviço/entidade terá valor de até R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

3.3. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA 2015.

3.4 Cada serviço/entidade poderá apresentar mais de um projeto.

3.5 Havendo recursos no FIA, outros projetos poderão ser financiados, obedecendo o critério de prioridade estabelecido pelo CMDCA.

4. DAS DIRETRIZES

4.1. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das seguintes diretrizes de políticas públicas do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020 do CONANDA:

Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições, e da sociedade. (Ações sócio-educativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente)

Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade. (Enfrentamento às violências na promoção da saúde física e mental, combate e prevenção a drogadição)

Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados. (Projetos inovadores no acolhimento institucional e de medidas sócio-educativas e de fortalecimento das relações familiares e comunitárias)

Diretriz 04 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. (Fomento e apoio ao protagonismo juvenil e inclusão social).

Parágrafo único: Serão considerados territórios preferenciais para ação dos projetos propostos, as áreas consideradas risco a infância e de alta vulnerabilidade social.

4.2. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de Caçador.

4.3. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do Conanda. E ainda, não serão financiados projetos com prazo de execução superior ao exercício de 2015.

4.4 Em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas tais como:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- d) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- e) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades com congêneres;
- f) pagamento a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou

assemelhado; à conta de quaisquer fontes de recursos;

g) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

h) pagamento a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhado;

i) remuneração, por serviços prestados ou dirigentes ou servidores/empregados da conveniente;

j) estagiários, se constatada a contratação como mão de obra indireta que não guarde estrita vinculação com o projeto;

k) bolsas de qualquer natureza, visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalente;

l) obrigações trabalhistas e previdenciárias de responsabilidade de contratantes de serviços de terceiros;

m) outras despesas não autorizadas pela legislação;

n) deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo da infância e Adolescência para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo da infância e da Adolescência para:

I- a transferência sem deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente;

II- pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III- Manutenção e funcionamento do trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente;

IV- financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente.

5- TERMO DE COMPROMISSO

5.1. A entidade/serviço proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2 A Contemplada firmará termo de compromisso de divulgação da parceria entre o programa governamental e o CMDCA/FIA e/ou entre a entidade não-governamental e o CMDCA/FIA, por meio de declaração. Devendo ainda:

5.2.1 Confeccionar e afixar, em local visível na entidade, placa no modelo fornecido pelo Conselho Municipal, indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

5.2.2 Incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais de divulgação do projeto, sejam físicos e eletrônicos. Deverá entregar/Enviar exemplar deste material ao CMDCA como comprovação do atendimento a esta cláusula.

5.2.3 Em qualquer evento relativo ao Projeto deverá divulgar amplamente que o projeto foi contemplado com recursos do FIA. E o

CMDCA deverá ser oficiado e atualizado a respeito para que possa enviar representante a fim de acompanhar o andamento do projeto.

5.2.4 Os equipamentos, figurinos, uniformes, materiais impressos adquiridos com recursos do FIA, devem ter a logo marca do CMDCA Caçador impressa e/ou adesivada.

5.3 Todos os projetos devem prever sua continuidade após o encerramento do convênio com o CMDCA/FIA e indicar possíveis fontes de recursos para este fim. Portanto, sustentabilidade é imprescindível para aprovação do projeto.

5.4 A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

6- REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

7- REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições/serviços registradas no CMDCA que atendam aos seguintes requisitos:

I) Estar em dia com o registro no CMDCA Caçador;

II) Se já houver projeto aprovado deve estar com a prestação de contas aprovada.

8-INSCRIÇÃO

8.1. As entidades/serviços interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Rua Conselheiro Mafra, 53 -Centro, Caçador/SC, no horário das 13h00min às 19h00min, no período de 14 de setembro a 25 de setembro de 2015, devendo atender:

I- A descrição do projeto (no Anexo I) deverá ser entregue em cópia FÍSICA devidamente identificada, encadernada e assinada pelo responsável legal pelo programa governamental ou entidade não governamental e em mídia eletrônica (CD, DVD, pen drive, e-mail: conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br - em extensão ".doc" / ".odt" / ".pdf"). A ausência da mídia eletrônica inabilita o projeto.

II. Os documentos deverão ser protocolados em envelope fechado identificado conforme modelo abaixo:

EDITAL 001/2015/CMDCA

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS

PROPONENTE: " _____ "

Nome do Projeto: " _____ "

III. Os projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletro portáteis, instrumentos musicais, entre outros), deverão apresentar, no mínimo 3(três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso a entidade deverá apresentar justificativa.

8.2. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II – "Documentos exigidos para assinatura

do convênio/subvenção". Estes serão protocolados diretamente na sede da Secretaria dos Conselhos Municipais em até sete dias úteis após a aprovação do projeto.

§1º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos válidos, solicitados no anexo II e IV serão inabilitados.

§2. Para celebração do convênio as documentações exigidas deverão estar em período de vigência.

8.3 Para as entidades governamentais, no ato da inscrição, não será necessário anexar o Termo de Referência estabelecido no Anexo IV mas, é preciso prever custos de publicação da licitação, caso contrário estes serão arcados pela Secretaria/Fundação proponente. O termo de referência será protocolado na sede da Secretaria dos Conselhos Municipais, em até sete dias úteis após da aprovação do projeto.

§1º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos válidos, elencados no anexo V serão inabilitados.

8.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

8.5.Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

8.6. Os critérios a serem considerados na elaboração dos projetos constam do Anexo V denominado como "Resolução 14/2015 do CMDCA". E ainda estará disponível em meio digital para os interessados, a "Cartilha – Orientações para elaboração de projetos para o FIA", disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Caçador: www.cacador.sc.gov.br.

8.7.Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

9 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

I. Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 28 e 29 de setembro, de modo a verificar os requisitos deste edital.

II. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso no dia 30 de setembro.

III. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, no dia 06 de outubro de 2015, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital;

9.2. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de avaliar e de votar sobre o seu projeto.

9.3. As entidades/serviços cujos projetos sejam aprovados serão oficializadas, por e-mail, pelo CMDCA e terão prazo de até sete dias úteis a contar da aprovação para protocolar todos os documentos

necessários ao convênio na sede da Secretaria dos Conselhos Municipais, em única juntada de documentos e/ou os Termos de referência.

9.3.1 Todos os documentos deverão estar organizados de acordo e na seqüência indicada na relação documental. A falta de qualquer documento implica em não aceite do protocolo de entrega pela Secretaria dos Conselhos Municipais.

9.3.2 É facultado à Secretaria dos Conselhos Municipais, proceder agendamento para atendimento e recebimento dos documentos para convênios.

9.4 Após receber os documentos referentes aos projetos aprovados pelo CMDCA, a Secretaria dos Conselhos Municipais procederá a tramitação burocrática do termo de convênio/subvenção ou licitação.

9.5 É de inteira responsabilidade das entidades/serviços proponentes o cumprimento dos prazos estabelecidos neste edital, sob pena de não recebimento dos projetos e / ou não encaminhamento para convênio.

9.6. Os critérios de avaliação são:

I. Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.

II. Atendimento a área de vulnerabilidade social.

III. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade).

IV. Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio.

9.7 O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram.

10 – ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:

10.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo I denominado "Formato do Projeto", deste Edital e conter todos os orçamentos.

11 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Caçador, www.cacador.sc.gov.br, após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

11.2. A entidade/serviço também será notificada por e-mail, informado no projeto, sobre a aprovação de seu projeto.

11.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um (plano de trabalho), ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

12 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO/ SUBVENÇÃO

12.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade/serviço terá 7 (sete) dias úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício, na Secretaria dos Conselhos Municipais, sito à Rua Conselheiro Mafrá, 53, Centro, Caçador/SC, no horário das 13h00min às 19h00min:

I) Documentação completa discriminada no Anexo II, em uma via e atualizada.

II) Declarações estabelecidas no Anexo II, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

III) Uma cópia do projeto em sua versão final aprovada pelo CMDCA, em forma física e digital (na forma digital, o documento deverá estar em PDF, formato fechado contendo em todas as folhas as assinaturas dos responsáveis).

IV) Plano de Trabalho estabelecido no Anexo III, a ser entregue em uma via impressa assinado e digital no e-mail conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br.

Obs.: o plano de trabalho é a transcrição do projeto aprovado, não podendo ser alterado sem autorização expressa e formal do CMDCA.

12.2. As entidades/serviços que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada em plenária. O Conselho Municipal poderá ter a liberalidade de aceitar, mas isto poderá implicar em novo prazo para repasse do recurso de acordo com cronograma dos setores de convênio.

12.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, sito à Rua Conselheiro Mafra, 53, Centro, Caçador/SC, até trinta dias após a conclusão da liberação de cada parcela, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionado a aprovação da penúltima parcela.

13.2. A prestação de contas será analisada pelo CMDCA e posteriormente encaminhada ao Controle Interno do Município que poderão sem aviso prévio e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução do projeto.

13.3. A prestação de contas deverá ser conforme o disposto no Decreto Municipal nº 5.143, de 07 de fevereiro de 2012, e alterações, e conforme Instrução Normativa n.º 014, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e alterações.

13.3.1 Exemplo 1: Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

13.3.2 Exemplo 2: No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos e/ ou vídeos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

13.4. Quando solicitado pelo CMDCA às entidades conveniadas terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e captar recursos para o FIA de Caçador e consequentemente para a Entidade. Por "case" do projeto, se entende dossiê com o registro audiovisual, fotográfico das seguintes situações como exemplo: testemunhos pessoais sobre a execução do projeto, amostras dos materiais gráficos usados, mídia (se aplicável), entre outros.

13.5 A execução do instrumento firmado será acompanhada e

fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

13.6 Os processos, documentos ou informações referentes à execução de convênio não poderão ser sonegados aos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Municipal.

13.7 Desde já, as entidades beneficiadas concordam que todos os cidadãos e ou empresas interessadas, poderão acompanhar o desenvolvimento e execução dos projetos financiados com recursos do FIA.

14 – CRONOGRAMA/PRAZOS

| | Etapas | Prazos |
|-----|---|-------------------------------------|
| I | Lançamento do Edital | 03/09/2015 |
| II | Protocolo dos Projetos no CMDCA | 14 a 25/09/2015 |
| III | Análise pela comissão especial | 28 e 29/09/2015 |
| IV | Aprovação pelo CMDCA | 06/10/2015 |
| V | Divulgação dos resultados/projetos escolhidos | 08/10/2015 |
| VI | Entrega da documentação do convênio/subvenção | Até 07 (sete) dias após a aprovação |

15 – INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE SUCESSO DO PROJETO

15.1 A entidade/serviço deverá manter cadastro dos participantes do projeto e da lista de espera, contendo informações como nome, endereço, nome dos pais, telefones, e-mail, idade, sexo da criança ou do adolescente atendidos no projeto. Estas informações deverão ser atualizadas e estar em planilha de excel ou similar e enviadas ao CMDCA até a data de prestação de contas da última parcela do convênio. Pois serão utilizadas para verificar a viabilidade econômica do projeto.

15.1.2 Nos indicadores enviados devem estar contemplados os indicadores de resultados conforme descrito no projeto, pela entidade.

16- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

16.1. A liberação do recurso deverá acontecer, preferencialmente até o mês de novembro de 2015.

16.2. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

16.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA.

16.4 Não serão aceitos orçamentos de produtos ofertados em promoções. Porém, após assinatura de convênio não há objeção a compra de produtos em promoção desde que atenda as especificações do objeto aprovado pelo CMDCA.

17 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderá ser obtido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Conselheiro Mafra, 53, Centro, Caçador, no horário das 13h00min às 19h00min, ou por telefone (49) 3567-5964.

Marizete Fátima iaczinski
Presidente do CMDCA

EDITAL Nº 01/2015 - FIA - ANEXO I

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
ORIENTAÇÕES PARA A
ELABORAÇÃO DE PROJETOS
PARA O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA
2015

Metodologia do Projeto

Os projetos apresentados ao CMDCA para análise junto ao FIA devem seguir todas as orientações a seguir. Serão desclassificados os projetos que não cumprirem esta metodologia.

1. Redação: fonte times new roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3 cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato "retrato").

2. Resumo do Projeto (seguir modelo abaixo)

| | |
|--|--------------------------------------|
| Nome do Projeto | |
| Entidade | |
| Endereço | |
| Telefone | |
| Responsável/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas) | Nome completo |
| Diretriz (Linha de ação do edital) | |
| Objetivo geral | |
| Objeto a ser financiado | |
| Público alvo/faixa etária | |
| Quantidade de atendimento no projeto | ---crianças , ---adolescentes |
| | |
| Turno em que o projeto acontece | Manha –Tarde -- Noite |
| Dias de execução do projeto | 2ª ; 3ª, 4ª, 5ª; 6ª; sábado, Domingo |
| Valor solicitado ao CMDCA | R\$ |
| Valor Total do Projeto | R\$ |
| Duração do projeto (nº de meses): | |

Obs.: Este quadro deve ficar sozinho na folha de rosto.

2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

| | | | |
|---|---------|-----------------------|---------|
| PROPONENTE DO PROJETO (ENTIDADE) | | | |
| Nome: | | | |
| CNPJ nº: | | | |
| Registro no CMDCA nº: | | Validade do Registro: | |
| Endereço: | | Nº: | Comp.: |
| Bairro: | Cidade: | Estado: | CEP: |
| Telefone: | Fax: | E-mail: | |
| Site: | | | |
| Nome do responsável legal da entidade: | | | |
| Telefones: | | Fax: | E-mail: |
| Nome do responsável técnico do projeto: | | | |
| Telefone: | | Fax: | E-mail: |

Deve conter o nome de duas pessoas responsáveis pelo projeto, pois na ausência de um é preciso que haja outra pessoa capaz de responder pelo andamento e monitoramento do projeto. E o telefone de contato e / ou e-mail.

2 2.IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico. Até 10 linhas.

3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo.

O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto.

Mencione dados específicos para justificar tais demandas. Até 20 linhas.

3.1 OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA.

Por exemplo: Objetivo e responde a pergunta para que? Capacitação de mães para serem formadoras educacionais do lar, aquisição de televisor 29" para atividades educativas.

4. PÚBLICO ALVO

Citar quem é o público-alvo, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como: idade, fases da vida (criança e/ou adolescentes), famílias, profissionais envolvidos no atendimento, etc. Quantos pagam para freqüentar a entidade.

4.1. Beneficiários Diretos (especificar):

4.2. Beneficiários Indiretos (especificar):

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2 ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6. METODOLOGIA

Descrever como as atividades serão realizadas na busca de se alcançar cada um dos objetivos e metas propostos (passo a passo, dias de funcionamento, conteúdos a serem trabalhados, etc). É importante propor um cronograma das ações.

7. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

| 7. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | | | |
|---|--------------------------|---------------------------|----------------------|
| Resultado (s) esperados | Indicadores qualitativos | Indicadores quantitativos | Meios de Verificação |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

| Atividade | Período | | | | | |
|-------------|---------|----|----|----|----|----|
| | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 |
| Reunião | | x | | | | |
| Visita | | | x | | | |
| Atendimento | | | | x | x | x |
| Conclusão | | | | | | |

9. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Apresentar a organização da entidade ou programa para desenvolver as atividades/ações do projeto (capacidade técnica de pessoal, adequação física, entre outras). Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Descrever as funções desempenhadas por todos os profissionais e demais agentes do projeto.

| Nome | Formação Profissional (cargo/função na entidade) | Função no projeto | Carga horária no projeto (mensal/semanal) | Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário, efetivo) |
|------|--|-------------------|---|--|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

10. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso.

11. Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.

| Organização | Principais funções no projeto |
|---------------|---|
| Nome completo | Fornecimento de materiais didáticos para o projeto. |
| Nome completo | Espaço / Sala para aula técnica. |

12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

12.1 FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

12.2 TÉCNICO

Recursos humanos.

12.3 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

13. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Caçador.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

| Tipo de Mídia | Quantidade |
|--|------------|
| 1. Folders, panfletos e outros impressos | XXXX |
| 2. Mala direta | XXXX |
| 3. Página na internet | XXXX |

14. PLANILHA DE ORÇAMENTO

O orçamento deve ser apresentado em forma de planilha ou tabela e conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas.

Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores e considerado a mediana dos preços, ou seja desprezar o maior e o menor valor e considerar o preço médio.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

| Objeto | Quantidade | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-------------|------------|--------------------|-----------------|
| Palestrante | 30 h | 50,00 | 1.500,00 |
| Apostila | 40 un | 30,00 | 1.200,00 |
| Total | | | 2.700,00 |

Ex.2:

| Objeto | Quantidade | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|---|------------------|--------------------|-----------------|
| TV 32" | 1 un | 599,00 | 599,00 |
| DVD | 1 un | 200,00 | 200,00 |
| Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica | 10 h eletricista | 15,00 | 150,00 |
| Fio 10mm | 100 m | 4,00 | 400,00 |
| TOTAL R\$ | | | 1.349,00 |

15. CRONOGRAMA FINANCEIRO

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade. Considerar período de férias em que não haverá atividade no projeto.

Exemplo:

| NATUREZA DA DESPESA | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 | TOTAL 1o SEM |
|---|--------|----------|-------|-------|-------|-------|--------------|
| 1. CUSTOS FIXOS | | | | | | | R\$ |
| 1.1 Aquisição de equipamentos (tv, dvd) | | x | | | | | 550,00 |
| 1.2 Palestrante | | x | x | | | | 1.500,00 |
| TOTAL GERAL R\$ | 550,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.050,00 |

16. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

OBS.: Se o valor total do projeto for superior ao solicitado ao CMDCA, deve ficar claro.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

Valor da contrapartida: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Valor total do projeto: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Caçador, _____, _____ de 20__

Assinatura do responsável / Cargo

17. ANEXOS

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; projetos arquitetônicos, cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia.

Prestação de contas ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Para prestar contas do recurso recebido é preciso verificar a documentação exigida no termo de convênio; pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério da Fazenda.

Os endereços eletrônicos para consulta dos documentos são:

www.tce.sc.gov.br

Legislação e Normas

Resolução

1994

Resolução TC 14/2011

www.tesouro.fazenda.gov.br

Legislação

Conheça mais sobre: Estados e Municípios

Instruções Normativas STN nº 1, de 15/01/97- Celebração de Convênios

Referências: Petrobrás. "Roteiro para elaboração de Projetos" disponível em www.petrobras.com.br em maio de 2007

Este material foi elaborado pela Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento para utilização de recursos do FIA, composta pelos seguintes membros:

- Marizete Fátima Iaczinski;
- Aires Roberta Brandalise;
- Felizarda Francio;
- Francieli Antunes Macedo;
- Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira;
- Luciana Marta Debarba Cereza.

Contato:

Rua Conselheiro Mafra, 53- Centro

Caçador/SC

Fone: 49-35675964

E-mail: conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br

EDITAL Nº 01/2015 - FIA - ANEXO II

ENTIDADE:

UNIDADE INTERVENIENTE:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES

1. Ofício de solicitação em papel timbrado da entidade, dirigida ao CMDCA;
2. Plano de Trabalho preenchido, rubricado e assinado pela Entidade;
3. CNPJ da entidade – original impresso (internet);
4. Cópia do Estatuto Social da entidade, e suas alterações, devidamente registrado em cartório;
5. Cópia do Balancete Financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;
6. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio rubricado e assinado pela entidade;
7. Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal;
8. Cópia da Ata de Posse da atual Diretoria da entidade;
9. Cópia do RG e do CPF do Presidente da Instituição e comprovante de residência;
10. Declaração de Responsabilidade de recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos (modelo ANEXO I);
11. Declaração de Contrapartida (modelo ANEXO II); se for o caso;
12. Declaração de Adimplência (modelo de ANEXO III);
13. Declaração De Não Vínculo Ao Poder Público (modelo de ANEXO IV);
14. Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre entidade e CMDCA/FIA (modelo ANEXO V)
15. No caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo, apresentar relação dos bens a serem adquiridos com quantidade, custo unitário e custo total. Apresentar 03 (três) orçamentos com carimbo c/CNPJ da empresa e assinatura.

CERTIDÕES NEGATIVAS

16. Certidão Negativa de Débito Municipal - Vigente;
17. Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço Vigente;
18. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas (Apresentar certidões de todas as Secretarias/Fundações/Autarquias municipais em que a Entidade receba recursos) Vigente;
19. Certidão Negativa de Débito Trabalhista Vigente.

Informamos que no decorrer do processo de análise na minuta para lavratura do Convênio, poderão ser solicitados mais documentos com o intuito de completar as informações dos documentos listados.

20. Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
21. Prova de funcionamento regular da instituição mediante atestado expedido pelos órgãos Estadual ou Municipal de desenvolvimento social, de saúde, educação, cultural ou autoridades legalmente constituídas;
22. Declaração que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (Modelo Anexo III);
23. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses, (Redação acrescida pelo Decreto nº 5583/2013);

ANEXO I**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Na qualidade de representante legal da
 estabelecida no endereço
, inscrita no CPNJ nº
, declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Fundo da Infância e Adolescência - FIA, na forma de

Convênio/Subvenção.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Nome do (a) Responsável
 Cargo/ nome da Instituição

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA
(ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Declaro que esta Instituição (nome) dispõe dos recursos financeiros (ou em bens e serviços economicamente mensuráveis), no valor de R\$ 00,00 (valor por extenso), necessários para compor a contrapartida ao repasse de recursos disponibilizados pela CONCEDENTE destinados a (descrever o objeto do convênio, o mesmo que se encontra no Projeto Técnico/Termo de Referência e no Plano de Trabalho).

Declaro ainda que, na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, esta Instituição se compromete com sua integralização, durante a vigência do Convênio que vier a ser celebrado.

Local e data.

Nome do(a) Responsável
 Cargo/ nome da Instituição

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA
(ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Eu presidente da instituição, inscrito no CPF nº declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta instituição não se encontra em mora e nem em débito junto a órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressa da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do(a) Responsável
 Cargo/ nome da Instituição

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO AO PODER PÚBLICO
(ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Declaro, para os devidos fins, que nenhum dos dirigentes desta Instituição é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Local e data.

Nome do(a) Responsável
 Cargo/ nome da Instituição

ANEXO V

DECLARAÇÃO

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da entidade não governamental e/ou programa governamental proponente do projeto _____, de divulgar o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), por meio de placa fixada na sede, veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, adesivos,..., constando a parceria existente com este Conselho, conforme os modelos do CMDCA.

Sendo que a placa de repasse de recursos deve ter formato mínimo de 40 x 65cm, no modelo padrão do CMDCA, e a veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, entre outras ter o formato em tamanho de acordo com as demais logos publicadas.

Caçador, _____ de _____ de 20____.

FULANO(S) DE TAL

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade ou Programa/Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

EDITAL Nº 01/2015 - FIA - ANEXO III

Plano de Trabalho / Atendimento 1/3

1 – Dados Cadastrais

| | | | | |
|---|----------|--------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Órgão Entidade Concedente Município de Caçador/ Fundo Municipal da Infância e Adolescência | | | | CNPJ 19.907.514/0001-53 |
| Endereço Rua Conselheiro Mafra, 53- Centro | | | | |
| Cidade Caçador | UF SC | CEP 89500-000 | DDD Telefone (049) 3567-5964 | Esfera Administrativa Municipal |
| Nome do Responsável Gilberto Amro Comazetto | | | | CPF |
| Cédula de Identidade/ Órgão Expedidor | | Cargo/Função Prefeito | | |

| | | | | |
|--|--------------------------|---------|-------------------------------|--|
| Órgão / Entidade Proponente Nome da Entidade | | | | CNPJ |
| Endereço Rua , nº Bairro , Caçador-SC | | | | |
| Cidade Caçador | UF SC | CEP | DDD / Telefone (049) | Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos |
| Conta corrente | Banco Banco do Brasil | Agência | Praça de Pagamento Caçador | |
| Nome do Responsável | | | | CPF |
| Cédula de Identidade / Órgão Expedidor | | | | Função Presidente |
| Endereço e telefone residencial Rua, nº Bairro – Caçador-SC | | | | CEP 89.500-000 |

2 – Descrição

| | | |
|---|---------------------|----------------------|
| Título: | Período de Execução | |
| Nome do Projeto | Início – AA | Término – 31/12/2015 |
| Objeto: O presente Convênio tem por objeto auxílio financeiro do Município/FIA visando a manutenção do Projeto... | | |
| Justificativa: No máximo 10 linhas | | |

*AA Após assinatura

Plano de Trabalho / Atendimento 2/3

3 – Metas

| N.º | Descrição por tipo de atendimento | Qtde. |
|-----|-----------------------------------|-------|
| 1 | | |
| | TOTAL | |

4 - Cronograma de Execução

| Eta- pa | Especificação | Quant | 1ª Parcela R\$ | 2ª Par- cela R\$ | Total R\$ | Início | Tér- mino |
|------------|---------------|-------|----------------------|------------------------|--------------|--------|--------------|
| 01 | | - | - | | | | |
| | TOTAL | | | | | | |

5 - Plano de Aplicação

| Natureza da Despesa | | Concedente | Propo- nente | Valor Total |
|---------------------|---------------|------------|-----------------|-------------|
| Código | Especificação | R\$ | R\$ | R\$ |
| | | | 0,00 | |
| Total Geral => | | | 0,00 | |

Plano de Trabalho/Atendimento 3/3

6 - Cronograma de Desembolso

Concedente

| Meta | 1o Mês | 2o Mês |
|------|--------|--------|
| | | |

7 – Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Caçador, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Caçador, de de 2015.

Proponente:

xxxxxxxxx,
Presidente da .

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Caçador, de de 2015.

Concedente:

Gilberto Amaro Comazetto Beatriz Ribeiro dos Santos,
Prefeito Municipal. Secretário de Assistência Social e
e Gestor do FIA.

EDITAL Nº 01/2015 - FIA - ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO

Este documento apresenta os itens considerados OBRIGATÓRIOS na redação de um Termo de Referência (TR) visando a aquisição/contratação de um objeto específico pela Secretaria Municipal de Assistência Social- SAS. São apresentados também alguns itens que não entendemos serem obrigatórios, mas recomendamos a sua inclusão sempre que estes venham a contribuir para esclarecer melhor o que se quer adquirir/contratar.

Termo de Referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva. Em síntese, é o instrumento que deverá conter os códigos genéticos das aquisições a serem efetivadas.

1. OBJETO

Item obrigatório. Deverá ser redigido de forma sucinta, precisa, suficiente e clara o bem/serviço a ser adquirido/contratado. Quando forem vários itens, recomenda-se detalhar as especificações de cada item em uma página anexa.

2. JUSTIFICATIVA

Item obrigatório. Deverá expor as razões pelas quais a aquisição/contratação irá suprir as necessidades da unidade solicitante, pois os atos administrativos devem ser motivados, ante ao disposto no art. 50, § 1o, da Lei 9.784/99, que determina "A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato".

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item obrigatório vinculado ao item 1. Objeto. Deverá constar de forma clara, detalhada e precisa todos os elementos que constituem o objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização. Importante salientar que o que se pretende é a aquisição do melhor produto com o menor custo, ou seja, o melhor custo benefício. Neste item, deverão estar expressos, por exemplo, a medida, a capacidade, a potência, o consumo, a composição, a resistência, a precisão, a quantidade, a qualidade, o modelo, a forma, a embalagem, os requisitos de garantia, os de segurança, os acessórios, enfim, as características que propiciem tanto a formulação de propostas de preços pelas empresas interessadas em participar do processo, como também o julgamento objetivo da melhor proposta. Normas técnicas como ABNT, INMETRO, dentre outras, assim como padrões de qualidade obrigatórios para o bem/serviço a ser comprado/contratado, deverão ser detalhados neste item, sendo necessário, no caso de normas técnicas, a identificação das mesmas. Caso haja necessidade de detalhamentos adicionais do objeto a ser contratado, documentos poderão ser anexados ao Termo de Referência (tabelas, fotos, catálogos, desenhos, projetos...). Especial atenção deverá ser dada quando da necessidade de agrupamento de itens em lotes, de acordo com a natureza do fornecimento.

4. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

PRAZO: Entende-se como prazo aquele em que se quer receber determinado material, equipamento e/ou início e conclusão/entrega de uma obra que pode ser de pequeno, médio ou grande porte. Nem sempre o prazo desejado é o prazo do fornecedor/empreiteiro, daí a necessidade de se estabelecer um prazo exequível, não

convém trabalhar com a falsa impressão de um prazo de entrega que se sabe, diante disso, não vai ser cumprido. Vale lembrar também, que o(s) prazo(s) de entrega estabelecido(s) no TR, só passa(m) a correr após a contratação, ou em casos específicos, após a emissão da Ordem de Serviço (caso da contratação de obras).

LOCAL DE ENTREGA ou EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/OBRAS: Fazer constar no TR o endereço completo onde deverá ser entregue o(s) material(is) e/ou equipamento comprado(s), ou os serviços deverão ser prestados, bem como o horário de recebimento.

CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO: Entende-se como condição de entrega, a forma como se quer receber determinado material/equipamento, no que diz respeito ao tipo de embalagem, se de forma parcelada ou não, com laudo técnico do fornecedor ou de empresa terceirizada homologada por órgão oficial do governo, como por exemplo, o Immetro.

5. PRAZO e CONDIÇÕES DE GARANTIA

Este item é obrigatório em Termos de Referência para a contratação de obras e equipamentos. Demais situações, fica facultado ao autor a exigência ou não de garantia, sempre estabelecendo qual o prazo da garantia exigida. Fazer constar no TR o(s) prazo(s) e condições, se houver, da garantia do objeto comprado, como um todo ou dos seus componentes, conforme o caso. Vale lembrar que quando se tratar de obras, o Código Civil, no seu art. 618 determina: "Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo".

6. GESTOR DO CONTRATO

A execução contratual começa com a assinatura do termo de contrato. Neste momento, contratado e Administração Pública possuem direitos e deveres, descritos minuciosamente no documento firmado entre as partes. De acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, os contratos devem ter sua execução acompanhada (GESTOR) e fiscalizada (FISCAL) por um representante da Administração. A indicação dos fiscais (titular e suplente) é feita através de portaria de designação na qual deverá constar o nome completo e matrícula do funcionário designado.

7. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

Item obrigatório. O cronograma deverá conter o escopo da aquisição em fases diversas ou detalhadas por itens de acordo com a planilha de materiais e serviços, dividido em etapas, dias, semanas, quinzenas ou meses, de acordo com as respectivas durações, sendo ela física, financeira ou físico-financeira, bem caracterizada, que se entenda perfeitamente o seu início e o seu fim, de acordo com seu andamento se for físico, desembolso se for financeiro ou ambos, para obras, serviços, aquisição de materiais, equipamentos ou bens, definir métricas claras de unidade de medição. Por exemplo metro, metro quadrado, quilo grama etc.

8. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS (CONTRATANTE E CONTRATADA)

Obrigações que a licitante vencedora do certame deve observar na execução do contrato, além das obrigações usuais que já são padrão no contrato. São obrigações específicas do bem/serviços a ser comprado/contratado.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Informar se há necessidade de apresentação documento demonstrativo de capacidade técnica, como por exemplo, atestado(s) de capacidade técnica para que o licitante comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, prazos e/ou quantidades com o objeto a ser licitado. Citar aqui comprovações técnicas que devem ser exigidas do fornecedor, visando garantir a satisfação da necessidade da aquisição (atestados, certidões,

registros, garantias, inspeções, qualificações, etc). Os requisitos de qualificação técnica deverão respeitar os limites legais, havendo contrariedade às normas licitatórias, o requisito exigido será desconsiderado ou adaptado à Legislação, por isso é recomendável consulta prévia à Gerência da Unidade de Administração e Finanças para se evitar eventuais alterações.

10. ORÇAMENTO ESTIMADO

Item obrigatório. O orçamento deverá ser realizado através de consulta aos preços de mercado (pelo menos três fornecedores distintos), devendo também ter como parâmetro, sempre que possível, os valores fixados por órgão oficial competente, ou ainda os preços vigentes em outros órgãos, desde que em condições semelhantes. Na Proposta de Preços deverá conter especificação detalhada dos materiais/serviços, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Termo e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas. A proposta deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, indicar o nome ou razão social da proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e, se houver endereço eletrônico (e-mail), bem como os dados de seu representante. (modelo anexo I). Obras e Serviços de Engenharia: Deverá ser apresentado Projeto Básico, ou em obras e serviços de menor complexidade, Memorial Descritivo equivalente, abrangendo todo o estudo preliminar (postos de trabalho, carga horária, serviços a serem realizados, etc.). O orçamento deverá ser elaborado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários (indicando a fonte), sendo que para serviços, deverá ser elaborado pesquisa de mercado com, no mínimo, 3 empresas do ramo pertinente ao serviço a ser contratado.

Compras: No caso de compras, elaborar orçamento balizando-se pelos preços praticados no âmbito da administração pública sempre que possível. OBS: * Utilizar função ARRED (do Microsoft Excel) e somente duas casas decimais após a vírgula nas planilhas de composição orçamentária.

11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Item obrigatório. O TR deve contemplar de forma clara e objetiva, as condições de entrega, a forma de acondicionamento e transporte do objeto, a necessidade de montagem ou de instalação de determinados objetos, dentre outros aspectos relevantes imputados como condicionantes para recebimento e aceitação pela Unidade gestora do Objeto contratado.

11.1 - Em se tratando de obras e serviços:

- provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita do contratado;
- definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (nunca superior a 90 dias), ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

11.2 - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

11.3 - Segundo o art. 74, da Lei n.º 8.666/93, o recebimento provisório poderá ser dispensado (o recebimento será feito mediante simples recibo), nos seguintes casos:

I – gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II – serviços profissionais;

III – obras e serviços de valor até o limite de convite para obras e serviços (R\$ 80 mil), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento

e produtividade.

Resultados esperados

Informar quais os resultados pretendidos com a aquisição do bem/produto ou do serviço para a Administração, instruído, se for o caso, com memória e metodologia de cálculo.

12. ORIGEM DOS RECURSOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Constar que o pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal da parcela ou do total entregue ou executado, que deverá ser emitida em nome da Unidade Gestora motivadora da aquisição/contratação podendo neste caso ser o próprio Município quando se referir a Secretaria de Assistência Social – SAS ou aos respectivos Fundos Municipais vinculados a SAS que estejam na condição de Unidade Gestora, devendo constar ainda o número da licitação e do contrato a ser firmado, acompanhado de cópia do empenho emitido pela Unidade Gestora. Constar que o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo de cada parcela executada, nos termos do disposto no disposto no artigo 40, inciso VIV, alínea "a", da Lei 8666/93.

* No caso de aquisição de materiais, especificar quais os documentos deverão ser apresentados para comprovar o atendimento das exigências contratuais para efetiva Liberação de Pagamento de Materiais.

* No caso de obras e serviços, especificar quais os documentos deverão ser apresentados para comprovar o atendimento das exigências contratuais para efetiva Liberação de Pagamento de Obras e Serviços.

13. CONDIÇÕES GERAIS

Informações que visem elucidar eventuais dúvidas sobre qualquer um dos tópicos que compõe o TR.

14. AMOSTRAS / LAUDOS TÉCNICOS

Sempre que julgar necessária a solicitação de amostras e/ou Laudos Técnicos, Certificados Técnicos do produto, o autor do TR deverá especificar de forma clara e objetiva em qual das etapas do processo estes itens serão apresentados, bem como quem será responsável pela recepção e análise dos mesmos.

Atenção: as descrições devem guardar compatibilidade com os orçamentos ou serem razoáveis, principalmente quanto aos prazos, garantias e especificações.

Anexo I

Modelo de Proposta de Preços

À

Unidade Solicitante

| Item(ns) Especificação | Quantidade | Uni | Preço em R\$ |
|------------------------|------------|-----|----------------|
| | | | Unitário Total |
| | | | |
| | | | |

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Condições de Pagamento:

Dados da Empresa

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: () Fax: () E-Mail

Local e data:

Assinatura

Carimbo ou Dados do Responsável pela Proposta

MODELO TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a fabricação e instalação de toldo a ser instalado no acesso principal da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste termo.

2- JUSTIFICATIVA PARA CONTRAÇÃO:

As pessoas que são atendidas pelos programas e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social, comparecerem para atendimento, antes do início do expediente (08 horas), formando fila na área externa da Secretaria. Muitas vezes, quando o volume de pessoas é grande, eles ficam a mercê de chuva ou sol, enquanto aguardam serem atendidos. A contratação deste serviço também atenderia funcionários e pessoas que visitam a Secretaria.

3- PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

3.1 O prazo de vigência do contrato será 60 dias a partir da assinatura do contrato.

3.2 O objeto licitado deverá ser entregue e instalado pelo fornecedor no prazo máximo de 30 dias na Secretaria de Assistência Social localizada na Rua Cel. Procópio Gomez, nº 749 de segunda a sexta-feira durante o período da tarde após as 14 horas até às 17 horas, tendo em vista que sua instalação não deverá atrapalhar o fluxo de acesso as pessoas para o seu atendimento.

4 - PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

4.1 O prazo de garantia do toldo e/ou coberturas e demais materiais substituídos, inclusive instalação é de 5 (cinco) anos para a estrutura, 2 (dois) anos contra desfiamento e desbotamento de cor e 1 (um) para costuras, a contar da data do atesto da nota fiscal.

4.2 A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação formal, os objetos que durante o prazo de garantia, venham apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão, a Contratante.

4.3 Os eventuais reparos deverão ser realizados na cidade de instalação do objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da solicitação formulada pelo gestor do contrato.

5- GESTOR DO CONTRATO

A Gestão e fiscalização deste contrato será realizada pela Gerência da Unidade solicitante da Secretaria de Assistência Social- SAS através do Sr (a) (nome completo) matrícula nº ????????, Cargo ??????, o qual ficará responsável pelo controle e fiscalização do objeto contratado.

6 - CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

O contrato terá vigência de 60 dias, sendo que o serviço deverá ser

executado de forma única, tendo a empresa o prazo de 30 dias a partir da assinatura do contrato para entrega e instalação do objeto de acordo com as especificações e local e horários pré-definidos. Sendo que o pagamento será efetuado até 30 dias após o efetivo recebimento do objeto licitado via termo de recebimento ou o atesto do Responsável na Nota Fiscal.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Solicita-se que o fornecedor comprove que já tenha prestado serviço similar, devendo para isso apresentar atestado de capacidade técnica, inclusive juntando a este documento as cópias de notas fiscais citadas, cuja apresentação será no momento da sessão de abertura do edital na fase de habilitação.

8 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Tendo em vista que o serviço a ser contratado se enquadra no inciso III do artigo 74 da Lei 8.666/93, ou seja, o serviço tem valor abaixo do limite de convite (R\$ 80 mil). Fica dispensado o recebimento provisório, sendo o recebimento feito mediante simples recibo e/ou atesto nas Notas Fiscais do serviço efetivamente prestado.

9 – ORIGEM DOS RECURSOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias: 09.01.00008.00451.0015 .1.001015.3.3.3.9.0.00.00.00.00- Aplicações Diretas.

9.2 - A Prefeitura Municipal de Caçador será responsável pelo pagamento das entregas efetuadas, sempre que devidamente autorizadas, no prazo de até 30 dias após apresentação da Nota Fiscal no Setor de Contabilidade com o atesto do responsável pelo recebimento.

10 – CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 - O Objeto deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no edital de licitação, podendo implicar na recusa do mesmo pela inobservância de qualquer das exigências estabelecidas;

10.2 – O Município de Caçador poderá revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

10.3 - A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar o objeto instalado em sua totalidade, não sendo admitido objeto incompleto ou parcelado, sob pena das sanções legais cabíveis.

Caçador/SC, XXXXX de Mês de 20XX.

Aprovo o presente Termo de Referência.

Nome Completo Gerente ou Coordenador (a)

Gerente ou Coordenador da Unidade de

Nome Completo Autor do Termo

Autor (a) do Termo de Referência

De acordo.

Encaminhe-se para providência junto à Secretaria de Administração/Unidade de Suprimentos

Beatriz Ribeiro dos Santos

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E QUANTIDADES

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO | UND | QTDE |
|------|---|---------|------|
| 1 | CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO, MEDINDO 12X2,70M, CONFECCIONADO EM POLICARBONATO ALVEOLAR DE 6MM, NA COR BRONZE/FUMÊ, ESTRUTURA EM TUBOS DE FERRO GALVANIZADO, MODELO FIXO, QUEDA RETA | SERVIÇO | 1 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

ANEXO II

ENCARTE, FOLDER, FOTO, ANUNCIO OU OUTRO MATERIAL DESCRITIVO DO OBJETO.

EDITAL Nº 01/2015 - FIA - ANEXO V

RESOLUÇÃO 14/2015- CMDCA

Estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA- 2015.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caçador - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferido pela Lei 3.214, de 31 de março de 2015, em reunião ordinária realizada em 01/09/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios para análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência- FIA, conforme Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015;

Art. 2º - A Comissão especial para elaboração do Edital de Chamamento Público do CMDCA analisará os projetos considerando os critérios a seguir:

a) Da Documentação da Entidade e/ou Programa:

I- A Entidade/Programa deve estar registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com os Art.90; Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA Lei 8.069 de 13/7/90;

II- A documentação da Entidade/Serviço junto ao CMDCA deverá estar atualizada,

III- Entidades/serviços que receberam financiamento, por meio do Fundo da Infância e Adolescência - FIA em anos anteriores, devem estar com a respectiva prestação de contas aprovada junto a contabilidade dos Fundos e ao CMDCA.

b) Do Projeto:

I- O objeto a ser financiado deve estar descrito de forma clara, coerente, objetiva, e estar em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA Lei 8.069 de 13/7/90, Artigos 87, 88, 90 e 92;

II- É vedada a participação de projetos para manutenção de entidade;

III- É vedado a apresentação de projetos que visem atender entidades e instituições particulares que não estejam registradas no CMDCA;

c) Da análise dos projetos:

I. Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.

II. Atendimento a área de vulnerabilidade social.

III. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade).

IV. Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio.

V- O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram.

d) Da deliberação sobre os projetos:

I- A Comissão especial para elaboração do Edital de Chamamento Público do CMDCA apresentará aos Conselheiros de Direito, todos os projetos analisados, com seus respectivos pareceres, para que, em reunião ordinária ou extraordinária, seja deliberada a aprovação ou não dos projetos;

e) Da liberação de recursos:

I- As Entidades/serviços, que tiverem os seus projetos aprovados pelo Conselho serão informadas por e-mail e convocadas para reunião de instrução sobre os procedimentos para a efetivação do Convênio;

II- O não comparecimento à reunião e a não apresentação da justificativa da ausência, por escrito ao Presidente do CMDCA, implica na desistência por parte da entidade/serviço em receber recursos para o financiamento do projeto através do FIA;

f) Das disposições gerais:

I- O CMDCA poderá estabelecer parcerias e contatos com outras Entidades, Secretarias, Fundações e Institutos a nível Municipal, Estadual e Nacional para garantir a implantação e realização de projetos;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caçador, 01 de setembro de 2015.

Marizete Fátima Iaczinski
Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº 25.803

PORTARIA Nº 25.803, de 11 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

Resolve:

EXCLUIR da Portaria nº 25.582, de 28 de maio de 2015, que contratou, por tempo determinado, Servidoras na Secretaria Municipal da Assistência Social e da Habitação, a cidadã SANDRA MARA MILANI, em razão de seu contrato ser feito pela Portaria nº 25.612, de 10 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.804

PORTARIA Nº 25.804, de 11 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

Resolve:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | Local de Atuação | A contar de: |
|--------|---------------------------------|--------------------------------|---|--------------|
| 13782 | Ana Celia Caetano | Auxiliar de Biblioteca | EMEB Irmão Venâncio José | 03/08/2015 |
| 13696 | Camila Cristine Witmann Cordova | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Walsin Nunes Garcia, EMEB Nossa Sª Salete, EMEB Alcides Tombini, EMEB Tabajara | 03/08/2015 |
| 12940 | Caroline Musskopf | Secretária Escolar | CEM-EMEB Profª Maria Luiza M. Barbosa | 07/08/2015 |
| 13816 | Dirce Falabretti | Profª de Ensino Fundamental I | EMEB Profª Maria Luiza M. Barbosa, EMEB Morada do Sol | 03/08/2015 |
| 13075 | Elizete Terezinha Diel | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Pierina Santin Perret | 04/08/2015 |
| 12926 | Erica Brustolin | Secretária Escolar | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 03/08/2015 |
| 12910 | Jessica Luana da Silva Lopes | Auxiliar de Biblioteca | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 03/08/2015 |
| 13820 | Kelly Gonçalves do Amaral | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 03/08/2015 |
| 13952 | Maria Rosangela Chagas Faro | Auxiliar de Creche e Berçário | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 03/08/2015 |
| 13687 | Pedro Paulo Baruffi | Prof. de Ensino Fundamental II | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 03/08/2015 |
| 13854 | Roseli Maria Baseggio | Profª de Ensino Fundamental I | EMEB Profª Maria Luiza M. Barbosa | 01/08/2015 |
| 13900 | Tamara Aline Dalfovo | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Morada do Sol | 03/08/2015 |
| 13009 | Vera Aparecida de Biasi Lenhani | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Pierina Santin Perret, EMEB Irmão Venâncio José | 03/08/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.805

PORTARIA nº 25.805, de 12 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 47, inciso II, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

Resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, conforme Edital 01/2015 – Edital de Progressão Horizontal por curso de capacitação, especificando: código, nome, nível/referência atual e nível/referência ascendido, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME DO SERVIDOR | NÍVEL/REFERÊNCIA ATUAL | NÍVEL/REFERÊNCIA ASCENDIDO |
|--------|--------------------------------------|------------------------|----------------------------|
| 468 | ADALBERTO GOMES RIBEIRO | 4/B | 4/C |
| 10319 | ADELINA SALETE KOWALCZIK | 3/A | 3/B |
| 10537 | ADRIANA APARECIDA ZENI BOF | 3/A | 3/B |
| 2532 | ADRIANA LOSS | 3/B | 3/C |
| 6948 | ADRIANA LOSS | 3/B | 3/C |
| 2680 | ADRIANA MARLIZA CAMPOS DE ALMEIDA | 3/D | 3/E |
| 6959 | ADRIANA MOREIRA BAIRRO | 3/B | 3/C |
| 10076 | ADRIANA REGINA FAORO | 3/A | 3/B |
| 3288 | ADRIANA REGINA FAORO | 3/D | 3/E |
| 523 | ADRIANA VALERIA CECILIATO AZAMBUJA | 4/B | 4/C |
| 802 | ALDA PASQUALI BASQUEIRA | 4/B | 4/C |
| 6964 | ALDA PASQUALI BASQUEIRA | 3/B | 3/C |
| 1143 | ALDONIR ANCIUTI | 3/D | 3/E |
| 790 | ANDIARA ZENI | 4/B | 4/C |
| 4275 | ANDREA CARLA COMEL | 3/C | 3/D |
| 6962 | ANDREIA ANCIUTTI | 3/B | 3/C |
| 10519 | ANDREIA ANCIUTTI | 3/A | 3/B |
| 10078 | ANDREIA DELLAI | 3/A | 3/B |
| 7774 | ANDRESSA DE FATIMA DE BASTIANI | 3/A | 3/B |
| 1841 | ANGELA MARIA STAVIS | 3/E | 4/A |
| 1062 | ANGELICA MOSCHETA SCHNEIDER | 2/A | 2/B |
| 804 | BEATRIZ APARECIDA PEREIRA | 4/B | 4/C |
| 1197 | CARMELINDA RUSZYK | 3/B | 3/C |
| 783 | CELSON VIERO | 1/D | 1/E |
| 2016 | CIZETE CATELLAN | 3/E | 4/A |
| 2127 | CIZETE CATELLAN | 3/E | 4/A |
| 3358 | CLARICE HAUFFE | 3/C | 3/D |
| 535 | CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES | 4/A | 4/B |
| 3316 | CLAUDETE APARECIDA KONFLANZ | 3/A | 3/B |
| 8953 | CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA | 3/A | 3/B |
| 126 | CLAUDIA APARECIDA MAURILIO | 4/C | 4/D |
| 129 | CLAUDIA MARIA BISCHOFF | 3/E | 4/A |
| 2946 | CLECI FAGANELLO | 3/B | 3/C |
| 6965 | CLORIS DE FATIMA CASAGRANDE | 3/B | 3/C |
| 7776 | CRISTIANO HUGO RUCH | 3/B | 3/C |
| 9074 | CRISTINA LAZAROTTI | 3/A | 3/B |
| 7773 | DANIELA DA SILVA | 3/B | 3/C |
| 8636 | DANIELE JOCIANE FORTUNATO | 3/B | 3/C |
| 10538 | DEBORA JANE ZARUR | 3/A | 3/B |
| 2916 | DENISE LOUDES DA LUZ | 1/C | 1/D |
| 1475 | DENISE LOURDES DA LUZ | 3/B | 3/C |
| 6944 | DILMA BUENO DE OLIVEIRA GOMES | 3/A | 3/B |
| 688 | DIOCLÉIA ALVES DE MOURA | 1/A | 1/B |
| 4258 | EDILENE KUTCHER DA SILVA | 1/E | 2/A |
| 858 | EDILENE KUTCHER DA SILVA | 2/A | 2/B |
| 1560 | EDITE SALETE VENTZ | 3/D | 3/E |
| 677 | ELAY ELISANE PALOSCHI | 3/B | 3/C |
| 265 | ELIANE CAVILION LAPOLLI | 3/C | 3/D |
| 381 | ELIANE GONÇALVES CORDEIRO | 4/A | 4/B |
| 184 | ELIANE TEREZINHA PELLIZZARO | 4/D | 4/E |
| 3290 | ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI | 3/D | 3/E |
| 9073 | ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI | 3/A | 3/B |

| | | | |
|-------|---------------------------------------|-----|-----|
| 10081 | ELISANDRA SCAPINELLI | 3/A | 3/B |
| 356 | ELISETE RIBEIRO LOBAS | 2/D | 2/E |
| 6558 | ELIZANGELA BARTEL WITTE | 3/A | 3/B |
| 3291 | ELIZANGELA MITTANCK CAMARGO | 3/A | 3/B |
| 690 | ELIZETE TEREZINHA VENTZ FURLAN | 4/C | 4/D |
| 10520 | ELIZIANE APARECIDA BATTOCHIO PEGORARO | 3/A | 3/B |
| 1059 | EMA CRISTINA D AGOSTINI | 4/B | 4/C |
| 9874 | EMANUELLE MARTINS DE SOUZA | 3/A | 3/B |
| 3389 | ERONILDES OLEINIK PINTO | 1/D | 1/E |
| 6951 | FABIANE CONSTANTINI | 3/B | 3/C |
| 2017 | FATIMA HAMMES | 3/D | 3/E |
| 3321 | FATIMA HAMMES | 3/D | 3/E |
| 2128 | FELIZARDA LEMOS FRANCIO | 3/A | 3/B |
| 9147 | FLAVIA BEIMS MOSTIACK | 3/B | 3/C |
| 4263 | FRANCIELLE MARIN MENZEL | 3/B | 3/C |
| 1088 | GISELE ROSSI CANALLI BEHER | 3/C | 3/D |
| 10125 | GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI | 3/A | 3/B |
| 8952 | HELTON CALISTO | 3/A | 3/B |
| 217 | HILDA APARECIDA PREVEDA | 4/A | 4/B |
| 2445 | HILDEGART DAL PIZZOL | 3/E | 4/A |
| 1801 | IEDA APARECIDA BLEICHUVEL MOSCHETTA | 3/E | 4/A |
| 1202 | IEDA MARA FERNANDES | 3/D | 3/E |
| 275 | ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS | 4/A | 4/B |
| 1007 | ILZA WITTE ROSSA | 4/A | 4/B |
| 9024 | IONE MARIA CHIARELLO | 3/B | 3/C |
| 216 | IRACI DOS SANTOS | 2/C | 2/D |
| 2008 | IVONE DELLAI | 3/C | 3/D |
| 153 | IVONETE APARECIDA D'AGOSTINI | 3/A | 3/B |
| 626 | IVONETE APARECIDA TOREZAN | 4/A | 4/B |
| 4276 | IZABEL CRISTINA SALAMONI DE ARAUJO | 3/C | 3/D |
| 8949 | JANAINA CARNEIRO | 3/A | 3/B |
| 6954 | JANAINA DEMIN | 3/B | 3/C |
| 5687 | JANE FOGAÇA VIEIRA | 1/D | 1/E |
| 2006 | JANE FOGAÇA VIEIRA | 2/A | 2/B |
| 815 | JANE MARISTELA DOS SANTOS | 3/B | 3/C |
| 10518 | JANE REGINA DALLAGNOL | 3/A | 3/B |
| 1845 | JANETE APARECIDA TARNIOWICZ | 4/A | 4/B |
| 1250 | JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPEL | 4/B | 4/C |
| 681 | JANIO DE AZAMBUJA VIANA | 3/C | 3/D |
| 4270 | JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS | 3/C | 3/D |
| 2408 | JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS | 4/B | 4/C |
| 829 | JEANE APARECIDA COLDEBELLA | 3/D | 3/E |
| 6966 | JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO | 3/B | 3/C |
| 1477 | JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO | 4/B | 4/C |
| 3306 | JOELMA ANA ANTUNES | 3/D | 3/E |
| 3302 | JOICE MARA SARI | 3/D | 3/E |
| 6968 | JOSE DIAS LIMA | 1/B | 1/C |
| 499 | JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY | 3/E | 4/A |
| 4259 | JUCELAINE TEREZINHA PEREIRA | 3/C | 3/D |
| 10291 | JUCELAINE TOSATTI | 3/A | 3/B |
| 2359 | JULIANA PADILHA MAZZOTTI | 3/B | 3/C |
| 4268 | JULIANA VELASQUES FERREIRA | 3/C | 3/D |
| 687 | JUSSARA FONSECA | 5/D | 5/E |
| 1977 | KARINE LIA BASSO | 4/B | 4/C |
| 161 | LAIR DE FATIMA KLABUNDE | 4/A | 4/B |
| 10523 | LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA | 3/A | 3/B |
| 4280 | LEANDRO JOSÉ MARTELLO | 3/C | 3/D |
| 432 | LENIRA DE CACIA CARNEIRO RUPPEL | 4/B | 4/C |
| 10049 | LUCELIA APARECIDA CARLIM | 3/A | 3/b |
| 10528 | LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO | 3/A | 3/B |
| 1509 | LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO | 3/D | 3/E |
| 493 | LUCIANA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS | 2/B | 2/C |
| 7775 | LUCIANE CATARINA CARNEIRO | 1/A | 1/B |
| 4599 | LUCIANE DO CARMO PADILHA | 3/C | 3/D |

| | | | |
|-------|--------------------------------------|-----|-----|
| 1136 | LUIZA SAMIRA FLORES ALVES | 3/D | 3/E |
| 920 | MARA TEREZINHA LIPKA | 4/A | 4/B |
| 843 | MARCIA INES GONÇALVES CORDEIRO MELLO | 4/A | 4/B |
| 1066 | MARCOS ADELMO DOS REIS | 5/A | 5/B |
| 3612 | MARDIORI BOSCARI | 3/C | 3/D |
| 5684 | MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA | 2/B | 2/C |
| 2137 | MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA | 2/D | 2/E |
| 3295 | MARIA BEATRIZ KONFLANZ | 3/B | 3/C |
| 10527 | MARIA CELIA BADLHUK | 3/A | 3/B |
| 9209 | MARIA CLARICE SARTURI | 3/A | 3/B |
| 3299 | MARIA CLARICE SARTURI | 3/C | 3/D |
| 3317 | MARIA DE LURDES SICKA FERNANDES | 3/A | 3/B |
| 4283 | MARIA SELOI SALAMONI GAZZI | 3/C | 3/D |
| 583 | MARICI MENEGAT FRANCO | 4/C | 4/D |
| 6957 | MARILDE APARECIDA SCAPIN | 3/B | 3/C |
| 326 | MARILENE GIRARDI ESCHER | 1/E | 2/A |
| 6967 | MARILENE PADILHA MEIRELES DA SILVA | 3/B | 3/C |
| 596 | MARILENE SALETE SETTI | 4/B | 4/C |
| 10517 | MARILIA NEIS GODINHO | 3/A | 3/B |
| 1042 | MARINEIS ANA DAMBROS CASTELANI | 3/B | 3/C |
| 9877 | MARINEZ PEREIRA | 3/A | 3/B |
| 2014 | MARINEZ PEREIRA | 3/E | 3/F |
| 2577 | MARINEZ STEFAN DE MELLO | 1/D | 1/E |
| 6963 | MARISA LAPOLLI | 3/B | 3/C |
| 10522 | MARISTELA CORDEIRO DA SILVA | 1/A | 1/B |
| 8310 | MARIZETE THEVES | 3/A | 3/B |
| 10526 | MARIZETE ZAGO | 3/A | 3/B |
| 824 | MARLENE BAZIUK | 4/B | 4/C |
| 833 | MARLI TEREZINHA BARTOLI WOJEIC | 4/C | 4/D |
| 250 | MAURO ROGERIO DOS REIS | 5/C | 5/D |
| 5700 | MERILUCI TRENTA | 3/C | 3/D |
| 819 | MERILUCI TRENTA | 3/E | 4/A |
| 522 | MICHELLE DE SOUZA SANTOS | 3/C | 3/D |
| 4588 | MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ | 1/C | 1/D |
| 9873 | MIRIANE SINARA PRIES | 3/A | 3/B |
| 8512 | NEIVA TERESINHA BOSCARI MAFFESSONI | 3/A | 3/B |
| 9870 | NELCI MONTEIRO DA SILVA FRANÇA | 3/A | 3/B |
| 526 | NILVA CENDRON CZERNIAK | 3/C | 3/D |
| 9872 | NOELI CAVALHEIRO WERNER | 3/A | 3/B |
| 2410 | OLINDA SUZIN PARIZOTTO | 1/E | 2/A |
| 10524 | OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA | 3/A | 3/B |
| 724 | ORLI RIBEIRO TIBES | 3/D | 3/E |
| 6953 | PAULO SERGIO DE MORAES | 3/B | 3/C |
| 424 | RAQUEL TEREZINHA MORONA | 4/A | 4/B |
| 256 | RENATO VOGEL | 3/B | 3/C |
| 4279 | REANIR ANCIUTTI | 3/C | 3/D |
| 457 | RICARDO AZAMBUJA | 4/C | 4/D |
| 1112 | RITA SCHUMANN | 3/E | 4/A |
| 244 | ROSANE BORTOLINI STEIN | 3/C | 3/D |
| 558 | ROSANE FONSECA | 3/B | 3/C |
| 2580 | ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO | 1/C | 1/D |
| 1001 | ROSELI SALETE FERENC | 3/C | 3/D |
| 601 | ROSEMARI MENEGAT DE PAULA | 3/E | 4/A |
| 2945 | ROSILENE ZARDO | 3/E | 4/A |
| 3318 | ROSIMAR BORGES | 3/A | 3/B |
| 427 | ROZANGELA DE BASTIANI | 3/D | 3/E |
| 4589 | ROZANGELA PRETO VIVAN | 3/C | 3/D |
| 701 | RUTE ALVES PROENÇA | 4/A | 4/B |
| 5699 | SANDRA ELISA MUNCINELLI | 3/C | 3/D |
| 6961 | SANDRA MARA MOSCHETA DA SILVA | 3/B | 3/C |
| 774 | SANDRA MARIA FERREIRA | 3/D | 3/E |
| 8638 | SANDRA REGINA DOS SANTOS | 3/B | 3/C |
| 528 | SHIRLEY SCHIMITT | 3/E | 4/A |
| 3557 | SIDNEA DOMINIAK | 3/A | 3/B |

| | | | |
|------|--|-----|-----|
| 595 | SILESIA DE MENEZES VEIGA | 1/D | 1/E |
| 3304 | SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA | 3/C | 3/D |
| 917 | SIMONE FIGUEREDO DOS REIS | 3/B | 3/C |
| 1126 | SOELI APARECIDA DA SILVA | 3/E | 4/A |
| 4590 | SOLANGE MARGARETH CAMPOS | 3/C | 3/D |
| 3125 | SUZANA BEATRIZ SARI DOS REIS | 4/A | 4/B |
| 4267 | TANIA GOMES DE ALMEIDA CRACCO | 3/C | 3/D |
| 9875 | TEREZINHA ANDRIGHETTI NAVA | 3/A | 3/B |
| 204 | TEREZINHA APARECIDA FERREIRA BALDICERA | 4/B | 4/C |
| 719 | TEREZINHA AUERBACH | 4/B | 4/C |
| 6950 | TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI | 3/B | 3/C |
| 655 | TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI | 4/A | 4/B |
| 2356 | TEREZINHA ROSICLEIA KAMIENSKI | 3/C | 3/D |
| 3319 | VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD | 3/D | 3/E |
| 1265 | VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD | 4/A | 4/B |
| 923 | VANESSA COELHO DE SOUZA MAFFES | 2/B | 2/C |
| 8309 | VANESSA SOUZA DA SILVA GILIOLI | 3/A | 3/B |
| 656 | VANUSA ZART | 4/C | 4/D |
| 115 | VARDELEI FURLAN | 4/A | 4/B |
| 363 | VENICE DE CARLI TOSATTI | 5/E | 6/A |
| 654 | VERA LUCIA BRAUN BERARDI | 3/D | 3/E |
| 6960 | VERA LUCIA MUCHINSKI | 3/B | 3/C |
| 864 | VERA MARCIA WESTERLON DE OLIVEIRA | 1/D | 1/E |
| 283 | VILSON MEIRELES DA SILVA | 4/A | 4/B |
| 1036 | VIVIANE MAIRA PEREIRA | 4/A | 4/B |
| 127 | ZULEIDE APARECIDA PICOLI RIBEIRO | 4/C | 4/D |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.807

PORTARIA Nº 25.807, de 17 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de Servidores Públicos Municipais em caráter temporário, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com redação da MP nº 664, de 30 de dezembro de 2014,

Resolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, empregos públicos e de contrato temporário, lotados nas diversas Secretarias e órgãos municipais, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

| Código | Nome | Cargo | Local de Atuação | Total de Dias | Período – A Contar de: | | |
|--------|------------------------------------|---------------------------------------|---|---------------|-------------------------|--|--|
| 968 | Anastácia de Oliveira Bernardo | Profª de Ensino Fundamental I | EMEB Ir. Venâncio José | 15 dias | 03/08/2015 a 17/08/2015 | | |
| 1841 | Angela Maria Stavis | Especialista em Assuntos Educacionais | EMEB Morada do Sol | 29 dias | 03/08/2015 a 31/08/2015 | | |
| 828 | Bernadete Maria Ribeiro dos Santos | Profª de Ensino Fundamental I | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 30 dias | 10/08/2015 a 08/09/2015 | | |
| 7773 | Daniela da Silva | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Henrique J. Berger EMEB Alcides Tombini | 15 dias | 17/08/2015 a 31/07/2015 | | |
| 2573 | Elis Melani Hilgert de Almeida | Servente | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 15 dias | 07/08/2015 a 21/08/2015 | | |
| 732 | Elzira Costa | Servente | EMEB Alto Bonito | 30 dias | 04/08/2015 a 02/09/2015 | | |
| 216 | Iraci dos Santos | Profª de Ensino Fundamental I | EMEB Vereda dos Trevos | 60 dias | 03/08/2015 a 01/10/2015 | | |
| 1190 | Ivanir Aparecida Gonçalves | Servente | EMEB Hilda Granemann de Sousa | 30 dias | 28/07/2015 a 26/08/2015 | | |
| 10135 | Maria Elena Pereira Alves | Servente | CMEI Santa Terezinha | 15 dias | 13/08/2015 a 27/08/2015 | | |

| | | | | | |
|-----|-------------------------|--------------------------------|-------------------------|---------|-------------------------|
| 424 | Raquel Terezinha Morona | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Henrique J. Berger | 15 dias | 11/08/2015 a 26/08/2015 |
| 859 | Tereza Eclair Cardoso | Servente | EMEB Henrique J. Berger | 15 dias | 07/08/2015 a 21/08/2015 |

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs

| Código | Nome | Cargo | Local de Atuação | Total de Dias | Dias Lançados | Período – A Contar de: |
|--------|-------------------------------------|--------------------------------|--|---------------|---------------|-------------------------|
| 13693 | Aline Balbinotto | Profª de Ensino Fundamental II | EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa | 15 dias | 15 dias | 03/08/2015 a 17/08/2015 |
| 13850 | Deniane Alves Cardozo | Secretária Escolar | EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa | 15 dias | 15 dias | 10/08/2015 a 24/08/2015 |
| 13155 | Eliane Scotti Alvarenga | Profª de Educação Infantil | CMEI Pierina Adami | 15 dias | 15 dias | 27/07/2015 a 10/08/2015 |
| 13095 | Iodete Aparecida Antunes de Almeida | Profª Educação Infantil | CMEI Santa Terezinha | 15 dias | 15 dias | 16/07/2015 a 30/07/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.836

PORTARIA Nº 25.836, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, MAURICIO ZINI, Matrícula 3, cargo de Bioquímico, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Período de Aquisição | Período de Gozo |
|-------------------------|-------------------------|
| 01/01/1997 a 01/01/2002 | 01/10/2015 a 29/12/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.837

PORTARIA nº 25.837, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 16/07/2015 a 15/08/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

| Código | Nome | Nº de Dias/Horas/Data |
|--------|-----------------------------|-----------------------------------|
| 9497 | Elisiane Cardoso da Piedade | 14/08/2015 – 06hs |
| 64 | Maurício de Oliveira | 24/07/2015 – 06hs |
| 85 | Vanderlei Santos | 12/08/2015 - 06hs |
| 89 | José Maria Gomes | De 03/08/2015 a 07/08/2015 - 30hs |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
Presidente da FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.840

PORTARIA Nº 25.840, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

Resolve:
REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, unidade escolar e data de início da redução, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | De | Para | Unidade escolar | Período/A contar de: |
|--------|------------------|---------------------------------|----|------|----------------------------|----------------------|
| 13723 | Raquel Benjamini | Professor Ensino Fundamental II | 30 | 20 | EMEB Henrique Julio Berger | 10/08/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.841

PORTARIA Nº 25.841, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

Resolve:
ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária anterior, carga horária atual, escola e período, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | De | Para | Escola de atuação | Período - A Contar de de: |
|--------|------------------------------------|---------------------------------|----|------|--|---------------------------|
| 13243 | Adriana Kabel Mezomo | Professor Educação Infantil | 20 | 40 | CMEI Santa Clara, V.V. Andreia Carla Comel, Licença Prêmio | 03/08/2015 a 31/10/2015 |
| 13934 | Eladir Maria Maciel | Profª Ensino Fundamental I | 20 | 40 | EMEB Ir. Venâncio José, VV. Anastacia Bernardo, Lic. Trat. Saúde/Licença Prêmio | 05/08/2015 a 16/10/2015 |
| 13739 | Eliana Ramos Batista Padilha | Profª Ensino Fundamental I | 20 | 40 | EMEB Vereda dos Trevos, V.V. Iraci dos Santos, Lic. Trat. Saúde | 03/08/2015 a 01/10/2015 |
| 13871 | Jani Lais dos Santos Alves | Profª de Nível Médio | 10 | 15 | EMEB Morada do Sol, Vaga excedente, face desistência de outro servidor | 06/08/2015 a 18/12/2015 |
| 13896 | Juliana Vogues Ribeiro | Profª Ensino Fundamental I | 20 | 40 | EMEB Tabajara, VV. Hilda Preveda, à disposição Laboratório Informática | 06/08/2015 a 18/12/2015 |
| 13915 | Marinei Aparecida Cardoso Saldanha | Profª Ensino Fundamental II | 18 | 26 | EMEB Henrique J. Berger, VV. Daniela da Silva, Lic. Trat. Saúde | 17/08/2015 a 31/08/2015 |
| 13262 | Tiago Bressan Costa | Professor Ensino Fundamental II | 22 | 32 | 06hs-EMEB Walsin Nunes Garcia e 04hs- EMEB Tabajara, face desistência outro servidor | 17/08/2015 a 18/12/2015 |
| 13933 | Vilmari Aparecida Maçaneiro | Profª Ensino Fundamental II | 10 | 34 | EMEB Pierina Santin Perret, Vaga excedente, face a rescisão de contrato | 04/08/2015 a 29/08/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 93-2015, PR – Nº 66-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 93-2015, PR – Nº 66-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS RECOLHIDOS A MAIOR OU INDEVIDOS, NOS ÚLTIMOS SESSENTA MESES, ARRECADADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/09/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/09/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 01 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 15 CMDCA

Resolução 15/2015 de 01 de setembro de 2015

Dispõe sobre o repasse de recursos do FIA para a Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 01 de setembro de 2015, Ata nº 320.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA para o pagamento de 1000 (mil) folders para divulgação do Serviço de Acolhimento Familiar- Modalidade Família Acolhedora da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS. Favorecido: Print Show e Serv. Ltda. CNPJ: 01.164.119/0001-62. Valor: R\$ 507,00 (quinhentos e sete reais). C/C 42.466-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de setembro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Camboriú

PREFEITURA

LEI N.º 2.845/2015

LEI N.º 2.845/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "Rua Rio Itoupava", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada Y", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7430, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 01 de setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 014/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015-FUNDESB- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERTO DE PNEUS DA FROTA PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ..

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 68/2015

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 68/2015)

Às 14h do dia 02/09/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA TP 70/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 70/2015)

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 70/2015, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros, à Rua Benjamin Constant 444, Centro neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: JDI Construtora Ltda – CNPJ: 00.532.657/0001-08, Bruvetec Engenharia e Construções Ltda CNPJ – 05.401.426/0001-70, LN Construções Ltda - CNPJ – 10.834.999/0001-28 e PRK Engenharia e Construções Ltda - CNPJ -05.015.251/0001-63. A licitante JDI Construtora Ltda credenciou como representante na sessão a Sra. Joice Mari da Silva Bail, a licitante LN Construções Ltda credenciou como representante na sessão o Sr. Tonny Christian Negreli. As licitantes PRK Engenharia e Construções Ltda e Bruvetec Engenharia e Construções Ltda não credenciaram representantes na sessão. Participou como ouvinte a Sra. Micheli Pscheidt. Todas as licitantes comprovaram enquadramento como ME ou EPP através da Certidão Simplificada. Passou-se a análise dos Documentos das licitantes, sendo consideradas todas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e demais presentes, a empresa LN Construções Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 158.781,89, a empresa PRK Engenharia e Construções Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 159.181,94, a empresa Bruvetec Engenharia e Construções Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 164.216,91 e a empresa JDI Construtora Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 169.341,93.

A Comissão julgou a empresa LN Construções Ltda vencedora da presente licitação, com o valor R\$ 158.781,89. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.271 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.271 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

| | | | | |
|---------------------|--|--------------|--|--|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência | | | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | | | |
| 08.244.0076.2.811 - | Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família | | | |
| 400000.00.440 - | Despesas de Capital | | | |
| 440000.00.440 - | Investimentos | | | |
| 449000.00.440 - | Aplicações Diretas | | | |
| 449052.00.440 - | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 1.000,00 | | |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

| | | | | |
|---------------------|--|--------------|--|--|
| 08.244.0076.2.811 - | Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família | | | |
| 300000.00.440 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.440 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.440 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339039.00.440 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 1.000,00 | | |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.272 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.272 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NOS DIAS 06 e 07 DE SETEMBRO DE 2015, POR OCASIÃO DOS DESFILES CÍVICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o fechamento da Rua Generoso Fragoso, no Distrito de Fragosos, neste Município, a partir das 07h30min até as 10h do dia 06/09/2015 "Domingo", por ocasião do DESFILE CÍVICO EM COMEMORAÇÃO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Art.2º) Fica autorizado o fechamento da Rua João Pius Schindler, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, a partir das 09h até as 12h do dia 06/09/2015 "Domingo", por ocasião do DESFILE CÍVICO EM COMEMORAÇÃO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Art.3º) Fica autorizado o fechamento da Avenida Dr. Getúlio Vargas entre as Ruas Altamiro Lobo Guimarães e Rua Cel. Bueno Franco, no Centro do Município, a partir das 07h30min até as 11hs do dia 07/09/2015 (segunda-feira), por ocasião do DESFILE CÍVICO EM COMEMORAÇÃO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Art.4º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento dos mencionados logradouros públicos para a realização dos Desfiles Cívicos, a fim de promoverem a segurança pública nos referidos locais.

Art.5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 114/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 114/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 114/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF – Programa Saúde na Família, em data de 02 de Setembro de 2015, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário

Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 115/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 115/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 115/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – Programa Saúde Bucal, em data de 02 de Setembro de 2015, no valor de R\$ 2.230,00 (dois duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 116/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 116/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 116/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 12 de Agosto de 2015, no valor de R\$ 59.048,63 (cincoenta e nove mil, quarenta e oito reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 117/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 117/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 117/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 12 de Agosto de 2015, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil, cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 118/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 118/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 118/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 02 de Setembro de 2015, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 119/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 119/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 119/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – PBFI – PISO BÁSICO FIXO IDOSO, em data de 27 de Agosto de 2015, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 120/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 120/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 120/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com

sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGDBF – BOLSA FAMÍLIA, em data de 19 de Agosto de 2015, no valor de R\$ 1.103,09 (um mil cento e três reais e nove centavos).

Campo Alegre/SC., 02 de Setembro de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

LEI Nº 4.352 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 4.352 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA DENOMINAÇÃO DA ESTRADA RIO REPRESO, PARA PAULO JÜRGENSEN.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica alterada a denominação da Estrada Rio Represo, no Município de Campo Alegre/SC., para PAULO JÜRGENSEN.

Parágrafo Único – A via ora denominada tem a extensão de 2.180,00 metros, iniciando na divisa com o Município de São Bento do Sul/SC, percorrendo a distância de 575,00 metros até o entroncamento com a RM-360, deste ponto percorre mais uma distância de 1.605,00 metros, até o entroncamento da RM-130 com a Rua Francisco Zoellner, estando identificada no Mapa/Croqui em anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

JOSE LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.198 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.198 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema Sob nº 954633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 08 de Setembro de 2015 á 28 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.199 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.199 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015
REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 10.019 DE 06 DE JUNHO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 10.019 de 06 de Junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,
02 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.200 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 12.200 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 6.999 de 07 de Junho de 1982; Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 em seu Art. 75; da decisão/prejulgado nº 0065/1992 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e do Ofício 030ZE/EFD nº 038-2015 de 17 de Junho de 2015;

Considerando a correspondência datada de 17 de Junho de 2015 firmada pelo Exmo. Juiz Eleitoral Sr. Luís Paulo Dal Pont Lodetti e por nós recebida via e-mail, a qual solicita Servidor Público Municipal para atuar como Auxiliar Eleitoral no Cartório da 30ª Zona Eleitoral de São Bento do Sul/SC.;

RESOLVE:

Art.1º) Ceder a partir de 03 de Setembro de 2015, a Servidora Pública Municipal ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2.694 em data de 01 de Outubro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como Auxiliar Eleitoral no Cartório da 30ª Zona Eleitoral de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único: A cessão de que trata o caput deste Artigo será até a data de 31 de Dezembro de 2016.

Art.2º) A remuneração da Servidora cedida ficará com ônus do Município de Campo Alegre/SC., não tendo qualquer vínculo empregatício com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2015

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PREGÃO 86/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto a aquisição de ADUBO 05-20-10, em sacos de 50kg, para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Adubo", criado através da Lei Municipal nº 4.172 de 06/08/2014, conforme tabela abaixo:

| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO |
|---------------------------|------------|---------|---------------------------------|------------------------------|
| 01 | 160 | SACO | ADUBO 05-20-10. SACO COM 50 KG. | R\$ 63,00 |
| VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO | | | | R\$ 10.080,00 |

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, com FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 16/09/2015, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 16/09/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| | | |
|---------------------|--------------|---|
| Entidade | 1 | Prefeitura Municipal de Campo Alegre |
| Órgão | 7.00 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico |
| Unidade | 7.01 | Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente |
| Função | 20 | Agricultura |
| Subfunção | 606 | Extensão Rural |
| Programa | 28 | Agregação de Renda ao Produtor Rural |
| Projeto | 1.041 | Distribuição de Sementes de Milho, Feijão e Adubação Orgânica |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.32.00 | Material de Distribuição Gratuita |
| Recurso | 896 | Recursos Ordinários |

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 86/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 03 de setembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 14/2015

Portaria nº 14, de 02 de Setembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Contador, Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2013 a 02 de Janeiro de 2014 e pagamento de um terço de férias.

Art. 2º) O servidor gozará férias no período de 08 de Setembro de 2015 a 17 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 02 de Setembro de 2015.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

Campo Erê

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1596/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 hs do dia 21 de Setembro de 2015, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1596/2015 na modalidade de Tomada de Preços Nº 06/2015 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a Construção da Cobertura do Acesso Principal do CEI Turma da Mônica, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs as 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, ou pelo telefone (49) 3655-3035, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê, SC, 02 de Setembro de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

PREFEITO MUNICIPAL

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

MOÇÃO Nº 92/2015

MOÇÃO Nº 92/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a homenagem a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo do Município de Campos Novos- SC, por meio de seus Representantes Legais, a pedido do Vereador Irineu Armando Osório Junior "Piratuba", manifesta integral e irrestrita Parabenização a Doutora...

"ANA CRISTINA FERRO BLASI"

Pela sua nomeação para mandato de 02 (dois) anos como Juíza Titular do TRE-SC (Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina). Ato este que foi assinado pela presidente Dilma Rousseff.

É com grata satisfação que parabenizamos Vossa Excelência, pois somos sabedores de sua competência, dedicação, empenho e comprometimento. Temos certeza que representará à altura a advocacia Catarinense.

Sentimo-nos orgulhosos em saber que vossa senhoria possui raízes em nossa cidade.

Aproveitamos o ensejo para reiteramos nossos votos de estima e consideração e desejarmos pelo sucesso em sua brilhante carreira!

Sala das Sessões, em 31/08/2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa Continuação moção nº. 92/2015...

| | |
|---------------------------------------|---|
| Dirceu José Kaiper Vice-Presidente | Maurílio Castro Campagnoni 1º Secretário |
| Adavilson Telles 2º Secretário | Irineu Armando Osório Junior Vereador |
| Jocil Pedro Pereira | José Tadeu Guzzatti |
| Vereador | Vereador |
| Ricardo Damásio | Rui Jorge Tomazoni |
| Vereador | Vereador |

MOÇÃO Nº 93/2015

MOÇÃO Nº 93/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal para que este determine, junto ao setor competente a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita Parabenização a...

"RODOLFO SUR NETO"

Pela grande conquista de dois ouros no Judô, consagrando-se Campeão "Sul - Brasileiro e Campeão Open Sul-Americano", evento esse que se realizou no ultimo sábado e domingo na cidade de Gramado/RS.

Oito atletas de Campos Novos participaram das competições, acompanhados do professor de judô Elói Nivaldo Sur. Rodolfo Sur Neto disputou na categoria juvenil sub-18, peso leve 73 kg e sagrou-se campeão Sul-brasileiro e campeão Open Sul-americano, duas conquistas importantes que levam o nome de Campos Novos. Participaram do evento judocas Brasileiros e judocas do Continente Sul - Americano.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações aos judocas e ao professor Elói Nivaldo Sur, desejamos sucesso no decorrer de sua carreira, e que esta conquista sirva de estímulo para os próximos eventos que virão.

Sala das Sessões, em 31/08/2015

Nelson Carafa

Presidente da Mesa Continuação moção nº. 93/2015...

| | |
|---------------------------------------|---|
| Dirceu José Kaiper Vice-Presidente | Maurílio Castro Campagnoni 1º Secretário |
| Adavilson Telles 2º Secretário | Irineu Armando Osório Junior Vereador |
| Jocil Pedro Pereira | José Tadeu Guzzatti |
| Vereador | Vereador |
| Ricardo Damásio | Rui Jorge Tomazoni |
| Vereador | Vereador |

MOÇÃO Nº 94/2015

MOÇÃO Nº 94/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE REPÚDIO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, a pedido do vereador Maurilio castro Campagnoni (Cássio) por meio de seus representantes legais, vem manifestar integral e irrestrito repúdio a...

"MEDIDA PROVISÓRIA Nº 202/2015"

Considerando que a Medida Provisória 202/2015, criada pelo Governo do Estado de Santa Catarina que "Dispõe sobre as Formas de Cumprimento de Jornada de Trabalho e o Banco de Horas no âmbito das Instituições Militares Estaduais e Estabelece Outras Providências".

A referida MP além de retirar alguns direitos do funcionalismo

Militar estará alterando a escala de serviço e o regime de compensação de horas com a qual todos os municípios terão de adequar-se, esta medida pretende também alterar o banco de horas criado através da Lei Complementar nº 614 de 20 de dezembro de 2013. Considerando que um dos programas que será mais prejudicado, com a aprovação de tal medida, gerando um impacto negativo gigantesco é o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) pois, atualmente o programa atende alunos de 5º e 7º anos do ensino fundamental dos municípios de Campos Novos, Brunópolis, Zortéa, Vargem e Erval Velho, e conforme inciso I do art. 3º da MP nº. 202/2015, este Programa terá condições de atender somente o município de Campos Novos, deixando a desejar nos demais.

Considerando, ainda, que repentinamente a MP nº 202/2015 retira do policial o benefício em caso de décimo terceiro, licença, núpcias, luto e até em casos em que o policial se machuque fora do serviço. Considerando que todos os Municípios terão que se adequar a referida escala que foi proposta, pois foi instituída a nota de instrução nº. 001/2015 que se refere a jornada de trabalho e banco de horas dos servidores.

Considerando que a MP 202/2015 criada pelo Governo do Estado de Santa Catarina como altera benefícios e escalas de trabalho na Segurança Pública, e que segundo parecer jurídico emitido pela Associação dos Oficiais Militares de Santa Catarina (Acors) a alteração é inconstitucional pois é vedada alteração de regime jurídico, direitos e garantias através de Medida Provisória.

Diante do exposto, solicitamos que seja enviado aos responsáveis o nosso Repúdio e que sejam tomadas medidas cabíveis urgentes para o Cancelamento e ou Rejeição da Medida Provisória nº. 202/2015 tendo em vista que ela é prejudicial na totalidade de suas propostas, pois estará afetando diretamente nossa população catarinense.

Sala das Sessões, em 31/08/2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

| | |
|---------------------------------------|---|
| Dirceu José Kaiper Vice-Presidente | Maurílio Castro Campagnoni 1º Secretário |
| Adavilson Telles 2º Secretário | Irineu Armando Osório Junior Vereador |
| Jocil Pedro Pereira Vereador | José Tadeu Guzatti Vereador |
| Ricardo Damásio Vereador | Rui Jorge Tomazoni Vereador |

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 801/2015

PORTARIA Nº. 801/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ANTONIA LUCACHINSKI MARCONDES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/08/2015, conforme comunicação interna nº 319/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 806/2015

PORTARIA Nº. 806/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que a Secretária Municipal de Saúde, Sra. TELMA REGINA BLEY estará em férias no período de 08/09/2015 à 22/09/2015, conforme comunicação interna nº 257/SMS/2015;

Resolve:
NOMEAR INTERINAMENTE

Art. 1º - Fica nomeada interinamente ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, no período de 08/09/2015 a 22/09/2015, conforme comunicação interna nº 257/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 809/2015

PORTARIA Nº. 809/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ELIANE SOUZA ORTIZ, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 810/2015

PORTARIA Nº 810/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, Resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação a MARILZA APARECIDA REICHARDT MUNHOZ DA CRUZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 01/09/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 811/2015

PORTARIA Nº. 811/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a MARIA LUIZA ENDLER BETTO, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 01/09/2015 a 15/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 812/2015

PORTARIA Nº. 812/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a ADRIANA FARIAS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 14/09/2015 a 28/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a DANIELE LUDKA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 14/09/2015 a 28/09/2015,

conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a LUCIANI MARIN HAUFFE, efetiva no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 14/09/2015 a 03/10/2015, conforme requerimento.

Art. 4º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a JOVANA MARIA MARIN GONÇALVES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/09/2015 a 22/09/2015, conforme requerimento.

Art. 5º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a DÉCIO GIOVANI ALVES VIEIRA, efetivo no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2008, a desfrutar no período de 02/09/2015 a 11/09/2015, conforme requerimento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 816/2015

PORTARIA Nº. 816/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, Resolve:
DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARCIA REGINA CONCEIÇÃO VICENTE, efetivo no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/09/2015, conforme comunicação interna nº 326/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 821/2015

PORTARIA Nº. 821/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 5.139/2013, Resolve: NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Educador Social Masculino, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa de Passagem Nova Canaã), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o profissional GUSTAVO LEANDRO DE ARAÚJO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 45505, e convocado conforme Edital nº 055 de 24 de Julho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/09/2015, conforme comunicação interna nº 206/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 822/2015

PORTARIA Nº. 822/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor NELSON VARELA DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO Nº PMC 96/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 157/2015
PREGÃO N.º PMC 96/2015 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 18/09/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 98/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 159/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 98/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/09/2015, às 14h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, RETROESCAVADEIRA E DE M³/KILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 17/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0061/2015

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0061/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: EIV GRAFICA CENTRAL EIRELI - ME Valor : 11.504,00 (onze mil quinhentos e quatro reais) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0064/2015

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0064/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: GRAFICA E EDITORA VISOGRAF LTDA ME Valor : 1.446,00 (um mil quatrocentos e quarenta e seis reais) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0062/2015

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0062/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP Valor : 8.084,80 (oito mil e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0065/2015

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0065/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME Valor : 1.172,90 (um mil cento e setenta e dois reais e noventa centavos) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0063/2015

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0063/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: GRAFICA E EDITORA BLUMEN LTDA. Valor : 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0066/2015

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0066/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: NOVA PRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA Valor : 10.113,96 (dez mil cento e treze reais e noventa e seis centavos) Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório....: 00030 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde</p> | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | |

FMS CONTRATO 0067/2015

| | | |
|--|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0067/2015 | | |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| Contratada...: OUROGRAF-SERVICOS GRAFICOS LTDA | | |
| Valor : 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais) | | |
| Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 02/09/2016 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015 Processo_Licitatô-rio....: 00030 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impres- so para utilização nas atividades do Fundo Municipal de Saúde | | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | | |

PMC CONTRATO 0253/2015

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0253/2015 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: LANHI ADVOGADOS | | |
| Valor : 17.630,68 (dezesete mil seiscentos e trinta reais e ses- senta e oito centavos) | | |
| Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015 | | |
| Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015 | | |
| Processo_Licitatório....: 000147 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : Contratação de serviços técnicos profissionais de consul- toria e assessoria jurídica especializada, para atendimento da demanda jurídica, especialmente no contencioso judicial e administrativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais para o período de agosto a dezembro de 2015, podendo ser prorrogado para o próximo exercício, sem vínculo empregatício | | |
| Capinzal, 2 de Setembro de 2015 | | |

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0151/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0033/2015

Processo Licitatório Nº 0151/2015

Dispensa de Licitação Nº 0033/2015

ORLANDO THOLL, Secretário de Administração, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 0151/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenheiro eletricista, com ART, para fiscalização de execução de subestação 112,5 KVA, localizada no Centro de Reabilitação Profissional e ESF, sito à Rua Ermelinda Debastiane Thomazoni, Loteamento Lar Imóveis, no município de Capinzal/SC, com Repasse do Ministério Público do Trabalho - MPT.

FORNECEDOR

| Item | Qdade | Un | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
|-------|-------|----|--|----------------------------|-------------|-------------|
| 1 | 1,00 | UN | Serviço de engenheiro eletricista, com ART, para fiscaliza- ção de execução de subestação 112,5 KVA localizada no Centro de Reabilitação Profissional e ESF. | MARCELO A DUAR- TE - ME | 1.800,00 | 1.800,00 |
| Total | | | | | | 1.800,00 |

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

| Fornecedor | Itens |
|--------------------------------------|-------|
| MARCELO ANTONIO DUARTE - ME | 001 |
| 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) | |

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 219 - Construção, ampliação e reaparelhamento de Unidade

Órgão: 7 - SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 1 - SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 1.067 - Construção, ampliação e reaparelhamento de Unidade
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 2 de setembro de 2015
ORLANDO THOLL
PREFEITO MUNICIPAL

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/36/2015**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/36/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 02.089.950/0001-60

OBJETO: TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/25/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 0,18 (DEZOITO CENTAVOS) POR FATURA CONFECCIONADA, IMPRESSA, ENVELOPADA E ENTREGUE AO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2015

VIGÊNCIA: 01/09/2015 A 31/08/2016

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 08 CONTRATO 37/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 08 AO CONTRATO Nº. 37/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Empresa LEANDRO PAGLIARI - ME, com sede na(o) Linha Caroba, s/n, no Município de Planalto Alegre – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.421.679/0001-71 neste ato representado por seu representante legal Senhor LEANDRO PAGLIARI, doravante denominado CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 30/2014 - Toma da de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2014, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 37/2014, visando à prorrogação do prazo de vigência, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 15 (quinze) dias. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de Agosto de 2015 fica prorrogado até 15 de Setembro de 2015, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 28 de Agosto de 2015.

| | |
|--------------------|-----------------------|
| VILMAR FOPPA | LEANDRO PAGLIARI - ME |
| PREFEITO MUNICIPAL | CONTRATADA |

Testemunhas:

1) Nome:
CPF:

2) Nome:
CPF:

Celso Ramos

PREFEITURA

ADITIVO 2/2015

MINUTA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 51/2014

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA INOVAR CONSTRUÇÕES.

Pelo presente termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular a senhora INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, prefeita municipal, residente e domiciliado no município de Celso Ramos - SC, e a empresa INOVAR COSNTRUÇÕES – SEDENIR DE LORENZI, inscrita no CNPJ nº 13.793.660/0001-19, com sede na Rua Dom Daniel Hostin, Centro, município de Celso Ramos - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada por SEDENIR DE LORENZI, inscrito no CPF sob o nº 050.948.279-10, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 51/2014, Tomada de Preços 02/2014, que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula 2.1 do Contrato Administrativo 51/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogado por 180 dias o prazo previsto na Cláusula 2.1 do Contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 10 de julho de 2015.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

.....
Inovar Construções
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 342/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 342/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 180 (cento e oitenta dias) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Conselheira Tutelar MARCIA SCHRODER HINTEMANN licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 31.08.2015 a 14.09.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 165 (cento e sessenta e cinco dias) dias, de 15.09.15 a 26.02.16, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 31.09.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de setembro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 – FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para a impressão de revista informativa destinada a promoção e difusão das Ações em Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/09/2015.

Abertura: dia 21/09/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 02 de setembro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 9/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015 – PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa especializada em soluções ambientais, para prestação de serviços de recolhimento de galhos e de resíduos de podas de árvores nas vias, logradouros e praças públicas do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP, LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME, OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, EMPREITEIRA KALB LTDA EPP que a licitante ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, interpôs, na data de 01 de setembro de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 02 de setembro de 2015.

ANGELO BENINI FANTIN

Pregoeiro

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa STI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-ME, inscrita no CPNJ sob o nº 09.570.302/0001-70, Avenida Crispim Furquim de Siqueira, 1559, Centro- Itaperuçu-PR CEP 83560-000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência. O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.2 do Edital, acarretará na aplicação das penas prevista no item 18.1 do Edital.

Concórdia, SC, 02 de setembro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 01 de setembro de 2015, para a locação de um imóvel, com 249,42m², localizado na Rua Domingos Machado de Lima, nº 574, Centro, neste Município, para instalação da Secretaria Municipal de Agricultura, a favor da empresa: CLAIR PIERINA FACIN & CIA LTDA, no valor total de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

PORTARIA Nº 13/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015-FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 13/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Resolve:

Art. 1º Fica desligado o servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Cultura, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Técnico Artístico I, a partir de 1º de Setembro de 2015, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA Nº 52/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 52/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ILIS SCHIENEMEIER.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora ILIS SCHIENEMEIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Consultório Odontológico, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 3-35-GOB2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 87475-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 53/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 53/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Idade ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Artístico I, 40 (quarenta) horas semanais, nível 5-40-GFA1, do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Cultura, matrícula nº 114405-01, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 54/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 54/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora ENEDIR BERNARDI SGANZERLA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, §§ 1º, I, 3º, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 46 e seguintes e 105 da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora ENEDIR BERNARDI SGANZERLA para o

exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora ENEDIR BERNARDI SGANZERLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOB2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 94692-01, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 55/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON
PORTARIA Nº 55/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.
Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora LORECI DE CASTRO KNOB.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora LORECI DE CASTRO KNOB para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora LORECI DE CASTRO KNOB, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOB1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 94609-01, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 56/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON
PORTARIA Nº 56/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.
Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora MARIA SALETE ALVES DA SILVA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, §§ 1º, I, 3º, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 46 e seguintes e 105 da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009, e considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora MARIA SALETE ALVES DA SILVA para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora MARIA SALETE ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOA2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 102946-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 57/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 57/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora NEDIANA FATIMA MATIELLO PILONI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, §§ 1º, I, 3º, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 46 e seguintes e 105 da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora NEDIANA FATIMA MATIELLO PILONI para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora NEDIANA FATIMA MATIELLO PILONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 6-35-GTB1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 101443-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 58/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 58/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor VALDEMAR DEZZANETTI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto

no art. 40, §§ 1º, I, 3º, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 46 e seguintes e 105 da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva do servidor VALDEMAR DEZZANETTI para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, ao servidor VALDEMAR DEZZANETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 62634-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 59/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 59/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora VANILSE TERESINHA MASSOCO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora VANILSE TERESINHA MASSOCO para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro de 2015, à servidora VANILSE TERESINHA MASSOCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOB2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 98809-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 60/2015, DE 2 DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 60/2015, DE 2 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora DENISE ZANELLA ZABLOCKI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999, e considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora DENISE ZANELLA ZABLOCKI para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de setembro de 2015, à servidora DENISE ZANELLA ZABLOCKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 6-35-GFA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, matrícula nº 88803-01, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 2 de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 61/2015, DE 2 DE SETEMBRO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 61/2015, DE 2 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora SOELI DE SOUZA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 39/2015, de 16 de junho de 2015, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora SOELI DE SOUZA para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de setembro de 2015, à servidora SOELI DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOA2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 96253-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 2 de setembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 420/2015

DECRETO Nº 420/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. JOANA LIS CENCI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta, SC, 01 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 421/2015

DECRETO Nº 421/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. DAIANE PIZZATTO GABRIEL, no cargo de Agente Comunitária de Saúde – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de Setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 422/2015

DECRETO Nº 422/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. ITAMARA POMPERMAIER, no cargo de Agente Comunitária de Saúde – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de Setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 423/2015

DECRETO Nº 423/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 01 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 424/2015

DECRETO Nº 424/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/02/2014 a 07/02/2015, que serão gozadas a partir de 19/10/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de Setembro de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

TAISA BORSOI Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 425/2015

DECRETO Nº425/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, inciso IV, e o disposto na Lei Municipal Nº 431/2000,

Considerando a necessidade de alteração dos Representantes da Prefeitura Municipal, Representantes da Sociedade Civil e Representantes a convite do Prefeito Municipal,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, para comporem o Conselho Municipal Antidrogas de Cordilheira Alta, os seguintes membros:

I – Representantes da Prefeitura Municipal:

- a) Sidônia Salete Cecon Merisio – Representando a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) Edimar dos Passos – Representando a Secretaria Municipal de Educação;
- c) Liciane Magnanti Pasa – Representando a Secretaria Municipal da Cultura e Esporte;
- d) Sonia Cristina Della Torres Briancini – Representando a Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Beloni Graças Mucelin Marconi
- b) Edmilson Garcia
- c) Evandro Borsoi
- d) Eloá Carla Forcelini Guaragni

III – Representantes a convite do Prefeito Municipal:

a) Assistente Social – Márcia Dalagasperina Boff

b) Polícia Militar – Ângelo Santo Martins

c) Autoridade Estadual de Ensino no Município – Olivandro Juliano Marina

Art. 2º O Conselho será presidido pela Sra. Márcia Dalagasperina Boff, de acordo com o Art. 4º da Lei 431/2000.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal Antidrogas, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para o Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 184/2013.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Setembro de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 426/2015

DECRETO Nº426/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMISSÃO TÉCNICA INTERPROFISSIONAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, -Considerando a necessidade de alteração de membros da Comissão Técnica Interprofissional,

DECRETA:

Art. 1º. Em atenção a Lei n. 910/2010, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre o Programa de Acolhimento Domiciliar para crianças e Adolescentes, Idosos e Pessoas com deficiência, ou em situação de risco social, nos termos dos artigos 5º e 6º, ficam nomeados os membros da Comissão Técnica Interprofissional com a seguinte composição:

I – Psicólogo do quadro de servidores do Município:

Fernanda Michelle Muller Nichel Buss

II – Assistente Social do quadro de servidores do Município:

Márcia Dalagasperina Boff

III – Enfermeiro do quadro de servidores do Município:

Zenilda Malacarne Stakonski

Art. 2º. Os trabalhos da comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 279/2013.

Cordilheira Alta SC, 02 de Setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

DECRETO N. 427/2015

DECRETO Nº 427/2015

"RETIFICA O DECRETO N. 327/2015, QUE Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel localizado no Loteamento Rosa Linda, quadras nº 18 e 19, neste Município, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº 327/2015, nos seguintes termos:

Onde se lê: Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pelo Município de Cordilheira Alta, por ser necessário para a implantação da estação de tratamento e reservatório de água tratada, o imóvel assim descrito: quadras nº 18 e 19, com 7.385,56m² e 7.487,54m², respectivamente, do Loteamento Rosa Linda, neste Município, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob a matrícula nº 52.995.

Leia-se: Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pelo Município de Cordilheira Alta, por ser necessário para a implantação da estação de tratamento e reservatório de água tratada, o imóvel assim descrito: quadras nº 18 e 19, com 7.487,54m² e 7.487,54m², respectivamente, do Loteamento Rosa Linda, neste Município, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob a matrícula nº 52.995.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Cordilheira Alta, SC, 02 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO N.417/2015

DECRETO N. 417/2015 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. .SUZANE EVELIN PROVENSI, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL NOTIFICAÇÃO - RECEBIMENTO 5ª PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio, no valor de R\$ 15.809,88 (quinze mil oitocentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 31 de agosto de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental, no valor de R\$ 5.696,56 (cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Cordilheira Alta SC, 31 de agosto de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

TF MÊS 08/2015**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 03/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 996,79 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 598,07 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 398,72 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 04/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 1.573,67 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 944,20 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 629,47 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 05/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 55.371,68 |
| 4.1.7.2.1.33.03.00.00 | Agentes Comunitários de Saúde - ACS | 7.098,00 |
| 4.1.7.2.1.33.04.00.00 | Saúde da Família - SF | 8.000,00 |
| 4.1.7.2.1.33.05.00.00 | Programa de Assistência Farmaceutica Basica | 1.623,08 |
| 4.1.7.2.1.33.07.00.00 | Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS | 2.554,88 |
| 4.1.7.2.1.33.08.00.00 | Saúde Bucal - SB | 4.460,00 |
| 4.1.7.2.1.33.13.00.00 | PMAQ (RAB - PMAQ - SM) | 6.600,00 |
| 4.1.7.2.1.33.15.00.00 | Transferencia de recursos do SUS NASF | 8.000,00 |
| 4.1.7.2.1.35.04.00.00 | Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 9.363,41 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 4.603,39 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 3.068,92 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 06/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 1.047,61 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 628,57 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 419,04 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 07/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|---|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 13.772,51 |
| 4.1.7.2.1.22.20.00.00 | Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais | 4.487,70 |
| 4.1.7.2.1.33.02.00.00 | Piso de Atenção Básica - PAB | 8.382,83 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 541,19 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 360,79 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 10/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 215.660,40 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.01 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 134.457,58 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.02 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 67.228,79 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.03 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 47.309,15 |
| 4.1.7.2.1.35.03.00.00 | Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 2.052,00 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 8.647,18 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 5.764,79 |
| 9.1.7.2.1.01.02.10.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A | -49.799,09 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 11/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 3.574,43 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.144,66 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 1.429,77 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 12/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 34.361,74 |
| 4.1.7.2.1.35.01.00.00 | Transferências do Salário-Educação | 14.933,99 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 11.656,65 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 7.771,10 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 13/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 35.997,59 |
| 4.1.7.2.1.33.17.00.00 | Transf do FNS BLMAC | 3.473,89 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 19.514,22 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 13.009,48 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 14/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 1.605,97 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 963,58 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 642,39 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 17/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|---|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 2.968,12 |
| 4.1.7.2.1.35.03.00.00 | Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 1.890,00 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 646,87 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 431,25 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 18/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 1.280,90 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 768,54 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 512,36 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 19/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 2.115,61 |
| 4.1.7.2.1.34.04.00.00 | Transf. de Recursos do FNAS - IGDB | 687,50 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 856,87 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 571,24 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 20/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 40.241,27 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.01 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 23.077,23 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.02 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 11.538,62 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.03 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 8.119,77 |
| 4.1.7.2.1.01.05.01.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural | 8,51 |
| 4.1.7.2.1.01.05.02.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural | 4,25 |
| 4.1.7.2.1.01.05.03.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural | 2,99 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 3.624,10 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.416,06 |
| 9.1.7.2.1.01.02.10.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A | -8.547,11 |
| 9.1.7.2.1.01.05.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR | -3,15 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 21/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 7.441,97 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 4.465,18 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.976,79 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 24/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 2.990,69 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 1.794,41 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 1.196,28 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 25/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 7.313,55 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 4.388,13 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.925,42 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 26/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 9.379,59 |
| 4.1.7.2.1.22.70.00.00 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | 5.795,61 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.150,39 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 1.433,59 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 27/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|---|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 23.185,31 |
| 4.1.7.2.1.34.05.00.00 | Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS | 18.000,00 |
| 4.1.7.2.1.34.07.00.00 | Transf. de recursos do FNAS - SCFV | 1.848,89 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 2.001,85 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 1.334,57 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 28/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 133.944,10 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.01 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 83.115,60 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.02 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 41.557,80 |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.03 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 29.244,38 |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 6.485,92 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 4.323,95 |
| 9.1.7.2.1.01.02.10.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A | -30.783,55 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 31/08/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie | | Recebido no Período |
|-------------------------------|---|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | | 3.593,41 |
| 4.1.7.2.1.36.01.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 | 1.489,99 |
| 4.1.7.2.1.36.02.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 | 744,99 |
| 4.1.7.2.1.36.03.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 | 524,26 |
| 4.1.7.2.4.01.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 831,61 |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEB | 554,40 |
| 9.1.7.2.1.36.00.00.00 | Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96 | -551,84 |

Cordilheira Alta, 02/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL Nº 036 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL Nº 036 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

MÊS/ANO: AGOSTO/2015. NÚMERO CONTRATO: 036/2015

VALOR TOTAL CONTRATO: A presente autorização de uso opera-se de forma gratuita.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a Concessão de Direito Real de Uso a título precário de Bem Imóvel, abaixo relacionado, de propriedade do Município de Coronel Martins - SC, para utilização exclusiva da Associação de Moradores do bairro Bela Vista, com a finalidade de beneficiar a todos os moradores do Bairro Bela Vista, de Coronel Martins-SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 658, de 25 de agosto de 2015.

Descrição do Bem:

Parte dos lotes urbanos 34, 35 e 36, matriculados sob o n. 3962 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, com área total de 1.940,35 m², confrontando: a noroeste com parte do lote urbano 33 na extensão de 24,00 m e com parte do lote urbano n. 35 na extensão de 16,00m; a nordeste com uma área 34 e 35 na ext. de 38,696 m e com a Rua Saudades na ext. de 25,2 m; a sudeste com parte do lote urbano n. 36 na ext. de 40 m.

Controle Patrimonial: 3962

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32.804

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 05.488.626/0001-02

CONCESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 20 (vinte) anos a partir da data da assinatura do contrato.

PORTARIA Nº. 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA PARA ASSINAR DOCUMENTOS DA TESOUREARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, Sra. Daniela Smaniotto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração de Material e Patrimônio para realizar, perante as agências bancárias, nas quais haja movimento financeiro do Município, a alteração/cadastramento de senhas, consulta de saldos e extratos de todas as contas correntes e de aplicação da Prefeitura, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
31 de agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 39/2015 PMCP**

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 39/2015
PREFEITURA

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório do Pregão Presencial - Processo n.º 39/2015 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PALANQUES, PRANCHAS, TRAVAS E VIGAS DE EUCALIPTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL, conforme segue: alteração no Anexo I do edital, referente ao lote 01, incluindo-se o comprimento dos palanques, e alteração no lote 03, referente às medidas da trava de eucalipto. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 16.09.2015 às 14:30 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto, 03 de setembro de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

II ERRATA DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024/14

II ERRATA DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024/14

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/14 - REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE ANEXO AO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTE WILLY GERMANO GESSNER, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, ABRANGENDO UMA ÁREA TOTAL DE 505,00m². INCLUIDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MAO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS.

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 3.772,90 (Três mil setecentos e setenta e dois mil e noventa centavos) em virtude de adequações no projeto, com alterações de quantitativos e inclusão de novos serviços, ficando o valor final do contrato em R\$ 141.428,71 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e um centavos).

Leia-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 5.899,27 (Cinco mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos) em virtude de adequações no projeto, com alterações de quantitativos e inclusão de novos serviços, ficando o valor final do contrato em R\$ 143.555,08 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

Corupá, 25 de agosto de 2015.

Engº Petter Kintzel

Divisão de Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Nº01/2015 EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Câmara de Vereadores de Corupá – Estado de Santa Catarina.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara de Vereadores de Corupá, através da Comissão de Obras e Serviços Públicos, em atendimento às disposições constantes no Decreto nº4/2015, que Regulamenta Procedimento para realização de audiência pública e, de conformidade com o seu Regimento Interno, Art.20, Inciso III, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação de proposta de Construção de Ciclovia na Rua Roberto Seidel – Bairro Seminário.

A Audiência Pública será realizada no dia 08 de setembro de 2015, com início marcado para as 19 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45 – Centro, no município de Corupá/SC.

A participação na Audiência Pública obedecerá as seguintes regras:

1. Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;
2. A entrega do formulário do participante para a apresentação de comentários, sugestões ou críticas, será feita a partir das 18 horas do dia 08 de setembro de 2015, na sede da Câmara de Vereadores de Corupá;
3. As formulações que eventualmente não se limitarem às questões objetivadas na Audiência Pública serão desconsideradas;
4. Cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverá ser realizada, obedecendo a ordem de inscrição;
5. Esgotada a apresentação a respeito da sugestão, passar-se-á aos demais inscritos, sucessivamente;
6. Para bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação das propostas de Construção de uma Ciclovia na Rua Roberto Seidel, ou das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;
7. No dia da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 21 horas, preferencialmente;
8. Havendo excesso de questões formuladas, levando-se em conta a necessidade de observar o horário previsto para o término da Audiência Pública, as respectivas respostas poderão ser apresentadas por blocos, organizados por coerência de conteúdo, caso em que, não serão permitidas manifestações orais.
9. As sugestões, opiniões, críticas e informações colhidas na Audiência Pública terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a subsidiar a motivação do Poder Público Municipal quando da tomada de decisão acerca da matéria objeto da Audiência.

E, para conhecimento público é expedido o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

Sala das Sessões, 1º de Setembro de 2015.

EDDY EDGARD EIPPER

Presidente

Curitibanos

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO Nº 1/2015

ATA CREDENCIAMENTO Nº 1/2015

Ao primeiro dia do mês de Setembro de 2015 na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, para análise da documentação encaminhada pelas empresas FECOOHASC – Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina; INDESSC – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, conforme exigência da Ata datada em 31/08/2015. Após analisada a documentação, verificou-se a habilitação das empresas FECOOHASC – Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina; INDESSC – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, tendo em vista a apresentação da documentação regularizada no aprazado. Sendo assim, encaminho Ata para a Secretaria de Habitação, para que seja tomada as devidas providências.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da CPL Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

Ângelo Scolaro
Presidente do Fundo

ATA CREDENCIAMENTO Nº 1/2015

ATA CREDENCIAMENTO Nº 1/2015

Aos trinta e um dias do mês de Agosto de 2015 na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, para abertura dos envelopes dos interessados em credenciar associações e cooperativas habitacionais para participação nos programas habitacionais promovidos pelo Município de Curitibanos, conforme exigências mínimas constantes no edital 1/2015. Após o aprazado em edital, verificou-se que as empresas: FECOOHASC – Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina; INDESSC – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina; protocolaram seus envelopes sob nº 000002259 às 16:47 hrs do dia 26/08/2015 e 000002261 às 17:32 hrs do dia 27/08/2015, respectivamente. Após aberto os envelopes dos interessados, verificou-se que a empresa FECOOHASC – Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina apresentou a certidão de regularidade FGTS e Estadual vencidas; a empresa INDESSC – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina apresentou a certidão de regularidade FGTS e Estadual vencidas; sendo assim aprazado 8 (oito) dias úteis para apresentação da documentação regularizada, sob pena de inabilitação, conforme art. 48 § 3º da Lei nº 8.666/93.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da CPL Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

Ângelo Scolaro
Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA ATUAR EM EVENTOS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, NAS MODALIDADES DE FUTSAL, VOLEIBOL, TENIS DE MESA E BADMINTON, NOS MESES DE SETEMBRO A NOVEMBRO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/09/2015.

A partir das 14:00 horas do dia 17/09/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa MÓVEIS TEZZA LTDA ME, com o valor total de R\$ 1.520,00 (Hum mil quinhentos e vinte reais)

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIO PARA USO NO SETOR DE TRÂNSITO DA UNIDADE DE POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ARTIGO 24, INCISO V, DA LEI 8.666/93. TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2015.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V – Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 168/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 168/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa ELETRO REFRIGERAÇÃO TROPICAL LTDA, com o valor total de R\$ 2.950,00 (Dois mil, novecentos e cinquenta reais)

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO DESTE EDITAL EM ANEXO E LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO V. TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V – Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

Diego Sebem Wordell

Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão

Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 01 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 170/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 170/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa COMÉRCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA EPP, com o valor total de R\$ 1.728,35 (Um mil setecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA REFORMA DA PONTE NO BAIRRO BOM JESUS "CASCA-TINHA", TENDO EM VISTA A URGÊNCIA CONFORME LAUDO CONCLUSIVO DA DEFESA CIVIL, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 INCISO, IV DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos";

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 02 de setembro de 2015.

Diego Sebem Wordell

Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão

Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 02 de setembro de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 02 de setembro de 2015.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO NR. 01/2015

| | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------|--|-------------------|------------|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | | CREDENCIAMENTO | | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS | | | Nr.: 1/2015 – CR | | | |
| CNPJ: | 83.754.044/0001-34 | | | | | |
| Rua Coronel Vidal Ramos, 860 | | | | | | |
| C.E.P.: | 89520-000 - Curitiba - SC | | Data do Processo: | 27/07/2015 | | |
| | | | | | | |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente do Fundo, ÂNGELO SCOLARO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

| | | |
|-----|---------------------|--|
| a) | Processo Nr.: | 1/2015 |
| b) | Modalidade: | CREDENCIAMENTO |
| c) | Data Homologação: | 01/09/2015 |
| d) | Objeto da Licitação | CREDENCIAR ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS HABITACIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME EXIGÊNCIAS MÍNIMAS CONSTANTES NO EDITAL 1/2015. |

| | | | | | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| f) | Fornecedores e Itens declarados Credenciados: | | | | | | | | |
| | - FECOOHASC – Federação das Cooperativas Habitacionais de SC | | | | | | | | |
| | - INDESSC – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de SC | | | | | | | | |

Curitiba, 01 de Setembro de 2015. -----

ÂNGELO SCOLARO

PRESIDENTE DO FUNDO

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do IL nº 030/2015, Objeto: Prestação de serviços médicos para realização plantões, pareceres, pericias e avaliações diversas no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira, SC Vencedores: Antônio Jair Schreiner Maran - ME. Valor R\$ 16.000,00 - Clinica Gonzales Acosta Ltda Valor R\$ 16.200,00– Denta Med Ltda. – Valor R\$ 1.500,00 – Felipe Emanuel Gomes Jckmiu Ltda. – Valor R\$ 14.300,00 - Gaya Serv. Médicos Ltda – Valor R\$ 12.500,00 - Juliana Cristina Deola – ME – Valor R\$ 5.000,00 - Renato Mocelini - ME. Valor R\$ 24.650,00 - Ricardo Antônio Salmon & Cia Ltda. – Valor R\$ 36.750,00 .

Dionísio Cerqueira 01/09/2015

Luciana Gomes Pires

Gestora do HMDC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 086/2015. Modalidade Pregão nº 086/2015, Objeto: Locação de palco e pontos de som para atividades alusivas a semana da pátria com as Escolas Municipais - atividades de integração do programa mais educação, escola integral... Vencedor: M.J.da Silva Som – Valor R\$ 14.650,00

Dionísio Cerqueira - 01/09/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 42/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Liga Atlético Vale do Mampituba

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem, para a realização do Campeonato de Campo – “Taça Cidade Ermo”, no município de Ermo/SC, no período de setembro a novembro de 2015.

VIGÊNCIA: 01/09/2015 á 31/12/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais).

Data da assinatura: 01/08/2015

LICITAÇÃO Nº 26/2015 - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/ 2015.

LICITAÇÃO Nº 26/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/ 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE Ermo.

O município de Ermo, SC, com sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, Centro, cidade de Ermo, CEP 89.935/000, inscrito no CNPJ sob nº 01.608.905/0001-01, Telefone (48) 3546 0081, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 28 de SETEMBRO de 2015, tendo como local o AUDITÓRIO DO CRAS, localizado na Rodovia SC 448, KM 48, nº 4858, Ermo, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 Automóvel FIAT/STRADA WORKING, ano 1999, modelo 2000, Placas MAP 2414, cor vermelha, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.300,00. LOTE 02: 01 ENSILADEIRA JF 92 Z10. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 03: 01 GRADE DE ARADO, 28 DISCOS. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 04: 01 TRATOR DE RODAS M.A./SLC 5403, ano/modelo 2006, Placas MAF 4758, cor verde, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 19.500,00. LOTE 05: 01 TRATOR DE RODAS M.A./VALMET A 750, ano/modelo 2010, Placas MIE 3198, cor verde, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 29.500,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW. JULIORAMOS.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (48) 3546 0081, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ERMO (SC), 01 de setembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

PREFEITO MUNICIPAL DE ERMO

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 194/2015

PORTARIA Nº 194/2015

NOMEIA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADA a Funcionaria ROSANE SALETE WISMANN, CPF nº 044.557.279-57, em caráter temporário e de excepcional interesse público, como Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101A_2015-PMF RP 0066

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0101A/2015 – PMF
Registro de Preços Nº 0066/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de mudas de gramas em leiva, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de agosto de 2015 a janeiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: agosto de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 17.09.2015. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de setembro de 2015.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022_2015 RP 0015-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0022/2015 – FMS
Registro de Preços nº 0015/2015
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de cartuchos de tinta original, para serem utilizadas nas impressoras da Secretaria de Saúde, durante os meses de setembro a dezembro de 2015, durante o período de setembro a dezembro de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 16:15 horas do dia 17.09.2015. Abertura: às 16:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 02 de setembro de 2015.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023_2015-SF RP 0013

Aviso do Pregão Presencial nº 0023/2015 – SF
Registro de Preços nº 0013/2015
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de bombas dosadoras de produtos químicos, para uso no tratamento de água dos poços artesianos da SANEFRAI. Validade da Ata de Registro de Preços: setembro a dezembro de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 16.09.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br; E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 02 de setembro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0108/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais e mão de obra para fechamento com vidro nos Centros de Educação Infantil Bela Vista (localizado na Avenida Paraná), Nações (Av. Carlos Maister) e Macieira (Rua do Campo). Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 13:30 horas do dia 21.09.2015; Abertura: Às 13:30 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 02 de setembro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

PORTARIA Nº 1956/2015

PORTARIA Nº 1956, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor ROBSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 058.482.139-50, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1957/2015

PORTARIA N.º 1957, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, ANDRÉA PUHL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.703.289-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Autarquia

Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 01 de setembro de 2015 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1958/2015

PORTARIA Nº 1958, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 1208/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora IVONE VERONA ALVES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.150.989-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 14 de setembro de 2015 até 30 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1959/2015

PORTARIA Nº 1959, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 1207/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora FABIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de setembro de 2015 até 30 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 745/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

DECRETO Nº 745/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, e Lei Municipal nº 832/2015 de 02 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

| | | | |
|-------------|-------------------------|---|----------------|
| Órgão: | 02 | CHEFIA DO EXECUTIVO | |
| Unidade: | 04 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE | |
| Proj./Ativ. | 1.045 | OBRAS PRÁTICAS ESPORTIVAS PARA LAZER DA COMUNIDADE | |
| 89 | 4.4.90.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 90.000,00 |
| Unidade: | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Proj./Ativ. | 2.074 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 144 | 4.4.90.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 70.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 160.000,00 |

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

| | | | |
|-------------|-------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 02 | CHEFIA DO EXECUTIVO | |
| Unidade: | 04 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE | |
| Proj./Ativ. | 2.107 | CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS | |
| 86 | 3.3.50.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 18.000,00 |
| Unidade: | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Proj./Ativ. | 1.056 | CONSTRUÇÃO DE GARAGEM/OFICINA DA SECRETARIA DE OBRAS | |
| 101 | 4.4.90.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 72.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 90.000,00 |

§ 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), da fonte do recurso próprio para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 746/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

DECRETO Nº 746/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, e Lei Municipal nº 833/2015 de 02 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

| | | | |
|-------------|-------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 01 | CÂMARA DE VEREADORES | |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.063 | CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS/ CALÇADAS E PASSEIOS | |
| 4 | 4.4.90.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 70.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |

| | | | |
|-------------|----------------------------|--|---------------|
| Proj./Ativ. | 2.001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | |
| 6 | 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 21.500,00 |
| | TOTAL | | R\$ 91.500,00 |

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

| | | | |
|-------------|----------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 01 | CÂMARA DE VEREADORES | |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.062 | CONSTRUÇÃO E EMBELEZAMENTO DE PRAÇAS E JARDINS | |
| 2 | 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 1.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.062 | CONSTRUÇÃO E EMBELEZAMENTO DE PRAÇAS E JARDINS | |
| 3 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 500,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 2.001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | |
| 5 | 3.1.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 10.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.001 | CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA CÂMARA | |
| 1 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 80.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 91.500,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 832/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

LEI MUNICIPAL Nº. 832/2015, 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

| | | | |
|-------------|----------------------------|---|----------------|
| Órgão: | 02 | CHEFIA DO EXECUTIVO | |
| Unidade: | 04 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE | |
| Proj./Ativ. | 1.045 | OBRAS PRÁTICAS ESPORTIVAS PARA LAZER DA COMUNIDADE | |
| 89 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 90.000,00 |
| Unidade: | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Proj./Ativ. | 2.074 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 144 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 70.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 160.000,00 |

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

| | | | |
|-------------|----------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 02 | CHEFIA DO EXECUTIVO | |
| Unidade: | 04 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE | |
| Proj./Ativ. | 2.107 | CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS | |
| 86 | 3.3.50.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 18.000,00 |
| Unidade: | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Proj./Ativ. | 1.056 | CONSTRUÇÃO DE GARAGEM/OFICINA DA SECRETARIA DE OBRAS | |
| 101 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 72.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 90.000,00 |

§ 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), da fonte do recurso próprio para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de setembro de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 833/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

LEI MUNICIPAL Nº. 833/2015, 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

| | | | |
|-------------|----------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 01 | CAMARA DE VEREADORES | |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.063 | CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS/ CALÇADAS E PASSEIOS | |
| 4 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 70.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 2.001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | |
| 6 | 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 21.500,00 |
| | TOTAL | | R\$ 91.500,00 |

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

| | | | |
|-------------|----------------------------|--|---------------|
| Órgão: | 01 | CAMARA DE VEREADORES | |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.062 | CONSTRUÇÃO E EMBELEZAMENTO DE PRAÇAS E JARDINS | |
| 2 | 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 1.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.062 | CONSTRUÇÃO E EMBELEZAMENTO DE PRAÇAS E JARDINS | |
| 3 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 500,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 2.001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | |
| 5 | 3.1.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 10.000,00 |
| Unidade: | 02 | PODER LEGISLATIVO | |
| Proj./Ativ. | 1.001 | CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA CÂMARA | |
| 1 | 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 | Aplicações Diretas | R\$ 80.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 91.500,00 |

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de setembro de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 834/2015 DENOMINA DE "BIBLIOTECA KAZUMI OGAWA", A BIBLIOTECA LOCALIZADA NA ESCOLA IRMÃ FLORENTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº. 834/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DENOMINA DE "BIBLIOTECA KAZUMI OGAWA", A BIBLIOTECA LOCALIZADA NA ESCOLA IRMÃ FLORENTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "BIBLIOTECA KAZUMI OGAWA", a biblioteca localizado na Escola Irmã Florentina, no Distrito do Núcleo Triticola.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de setembro de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2015

DECRETO N.º 163, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

| EMPENHO | CREDOR | VALOR R\$ |
|-----------|--|------------|
| 312/2014 | SIVIC Segurança e Inspeção Veicular Ltda Epp | R\$ 300,00 |
| 2052/2014 | Altermed Material Médico Hospitalar Ltda | R\$ 201,69 |

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 164/2015

DECRETO N.º 164, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no Orçamento vigente:

| | |
|---|------------|
| 09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 250.000,00 |
| 15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública | 200.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 200.000,00 |
| 26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura | 50.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 14.01 - ENCARGOS GERAIS | 30.000,00 |
| 2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna | 30.000,00 |
| 4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 20.000,00 |
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 20.000,00 |
| 3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 20.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 62/2014; Processo nº. 162/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: BEZ TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 82.881.731/0001-58. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 62/2014 por mais 120 (cento e vinte) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 26/08/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11 AO CONTRATO Nº 42/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

11º Termo Aditivo; Contrato nº 42/2011; Processo nº. 119/2011; Locatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Locador: Izal-do Silva e Carlos José da Silva Alves. Objeto Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 4 (quatro) meses, que vigorará a partir de 01/09/2015 até 30/12/2015; Data da Assinatura: 30/08/2015.

PORTARIA N.º 665/2015.

PORTARIA N.º 665, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 3556, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/07/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/07/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 666/2015.

PORTARIA N.º 666, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILENE RODRIGUES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0029, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 667/2015.

PORTARIA N.º 667, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA HELENA FELICIANO,

Professora, matrícula funcional n.º 0778, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/07/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/07/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 668/2015.

PORTARIA N.º 668, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSINEIA SANTOS DE SOUZA RICARDO, Professora, matrícula funcional n.º 0054, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/07/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/07/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 669/2015.

PORTARIA N.º 669, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 27/07/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor LEANDRO IZALDO SILVA Matrícula Funcional n.º 0924, concedidas através da

Portaria n.º 560/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/07/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
|------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 670/2015.

PORTARIA N.º 670, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10(dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 175/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ROGERIO OSVALDO DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 4296, no período de 30/07/2015 à 08/08/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/07/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
|------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 671/2015.

PORTARIA N.º 671, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor LUIZ ALDO CRISTINO, Matrícula Funcional n.º 0792, referente a 2006-2011, no período de 03/08/2015 à 01/10/2015

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
|------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 672/2015.

PORTARIA N.º 672, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JUSSARA MACHADO DA ROSA DUARTE, Contrato n.º 122/2015, em 03/08/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 673/2015.

PORTARIA N.º 673, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 388/2015 e suspensas através da Portaria n.º 433/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009, no período de 03/08/2015 à 17/08/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
|------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 674/2015.

PORTARIA N.º 674 DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de

remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ANDREIA KRAVETZ, Matrícula Funcional n.º 0036, referente a 2007-2012, no período de 03/08/2015 à 01/09/2015

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/08/2015

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 675/2015.

PORTARIA N.º 675, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 04/08/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor VANIO ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0784, concedidas através da Portaria n.º 574/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 676/2015.

PORTARIA N.º 676, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidora VERA LUCIA LORENSI Matrícula Funcional n.º 3687, referente a 2010-2015, no período de 01/09/2015 à 30/10/2015

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 677/2015.

PORTARIA N.º 677, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 04/08/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MERI TEREZINHA RODRIGUES HOFF, Matrícula Funcional n.º 0764, concedidas através da Portaria n.º 575/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 678/2015.

PORTARIA N.º 678, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora BRUNA BATISTA, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5305 contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 28 (vinte e oito) dias, a partir de 04/08/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 679/2015.

PORTARIA N.º 679, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA HELENA FELICIANO MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 0778, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/07/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/07/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 681/2015.

PORTARIA N.º 681, 12 DE AGOSTO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSÁLIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Auxiliar de enfermagem matrícula funcional n.º 0401, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/07/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/07/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 682/2015.

PORTARIA N.º 682, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 07/08/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 3226, concedidas através da Portaria n.º 599/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/08/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 683/2015.

PORTARIA N.º 683, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TEODORO SOARES DE SOUZA FILHO, Motorista de caminhão/auto/ônibus, matrícula funcional n.º 0237, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/07/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/07/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 684/2015.

PORTARIA N.º 684, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILCI ANTONIA MATTANA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0787 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (Trinta) e dias, a partir de 20/07/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/07/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 685/2015.

PORTARIA N.º 685, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) VANESSA MÁRCIA RAGIEVICZ TABACZINSKI, Contrato n.º 023/2015, em 08/08/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 686/2015.

PORTARIA N.º 686, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARIA ELIZABET DE LIMA RODRIGUES, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 5823 contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a partir de 11/08/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 11/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 687/2015.

PORTARIA N.º 687, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES, Professora, matrícula funcional n.º 5860 contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, a partir de 08/08/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
| Prefeito Municipal |

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 688/2015.

PORTARIA N.º 688, 12 DE AGOSTO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professor matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 689/2015.

PORTARIA N.º 689, 12 DE AGOSTO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professora, matrícula funcional n.º4652, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 690/2015.

PORTARIA N.º 690, 12 DE AGOSTO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.553, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.553, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

REVOGA DECRETO Nº 6.536, DE 18 DE AGOSTO DE 2015, QUE NOMEIA EMERSON DE ANDRADE PARA O CARGO DE ENCARREGADO DO TRANSPORTE COLETIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 10 da Lei Municipal de nº 1357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.536, de 28 de agosto de 2015, que nomeou Emerson de Andrade, CPF nº 044.700.649-55, RG 4465021-3, para o cargo em comissão de Encarregado de Transporte Coletivo, nível CC, ref.21, a partir de 24/08/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24/08/15.

Gaspar, 28 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.554, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.554, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA TASSIA NADIME PASSAGLIA PARA O CARGO DE ENCARREGADA TRANSPORTE COLETIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada TASSIA NADIME PASSAGLIA, CPF nº 089.937.729-75, RG 6255347, para o cargo em comissão de Encarregada de Transporte Coletivo, nível CC, ref. 21, a partir de 24/08/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24/08/15.

Gaspar, 28 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.559, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.559, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR DO SEU ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E ALTERA ANEXO DA LEI Nº 3.525/2013 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº

3659, de 20 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Gaspar autorizada a anular, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), do seu orçamento para o exercício financeiro de 2015, a dotação abaixo especificada:

| | |
|--|---------------|
| Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar | |
| Função: 01 – Legislativa | |
| Subfunção: 031 – Ação Legislativa | |
| Programa: 0003 – Construção da Sede Própria | |
| Ação: 1007 – Aquisição de Materiais Permanentes – Sede Própria | |
| Dotação: 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas | R\$ 50.000,00 |

Art. 2º Fica a Câmara Municipal de Gaspar autorizada a suplementar o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que será destinado à seguinte dotação orçamentária do seu orçamento para o exercício financeiro de 2015:

| | |
|--|---------------|
| Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar | |
| Função: 01 – Legislativa | |
| Subfunção: 031 – Ação Legislativa | |
| Programa: 0001 – Manutenção do Legislativo | |
| Ação: 1001 – Aquisição de Materiais Permanentes | |
| Dotação: 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas | R\$ 50.000,00 |

Art. 3º A ação 1007 – Aquisição de Materiais Permanentes do programa 003 – Aquisição/Construção da Sede Própria constante do Anexo I – Valores Monetários que integra a nº Lei nº 3.525, de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual

do Município de Gaspar para o quadriênio 2014-2017, passa a ter o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EDITAL Nº 01/ SEMED/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Edital nº 01/ SEMED/2015

Estabelece normas quanto às DIRETRIZES de intenções de vagas NAS INSTITUIÇÕES de ENSINO MANTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GASPAR, QUE OFERECEM ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CRECHES E/OU PRÉ-ESCOLAS.

A Comissão nomeada pelo Decreto nº 6.548, de 21 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições, torna público o presente edital, objetivando organizar e uniformizar as intenções de vaga, nas instituições de ensino mantidas pela Secretaria Municipal de Educação de Gaspar, que oferecem atendimento de Educação Infantil, em creches e pré-escolas.

1 Fundamentação Legal

1.1 Conforme o previsto na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais nº. 53/06 e nº. 59/09, Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/96, Lei nº. 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 11.700/08 que dispõe sobre a garantia de vaga na escola pública de educação infantil ou ensino fundamental, Lei nº 1768/97 que cria o Sistema Municipal de Ensino, na Resolução CNE/CEB nº. 05/2009, na Lei de Transparência nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e demais normas vigentes, ficam estabelecidas as diretrizes de intenção de vaga para Educação Infantil.

2 Apresentação

2.1 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

2.2 A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, para crianças de até 3 anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade e as que completarem 6 (seis) anos, no período de 1º de abril a 31 de dezembro, do ano que ocorrer a matrícula.

3 Objetivos

3.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar o processo de migração de dados das crianças que hoje se encontram na lista de espera para o programa mentor WEB, nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Gaspar que oferecem Educação Infantil.

3.2 O presente Edital tem como objetivos específicos:

3.2.1 Publicizar a LISTA DE INTENÇÃO DE VAGAS à direção, à coordenação pedagógica, aos docentes e demais funcionários das instituições, aos pais ou responsáveis e extensivo a toda a comunidade, para fins de matrícula do público alvo da Educação Infantil, mediante a oferta de vagas.

3.2.2 Garantir a escolha e permanência da "intenção de vaga", em uma única instituição de ensino para as crianças cadastradas em mais de um Centro de Desenvolvimento Infantil - CDI ou Unidades Escolares Municipais.

3.2.3 A criança que já é atendida em uma das Instituições da Rede Municipal não poderá permanecer na lista de espera.

4. Procedimentos e Cronograma para o cadastramento

4.1 O processo de cadastramento será realizado de acordo com o procedimento abaixo:

4.1.1 O período para a realização do cadastramento será de 21 a 24 de setembro de 2015, na Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostins, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 453 – fundos, Centro, Gaspar (SC);

4.1.2 O horário de atendimento para o cadastramento será das 08:30 horas às 18 horas, inclusive no horário de almoço;

4.1.3 Os pais ou responsáveis farão a escolha da instituição de ensino em que a criança ficará cadastrada na LISTA DE INTENÇÃO DE VAGAS, podendo escolher uma única instituição.

4.1.4 Os pais ou responsáveis que tenham cadastrado a intenção de vaga em mais de uma instituição de ensino, para uma mesma criança, poderão optar pela primeira intenção de vaga ativa ou pela instituição de ensino, neste caso, respeitando a ordem cronológica do cadastro.

4.1.5 Os pais ou responsáveis que não cadastrarem a criança na

LISTA DE INTENÇÃO DE VAGAS, no período previsto neste edital, terão seus cadastros antigos anulados.

5. Documentação

5.1 No ato do cadastramento é indispensável a apresentação dos documentos originais abaixo nominados:

- RG e CPF dos responsáveis legais;

- Certidão de nascimento da criança a ser cadastrada;

6. Divulgação

6.1 A Secretaria Municipal de Educação fará a divulgação deste edital nos meios de comunicação, através do site da prefeitura, rádios e jornais locais e nas unidades de ensino deste município.

7. Disposições Gerais

7.1 A Secretaria Municipal de Educação, em caso de suspeita ou denúncia, em relação ao processo de cadastramento na Lista de Intenção de Vagas, instaurará procedimento administrativo para investigação.

7.2 As informações constantes nas declarações das famílias ou responsáveis legais serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.

7.3 Durante este período de cadastramento e reorganização da LISTA DE INTENÇÃO DE VAGAS ficam suspensos os novos cadastros de intenção de vagas, no período de 14 de setembro a 13 de outubro de 2015.

7.4 Os pais ou responsáveis só poderão cadastrar a criança em uma Instituição de Ensino, constatado mais de um cadastro, o responsável legal deverá assinar um termo de desistência das demais unidades em que estiver cadastrado ou matriculado, conforme Anexo 01.

7.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo que estabelece Normas quanto a Diretrizes de Intenção de vaga nas Instituições mantidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação como último recurso.

7.6 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Gaspar, 5 de setembro de 2015.

Josiane Chiminelli

Presidente da Comissão

ANEXO 1

Eu _____ portador do RG _____
e CPF _____
responsável pela criança _____
nascido em _____
venho por meio deste desistir
da intenção de vaga, ou matrícula do (s) CDIs _____

ASS: _____

ANEXO 2

| | |
|--|--|
| | PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|--|

PROTOCOLO DE RECADASTRAMENTO DE INTENÇÃO DE VAGA

NOME DO CDI: _____

NOME DA CRIANÇA: _____

DATA : _____

ASSINATURA : _____

LEI Nº 3662, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 3662, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA DE RUA VILA NOVA VIA SITUADA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Vila Nova a via que se inicia na Rua Anfilóquio Nunes Pires, lado direito, distando 76,00m (setenta e seis metros) da Rua Antonio Moser, sendo a Rua "E1", "E2" e "C", do programa de Urbanização do Assentamento Precário Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista, no Município de Gaspar.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 336,00m (trezentos e trinta e seis metros);

II - largura de 10,00m (dez metros) até a esquina com a Rua Helena Kaufmann;

III - caixa de rolamento de 7,00m (sete metros) até a esquina com a Rua Helena Kaufmann;

VI - passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via até a esquina com a Rua Helena Kaufmann;

V - largura de 8,40m (oito metros e quarenta centímetros) da esquina com a Rua Helena Kaufmann até a esquina com a Rua Angela Maria Hostert;

VI - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros) da esquina com a Rua Helena Kaufmann até a esquina com a Rua Angela Maria Hostert; e

VII - passeio de 1,20m (um metro e vinte centímetros) da esquina com a Rua Helena Kaufmann até a esquina com a Rua Angela Maria Hostert.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 02 de setembro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3663, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 3663, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGO SOB REGIME DE EMPREGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a remuneração do emprego público de Médico Geral Comunitário constante no Anexo I da Lei Municipal nº 2.786, de 30 de agosto de 2006, para R\$ 12.001,07 (doze mil e um reais e sete centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente da Administração Direta do Município de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 02 de setembro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.789, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.789, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

REVOGA Licença SEM VENCIMENTO CONCEDIDA A SERVIDORA GERTRUDES DOS SANTOS SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a Portaria nº 3.728/2015, que concedeu licença sem vencimento à servidora GERTRUDES DOS SANTOS SPENGLER, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, lotada no CDI Deputado Francisco Mastella, a partir de 07/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/08/2015.

Gaspar, 31 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.792, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.792, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 13/2014 e 12/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

| Nome | Admissão | Cargo |
|-------------------------|------------|----------------------------------|
| IZABELA RODRIGUES AVILA | 02/09/2015 | MÉDICO OTORRINOLARIN-GOLISTA 10H |
| LUZINEI SALES DE AMORIM | 01/09/2015 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.793, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.793, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 12/2013 e 01/2015 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

| Nome | Admissão | Cargo |
|--------------------------------|------------|--------------------------------------|
| FABIANI DE OLIVEIRA | 01/09/2015 | BERÇARISTA |
| MARGARETE DE SIMAS KRUEGER | 01/09/2015 | PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL DOC I-8 |
| TASSIA LARISSA STRITHORSTENDER | 01/09/2015 | BERÇARISTA |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gaspar, 31 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº. 3.790, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.790, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ELISANGELA REINERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELISANGELA REINERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especializados I, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 24/08/15 a 07/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº. 3.791, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.791, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ELIANE COSTA KRETZER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIANE COSTA KRETZER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora DOC-IV-8, atualmente exercendo o cargo de Diretora de Escola, lotada na Secretaria de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 26/08/15 a 09/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 26/08/15.

Gaspar, 31 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2015

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro de Atenção Psicossocial. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 16/09/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 13h45min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 02/09/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 54/2015**

RESOLUÇÃO Nº 54/2015

Autoriza a prorrogação do Contrato nº CM-006/2013 firmado com a empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.-EPP.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de locação/contratação de serviços de informática para controle e execução do processo legislativo que atende a todas as rotinas de trabalho da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, incluído os módulos WEB e Imagem, com atualização automática de Website das respectivas informações;

CONSIDERANDO que o Contrato CM 006-2013 firmado com Lancer Soluções em Informática Ltda. - EPP vencerá na data de 31/08/2015, conforme instrumento contratual firmado em 1º/9/2013 [cópia anexa];

CONSIDERANDO que o art. 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93 permite uma extraordinária prorrogação de contrato até 31 de dezembro, final de vigência do crédito orçamentário, período até ao qual deverá estar concluído procedimento de licitação, de dispensa e/ou de inexigibilidade para contratação dessa espécie de prestação de serviço/locação;

CONSIDERANDO que não haverá alteração de valor mensal pago à empresa Contratada;

CONSIDERANDO que os serviços contratados revelam-se de natureza contínua, na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Gaspar não pode ficar sem os serviços prestados pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda. - EPP, sob pena de prejuízo ao trabalho tanto da Casa Legislativa quanto da vereança;

CONSIDERANDO que citada empresa presta seus serviços com excelência e que apresentou as negativas exigidas para comprovação de sua regularidade fiscal, bem como permanecendo as demais condições de habilitação; e

CONSIDERANDO que esta Edilidade deve cumprir com suas obrigações, de forma a permitir a efetivação do princípio da continuidade do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Gaspar a firmar termo aditivo de prorrogação do Contrato nº CM-006/2013 firmado com a empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.- EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, tendo por objeto a locação mensal de software para controle e execução do processo legislativo que atende a todas as rotinas de trabalho da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, incluído os módulos WEB e Imagem, com atualização automática de Website das respectivas informações.

Parágrafo único. A prorrogação do contrato a que se refere o caput deste artigo se dará pelo prazo de 4 (quatro) meses, com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As demais cláusulas e condições contratuais permanecerão

inalteradas, inclusive o preço, de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) mensais.

Art. 3º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 0001 – Manutenção das Atividades do Legislativo; Ação: 2006 – Aquisição e Locação de Softwares; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 29 de agosto de 2015.
Mesa Diretora

| | |
|-----------------------------------|--|
| José Hilário Melato Presidente | Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença) |
| Hamilton Graf 1º Secretário | Giovano Borges 2º Secretário |

RESOLUÇÃO Nº 55/2015

RESOLUÇÃO Nº 55/2015

Autoriza a prorrogação do Contrato nº CM-008/2013 firmado com a empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.-EPP.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de manter a locação, manutenção, atualização e suporte do Legislador ao Vivo, software de gravação audiovisual de sessões e audiências públicas com transmissão ao vivo pela internet e sob demanda;

CONSIDERANDO que o Contrato CM 008-2013 firmado com Lancer Soluções em Informática Ltda. - EPP vencerá na data de 31/08/2015, conforme instrumento contratual firmado em 1º/9/2013 [cópia anexa];

CONSIDERANDO que o art. 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93 permite uma extraordinária prorrogação de contrato até 31 de dezembro, final de vigência do crédito orçamentário, período até ao qual deverá estar concluído procedimento de licitação, de dispensa e/ou de inexigibilidade para contratação dessa espécie de prestação de serviço/locação;

CONSIDERANDO que não haverá alteração de valor mensal pago à empresa Contratada;

CONSIDERANDO que os serviços contratados revelam-se de natureza contínua, na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Gaspar não pode ficar sem os serviços prestados pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda. - EPP, sob pena de prejuízo ao trabalho da Casa Legislativa, da vereança e do público que acompanha as sessões da Edilidade via internet;

CONSIDERANDO que citada empresa presta seus serviços com excelência e que apresentou as negativas exigidas para comprovação de sua regularidade fiscal, bem como permanecendo as demais

condições de habilitação; e

CONSIDERANDO que esta Edilidade deve cumprir com suas obrigações, de forma a permitir a efetivação do princípio da continuidade do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Gaspar a firmar termo aditivo de prorrogação do Contrato nº CM-008/2013 firmado com a empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.- EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, tendo por objeto a locação, manutenção, atualização e suporte do Legislador ao Vivo, software de gravação audiovisual de sessões e audiências públicas desta Câmara Municipal, com transmissão ao vivo pela internet e sob demanda.

Parágrafo único. A prorrogação do contrato a que se refere o caput deste artigo se dará pelo prazo de 4 (quatro) meses, com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As demais cláusulas e condições contratuais permanecerão inalteradas, inclusive o preço, de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 3º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 0001 – Manutenção das Atividades do Legislativo; Ação: 2006 – Aquisição e Locação de Softwares; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 29 de agosto de 2015.

Mesa Diretora

| | |
|-----------------------------------|--|
| José Hilário Melato Presidente | Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença) |
| Hamilton Graf 1º Secretário | Giovano Borges 2º Secretário |

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: CONSTRUGED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original em R\$ 87.654,88 (oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), enquadrando-se dentro do limite de 49,52% do valor do contrato, estando de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município e

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

NOVA RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO TP 06-2015

NOVA RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 006/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DA RUA AUGUSTO ROSSINI, LOCALIZADA NO BAIRRO AREIAS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 812738/2014 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

ONDE SE LÊ:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/09/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 18/09/2015 às 14h30min.

LEIA-SE:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/09/2015 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/09/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 02 de Setembro de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA PROCESSO 95.2015 PMGBA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 101/2015 (Sequência: 1)

Concorrência 08/2015

Processo Administrativo: 95/2015

Processo de Licitação: 95/2015

Data do Processo: 29/07/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO:

DOAÇÃO COM ENCARGOS DE PARTE DOS LOTES RURAIS 99 E 100, COM ÁREA DE 3.452,82 M², LOCALIZADOS NO DISTRITO INDUSTRIAL SITO À RODOVIA BR 163, LINHA ENCANTADO, MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, MATRÍCULA Nº36.812, PARA EMPRESA INTERESSADA NO RAMO DE PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL, FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL E COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAAL 2.830/2015.

Às 09:00 horas do dia 02 (dois) do mes de setembro de dois mil e quinze, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 95/2015, Concorrência 08/2015 do Município de Guaraciaba/SC a comissão de Licitação nomeada pela Portaria 567/2014 reuniu-se para receber a documentação e propostas do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo documentação e proposta, diante disso a Comissão resolve recomendar a autoridade superior que REVOGUE o presente Processo pelo motivo exposto.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 2 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

ALDO JUSTINI SALVI – Presidente da Comissão

TALITA GUERINI - Membro

ANDRIO DALL AGNOL – Membro

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 18.2015 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO Nº 18/2015 HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ELABORAÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) E OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA QUE FREQUENTAM O CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: MERCADO KIKO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.976,50 (três mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.361,85 (dois mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DA DATA E HORÁRIO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 107/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ALTERAÇÃO DA DATA E HORÁRIO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 107/2015 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE ROÇADA, PODA DE ÁRVORES, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Conforme o Decreto n.º 529/2015, que altera o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaramirim, fica alterado a data e o horário da Licitação Pregão Presencial 107/2015 – PMG para:

Entrega dos Envelopes: 09/09/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 09/09/2015 às 09h00min

Guaramirim (SC), 02 de setembro de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE JULGAMENTO DOCUMENTOS CONCORRÊNCIA 82/2015

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCORRÊNCIA p/ Obras e Serviços de Engenharia

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 082/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM 14 (QUATORZE) RUAS NO PERÍMETRO URBANO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES JUROS ZERO.

Ao segundo dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC) reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 216/2015, sob a presidência do Sra. Paola Vieira Carriço Finatti, tendo comparecido os seguintes membros Fernanda de Resende Rien Machado e Carlos Felipe Fischer, para o ato de julgamento da documentação da licitação acima referida.

A Comissão Permanente de Licitação contou com o auxílio do contador Rolf Werner Antonius Júnior que analisou o balanço patrimonial, e da arquiteta Ana Beatriz Schier que verificou a qualificação técnica das licitantes.

Em resposta a manifestação do Sr. Alcione Alcione Gilberto Radunz, quanto ao documento da CAT apresentada pela licitante Paviplan – Pavimentação Ltda, o CREA- SC na pessoa do Senhor Milton Forte, se manifestou da seguinte maneira:

“Informamos que um atestado somente encontra-se devidamente registrado no CREA-SC se contiver carimbo contendo o nº da CAT e sua respectiva data de emissão (procedimento realizado até 31/08/2013) OU se contiver Selo de Segurança padrão do CREA-SC (procedimento atual).

Em ambos os casos, para o registro ser válido, obrigatoriamente o atestado deverá estar acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ao qual está vinculado via carimbo ou Selo de Segurança.

No presente caso, as ARTs 4701868-4, 4702009-4 e 4702074-4 foram Registradas em Acervo conforme Protocolo n. 7130002065-9 e certificadas na Certidão de Acervo Técnico n. 01663/2013 de 07/06/2013, cujo atestado vinculado foi expedido em 10/05/2013, contém duas páginas e apresenta o carimbo que o vincula à CAT

no verso de suas folhas.”

Deste modo, a Comissão entende que o Atestado de Capacidade Técnica está registrado no CREA – SC, conforme certidão de Acervo Técnico n. 01663/2013 de 07/06/2013, e que a Certidão de Acervo Digital apesar de constar que é CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO, corresponde a CAT do atestado apresentado.

Após análise da documentação, a Comissão decide inabilitar a Licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR, por apresentar Certidão Positiva da Fazenda Municipal, contrariando assim o solicitado no Instrumento Convocatório em seu item 11.1.2 “e”.

Quanto as licitantes:

- CONSTRUTORA TERTEL LTDA - ME;

- PAVIPLAN – PAVIMENTAÇÃO LTDA;

A Comissão verificou que estas atenderam aos requisitos previstos no edital, de maneira que as declarou como habilitadas.

Diante do julgamento da Habilitação e Inabilitação das empresas fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso sobre o julgamento da inabilitação ou habilitação das empresas, conforme determina a alínea “a”, do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93.

Em nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a ata, que lida vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | |
|------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Paola Vieira Carriço Finatti | Fernanda de R. Rien Machado | Carlos Felipe Fischer |
| Presidente | Membro | Membro |

Rolf Werner Antonius Junior

Contador – CRC – SC 14194

Ana Beatriz Schier

Arquiteta e Urbanista – CAU A321575

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ALTERAÇÃO DA DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015 – FMS.

Conforme o Decreto n.º 529/2015 de 01/09/2015, que altera o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaramirim, fica alterado a data e o horário da Licitação Pregão Presencial 21/2015 – FMS para:

Entrega dos Envelopes: 10/09/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 10/09/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis conforme decreto 529/2015 de 01/09/2015, pelo fone (47) 3373-0247 e ou pelo site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim (SC), 02 de Setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015 - PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 105/2015 – PMG

Processo Licitatório: 105/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARRO ZERO KM PARA O GABINETE DO PREFEITO.

Entreg

a dos Envelopes: 24/09/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 24/09/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis: nas segundas, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e, de terça a sexta feira, das 07h às 13h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de setembro de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 113/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 113/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : Contratação de empresa para reforma e manutenção de toldo da EMEF Professor Dorvalino Felippi; reforma e manutenção de toldo da EMEF Iaro Eugênio Hansch; e fornecimento e instalação de toldo para o Ginásio de Esportes da EMEF Padre Mathias Maria Stein.

Entrega dos Envelopes: 17/09/2015 às 09:00 h

Abertura dos Envelopes: 17/09/2015 às 09:15 h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, conforme horário da Secretaria de Educação, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.

GUARAMIRIM (SC), 01/09/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO TP 101 2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇO / OBRA SERVIÇO ENGENHARIA – 101/2015

Tipo : Menor Preço Global

Objeto : AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO ESPORTIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR URBANO TEIXEIRA DA FONSECA.

Entrega dos Envelopes: 21/09/2015 às 09:00 h

Abertura dos Envelopes: 21/09/2015 às 09:15 h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Prefeitura Municipal de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 2042, ou na Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, conforme o horário de funcionamento da Prefeitura e pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 01/09/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO N.º 22/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

REABERTURA

Edital: Pregão Presencial 22/2015 –FMS

Processo Licitatório: 22/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 29/09/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 29/09/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, e de terça a sexta feira das 7:00h às 13:00h pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 02 de setembro de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 540/2015

DECRETO Nº. 540/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

02.00 – Gabinete do Prefeito

02.001

2003 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

3339000000000000

10000 R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

02.00 – Gabinete do Prefeito

02.001

2003 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

3449000000000000

10000 R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Errata - Edital de Convocação de Audiência Pública

LAURO FROHLICH, Prefeito do Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições torna pública a retificação do Edital de Convocação de Audiência Pública para apresentação do Plano de Saneamento Básico, que ocorreria no dia 16/09/2015, alterando-se a data e horário da Audiência Pública, para o dia 05/10/2015, das 13h30min às 17h00min, 19h00min até o término dos trabalhos, permanecendo inalterados os demais itens.

Guaramirim/SC, 02 de setembro de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 85/2014 TA 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 85/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clausula Primeira do Terceiro Termo Aditivo para mais 90 (noventa) dias consecutivos, com início em 07 de setembro de 2015 e término em 04 de dezembro de 2015).

Guarujá do Sul, SC, 02 de agosto de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1001/2015

PORTARIA Nº 1001/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 874/2015, do Servidor CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN (Matr. 3630), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível – Agente Político, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de janeiro de 2014 e 06 de janeiro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de setembro de 2015 a 20 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1002/2015

PORTARIA Nº 1002/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 02 de setembro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora DIRLI TEREZINHA MALAQUIAS (Matr. 2850), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência – 8/B, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1003/2015

PORTARIA Nº 1003/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora MARILIA MORGANA ZACCARON (Matr. 3602), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 02 de agosto de 2012 a 02 de setembro de 2015, com interstício de 32 (trinta e dois) dias, consoante no que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1004/2015

PORTARIA Nº 1004/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARIZETE ANDOLPHACTO (Matr. 23), nascida aos 30/08/1964, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/E anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/A, anexo XI, a partir de 31 de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1005/2015

PORTARIA Nº 1005/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2014 e 05 de maio de 2015, para serem gozadas a contar de 01 de setembro de 2015 a 30 de setembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1006/2015

PORTARIA Nº 1006/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Administrador - Nível – 12/1, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, ao Servidor PLINIO ROBERTO CORDAZZO (Matr. 3611), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 03 de setembro de 2012 a 02 de setembro de 2015, consoante no que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTE Nº 002/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda

CNPJ/MF Nº 03.0377.072/0001-40

Endereço: Av. Beira Rio, nº 333, Centro

Contratada

TERMO de AJUSTE Nº 002/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento de Termo de Ajuste, que faz a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilacqua, 30, Centro, Herval D'Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF nº 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste de valores do Contrato nº 006/2012 que tem por objeto a implantação, revitalização de passeios públicos e construções complementares em ruas do município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 010/2012 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o ajuste do reequilíbrio do contrato nos termos dos pareceres jurídicos nº 038/2014 e 068/2014, e seus anexos, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que os pareceres supracitados se faz necessário o ajuste do valor do reequilíbrio concedido em 03/07/2014 conforme abaixo:

| Histórico | Data | Valor em R\$ |
|---|------------|--------------|
| Saldo Contratual (01/2013) | 27/12/2012 | 306.238,94 |
| Acréscimo Concedido percentual de 8,133 % sobre o valor total do contrato | 03/07/2014 | 78.653,15 |
| Saldo Contratual atualizado em data base proposta | 04/02/2013 | 275.891,27 |
| Valor a ser suprimido do termo aditivo nº 032/2014 | 03/07/2014 | 35.134,89 |
| Reajuste a ser aplicado 15.7737% sobre o saldo R\$ 275,891,27 | 01/2013 | 43.518,26 |

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato em epígrafe, que não foram modificados por força deste Termo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 02 de setembro de 2015.

| | |
|--|---|
| Nelson Guindani Prefeito CPF nº 501.589.459-72 | Simar José Rosa Sócio Administrador CPF nº 437.061.009-59 |
|--|---|

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |
|---|---|

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 001/2015

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 001/2015

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. NELSON GUINDANI, a seguir denominado MUNICÍPIO;

A LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ n. 01.122.214/0001-01, com sede na Av. XV de Novembro, 441, sala 02, em Joaçaba – SC, por seu Representante Legal. Sr. SÉRGIO DE GIACOMETTI, inscrito no CPF (MF) sob n.º 384.203.929-87 e no RG n.º 11/R – 743.528, a seguir denominada PERMISSONÁRIA;

Considerando a Lei Municipal n.º 3111 de 26 de agosto de 2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar termo de permissão de uso com a LIESJHO para a realização do evento denominado 'CARNAMOTOS' e dá outras providências,

Celebram entre si, TERMO DE PERMISSÃO DE USO que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições,

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E DESTINAÇÃO

O MUNICÍPIO outorga à PERMISSONÁRIA o uso de trecho da Av. Antonio Beviláqua (Av. Beira Rio) compreendido entre o entroncamento com a Av. Independência até a Passarela Atílio Pagnocelli para a realização do evento denominado "CarnaMotos" nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2015.

Fica autorizada a exploração comercial pela PERMISSONÁRIA naquele local, assim como a interrupção do trânsito no período da sua realização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

É de responsabilidade da PERMISSONÁRIA a montagem e desmontagem da estrutura, limpeza e sinalização necessárias, segurança e atendimentos de emergência.

Compete à PERMISSONÁRIA promover a pintura da via e recolocação de sinalização vertical e horizontal que forem retiradas em decorrência da realização do evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA COORDENAÇÃO

A coordenação das atividades previstas será exercida pela PERMISSONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O período de vigência do presente convênio é de 11 a 13 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciado por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Os participantes, de comum acordo, elegem como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente Convênio, o foro da comarca de Herval D'Oeste (SC).

E por estarem de acordo, firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias, de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Herval D'Oeste, SC, 2 de setembro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

SÉRGIO DE GIACOMETTI
Presidente

Testemunhas:

1. _____
2. _____

1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.058.780,48 | 1.888.209,81 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 696.248,51 | 566.150,91 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 696.248,51 | 566.150,91 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 362.531,97 | 1.322.058,90 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 6.792.280,23 | 9.803.174,84 | — | — |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 10.010.383,36 | 11.575.862,73 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 3.218.103,13 | 1.772.687,89 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -5.733.499,75 | -7.914.965,03 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 43.494.732,91 | 45.547.950,92 | 0,00 | 0,00 |
| % da DC sobre a RCL [(I) / RCL] | 2,43% | 4,15% | | |
| % da DCL sobre a RCL [(III) / RCL] | -13,18% | -17,38% | | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 52.193.679,49 | 54.657.541,10 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108% | 46.974.311,54 | 49.191.786,99 | 0,00 | 0,00 |

| <u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII) | 696.248,51 | 566.150,91 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA DE PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII) | 696.248,51 | 566.150,91 | 0,00 | 0,00 |

| <u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 1.092.303,59 | 1.403.096,75 | 0,00 | 0,00 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 4.697.591,98 | 9.345.148,33 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (V) | 26.940.373,60 | 28.537.983,51 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 11.197,56 | 13.604,45 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 26.929.176,04 | 28.525.399,05 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a pagar processados (exceto precatórios) | 0,00 | 1.019,99 | 0,00 | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC | 6.355,88 | 15.670,93 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V) | -26.940.373,60 | -28.537.983,51 | 0,00 | 0,00 |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (I) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 43.494.732,91 | 45.547.950,92 | 0,00 | 0,00 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 9.568.841,24 | 10.020.549,20 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 8.611.957,12 | 9.018.494,28 | 0,00 | 0,00 |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (V) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) | 1.142.471,93 | 1.142.471,93 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 1.142.471,93 | 1.142.471,93 |
| Interna | 1.142.471,93 | 1.142.471,93 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 1.142.471,93 | 1.142.471,93 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite | 0,00 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 45.547.950,92 | — |
| OPERAÇÕES VEDADAS | 0,00 | 0,00 |
| DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III) | 0,00 | 0,00 |
| DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III) | 1.142.471,93 | 2,51 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS | 7.287.672,15 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 6.558.904,93 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 3.188.356,56 | 7,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa) | 1.142.471,93 | 2,51 |

FONTE:

1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 28.089.498,80 | 6.887,63 |
| Pessoal Ativo | 25.745.486,01 | 6.887,63 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 2.344.012,79 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.442.432,66 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 24.600,23 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 74.371,24 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 2.343.461,19 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 25.647.066,14 | 6.887,63 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 45.547.950,92 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 25.653.953,77 | 56,32 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 27.328.770,55 | 60,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 25.962.332,02 | 57,00 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 24.595.893,50 | 54,00 |

FONTE:

RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-E | 90.729,35 | 1.285,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 89.444,35 | 0,00 | 0,00 |
| Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor. | 43.699,72 | 0,00 | 0,00 | 1.298,54 | 0,00 | 42.401,18 | 15.345,54 | 0,00 |
| Assistência Farmacêutica Estratégica - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor. | 773.151,43 | 0,00 | 5.452,44 | 14.423,00 | 760,99 | 752.515,00 | 98.361,49 | 0,00 |
| Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar | (52.584,72) | 0,00 | 3.105,34 | 4.978,76 | 1.555,41 | (62.224,23) | 195.133,40 | 0,00 |
| Bolsa Família - Tesouro-Ex.Cor. | (2.353,41) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 223,19 | (2.576,60) | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes | 888,05 | 0,00 | 519,48 | 0,00 | 0,00 | 368,57 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência | 4.463.259,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.701,43 | 4.350.558,34 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - | 181.626,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 181.626,37 | 11.221,22 | 0,00 |
| Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor. | 18.029,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.029,35 | 0,00 | 0,00 |
| Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Cor. | (2.296,67) | 0,00 | 2.590,07 | 0,00 | 0,00 | (4.886,74) | 0,00 | 0,00 |
| Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor. | 6.535,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.535,07 | 0,00 | 0,00 |
| Fia a imposto de renda - Tesouro-Ex.Cor. | 2.415,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.415,02 | 0,00 | 0,00 |
| Fia demais recursos - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor. | (369.938,48) | 0,00 | 0,00 | 319.609,43 | (1.070,20) | (688.477,71) | 0,00 | 0,00 |
| Medicamentos de Dispensação Excepcional - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Ba | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Especificações - Tesouro-Ex.Cor. | 61.382,15 | 0,00 | 8.597,48 | 0,00 | 119,15 | 52.665,52 | 5.200,07 | 0,00 |
| Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências Decorrentes de Comp. Fin. pela Expl. de f | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 679.090,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (26,82) | 679.117,43 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-E | (18.987,69) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,20 | (19.187,89) | 0,00 | 0,00 |
| Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA - Tesouro-Ex.Co | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex | (7.191,96) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (7.191,96) | 2.431,34 | 0,00 |
| Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te | 1.541,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.541,16 | 0,00 | 0,00 |
| Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD - Tesou | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programa Sentinela - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Royalties de Petróleo - Tesouro-Ex.Cor. | 23.643,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.643,05 | 0,00 | 0,00 |
| Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor. | 256.284,19 | 0,00 | 13.803,21 | 9.018,88 | 357,55 | 233.104,75 | 61.448,36 | 0,00 |
| Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - Tesouro-E | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços de Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Alienação de Bens destinados a Outros Programas - T | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Assistência Farmacêutica Estratégica - Tesouro-Ex.Cor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | | | | | | | |
| (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | | |
| Sup. Fin. Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Especializada - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Bolsa Família - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - C | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência Social - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação, Limpeza, Vigilância, Segurança e Manutenção - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Medicamentos de Dispensação Excepcional - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Operações de Crédito Internas para Programas da Educação - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Outras Especificações - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Outras Transferências Decorrentes de Comp. Fin. pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa de Atenção à Criança - PAIC - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - T | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PP - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Programa Sentinela - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 4/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Sup. Fin. Royalties de Petróleo - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU - T | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Serviços de Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Transferências de Convênios – Assistência Social - Ties | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Cor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO -AUXÍLIOS E CONTRIB. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO -RECURSOS ORDIN.VINCUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Convênios – Assistência Social - Tesouro-Ex.C | (234,01) | 0,00 | 3.115,05 | 0,00 | 1.370,85 | (4.719,91) | 16.206,34 | 0,00 |
| Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Cor. | 386.885,00 | 0,00 | 13.700,00 | 14.600,00 | 0,00 | 358.585,00 | 8.035,68 | 0,00 |
| Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Cor. | 3.586.351,08 | 0,00 | 0,00 | 2.402.887,19 | 0,00 | 1.183.463,89 | 3.892.072,45 | 0,00 |
| Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi | (1.202.597,93) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.137.918,10 | (2.340.516,03) | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor. | 282.047,12 | 0,00 | 0,00 | 220,00 | 539,00 | 281.288,12 | 38.596,81 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f) | 9.201.403,65 | 1.285,00 | 50.883,07 | 2.767.035,60 | 1.254.648,85 | 5.127.551,13 | 4.344.052,70 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã | 68.927,14 | 41.163,53 | 150.678,97 | 19.379,08 | 88.245,91 | (230.540,35) | 32.594,16 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - | 770.695,90 | 122.227,21 | 236.356,30 | 84.990,72 | 138.695,92 | 188.425,75 | 238.936,37 | 0,00 |

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 5/5

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| Recursos Ordinários | 148.902,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.768,49 | 124.134,49 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor. | 1.385.933,06 | 395.601,48 | 774.492,33 | 291.335,48 | (103.262,42) | 27.766,19 | 1.566.824,22 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sem Recurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sup. Fin. Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Superavit - Recursos Ordinários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 2.374.459,08 | 568.992,22 | 1.161.527,60 | 395.705,28 | 148.447,90 | 109.786,08 | 1.838.354,75 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 11.575.862,73 | 560.277,22 | 1.212.410,67 | 3.162.740,88 | 1.403.096,75 | 5.237.337,21 | 6.182.407,45 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES* | 28.539.003,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.019,99 | 28.537.983,51 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 69 2015

Decreto nº 69, de 04 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 100.000,00(Cem mil reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA
Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA
Atividade: 1.026 – Aquisição de Ambulância
Elemento:()4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso de Transferência de Convênio Estado de Santa Catarina nº2014TR001834, Processo nº SDR153574/2014
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 04 de maio de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso proveniente do Convênio Estado de Santa Catarina nº- 2014TR001834, Processo nº SDR153574/2014:

| Nome da Fonte de Recursos | Valores apurados |
|---|------------------|
| Convênio Estado de Santa Catarina nº- 2014TR001834, Processo nº SDR153574/2014 Fonte: 63 – Transferências de Convênios – Estado/ Saúde | |
| Arrecadação | 0.00 |
| Provável Arrecadação | 100.000,00 |
| Total | 100.000,00 |
| Previsão orçamentária para o exercício de 2015 | 0,00 |
| = Total do provável excesso de arrecadação | 100.000,00 |

| | |
|---|--|
| DANIEL CHRISTIAN BOSI Prefeito Municipal | MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS Contador CRC SC 030821-02 |
|---|--|

PORTARIA Nº 443/2015

PORTARIA Nº 443/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MATILDE FISCHER SCHETZ, no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de SETEMBRO de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 444/2015

PORTARIA Nº 444/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. PAULO EDUARDO PEREIRA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 01 de SETEMBRO de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 445/2015

PORTARIA Nº 445/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARA LUCIA XAVIER DA COSDA DOS SANTOS, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de SETEMBRO de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 446/2015

PORTARIA Nº 446/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Sr^a. MARGARETH XAVIER DA COSTA, no cargo de ENFERMEIRA (PSF), em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2015.

Dê-se ciência publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 449/2015

PORTARIA Nº 449/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. FLÁVIO ADAUTO MONDINI DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 447/2015

PORTARIA Nº 447/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Sr^a. MARGARETH XAVIER DA COSTA, do cargo de ENFERMEIRA (PSF), em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 448/2015

PORTARIA Nº 448/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Sr^a. MARA LUCIA XAVIER DA COSTA DOS SANTOS, do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

LEI Nº. 1.983, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 1.983, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CONCEDER INCENTIVOS FISCAIS E ESTÍMULOS MATERIAIS A EMPRESA ROSA DE SAROM INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS LTDA. ME, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 1678, DE 11 DE MARÇO DE 2013 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS EMPRESAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a conceder à empresa Rosa de Sarom Indústria e Comércio Alimentícios Ltda. Me, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Hunberto de Freitas Tibau, 222, Capoeiras, Florianópolis, SC, inscrita no CNPJ sob o n.01.820.799/0001-25, os seguintes incentivos fiscais e estímulos materiais:

I – Concessão de direito real de uso de área de propriedade deste Município de Imaruí contendo 8.000m² (oito mil metros quadrados) para instalação do empreendimento no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de perda da preferencia (art. 7º,II da Lei 1.678/2013) ;

II - melhoria na via municipal de acesso à empresa, dentro das possibilidades do Poder Executivo Municipal (art. 7º,VI da Lei 1.678/2013);

III – Isenção de 50% da Taxa de Licença e Localização – TLL (alvará) pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,IV da Lei 1.678/2013);

IV – Isenção de 50% da contribuição de melhorias decorrente de obras públicas, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,III da Lei 1.678/2013);

V – Isenção de 80% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN durante os 02 (dois) primeiros anos de instalação da empresa; e de 60% durante os 03 (três) anos subsequentes, pelo período máximo de 05 (cinco) anos (art. 6º,II da Lei 1.678/2013);

Art. 2º Incumbe ao Município e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento de Imaruí controlar e fiscalizar a execução da presente resolução, sobretudo o fiel cumprimento, por parte da empresa beneficiária, do projeto, cronograma e demais exigências legais, sob pena das penalidades previstas nos arts. 12, 13 e 14 da Lei 1.678/2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 02 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE DE INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2015 (SEAST - ADOLESC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 04/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSES PARA O PÚBLICO ALVO ATENDIDO NO PROGRAMA 'VEM SER'".

Empresa : Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda.

Valor Total: 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 03 de setembro de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretaria Municipal da SEAST

EXTRATO DE DE INEXIGIBILIDADE Nº. 02/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 33/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSE, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEAST".

Empresa : Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda.

Valor Total: 9.420,00 (Nove mil, quatrocentos e vinte reais)

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 03 de setembro de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretaria Municipal da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 29/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas do dia 16 de Setembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial com Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Aquisição de tiras para análise de glicose no sangue, com fornecimento de aparelhos de leitura em regime de comodato e lancetes para punção digital para uso na Secretaria Municipal de Saúde".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, nº. 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira e no site www.imbituba.sc.gov.br, através do Link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de setembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/GGP Nº 487/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 487, de 01 de setembro de 2015.

Dispõe sobre o Enquadramento Funcional de Auxiliar de Enfermagem - PSF para Técnica de Enfermagem - PSF, integrante do quadro de carreira de que trata a Lei nº 1.144/1991 e aqueles de que trata a Lei nº 3.135/2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 4.500, de 23 de dezembro de 2014,

Considerando, que o Enquadramento Funcional se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior e o registro junto ao órgão fiscalizador competente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

| Nome | CPF | Cargo Anterior | Enquadramento Funcional | Processo Ano | Data Referência |
|----------------------------------|----------------|----------------------------|---------------------------|--------------|-----------------|
| Tânia Regina Fernandes Marcelino | 749.718.919-00 | Auxiliar de Enfermagem PSF | Técnica de Enfermagem PSF | 16498/2015 | 01/09/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 488/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 488, de 01 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 04 de maio de 2015, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014 e PORTARIA PMI/GGP Nº 288/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | CPF | Demissão |
|-------------------------|--------------------|----------------|------------|
| Maria Aparecida Martins | Professora I – 20h | 029.115.549-90 | 01/09/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 489/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 489, de 01 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Cuidador/Educador Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | CPF | Demissão |
|------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|
| Rodolfo de Souza Ávila | Cuidador/Educador Residente - 40h | 053.896.199-60 | 01/09/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 490/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 490, de 01 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira do magistério da função gratificada de Coordenadora do Centro Municipal de Educação Infantil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora abaixo descrita, da função gratificada de Coordenadora do Centro Municipal de Educação Infantil correspondente, da Secretaria Municipal de Educação, nomeada em 20 de fevereiro de 2015, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 111, de 19 de fevereiro de 2015.

| COORDENADORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – LC nº 4.514/2015 | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------------------|----------------|------------|
| Unidades Escolares | Cargo | Nome | CPF | Exoneração |
| Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito (Vila Nova) | Coordenadora do C.M.E.I | Margarete Martins de Souza Silvério | 770.039.429-68 | 31/08/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 051/2015**

PORTARIA CMI Nº 051/2015

"Concede Férias ao Servidor João Floriano"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial àquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolve:

CONCEDER, ao Senhor João Floriano, Secretário Administrativo, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/02/2014 a 08/02/2015. Destes 30 (trinta) dias, 10 (dez) dias serão revertidos em abono pecuniário e os outros 20 (vinte) dias serão usufruídos no período de 08/09/2015 a 27/09/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 28/09/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de setembro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/09/2015.

PORTARIA CMI Nº 052/2015

PORTARIA CMI Nº 052/2015

"Concede Férias à Servidora Terezinha de Freitas Celestino"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial àquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolve:

CONCEDER, à Senhora Terezinha de Freitas Celestino, Assessora Parlamentar Especial, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015, a ser usufruída no período de 08/09/2015 a 07/10/2015, com retorno ao

trabalho programado para o dia 08/10/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de setembro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/09/2015.

PORTARIA CMI Nº 053/2015

PORTARIA CMI Nº 053/2015

"Concede Férias ao Servidor Thiago Miguel"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial àquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolve:

CONCEDER, ao Senhor Thiago Miguel, Assessor Parlamentar Especial, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015, a ser usufruída no período de 09/09/2015 a 08/10/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 09/10/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de setembro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/09/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 155/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 155/2015

CONTRATADA: MIRIAN CELESTE FERREIRA DIAS MARTINS.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Doutora Mirian Celeste Ferreira Dias Martins, para a realização de palestra intitulada "Arte e Cultura: Impulsos para a Interdisciplinaridade na Rede da Complexidade", para aproximadamente 500 (quinhentos) professores e profissionais de educação da rede municipal de ensino fundamental e unidades de educação infantil. Palestra com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 09 de julho de 2015 até 30 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2015.

DECRETO Nº 1542/15

. DECRETO Nº 1542/15

. De 02 de setembro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.205/15,

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

| Dotação | Valor |
|---|------------|
| 22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental | |
| 0017.0512.0022.1339 - Construção Galpão/garagem Ete Nações | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01645502 - Estado – Casan | 130.000,00 |
| 06.001 - Secretaria de Agricultura | |
| 0020.0605.0006.2152 - Manut das Atividades da Patrulha Mecanizada | |
| 3339000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01000000 - Recursos Ordinários | 5.000,00 |

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do Município de Indaial as seguintes dotações:

| Dotação | Valor |
|---|------------|
| 22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental | |
| 0015.0451.0022.1338 - Pav. Recup. Vias Públ Atingidas por Obras de Saneamento | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01645502 - Estado – Casan | 130.000,00 |
| 06.001 - Secretaria de Agricultura | |
| 0020.0122.0006.1150 - Aquisição Máquinas/veículos/equipamentos em Geral | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01000000 - Recursos Ordinários | 5.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5202

. LEI Nº 5202

. de 19 de agosto de 2015

Institui o mês "Setembro do Bem" e dá outras providências. (Autoria: Vereadores Altair Brassiani e Anderson Luz dos Santos).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Indaial o mês "Setembro do Bem", dedicado à realização de ações e eventos relacionadas e destinados ao Hospital Beatriz Ramos.

Art. 2º - No mês "Setembro do Bem" o Poder Público, em cooperação com a iniciativa privada e com entidades civis, realizarão campanhas de apoio, eventos e outras ações educativas visando conhecer e apoiar o Hospital Beatriz Ramos, priorizando:

- I. Conhecer as ações do Hospital no contexto social inserido;
- II. A rotina do hospital, bem como estabelecer discussões com a comunidade visando sanar dificuldades;
- III. Audiências públicas;
- IV. Discussão para elaboração de políticas públicas para o Hospital Beatriz Ramos;
- V. Palestra nas escolas;
- VI. Incentivo ao enfeite de espaços públicos e privados com a cor branca;
- VII. Incentivo ao plantio de árvores cujas flores sejam brancas e floresçam no mês de setembro;

Art. 3º - Os símbolos da campanha serão o laço branco e o coração.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 19 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5203

. LEI Nº 5203

. de 19 de agosto de 2015

Altera dispositivos do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei 5.173/15

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado no Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015/2025, aprovado pela Lei Municipal 5173, de 19 de junho de 2015, os itens 14.10 e 15.15 do enunciado ESTRATÉGIAS DEFINIDAS, que passarão a vigorar com a seguinte redação: ESTRATÉGIAS DEFINIDAS

14.1

"14.10 – Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão para superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação."

.....

"15.15 Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação para superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação."

Art. 2º - Fica alterado no Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015/2025, aprovado pela Lei Municipal 5173, de 19 de junho de 2015, a redação do capítulo 2.18 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, passando a vigorar com a seguinte redação:

"2.18 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

A educação escolar deve ser universal, igualitária, participativa e fraterna, com relações horizontais e poder compartilhado.

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate. Esses processos devem garantir e mobilizar a presença dos diferentes atores envolvidos, que participam no nível dos sistemas de ensino e no nível da escola. (MEDEIROS, 2003, p.1).

Para garantir a eficácia da gestão democrática, deve se aproximar a comunidade da gestão e planejamento dos serviços públicos.

A primeira ideia que perpassa, quando se fala em gestão democrática, é a eleição de diretores de escola. Entretanto, há diversos mecanismos efetivos, eficientes e eficazes de promover uma gestão democrática e acima de tudo, responsável, no que concerne à educação no Município.

Os conselhos são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade, na qual a cidadania deixa de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas

públicas setoriais.

Entre os diversos conselhos constituídos no Município de Indaial, os que atuam diretamente no setor de ensino, são:

- Conselho Municipal de Educação
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
- Conselho de Alimentação Escolar
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar
- Conselho da Assistência Social
- Conselho Municipal da Saúde

O Conselho Escolar constitui-se em colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, regendo sobre as questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da sua escola. Em Indaial, a Lei nº 4.008, datada de 10 de novembro de 2009, dispõe sobre a implementação do Conselho Escolar das instituições municipais de ensino de Indaial.

O Projeto Político Pedagógico também é um mecanismo capaz de proporcionar à escola condições de se planejar, buscar meios e reunir pessoas e recursos para a efetivação de propostas de sua comunidade escolar.

Outro espaço de gestão democrática é o Fórum Municipal de Educação, que é um espaço de interlocução entre a sociedade civil organizada e Município. Em Indaial, o Decreto nº 310, datado de 18 de abril de 2013, institui e atribui competências ao Fórum Municipal de Educação, dentre as quais destaca-se a elaboração, implementação, avaliação e revisão do Plano Municipal de Educação de Indaial.

As instituições privadas, mesmo com a prerrogativa de uma propriedade privada, também já promovem espaços de aproximação e interlocução com sua comunidade escolar.

No ano de 2014, a rede pública de ensino, em Indaial, compunha-se pelos seguintes números de instituições:

- 20 Escolas de Ensino Fundamental
 - 23 Unidades de Educação Infantil
 - 02 Centros de Educação de Jovens e Adultos
 - 01 Universidade Aberta do Brasil
- TOTAL: 46 instituições

Dessas 46 (quarenta e seis) instituições, 40 (quarenta) têm os cargos de diretores ocupados por pessoas indicadas e 4 (quatro) dessas instituições têm seus diretores por meio de processo eletivo.

GRÁFICO 51 – DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – INDAIAL – 2014

FONTE: Secretaria de Educação de Indaial

No Município, do total das 46 (quarenta e seis) instituições públicas, 46 (quarenta e seis) possuem Unidade Executora (APP), 43 (quarenta e três) possuem Conselho Escolar, 45 (quarenta e cinco) possuem Projeto Político Pedagógico e 6 (seis) possuem Grêmios Estudantis.

GRÁFICO 52 – INDICADOR DE GESTÃO DEMOCRÁTICA – INDAIAL – 2014

FONTE: Secretaria de Educação de Indaial

META 18

...

ESTRATÉGIAS

18.1

...

18.9..."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5204

LEI Nº 5204

de 02 de setembro de 2015.

Autoriza Cessão de Uso Associação de Moradores da Rua Uberaba e Adjacências

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autoriza a ceder, através de Termo de Cessão de Uso, parte de terras sob o domínio do Município, conforme a Lei 2331/1994, localizada no Loteamento Egon Bartel, bairro Mulde, para a Associação de Moradores da Rua Uberaba e Adjacências, inscrita no CNPJ sob o nº 08.836.930/0001-91.

Art. 2º - A área cedida abrange aproximadamente 4.450m², formando um retângulo de quarenta e quatro metros de largura por cem metros de comprimento, distando pela Rua Uberaba ao lado esquerdo em 415metros.

Art. 3º - O Termo de Cessão de Uso de que trata a presente Lei será firmado pelo período de 05 (cinco) anos, e havendo interesse das partes, poderá ser prorrogado por iguais períodos.

Art. 4º - Ocorrendo o encerramento de suas atividades, ou o abandono do bem, ou ainda, por interesse e/ou necessidade da Administração Pública, será imediatamente rescindido o Termo de Cessão de Uso, sem quaisquer ressarcimentos sobre eventuais benfeitorias e investimentos realizados no imóvel.

Art. 5º - Ficará a Associação comprometida em manter o acesso a Comunidade da Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 02 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5205

. LEI Nº 5205

. de 02 de setembro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

| Dotação | Valor |
|---|------------|
| 22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental | |
| 0017.0512.0022.1339 - Construção Galpão/garagem Ete Nações | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01645502 - Estado – Casan | 130.000,00 |
| 06.001 - Secretaria de Agricultura | |
| 0020.0605.0006.2152 - Manut das Atividades da Patrulha Mecanizada | |
| 3339000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01000000 - Recursos Ordinários | 5.000,00 |

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

| Dotação | Valor |
|---|------------|
| 22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental | |
| 0015.0451.0022.1338 - Pav. Recup. Vias Públ Atingidas por Obras de Saneamento | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01645502 - Estado – Casan | 130.000,00 |
| 06.001 - Secretaria de Agricultura | |
| 0020.0122.0006.1150 - Aquisição Máquinas/veículos/equipamentos em Geral | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | |
| 01000000 - Recursos Ordinários | 5.000,00 |

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 02 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO VICE PREFEITO / PREFEITO**TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO**

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, nas dependências do Centro Cívico Municipal, Gabinete do Prefeito, presentes o senhor Mário Withoeft, Vice -Prefeito no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal, Secretários, Autoridades, Servidores e demais presentes que a este Termo assinam, foi pelo senhor Mário Withoeft transmitido o cargo de Prefeito ao senhor Sérgio Almir dos Santos, que retornou de viagem da delegação designada pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI. Para constar foi lavrado o presente Termo, que a fim de produzir os efeitos legais, será assinado por ambos e pelos demais presentes.

Indaial SC., 01 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

MÁRIO WITHOEFT

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL. Nº. 029/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015. ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002 e suas alterações torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação dos membros do Magistério Público Municipal estável na forma Lei Complementar nº. 003/2002, suas alterações, e concursados em estágio probatório concluído.

Art. 2º - Os Membros do Magistério Público Municipal efetivo deverão requerer progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação de 01/09/2015 até 30/09/2015, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os Seguintes documentos:

1 – Requerimento em formulário especifica conforme anexo I do presente Edital.

2 – Cópia autenticada dos certificados dos cursos com carga horária igual ou superior de 20 (vinte) horas/aula frequentados e ou ministrados a partir do ano de 2011.

Art. 3º - Para a referida progressão será observado todos os artigos e parágrafos da Subseção III da Lei Complementar nº 003/2002 de 27 setembro de 2002.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 02 de setembro de 2015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

ANEXO I PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO

BASE LEGAL:

- Lei Complementar nº 003, de 2002.
- Subseção III, artigos 32,33 e 34 da Lei acima referida.
- Edital Nº

Aaa A ser preenchido somente por membro do magistério Público Municipal estável ou efetivo, com estágio probatório concluído e comprovar 120 horas de cursos de aperfeiçoamento e capacitação a partir do ano de 2011, na área de atuação específica ou disciplina afim. REQUERIMENTO DO SERVIDOR 1. C.I CPF

2. NOME DO SERVIDOR

3. CARGO DECORRENTE DA ESTABILIDADE OU CONCURSO (DENOMINAÇÃO)

4. HABILITAÇÃO E Nº CADASTRO DE ADMISSÃO

5. UNIDADE DE LOTAÇÃO (NOME DA ESCOLA)

LOCAL E DATA ASSINATURA DO REQUERENTE ANEXO I
PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO
DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO

ANÁLISE – SMECE E RH

() Preenche os requisitos legais para o progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, conforme registros a seguir:

| | | |
|--|--|--|
| | | |
| | | |
| | | |

() Não preenche os requisitos legais para o progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação.

Motivo: _____

Responsáveis: _____

Parecer Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Conferido em:/ /.....

Assinatura

PORTARIA Nº.366/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISCIPLINA FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS INTER-
NOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, no uso de suas atribuições legais.

Considerando que o Município de Ipumirim, não tendo norma legal específica em relação ao funcionamento interno de seus diferentes órgãos em relação aos servidores;

Considerando que os serviços prestados pelo município pelos seus servidores a população deve ser eficiente e de qualidade;

DISCIPLINA

Art. 1º - Os servidores públicos municipais da administração deverão cumprir rigorosamente o horário de trabalho:

Matutino – 08h00min às 11h30min
Vespertino – 13h30min às 17h00min

Parágrafo único: Fica proibido aos servidores municipais saírem de suas salas de trabalho a não ser expressamente para tratar de assuntos de interesse da administração e o uso de celulares para fins particulares.

Art. 2º - A presente portaria municipal produzira efeitos a partir de 02 de Setembro de 2015,

Ipumirim - SC, 02 de Setembro de 2015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 367/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARI LUCIA ARTIFON, Matrícula 86-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1557455-5 e do CPF 744.025.609-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de setembro de 2015.

Ipumirim - SC, 02 de setembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 368/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARI LUCIA ARTIFON, Matrícula 536-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1557455-5 e do CPF 744.025.609-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de setembro de 2015.

Ipumirim - SC, 02 de setembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 369/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIA

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A RENATO DOS SANTOS, matrícula 1686-1, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/08/2013 a 01/08/2014 e gozo de 08/09/2015 a 07/10/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/09/2015.

Ipumirim - SC, 02 de setembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.856/2015

DECRETO Nº 2.856/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MESÁRIOS E ESCRUTINADORES, PARA A ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES, A REALIZAR-SE EM 04 DE OUTUBRO DE 2015, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando das atribuições legais, e após aprovação do CMDCA, pelo presente Decreto, nomeia os mesários e escrutinadores, que atuarão na eleição de Conselheiros para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis, que será realizada em 04 de Outubro de 2015, e dá providências correlatas.

Art. 1º – Ficam nomeados os servidores relacionados abaixo para atuarem como Presidentes e Secretários de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Irineópolis, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas:

I. Localidade de Serrinha:

- a) - Juliana Nogara do Carmo (Secretaria Municipal da Educação) - Presidente
- b) - Jacira de Fátima Denke (Secretaria Municipal da Educação) - Secretária
- c) - Regiane Konkel (Secretaria Municipal da Educação) – Mesária.

II. Localidade de Rio Branco

- a) - Rogério Natalício Senff (Secretaria Municipal da Educação) - Presidente
- b) - Ivanise Bujarka (Secretaria Municipal da Educação) - Secretária
- c) - Caroline Fernanda de Lima Arbogast (Secretaria Municipal da Educação) – Mesária.

III. Localidade de São Pascoal

- a) - Flávia Ini de Souza Novacoski (Secretaria Municipal da Educação) - Presidente
- b) - Jaci B. Binder (Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário) - Secretária
- c) - Ana Paula Kozowski (Secretaria Municipal da Infraestrutura) – Mesária.

IV. Horácio Nunes - Urna 01

- a) - Patrícia Fabiane Fronczak (Secretaria Municipal da Administração) – Presidente
- b) - Jeniffer Aline Avancini (Pronatec) - Secretária
- c) - Dilamar Prestes dos Santos Brand (Secretaria Municipal da Educação) - Mesária.

V. Horácio Nunes - Urna 02

- a) - Sezinanda Aparecida dos Santos (Secretaria Municipal da Educação) – Presidente
- b) - Giozani Regina Crestani (Secretaria Municipal da Administração) – Secretária
- c) - Josilaine Montoski (Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário) – Mesária.

Art. 2º – Ficam nomeados os seguintes escrutinadores:

I. Mesa 01

- a) - Rosana Marcia P. Pereira Piekarczywicz (Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário) - Presidente

- b) - Rosana Donda Ruckl (Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário) - Secretária
- c) - Maria Joana Bueno Popia (Secretaria Municipal da Educação) - Mesária
- d) - Jean Pedro Marques (Secretaria Municipal da Infraestrutura) – Mesário.

II. Mesa 02

- a) - Ivete Cardoso Fronczak (Secretaria Municipal da Administração) - Presidente
- b) - Eliane de Fátima Neppel Wagner (Secretaria Municipal da Educação) - Secretária
- c) - Rodrigo Antônio Jurck (Secretaria Municipal da Administração) - Mesário
- d) - Valci Ilda Knoll Rosinski (Secretaria Municipal de Educação) – Mesária.

Art. 3º - Os servidores municipais nomeados por esta Portaria, que exercerem as funções para as quais foram designados, terão direito a compensação de horas, na seguinte proporção:

- I. - Quem trabalhar das 08h00m às 17h00m (Dia Todo) - 02 dias úteis de folga;
- II. - Quem trabalhar após as 17h00m (meio período) - 01 dia útil de folga.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 01 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.857/2015

DECRETO Nº 2.857/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC).

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando das atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 67 da Lei Complementar nº 056/2012, de 02/02/2012,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os servidores relacionados abaixo para comporem a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, conforme disposto nos artigos 67 e 68 da Lei Complementar nº 056/2012, de 02/02/2012:

I. Secretária Municipal da Educação:

- a) Lillian Eliane Batschauer Ferreira.

II. Representantes da Secretaria Municipal da Administração:

- a) Giozani Regina Crestani
- b) Igor Daniel dos Santos.

III. Representantes dos Professores do Sistema Municipal de

Ensino:

- a) Jocelane Marciniak Bobrovicz.
- b) Quelson Marcelo Brito
- c) Marlem Marques Dal Lago
- d) Ana Paula Martins Reichardt
- e) Juliana Nogara do Carmo
- f) Marilda Senn Michahowski
- g) Maristela Braz de Oliveira Andrzejewski
- h) Valci Ilda Knoll Rosinski.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 01 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA – ME.

Irineópolis, 03 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015

| | |
|--|--|
| <p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS</p> <p>CNPJ: 83.102.558/0001-05 RUA PARANA, 200 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC</p> | <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 24/2015 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 13/08/2015</p> |
| | Folha: 1/1 |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 41/2015 (Sequência: 5)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA, DOTADOS DE SISTEMA CONTRA CLONAGEM E FRAUDES, AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 41/2015, Pregão Presencial nº 24/2015, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA, DOTADOS DE SISTEMA CONTRA CLONAGEM E FRAUDES, AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE", Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Laís Brand; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Márcia Maria Kerscher - equipe de apoio, designados pela Portaria nº 540/2015 e Sra. Ana Maria Onevetch - Assessora Jurídica. Aberta a Sessão Pública, a Comissão Permanente de Licitação se reuniu nesta data, para análise do pedido de revogação do processo em epígrafe, conforme Ofício nº 694/2015 e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal. A Comissão, com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8666 /93, considerando a necessidade superveniente de readequação do edital, especialmente no que se refere à qualificação técnica, decide pela REVOGAÇÃO do referido processo. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

Irineópolis, 1 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

| | |
|-----------------------------------|------------------------|
| ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA | - - Pregoeiro(a) |
| ANDRESSA BENDLIN | - - MEMBRO |
| CASSIANA LAIS BRAND RODRIGUES | - - MEMBRO |
| MARCIA MARIA KERSCHER | - - MEMBRO |
| PATRICIA FABIANE FRONCZAK MARQUES | - - MEMBRO |
| REINALDO STASIAK | - - MEMBRO |

HOSPITAL BOM JESUS**DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 03/2015.**

EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015 –HMBJ

PROCESSO LICITATÓRIO N°08/2015.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 03/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Bom Jesus, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que a Exma. Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus, nos termos do artigo 25, caput, da Lei n° 8.666/93, conforme consta no Processo de Credenciamento n° 03/2015, declarou a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de Danielli Aline Giacomini, conforme consta nos autos do processo acima citado, com o objetivo da contratação de profissionais para prestarem atendimento a pacientes internados pelo SUS, no Hospital Municipal Bom Jesus.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão Permanente de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, e também, mediante sistema de credenciamento, de acordo com orientação do TCE/SC, conforme Prejulgados n° 680/99 e 1994/09.

Nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 01 de setembro de 2015.

CLECI MOREIRA

Presidente da Comissão de Licitações.

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 036A/2015

DECRETO nº 036A/2013, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, DO MUNICÍPIO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o art. 69, VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 2030/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde do Município de Itá, fica assim constituído:

§ 1º Representantes dos usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde:

I – Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com base territorial no Município: Titular: Mário Gabriel, Suplente: Cláudio Schons;

II – Da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itá – ACITA: Titular: Jucelei Perin, Suplente: Cleci Pritsch;

III – Das Associações de Pais e de Professores, das escolas públicas do Município: Titular: Elizabete Sgarbossa, Suplente: Lotties Fallas Cedeno Pritsch;

IV – Dos Clubes de Mães, regularmente instituídos, reconhecidos pela Assistência Social do Município: Titular: Ivanir Ribeiro, Suplente: Sueli Frozza;

V – Das entidades que congregam pessoas idosas, reconhecidas pela Assistência Social do Município: Titular: Lúcia Santin Beltrame, Suplente: Luiza Berta Maria Canal;

VI – Da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Itá SC: Titular: Márcia Bavaresco, Suplente: Marili Dalascio;

§2º Representante dos trabalhadores e profissionais das unidades municipais de saúde, da cota dos prestadores de serviços do SUS: Titular: Célio Marcos Stumpf, Suplente: José Mércio Stumpf;

§ 3º Representantes dos profissionais de saúde, com atuação no SUS, em profissões distintas entre os indicados: Titular: Rosângela Pelizza, Suplente: Eliane Lazarotto;

§ 4º três representantes de órgãos do Poder Executivo Municipal sendo:

I – Do órgão Municipal de Saúde Titular: Fernanda Philippsen, Suplente: Adriana Verzeletti;

II – Do órgão Municipal de Assistência Social: Nelci Araldi, Suplente: Clóvis Hochwart;

III – Da gestão financeira da Administração Municipal: Maria Elena Carlesso, Suplente: Vandra Foschieira Maraschin;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC 08 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 058A/2015

DECRETO Nº 058A, de 30 de julho de 2015.

"Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Agosto de 2015 e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de agosto de 2015;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de agosto de 2015, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de julho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO "I"**ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2015**

Período: 01 a 31 de Julho de 2015

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Nêvio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

| Data | Plantão | Horário do meio dia | Suporte | Para os Eventos |
|----------------------|---------|---------------------|---------|-----------------|
| 1/Agosto - Sábado | Andreza | | Andréia | |
| 2/ Agosto - Domingo | Eni | | Edite | |
| 3/ Agosto - Segunda | Isabel | | Nádia | |
| 4/ Agosto - Terça | Clarice | | Andréia | |
| 5/ Agosto - Quarta | Andreza | Isabel | Edite | |
| 6/ Agosto - Quinta | Eni | | Nádia | |
| 7/ Agosto - Sexta | Isabel | | Andréia | |
| 8/ Agosto - Sábado | Clarice | | Edite | |
| 9/ Agosto - Domingo | Andreza | | Nádia | |
| 10/ Agosto - Segunda | Eni | | Andréia | |
| 11/ Agosto - Terça | Isabel | | Edite | |
| 12/ Agosto - Quarta | Clarice | | Nádia | |
| 13/ Agosto - Quinta | Andreza | Isabel | Andréia | |
| 14/ Agosto - Sexta | Eni | | Edite | |
| 15/ Agosto - Sábado | Isabel | | Nádia | |
| 16/ Agosto - Domingo | Clarice | | Andréia | |
| 17/ Agosto - Segunda | Andreza | Isabel | Edite | |
| 18/ Agosto - Terça | Eni | | Nádia | |
| 19/ Agosto - Quarta | Isabel | | Andréia | |
| 20/ Agosto - Quinta | Clarice | | Edite | |
| 21/ Agosto - Sexta | Andreza | Isabel | Nádia | |
| 22 / Agosto - Sábado | Eni | | Andréia | |
| 23/ Agosto - Domingo | Isabel | | Edite | |
| 24/ Agosto - Segunda | Clarice | | Nádia | |
| 25/ Agosto - Terça | Andreza | Isabel | Andréia | |
| 26/ Agosto - Quarta | Eni | | Edite | |
| 27/ Agosto - Quinta | Isabel | | Nádia | |
| 28/ Agosto - Sexta | Clarice | | Andréia | |
| 29/ Agosto - Sábado | Andreza | | Edite | |
| 30/ Agosto - Domingo | Eni | | Nádia | |
| 31/ Agosto - Segunda | Isabel | | Andréia | |

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF AGOSTO 2015

Período: 01 DE AGOSTO A 31 DE AGOSTO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

| Data | MANHÃ | TARDE |
|----------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| 1/ Agosto - Sábado | | |
| 2/ Agosto - Domingo | | |
| 3/ Agosto - Segunda | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 4/ Agosto - Terça | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 5/ Agosto - Quarta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 6/ Agosto - Quinta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 7/ Agosto - Sexta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 8/ Agosto - Sábado | | |
| 9/ Agosto - Domingo | | |
| 10/ Agosto - Segunda | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 11/ Agosto - Terça | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 12/ Agosto - Quarta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 13/ Agosto - Quinta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 14/ Agosto - Sexta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 15/ Agosto - Sábado | | |
| 16/ Agosto - Domingo | | |
| 17/ Agosto - Segunda | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 18/ Agosto - Terça | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 19/ Agosto - Quarta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 20/ Agosto - Quinta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 21/ Agosto - Sexta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 22/ Agosto - Sábado | | |
| 23/ Agosto - Domingo | | |
| 24/ Agosto - Segunda | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 25/ Agosto - Terça | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 26/ Agosto - Quarta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 26/ Agosto - Quinta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 28/ Agosto - Sexta | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |
| 29/ Agosto - Sábado | | |
| 30/ Agosto - Domingo | | |
| 31/ Agosto - Segunda | ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS) | ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS) |

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2015

Período: 01 a 31 de Julho de 2015

Médicos: Dr. MÁRCIO STUMPF – Stumpf Clínica Médica Ltda. 88339570

Dra. IZABEL P. DALCIN – Clínica Psicomedic Ltda. 99892162

Dr. Marcio Gonzalhes – 9992-0028 Gabriel Domingues - 9146-1399

Drª Rosangela Pelizza – 8802-1670 Guilherme Dos Santos – 48-91734580

| Data | Clínica Médica Responsável |
|----------------------|---|
| 1/Agosto – sábado | MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs) |
| 2/ Agosto – domingo | MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs) |
| 3/ Agosto – segunda | Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 4/ Agosto - terça | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 5/ Agosto - quarta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 6/ Agosto – quinta | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 7/ Agosto – sexta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 8/ Agosto – sábado | Márcio Gonzalhes (07:30 as 07:30 hs) |
| 9/ Agosto - domingo | Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs) |
| 10/ Agosto – segunda | Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 11/ Agosto – terça | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 12/ Agosto – quarta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 13/ Agosto – quinta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 14/ Agosto - sexta | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 15/ Agosto - sábado | Gabriel Domingues (07:30 as 07:30 hs) |
| 16/ Agosto – domingo | Gabriel Domingues (07:30 as 07:30 hs) |
| 17/ Agosto – segunda | Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 18/ Agosto – terça | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |

| | |
|----------------------|---|
| 19/ Agosto – quarta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 20/ Agosto – quinta | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 21/ Agosto – sexta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 22 / Agosto – sábado | Márcio Gonzalhes (07:30 as 07:30 hs) |
| 23/ Agosto – domingo | Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs) |
| 24/Agosto - segunda | Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 25/ Agosto – terça | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs |
| 26/ Agosto- quarta | MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 27/ Agosto – quinta | Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 28/ Agosto – sexta | Gabriel Domingues (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |
| 29/ Agosto – sábado | Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs) |
| 30/ Agosto – domingo | Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs) |
| 31/ Agosto - segunda | Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs) |

EXTRATO DE ATAS PL 42 E 43

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 087/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 131.585,00 (Cento e trinta e um mil quinhentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 088/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 112.735,00 (Cento e doze mil setecentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 089/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 59.735,00 (Cinquenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 090/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 94.928,50 (noventa e quatro mil novecentos e vinte oito reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 091/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e CONTATO SOLUÇÕES, ELÉTRICAS E

HIDRÁULICAS LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 3.510,00 (Três mil quinhentos e dez reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 092/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 093/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e F. BEZ DISTRIBUIDORA LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 10.895,90 (Dez mil e oitocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 094/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e JOINMIX COMÉRCIO, CASA E CONSTRUÇÃO LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 40.915,50 (Quarenta mil e novecentos e quinze reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 095/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e MERIDIONAL INDÚSTRIA DE TUBOS LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 6.480,00 (Seis mil quatrocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 096/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 19.315,00 (Dezenove mil trezentos e quinze reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 097/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e C & Z ELETRO INSTALADORA LTDA EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de manutenção

VALOR REGISTRADO: R\$ 1.305,00 (Hum mil trezentos e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 098/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e RIBEIRO E KUNZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das Secretarias.

VALOR REGISTRADO: R\$ 1.350,00 (Hum mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 099/2015, PL 043/2015

PARTES: Município de Itá e TANIRA GUEDES ZILLI EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de manutenção

VALOR REGISTRADO: R\$ 65.545,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/08/2015 Término: 20/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 100/2015, PL 042/2015

PARTES: Município de Itá e LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2015

OBJETO: Possível aquisição de óleos lubrificantes, graxa e querosene para manutenção da frota de veículos, maquinas e equipamentos do município.

VALOR REGISTRADO: R\$ 22.403,00 (Vinte e dois mil quatrocentos e três reais)

VIGÊNCIA: Início: 21/08/2015 Término: 21/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 101/2015, PL 042/2015

PARTES: Município de Itá e MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2015

OBJETO: Possível aquisição de óleos lubrificantes, graxa e querosene para manutenção da frota de veículos, maquinas e equipamentos do município.

VALOR REGISTRADO: R\$ 10.308,00 (Dez mil trezentos e oito reais)

)

VIGÊNCIA: Início: 21/08/2015 Término: 21/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 102/2015, PL 042/2015

PARTES: Município de Itá e ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2015

OBJETO: Possível aquisição de óleos lubrificantes, graxa e querosene para manutenção da frota de veículos, maquinas e equipamentos do município.

VALOR REGISTRADO: R\$ 34.160,00 (Trinta e quatro mil cento e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 21/08/2015 Término: 21/08/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Processo Licitatório Nº 29/2015, Pregão Eletrônico nº 29/2015. objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis para uso consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 17 de setembro de 2015. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br . Data e hora para sessão dos lances: dia 18 de setembro de 2015 às 08:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaiopolis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787. Itaiópolis, 02/09/2015. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014
OBJETO: Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 95/2015 onde altera a vigência de 18/08/2015 para 14/12/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 18/08/2015 a 14/12/2015
Itapiranga – SC, 18 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e JANAINA DEWES.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: B-01
VIGÊNCIA: 24/08/2015 a 23/09/2015
Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ADRIANA SOARES NUNES.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 24/08/2015 a 23/09/2015
Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e EDUARDA STEIN MELZ.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 24/08/2015 a 23/09/2015
Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e MARILUZE BORGES DA SILVA
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 24/08/2015 a 23/09/2015
Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e JOSANE RITA ANTUNES DO NASCIMENTO
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 24/08/2015 a 23/09/2015
Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA 202/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 202/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Simone da Luz Reichert, matrícula nº 14387/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 112/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 134/2015, para fornecimento de licença de uso de software de gestão da assistência social, hospedagem do software em servidor virtual "datacenter" e suporte técnico.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CARTA DE ARREMATACÃO - LEILÃO 01/2015 - JOSE PERES DE OLIVEIRA CASTRO

CARTA DE ARREMATACÃO

AUTOS: DE PRAÇA PARA A VENDA DIRETA AO MELHOR LANÇO
PROCESSO: Leilão nº 01/2015 – Processo nº 63/2015

OBJETO: ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DE 13 (TREZE) VEÍCULOS, CARACTERIZADOS POR: 2 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRA, 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 01 (UMA) ROÇADEIRA ARTICULADA, 01 (UM) GM/ASTRA GL, 01 (UM) FORD/FIESTA SEDAN, 01 (UM) FIAT/UNO MILLE FIRE, 01(UM) GM/KADET GL, 01 (UM) GM/CORSA GL, 01 (UM) VW/GOL CI, 01 (UM) FIAT/UNO FLEX, 01 (UM) FIAT/FIORINO FLEX, 01 (UM) VW/MASCA GRANMINI W120, COM OBJETIVO DE RENOVACÃO DA FROTA MUNICIPAL.

O Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, autorizado através da Lei Municipal nº 577/2015 de 21 de maio de 2015.

FAZ SABER a todos quanto este possa interessar que no processo de licitação acima enunciado o bem do veículo Ford/Fiesta Sedan 1.6 Flex, cor Branco, Ano/modelo: 2005/2006, Placa: MHI 0015, RENAVAM 876787731, Chassi: 9BFZF26P068407693. Foi arrematado pelo maior lance sendo o ARREMATANTE o Sr. JOSE PERES DE OLIVEIRA CASTRO, residente e domiciliado a Rua Ezequiel Antônio de Moraes, nº104, Bairro: Jardim Pacaembu, na cidade de Londrina/PR, CEP: 86078-370, portador da C.I. RG nº 7.345.714-9, e do CNPF/MF: 019.688.299-03, telefone: (043) 9911-7072, e-mail: gsilvateraplanagem@hotmail.com, vencedor do Lote nº 06 do objeto Veículo Ford/Fiesta Sedan 1.6 Flex, cor Branco, Ano/modelo: 2005/2006, Placa: MHI 0015, RENAVAM 876787731, Chassi: 9BFZF26P068407693 no valor de R\$ 7.820,00 (sete mil oitocentos e vinte reais).

Integram a presente carta de arrematação os seguintes documentos, extraídos do processo em referência: 01 (uma)cópia autenticada da ata de posse do Prefeito Municipal, certificado de registro licenciamento, certificado de registro de veículos nº 011136114615 devidamente assinado com firma reconhecida, 01 (uma) cópia autenticada da Lei Municipal nº 577/2015, 01 (uma) cópia autenticada do edital de licitação Leilão nº 01/2015, e 01 (uma) cópia autenticada do termo de homologação, e guia de recolhimento nº 00196.01871 90000.020157 00038.909214 1 65550000782000, e 01 (uma) chave.

Itapoá, 24 de agosto de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

CARTA DE ARREMATACÃO - LEILÃO 01/2015 - LEIDA MARIA DALL'AGNOL

CARTA DE ARREMATACÃO

AUTOS: DE PRAÇA PARA A VENDA DIRETA AO MELHOR LANÇO
PROCESSO: Leilão nº 01/2015 – Processo nº 63/2015

OBJETO: ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DE 13 (TREZE) VEÍCULOS, CARACTERIZADOS POR: 2 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRA, 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 01 (UMA) ROÇADEIRA ARTICULADA, 01 (UM) GM/ASTRA GL, 01 (UM)

FORD/FIESTA SEDAN, 01 (UM) FIAT/UNO MILLE FIRE, 01(UM) GM/KADET GL, 01 (UM) GM/CORSA GL, 01 (UM) VW/GOL CI, 01 (UM) FIAT/UNO FLEX, 01 (UM) FIAT/FIORINO FLEX, 01 (UM) VW/MASCA GRANMINI W120, COM OBJETIVO DE RENOVACÃO DA FROTA MUNICIPAL.

O Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, autorizado através da Lei Municipal nº 577/2015 de 21 de maio de 2015.

FAZ SABER a todos quantos este possa interessar que no processo de licitação acima enunciado o bem do veículo Caterpillar/Retro Escavadeira 416C. Foi arrematado pelo maior lance sendo o ARREMATANTE a Sra. LEIDA MARIA DALL'AGNOL, residente e domiciliado a Rua Pietro Franchini, nº492, Bairro: Centro, na cidade de São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09720-560, portador da C.I. RG nº11.658.244-3, e do CNPF/MF: 040.796.878-42, telefones: (011) 99949-2646, (011) 4339-5120, e-mail: serginholopes@terra.com.br, vencedora do Lote nº 02 do objeto Veículo Caterpillar/Retro Escavadeira hidráulica 416C, no valor de R\$ 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais).

Integram a presente carta de arrematação os seguintes documentos, extraídos do processo em referência: 01 (uma)cópia autenticada do termo de posse do Prefeito Municipal, 01 (uma) cópia autenticada da Lei Municipal nº577/2015, 01 (uma) cópia autenticada do edital de licitação Leilão nº 01/2015, e 01 (uma) via original do termo de homologação, e guia de recolhimento nº00196.01871 90000.020157 00038.905212 1 65550000506000, e 01 (uma) chave.

Itapoá, 25 de agosto de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

CARTA DE ARREMATACÃO - LEILÃO 01/2015 - LEONARDO BROETTO - ITEM 3

CARTA DE ARREMATACÃO

AUTOS: DE PRAÇA PARA A VENDA DIRETA AO MELHOR LANÇO
PROCESSO: Leilão nº 01/2015 – Processo nº 63/2015

OBJETO: ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DE 13 (TREZE) VEÍCULOS, CARACTERIZADOS POR: 2 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRA, 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 01 (UMA) ROÇADEIRA ARTICULADA, 01 (UM) GM/ASTRA GL, 01 (UM) FORD/FIESTA SEDAN, 01 (UM) FIAT/UNO MILLE FIRE, 01(UM) GM/KADET GL, 01 (UM) GM/CORSA GL, 01 (UM) VW/GOL CI, 01 (UM) FIAT/UNO FLEX, 01 (UM) FIAT/FIORINO FLEX, 01 (UM) VW/MASCA GRANMINI W120, COM OBJETIVO DE RENOVACÃO DA FROTA MUNICIPAL.

O Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, autorizado através da Lei Municipal nº 577/2015 de 21 de maio de 2015.

FAZ SABER a todos quanto este possa interessar que no processo de licitação acima enunciado o bem do veículo Fiat-hitachi/

escavadeira hidráulica FH 130.3. Foi arrematado pelo maior lance sendo o ARREMATANTE o Sr. LEONARDO BROETTO, residente e domiciliado a Rua Victor Meireles, nº969, Bairro: Morada do Sol, na cidade de Maravilha/SC, CEP: 89079-300, portador da C.I. RG nº 4.869.506, e do CNPF/MF: 087.137.919-82, telefone: (049) 9970-2610, e-mail: leobroetto@hotmail.com, vencedor do Lote nº 03 do objeto Veículo Fiat-hitachi/escavadeira hidráulica FH 130.3, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Integram a presente carta de arrematação os seguintes documentos, extraídos do processo em referência: 01 (uma) cópia autenticada do termo de posse do Prefeito Municipal, 01 (uma) cópia autenticada da Lei Municipal nº 577/2015, 01 (uma) cópia autenticada do edital de licitação Leilão nº 01/2015, e 01 (uma) via original do termo de homologação, e guia de recolhimento nº nº00196.01871 90000.020157 00038.907218 9 65550004000000, e 01 (uma) chave.

Itapoá, 27 de agosto de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

CARTA DE ARREMATACÃO - LEILÃO 01/2015 - LEONARDO BROETTO - ÍTEM 4 CARTA DE ARREMATACÃO

AUTOS: DE PRAÇA PARA A VENDA DIRETA AO MELHOR LANÇO
PROCESSO: Leilão nº 01/2015 – Processo nº 63/2015
OBJETO: ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DE 13 (TREZE) VEÍCULOS, CARACTERIZADOS POR: 2 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRA, 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 01 (UMA) ROÇADEIRA ARTICULADA, 01 (UM) GM/ASTRA GL, 01 (UM) FORD/FIESTA SEDAN, 01 (UM) FIAT/UNO MILLE FIRE, 01(UM) GM/KADET GL, 01 (UM) GM/CORSA GL, 01 (UM) VW/GOL CI, 01 (UM) FIAT/UNO FLEX, 01 (UM) FIAT/FIORINO FLEX, 01 (UM) VW/MASCA GRANMINI W120, COM OBJETIVO DE RENOVACÃO DA FROTA MUNICIPAL.

O Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, autorizado através da Lei Municipal nº 577/2015 de 21 de maio de 2015.

FAZ SABER a todos quanto este possa interessar que no processo de licitação acima enunciado o bem do veículo Lavrale/Roçadeira Articulada RHA 150x430. Foi arrematado pelo maior lance sendo o ARREMATANTE o Sr. LEONARDO BROETTO, residente e domiciliado a Rua Victor Meireles, nº969, Bairro: Morada do Sol, na cidade de Maravilha/SC, CEP: 89079-300, portador da C.I. RG nº 4.869.506, e do CNPF/MF: 087.137.919-82, telefone: (049) 9970-2610, e-mail: leobroetto@hotmail.com, vencedor do Lote nº 04 do objeto Veículo Lavrale/Roçadeira Articulada RHA 150x430, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Integram a presente carta de arrematação os seguintes documentos, extraídos do processo em referência: 01 (uma) cópia autenticada da ata de posse do Prefeito Municipal, 01 (uma) cópia autenticada da Lei Municipal nº577/2015, 01 (uma) cópia autenticada do edital de licitação Leilão nº 01/2015, e 01 (uma) via original do termo de homologação, e guia de recolhimento nº00196.01871 90000.020157 00038.908216 3 65550001500000, e 01 (uma) chave.

Itapoá, 27 de agosto de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

CARTA DE ARREMATACÃO - LEILÃO 01/2015 - PAULO ENRIQUE GOMES CARTA DE ARREMATACÃO

AUTOS: DE PRAÇA PARA A VENDA DIRETA AO MELHOR LANÇO
PROCESSO: Leilão nº 01/2015 – Processo nº 63/2015
OBJETO: ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DE 13 (TREZE) VEÍCULOS, CARACTERIZADOS POR: 2 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRA, 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 01 (UMA) ROÇADEIRA ARTICULADA, 01 (UM) GM/ASTRA GL, 01 (UM) FORD/FIESTA SEDAN, 01 (UM) FIAT/UNO MILLE FIRE, 01(UM) GM/KADET GL, 01 (UM) GM/CORSA GL, 01 (UM) VW/GOL CI, 01 (UM) FIAT/UNO FLEX, 01 (UM) FIAT/FIORINO FLEX, 01 (UM) VW/MASCA GRANMINI W120, COM OBJETIVO DE RENOVACÃO DA FROTA MUNICIPAL.

O Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, autorizado através da Lei Municipal nº 577/2015 de 21 de maio de 2015.

FAZ SABER a todos quantos este possa interessar que no processo de licitação acima enunciado o bem do veículo Caterpillar/Retro Escavadeira 416C. Foi arrematado pelo maior lance sendo o ARREMATANTE o Sr. PAULO ENRIQUE GOMES, residente e domiciliado a Rua Manoel Jose dos Anjos, nº183, Bairro: Jardim Honda, na cidade de Londrina/PR, CEP: 89079-300, portador da C.I. RG nº 6.843.427-0, e do CNPF/MF: 006.325.599-50, telefone: (043) 9614-0514, e-mail: paulomaquinaslondrina@hotmail.com, vencedor do Lote nº 01 do objeto Veículo Caterpillar/Retro Escavadeira 416C 4x4 Pá Carregadeira, no valor de R\$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta reais).

Integram a presente carta de arrematação os seguintes documentos, extraídos do processo em referência: 01 (uma) cópia autenticada da ata de posse do Prefeito Municipal, 01 (uma) cópia autenticada da Lei Municipal nº 577/2015, 01 (uma) cópia autenticada do edital de licitação Leilão nº 01/2015, e 01 (uma) via original do termo de homologação, e guia de recolhimento nº00196.01871090000.020157 00038.903217 7 65550001806000, e 01 (uma) chave.
Itapoá, 24 de agosto de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº51/2015

Processo: 78/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de setembro de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 17 de setembro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 04 de setembro de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Jacinto Machado-SC, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar e nomear seus integrantes torna pública a homologação das inscrições do Edital de Eleição do Conselho Tutelar 01-2015 - CMDCA, conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Edital de Eleição do Conselho tutelar 01-2015 CMDCA, conforme anexo I deste edital.

Jacinto Machado – (SC), 31 de Agosto de 2015.

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA

Presidente do CMDCA

ANEXO I – ED 01/15 - CMDCA

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Conselheiro Tutelar

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | Data Nasc | Situação |
|-----|---------|------------------------------|------------|----------|
| 1 | 08 | Cristiani Gomes Elias | 14/11/1990 | Deferido |
| 2 | 06 | Cristina Vargas Vefago | 25/02/1992 | Deferido |
| 3 | 03 | Daiane Gabriel | 16/11/1981 | Deferido |
| 4 | 05 | Edilane Mezzari Gomes | 06/01/1986 | Deferido |
| 5 | 09 | Maria das Graças Fontana | 26/03/1971 | Deferido |
| 6 | 04 | Mariana de Freitas Gonçalves | 17/11/1991 | Deferido |
| 7 | 10 | Marlei Domingos Félix | 25/02/1978 | Deferido |
| 8 | 11 | Natália Laurindo Borges | 23/12/1991 | Deferido |
| 9 | 02 | Silvana Semler Magnus | 23/10/1976 | Deferido |
| 10 | 01 | Tatiana Bristot de Almeida | 16/01/1984 | Deferido |
| 11 | 07 | Thainara de Souza da Rosa | 23/04/1994 | Deferido |

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 184/2014/PMJ - TA 01

CONTRATO Nº 184/2014/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e a Empresa JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.508.871/0001-25, estabelecida na Rua Vigário Frei João, Bairro Centro, no Município de Luzerna - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Fabiano Tarcisio Bello, portador da C. I nº 3.427.419 e CPF nº 008.311.949-36, residente e domiciliado na cidade de Herval D'Oeste, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 184/2014/PMJ, firmado em 16/07/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 44/2014 - PMJ – Edital TP nº 3/2014 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, da(s) rua(s) discriminada(s) na cláusula quarta deste instrumento, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 757.476,35 (setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos), correspondentes a 77,7219% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte dos seguintes itens:

| ITEM | RUA | MATERIAL | M. OBRA | TOTAL R\$ |
|------|------------------------------|------------|------------|------------|
| 1 | RUA AUGUSTO ARBUGÉRI | 230.230,81 | 71.606,96 | 301.837,77 |
| 2 | PARTE DA RUA ADAIR DA ESPADA | 295.694,36 | 159.944,22 | 455.638,58 |

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 28 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.

FABIANO TARCISIO BELLO

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

CONTRATO 238/2015 - TA 01

CONTRATO Nº 238/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa APPORTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.179.797/0001-52, estabelecida na AV. RIO BRANCO, 404 – SALA 1203, Bairro CENTRO, no Município de FLORIANOPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JEFFERSON RODRIGUES COLOMBO, portador da Carteira de Identidade nº 3.267.964 e CPF nº 984.109.709-53, residente e domiciliado na RUA VEREADOR RAMON FILOMENO, 183, na cidade de FLORIANOPOLIS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 238/2015/PMJ, firmado em 08/04/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 17/2015/PMJ – Edital PP nº 08/2015/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de licença de uso dos Sistemas descritos na cláusula quarta deste instrumento, para a Administração Municipal de Joaçaba, SC, incluindo os serviços de instalação, ajustes de funcionalidades, consultoria, treinamento, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores mensais do contrato ficam suprimidos em R\$ 3.371,15 (três mil trezentos e setenta e um reais e quinze centavos), correspondentes a 25% dos valores inicialmente contratados, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Diante da supressão, os valores mensais dos itens 1 (Lote 1) e 4 (Lote 2) do contrato, passa a ser os seguintes:

| LOTE 1 - SISTEMA DE GESTÃO FISCAL / CONTROLE INTERNO | | | | |
|--|-----|---|-------------------|-----------------|
| ITEM | UN | ESPECIFICAÇÃO | VALOR INICIAL R\$ | VALOR ATUAL R\$ |
| 1 | MÊS | Licença de uso dos sistemas de Gestão Fiscal / Controle Interno | 7.686,1011 | 5.764,58 |

| LOTE 2 - IAD - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO / CADASTRO SÓCIO ECONÔMICO | | | | |
|--|-----|--|-------------------|-----------------|
| ITEM | UN | ESPECIFICAÇÃO | VALOR INICIAL R\$ | VALOR ATUAL R\$ |
| 4 | MÊS | Licença de uso dos sistemas de IAD - Indicadores de Avaliação de Desempenho / Cadastro Sócio Econômico | 5.798,5258 | 4.348,89 |

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 28 de agosto de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - Prefeito

APPORTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI-ME
Jefferson Rodrigues Colombo

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 824/2011/PMJ - TA 06

CONTRATO Nº 824/2011/PMJ – TA 06

| | |
|--|--|
| | |
| | |

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portadora da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliada na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor mensal atualizado do contrato fica suprimido em R\$ 1.542,77 (mil quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), correspondentes a 25% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 28 de agosto de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP
IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 (FMS)

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 29, II c/c art. 21 da Lei Complementar n. 173/2009,

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria de Saúde descritas no art. 21 da Lei Complementar n. 173/2009;

CONSIDERANDO que a crise nacional já esta afetando a arrecadação no Município, reduzindo rapidamente às transferências de recursos federais e estaduais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer rotinas eficazes para a contenção de gastos no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme Decreto nº 4.793.

RESOLVE:

Art.1º O horário de atendimento das Unidades de Saúde do Interior do Município de Joaçaba, Santa Helena e Nova Petrópolis, passou a ser, desde a data de 17 de agosto de 2015, de segunda a sexta-feira das 7 horas às 13 horas.

Art. 2º Os servidores estão sujeitos ao controle da jornada de trabalho através do registro das entradas e saídas em ponto eletrônico instalado nas unidades.

§ Único. Quando ocorrer o afastamento do profissional da Unidade de Saúde durante a jornada de trabalho para tratar de assuntos particulares é obrigatório o registro no ponto eletrônico.

Art. 3º A execução de serviço extraordinário, somente acontecerá em casos excepcionais e diante de demonstração de interesse público, devendo ser precedida de autorização da chefia imediata do servidor, sendo que o pagamento somente ocorrerá quando impossibilitada a compensação, conforme determina o art. 60 da Lei Complementar n. 76/2003.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

Joaçaba(SC), 02 de setembro de 2015.
Ademir Luiz Righi
Secretario Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO AGOSTO 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Agosto

Página: 1

| RECEITA | | DESPESA | |
|---|---------------------|--|---------------------|
| TÍTULOS | R\$ | TÍTULOS | R\$ |
| | | ORÇAMENTÁRIAS | 136.064,39 |
| | | DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 124.835,26 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 115.413,67 |
| | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.421,59 |
| | | DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 11.229,13 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 11.229,13 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 281.666,00 | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 115.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 281.666,00 | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 115.000,00 |
| EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 357.580,78 | EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 380.157,55 |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 30.935,50 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 23.106,18 |
| CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | 136.064,39 | CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | 159.276,68 |
| CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO | 25.839,21 | CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO | 31.304,21 |
| CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 164.741,68 | CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 166.470,48 |
| SALDOS ANTERIORES | 847.556,52 | SALDOS ATUAIS | 855.581,36 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 747.888,76 | APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 845.718,08 |
| BANCO C/ MOVIMENTO | 99.667,76 | BANCO C/ MOVIMENTO | 9.863,28 |
| TOTAL | 1.486.803,30 | TOTAL | 1.486.803,30 |

Joaçaba, 02/09/2015

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres
Presidente

Jean Carlos da Silva
Controlador Interno

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0074/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0074/2015

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0059/2014

PREGÃO PRESENCIAL JHL0032/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014

PROTOCOLO Nº 1937/2014

Data assinatura: 02/09/2015

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, fica acrescido ao contrato seguro contra terceiros e pessoal das motos Brós 160 ES placas QHI-2033 e QHI-2073, em substituição as motos CG 125 placa MAY-8221 e Brós placa MAY-8031.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Valor Contratado: R\$ 119,04 (cento e dezenove reais e quatro centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/ 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.

Prazo de vigência: 02/09/2015 a 13/08/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 ALTERMED

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 16.720,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte reais).

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 00.802002/0001-02 COM SEDE A ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 – FUNDO CANOAS CEP 89.163-554 – RIO DO SUL/SC
Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 ALTERMEDMETROMED

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 8.811,00 (oito mil oitocentos e onze reais).

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 83.157.032/0001-22, SEDIADA A ESTRADA DA BOA ESPERANÇA, 1918 – FUNDO CANOAS – RIO DO SUL/SC, CEP 89.163-920.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 AP OESTE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 10.415,75 (dez mil quatrocentos e quinze reais e setenta e cinco centavos).

AP OESTE DISTRIBUIDORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 05.919156/0001-94, ESTABELECIDNA RUA. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, 825 D – BELA VISTA, CHAPECÓ/SC – CEP. 89.804-084

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 KLEBER

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 21.220,33 (vinte e um mil duzentos e vinte reais e trinta e três centavos).

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDO NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000
Lages/SC 18 de agosto de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 NUTRIPORT

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 22.610,00 (vinte e dois mil seiscentos e dez reais).

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CNPJ 03.612.312/0004-97 COM SEDE A RUA JUDITE MELO DOS SANTOS, S/N DISTRITO INDUSTRIAL – CEP 88.104-765 SÃO JOSÉ/SC.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 ORLEANS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 220,50 (duzentos e vinte reais e cinquenta centavos).

ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP INSCRITA NO CNPJ N.º 02.315593/0001-00, COM SEDE RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 312 – CENTRO – CEP 88.870-000 – ORLEANS/SC.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 PRODUVALE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 69.728,76 (sessenta e nove mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALATRES LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 03.505.263/0001-40 COM SEDE A RUA COLIBRI, 425 – SALTO WEISSBACH CEP 89032-235 – BLUMENAU/S.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 RICARL

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 11.025,40 (onze mil e vinte e cinco reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 21.304.312/0001-69, COM SEDE A RUA AMSTERDAM, 891 – ITROUPAVAZINHA – CEP 89.070-490 – BLUMENAU/SC.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 10/2015 SMS PP 37/2015 SUPER VAREJÃO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 57/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de produtos para programa da AIDS/DST e vigilância epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 37/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 29.470,00 (vinte e nove mil quatrocentos e setenta reais).

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDNA RUA. ARACI PAIM, 19 – ARAUCÁRIA, LAGES/SC – CEP. 88.512-680.

Lages/SC 18 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

RERRATIFICAÇÃO PP 29-2015 SEMASA**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015SEMASA
OBJETO:AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS PARA GUARITA DE ENTRADA DA SEMASA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da SEMASA, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que algumas alterações se fizeram necessárias no Edital em comento.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 17:00 horas do dia 04/09/2015, para às 17:00 do dia 18/09/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de setembro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

Laguna

PREFEITURA

ACÓRDÃO N. 005/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
LAGUNA - SC.

ACÓRDÃO 005/2015

RECURSO VOLUNTÁRIO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3517/2014 (e apensos)

RELATOR: André Felipe da Rosa

RECORRENTE: Hotel Laguna Praia LTDA ME

ADVOGADO:

PROCURADOR DA FAZENDA: Drs. Adriano T. Massih

EMENTA: BENEFÍCIO FISCAL. LC 244/12 CONSTITUCIONALIDADE DISCUTIDA NA VIA ADMINISTRATIVA. NÃO CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS. NÃO CONTINUIDADE DO BENEFÍCIO. 1. Não reconhecido o benefício, por não preenchimentos aos requisitos legais da LC 244/12 e LC 101/00. 2. Sem cumprimento das condições administrativas e fiscais, a anulação do benefício é medida que se impõe. 3. Recurso conhecido e não provido.

DESCRIÇÃO: Trata-se de Recurso Voluntário, interposto pelo Recorrente acima identificado, em não se conformando com a r. decisão da Autoridade Fazendária, que ao acolher o parecer do Dr. Procurador Fiscal, não concedeu o benefício fiscal, qual seja, isenção de taxa de licenciamento.

RELATÓRIO: O contencioso se instalou com o pedido de revisão de decisão que indeferiu a isenção de taxas no processo administrativo 298/2014, onde preteia a renovação de benefício para isentar o Hotel Laguna Praia LTDA - ME, taxa de isenção da taxa de licença para execução de obras e isenção da taxa de localização e funcionamento, apresentou toda a documentação do Hotel, assim como todas as certidões negativas, fls. 02 a 33, sendo a processo remetido ao Senhor Procurador Fiscal a época Leandro Schiefler Bento, e ao Contador Geral Márcio Pacheco Pereira, no qual apresentou a LD012014, que não contemplaria a renúncia de receita, e posteriormente a decisão do Secretário da Fazenda, não deu provimento ao pedido e arquivou. O Recurso foi devidamente processado, tendo sido inicialmente remetido ao Procurador Municipal representante da Fazenda para parecer e, após distribuído, ao Relator e vieram para julgamento.

VOTO: A recorrente, pleiteia ganhar isenção fiscal, esta estabelecida na Lei nº 244/2012 deste município, que tem autonomia conforme artigo 150, § 6º, da Constituição Federal de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

...

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XI I, g.

Cabe ao Município instituir seus benefícios fiscais, desde que faça um planejamento tributário conforme o Artigo 160, § 9º, I, da Constituição Federal de 1988:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

...

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, Os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentaria anual;

A concessão de benefícios fiscais que acarretem renúncia de receita, por qualquer um dos entes federativos, deve subordinar-se aos imperativos previstos na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com efeito, dispõem os parágrafos 1º e 2º, do artigo 1º da I da Lei de Responsabilidade Fiscal:

§ 1º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Conforme dispõe a mencionada norma, impõe a Lei de Responsabilidade Fiscal limitação à renúncia de receita, portanto, tem o município a obrigação de instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional.

No art. 14 e seus incisos, da Lei Complementar nº 101/2000, são elencados os requisitos que devem ser observados no caso de renúncia de receita:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Se a renúncia de receita decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Desta forma, a renúncia de receita pelo ente federativo somente é cabível através de lei e presentes as condições previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, voto pela improcedência do pedido, devendo ser mantida a decisão do secretário da fazenda.

DECISÃO: O Conselho Municipal de Contribuintes devidamente reunido, tomou conhecimento do voto do Relator, Conselheiro André Felipe da Rosa, no sentido de que o benefício fiscal não deve

ser reconhecido, pois o mesmo não preenchia e não preenche os requisitos para a sua concessão, conforme dispõe a própria Lei Complementar nº 244/12. Após discussão da matéria pelos Conselheiros, iniciou-se a votação, por cada um dos Conselheiros, na presença do Presidente do CMC. Em decisão unânime e, mediante voto do Relator, o Conselho decidiu em negar provimento ao Recurso Voluntário interposto pelo Recorrente e, manter a decisão de 1ª Instância, apesar de reconhecer que a L.C. 244/12 se encontra em vigor.

Participaram da sessão de julgamento, realizada no dia quinze de junho de dois mil e quinze, presidida pelo Conselheiro Luís Fernando Nandi Vicente, além do Relator, Conselheiro André Felipe da Rosa, o Conselheiro Nelson Mattos. O Conselheiro Fernando Fernandes Pereira acompanhou o julgamento, mas foi dispensado da votação pela necessidade de igualdade entre membros da Prefeitura e dos Contribuintes na votação. Exarou parecer pela Fazenda Municipal o Dr. Adriano T. Massih.

Laguna, 26 de agosto de 2014.
André Felipe da Rosa
Relator

Luís Fernando Nandi Vicente
Presidente do Conselho

Adriano Teixeira Massih
Procurador atuante no CMC

DECRETO Nº 4.463/15

DECRETO Nº 4.463 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“DÁ NOVA FORMAÇÃO À COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Técnica de Avaliação de Imóveis para fins de dação em pagamento, de que dispõem os artigos 2º e 3º do Decreto nº 3.406, de 26 de junho de 2012, passa a vigorar, na forma que segue:

I – DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:

Luiz Paulo de Rezende
Jackson Guedes Carvalho

II – DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Luís Fernando Nandi Vicente

III – DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO:

Luiz Otávio Pereira
Grazielle Sitônio Duarte

IV – DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Hênio Marcelino Cardoso

V – DOS CORRETORES IMOBILIÁRIOS DE LAGUNA

Gil Ungaretti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.464/15

DECRETO Nº 4.464 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elemento da Despesa:

18 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elemento da Despesa:

9 – 3.1.90.92.00.00.00.00.00.01.0002 - Despesas de Exercícios Anteriores
..... R\$ 15.000,00
11 – 3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0002 - Subvenções Sociais
..... R\$ 10.000,00
25 – 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.465/15

DECRETO Nº 4.465 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte

dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica
 Elemento da Despesa:
 12 – 3.3.90.14.00.00.00.00.01.0002 - Diárias Civil
 R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica
 Elemento da Despesa:
 20 – 3.3.90.91.00.00.00.00.01.0002 - Sentenças Judiciais
 R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.466/15

DECRETO Nº 4.466 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
 Proj/ Atividade: 2.213– Proteção Social Básica
 Elemento da Despesa: 20 – 3.1.90.11.00.00.00.01.0035 - Vencimento e Vantagens Fixas Pessoal Civil
 R\$ 40.000,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
 Proj/ Atividade: 2. 2.213– Proteção Social Básica
 Elemento da Despesa: 25– 3.3.90.30.00.00.00.01.0035 Material de Consumo
R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.467/15

DECRETO Nº 4.467 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015 do Município, no valor de R\$ 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
 Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências
 Projeto/Atividade: 2.001 – Func. e manutenção do Gabinete
 Elemento de Despesa: 22 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
 R\$ 7.850,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor recurso da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
 Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências
 Projeto/Atividade: 2.001 – Func. e manutenção do Gabinete
 Elemento de Despesa:
 18 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01 – Material de Consumo
 R\$ 2.462,50
 24 – 3.3.90.92.00.00.00.00.01 – Despesas de Exercícios Anteriores
 R\$ 2.825,00
 25 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01 – Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 2.562,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.468/15

DECRETO Nº 4.468 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUNREBOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 20 – Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM
 Unidade: 01 – Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros

Militar - FUNREBOM

Projeto/Atividade: 2.800 – Segurança Contra Sinistros - FUNREBOM

Elemento de Despesa - 1 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01 – Material de Consumo
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundo de Reparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM

Unidade: 01 – Fundo de Reparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM

Projeto/Atividade: 2.800 – Segurança Contra Sinistros - FUNREBOM

Elemento de Despesa:

4 - 4.4.90.51.00.00.00.00.01 – Obras e Instalações
..... R\$ 30.000,00

5 - 4.4.90.52.00.00.00.00.01 – Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES N. 07/2015

Edital de Convocação do Conselho Municipal de Contribuintes n. 07/2015

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do disposto no art. 15 do Regimento Interno, vem, por meio deste, convocar os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como dar ciência aos interessados, de sessão ordinária a ser realizada no dia 14.09.2015, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Voluntário Carpes, 155, Centro, Laguna/SC, onde serão julgados os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo n. 752/11

Interessado: MCA Administradora de Bens Ltda.

Relator: Ivo Perin

Processo Administrativo n. 2370/14 (Apenso n. 2077/15)

Interessado: Bloko Rosa

Relator: André Felipe da Rosa

Observação: Os processos para julgamento estão à disposição dos interessados para consulta.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Laguna, 02 de setembro de 2015.

Luís Fernando Nandi Vicente

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Lebon Régis

PREFEITURA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº DL14/2015 PROCESSO42/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa por Justificativa Nº DL14/2015 PROCESSO42/2015

OBJETO: Locação de Imóvel de propriedade do SR. Laudelino Rodigheri, sito a av. Santo Antônio, 862 em Lebon Régis-SC, para instalação do Centro de Fisioterapia e Farmácia Municipal, conforme art. 24, inciso X da lei 8.666/93

Data de Homologação: 01/09/2015 Licitante Homologado: LAUDE-LINO RODIGHERI CPF 543.721.519-34

Valor total: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

Lebon Régis, 01/09/2015

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 62/2015 licitação: DL14/2015.

Objeto: Locação de Imóvel de propriedade do SR. Laudelino Rodigheri, sito a av. Santo Antônio, 862 em Lebon Régis-SC, para instalação do Centro de Fisioterapia e Farmácia Municipal, em conformidade com o art.24, inciso X da lei 8.666/93. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratado: LAUDELINO RODIGHERI -CPF543.721.519-34. Valor total: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Vigência: 01/09/2015. Término: 31/12/2015.

Lebon Régis, 02/09/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015_RP07 PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 21/2015_RP07 Processo Licitatório nº43/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis-SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços funerários incluindo preparação do corpo, urnas mortuárias e atendimento de traslado para auxílio funeral a pessoas carentes, conforme autorizado pela Lei Municipal n. 805 de 20 de junho de 1995 e especificações técnica descritas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 16/09/2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do mesmo dia. Obtenção do Edital e maiores informações: site www.lebonregis.sc.gov.br, e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis 01 de setembro de 2015.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.714/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 DECRETO Nº 2.714/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

TRANSFERE VEÍCULOS PARA USO DE SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

Considerando a necessidade de otimizar a utilização de veículos da frota do município;;

DECRETA

Art. 1º. Fica designado para a realização das atividades da Secretaria de Infra estrutura os veículos Fiat Uno de placas MAS 8698 e MFG 7084, de uso atual da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; para a realização das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o veículo Prisma de placa MHM 9338, de uso atual da Secretaria de Administração e Finanças e para as atividades da Secretaria de Administração e Finanças o veículo C4 de placa MIB 6775, de uso atual do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 27 de Agosto de 2015

Edison Domingos Giron
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.715/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 DECRETO Nº 2.715/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

Considerando O art. 4º da Lei Municipal Nº 009, de 23 de março de 1990;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas a comporem a Comissão Municipal de Esportes:

- I. Adenir Agustini
- II. Alexandre Cavalier
- III. Jadimar Carlos Frigeri
- IV. Liana Techio
- V. Salete Benelli

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 27 de Agosto de 2015

Edison Domingos Giron
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.713/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 DECRETO Nº 2.713/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

PRORROGA VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 3/2013, DE 30 DE AGOSTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; e

Considerando o Processo nº 21050.001652/2007-21, que tem por objeto o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Lindóia do Sul, referente a execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal no Município de Lindóia do Sul;

Considerando que o Processo Seletivo nº 3/2013, aprovou os candidatos à atuarem como Médico Veterinário.

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogada a vigência do Processo Seletivo nº 3/2013, conforme item 8.1 do referido Edital, a contar da data de 31 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 27 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: MODELO PNEUS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de câmaras e pneus novos, para a manutenção de veículos da frota municipal.
Valor: R\$ 40.688,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: BELLENZIER PNEUS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de câmaras e pneus novos, para a manutenção de veículos da frota municipal.
Valor: R\$ 8.198,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de câmaras, protetores, manchões, remendos e colas, para a manutenção de veículos da frota municipal.
Valor: R\$ 6.451,80
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de Pneus, câmaras, e manchões novos, para a manutenção de veículos da frota municipal.
Valor: R\$ 7.183,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL Nº 07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL

TERMO Nº 07/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que cedeu para uso, a título gratuito, o seguinte bem:

CESSIONÁRIO: CLUBE DE MÃES DE LINHA SALTO GRANDE - LINDÓIA DO SUL

OBJETO: Concessão para direito real de uso do imóvel patrimônio do município nº. 3014, construída em alvenaria, com 85,68 m² (oitenta e cinco metros quadrados e sessenta e oito centímetros), edificada sobre o lote rural nº 134, do bloco Sertãozinho, com área de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), sob a certidão de transcrição nº12.444, as fls. 248, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº.243/2014 de 12 de novembro de 2014

VIGÊNCIA: 04 de agosto de 2025

ASSINATURA: 04 de agosto de 2015

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMS 04/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04/2015 - 6º TA 13/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012

Objeto: O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços dos serviços de locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática na área de Saúde e Ação Social, em mais 9,80% conforme INPC acumulado nos últimos 12 meses.

Valor: R\$ 609,70

Vigência: 31 de dezembro de 2015

Assinatura: 19 de agosto de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 118/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

Objeto: Contratação de empresa, com o fornecimento de peças e mão de obra para conserto Retroescavadeira Caterpillar 416e, ano 2007.

Valor: 37.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 12 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 119/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

Objeto: Contratação de empresa, com o fornecimento de peças e mão de obra para conserto do ônibus marca Volkswagen 2008/2009 placas MFB 5117.

Valor: 5.603,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 14 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 120/2015 - 1º TA 84/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

Objeto: Prestação de serviço de seguro para dois veículos Renault Logan Expression 1.6 8V, ano 2015/2016, pertencentes a frota municipal.

Valor: 900,00

Vigência: 01 de junho de 2016.

Assinatura: 21 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 121/2015 - 1º TA 96/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: JACUTINGA AMBIENTAL LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, a prorrogação do período de execução dos serviços por mais 30 dias, e a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do aumento quantitativo do objeto do Contrato em mais 15 m³.

Valor: 750,00

Vigência: 13 de setembro de 2015.

Assinatura: 21 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 122/2015 - 3º TA 106/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 51/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais dois meses, do contrato de prestação de serviços de conservação rodoviária (roçada mecanizada costal/limpeza sarjetas) na malha rodoviária estadual, de abrangência do município de Lindóia do Sul.

Vigência: 31 de outubro de 2015.

Assinatura: 26 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 123/2015 - 1º TA 119/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 37/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da necessidade de substituição de peças adicionais, não previstas no edital da licitação.

Valor: R\$ 1.400,00

Vigência: 31 de outubro de 2015.

Assinatura: 25 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 124/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TELLES – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 38/2015
Objeto: Realização do "Gaitaço Farroupilha 2015", um show tematizado do gênero regionalista gaúcho.
Valor: R\$ 7.000,00
Vigência: 31 de outubro de 2015.
Assinatura: 27 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 125/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: RUY WALTER BALDISSERA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015
Objeto: Prestação de serviços de leiloeiro oficial do estado de Santa Catarina para alienação de bens.
Comissão: 5% a ser paga pelos arrematantes, sem ônus para o município.
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 31 de agosto de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 126/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015
Objeto: Contratação de empresa, para realização de obra de deslocamento de rede elétrica na Rodovia SC 473 no Bairro São Cristovão.
Valor: R\$ 23.114,73
Vigência: 30 de novembro de 2015.
Assinatura: 01 de setembro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 076/2015 - PP 050/2015 - ABRIGO DE PASSAGEIROS - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo de Licitação nº 076/2015/PML

Edital de Pregão nº 050/2015/PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço, para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de abrigo de passageiros (ponto de ônibus), conforme especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 15 de setembro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 15 de setembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0006/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo n° 0006/2015.

Objeto: Prestação de serviços para manutenção e assessoria de Programas do ministério de Saúde, a serem realizados pelo CONTRATADO, na Unidade Sanitária da sede do Município CONTRATANTE.

Contratada: RUDIMAR BRAZ PERI.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) mensais.

Pagamento: Até o 10º dia útil subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 31 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 47/2015_PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 47/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 47/2015 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Objeto: Aquisição de equipamentos tais como: balança mecânica, carregadeira, prensa vertical, elevador de fardos e esteiras, para o Centro Municipal de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos, localizado na Rodovia Municipal MAR 150 – Espigão Grande, no município de Maracajá/SC, conforme especificações constantes do anexo I do edital, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01, 02, Deserto; Itens – 03 e 05 adjudicado para a empresa Germania Industria, Montagens e Transportes Ltda - ME, valor adjudicado: R\$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais); Itens – 04 e 06, adjudicado para a empresa Casa Cometa Comercio de Equipamentos Agroindustrial, valor adjudicado: R\$ 47.630,00 (quarenta e sete mil seiscentos e trinta reais). Valor total adjudicado R\$ 96.730,00 (noventa e seis mil setecentos e trinta reais).

Maracajá/SC, 02 de setembro de 2015.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

Maravilha

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 05/2015.

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 5/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: WTL TURISMO E LOCAÇÃO LTDA – ME, CNPJ nº 15.328.829/0001-95.

OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais, mediante fornecimento parcelado, para trechos diversos, à escolha da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC, conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I.

VALOR: 0% (zero por cento) à título de Comissão sobre o agenciamento, conforme proposta vencedora na licitação.

DATA DE EMISSÃO: 02 de setembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 115/2015

Decreto n. 115/2015
de 18/08/2015

CONSTITUI COMISSÃO PARA DEFINIÇÃO DAS REGRAS DE ACES-SIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC E DÁ OUTRAS PRO-VIDÊNCIAS

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em confor-midade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão para Definição das Regras de Acessibilidade no Município de Marema/SC, vinculada a Secretaria de Administração, com a finalidade de debater e estabelecer os critérios que serão adotados pelo Município de Marema para o cumprimento das regras de acessibilidade.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- a) Eduardo Pereira Vargas - Departamento de Administração;
- b) Ricardo Conte – Engenheiro Civil;
- c) Valdair Chitolina e Chanquerli Cherubin – Representantes da Câmara de Vereadores;
- d) Suelen Maria Lunardi – Advogada;
- e) Gladir Ester Pagani – Representante da sociedade;
- f) Silvano Ciro Piasiski – Departamento de Tributação.

Art. 3º - A Comissão se reunirá em uma ou mais sessões, para debater a questão da acessibilidade no Município, com base nas exigências do Ministério Público Estadual sobre o tema.

§1º. O agendamento das sessões será feito pelo Secretário de Administração do Município, que também participará das reuniões como coordenador das atividades.

§2º. Por se tratar de relevante serviço público, os integrantes da Comissão não receberão remuneração por sua atuação junto a Comissão.

Art. 4º – A Comissão deverá emitir laudo final, em que apontará as modificações a serem adotadas no Código de Posturas e outras legislações, a fim de adequar as exigências legais perante as regras de acessibilidade.

Parágrafo único. O laudo final aprovado pela Comissão será convertido em projeto de lei, que será enviado para discussão, aprovação e debate na Câmara de Vereadores.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 114/2015

Decreto n. 114/2015
de 14/08/2015

“DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em confor-midade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais), nas seguintes pro-gramações de despesas:

Reduzido 18 – SUAS /ESTADO

| Código | Secretaria/departamento | |
|--------------|---------------------------------------|--|
| 16.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| funcional | Proj./ativ. | descrição |
| 08.244.0801 | 2.057 | Manutenção Dos Programas Sociais do Estado |
| Modalidade | Fonte | Dotação |
| 4.4.90.00.00 | 11.65 | 18.500,00 |

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguin-tes programações de despesas:

Reduzido 14 SUAS/ ESTADO

| Código | Secretaria/departamento | |
|--------------|---------------------------------------|--|
| 16.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| funcional | Proj./ativ. | descrição |
| 08.244.0801 | 2.057 | Manutenção Dos Programas Sociais do Estado/ SUAS |
| Modalidade | Fonte | Dotação |
| 3.3.90.00.00 | 11.65 | 18.500,00 |

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de cos-tume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº 113 /2015

DECRETO Nº 113 /2015

De 14/08/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, na ordem de recursos - SCFV- UNIÃO, com valor R\$ 102.244,58 (CENTO E DOIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do FMS - Município de Marema:
Reduzido 16 – RECURSOS FEDERAIS - SUPERAVIT

| Código | Secretaria/departamento | |
|------------|---------------------------------------|-----------------------------|
| 16.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| funcional | Proj./ativ. | descrição |
| 08.244.801 | 2.053 | PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV |
| Modalidade | Fonte | Dotação |
| 33.90.000 | 13.35 | 102.244,58 |

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO N. 117/2015

DECRETO n. 117/2015

De 24/08/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMS n.008/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 006/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMS n.008/2015 na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 006/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em prestação de serviços de coleta e elaboração de exames laboratorial

PSA Total e Livre.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor LABORATÓRIO PADRÃO LTDA, no valor total de R\$ 4.119,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 116/2015

DECRETO nº. 116/2015

De 18/08/2015

"ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal do Município de Marema, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 89, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º. CONSIDERANDO Decreto 101/2015 de 17/07/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Coordenadora do Concurso Publico 001/ 2015, tendo função examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao Concurso Publico, bem como casos omissos, juntamente com a empresa contratada.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Coordenadora do Concurso Publico 001/2015 deverão garantir o princípio da isonomia entre os candidatos em suas decisões observando o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Coordenadora do Concurso Publico 001/ 2015:

Presidente: ANA PAULA SEGANFREDO

Secretário: REGILENA CERATTO

Membro: VANDERLEI CALDERAN

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Art.5º - A Comissão poderá solicitar informações, laudos, técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo seletivo.

Art.6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art.7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art.8º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Marema, 19 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Func. Designado

PORTARIA Nº118/2015

Portaria nº118/2015

De 20/08/2015

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA SEGANFREDO, RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal.

D E C I D E

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal ANA PAULA SEGANFREDO, responsável por receber e prestar contas de adiantamentos efetuados para pagamento de pequenas despesas do Fundo Municipal de Saúde da Marema.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº119/2015

Portaria nº119/2015

De 24/08/2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NELCI CONCARI BISON DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal NELCI CONCARI BISON, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 01 de SETEMBRO de 2015 a 31 de SETEMBRO de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 01/08/2007 A 01/08/2012 .

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº120/2015

Portaria nº120/2015

De 24/08/2015

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO DE FAMILIAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO atestado DE OBITO.

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder licença remunerada por sete (7) dias consecutivos, a Servidora Municipal SIRLEI DAL BIANCO, por motivo de falecimento de seu pai ANTONIO LAUDINO ALBERTI.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 23 de agosto de 2015.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Setor Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3152 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3152 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0702 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
0702.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
0702 - 33500000 – Transferências a Entidades Privadas sem Fins lucrativos
0702 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0702 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
0702.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
0702 - 31900000 – Aplicações Diretas
0702 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 31 de Agosto de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Modelo

PREFEITURA

ANEXO I DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MODELO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

LOCAL: RUA PRESIDENTE VARGAS, RUA LEOPOLDO M. HERMES, RUA JORGE LACERDA,
RUA DUQUE DE CAXIAS, RUA DOM BOSCO,
RUA JOSÉ BONIFÁCIO, RUA JOÃO PESSOA E RUA 25 DE JULHO MODELO – SC

ÁREA: 18.205,02 m²

Responsável Técnico: Eng. Civil Marlon D. Mattiello
CREA/SC 086659-9
Dezembro/2013.

2 MEMORIAL DESCRITIVO

1 - INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por finalidade apresentar as metodologias empregadas no desenvolvimento de estudos dos projetos, bem como especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de pavimentação asfáltica usinado à quente que serão aplicados sobre pedras de basalto irregulares (calçamento) existente. O projeto contempla também meio-fio, drenagem pluvial, sinalização de trânsito e passeio público, conforme os projetos em anexo.

2 - LOCAL DA OBRA

Os locais onde serão executados os serviços de pavimentação asfáltica usinado à quente encontram-se situados no Perímetro Urbano do Município de Modelo-SC, em vários trechos de Ruas. Sendo elas: Rua Presidente Vargas (coordenadas UTM, 22J x:296195; y:7036734), Rua Leopoldo M. Hermes (coordenadas UTM, 22J x:296187; y:7037188), Rua Jorge Lacerda (coordenadas UTM, 22J x:295782; y:7037066), Rua Duque de Caxias (coordenadas UTM, 22J x:295926; y:7036795), Rua Dom Bosco (coordenadas UTM, 22J x:295789; y:7037046), Rua José Bonifácio (coordenadas UTM, 22J x:295418; y:7037104), Rua João Pessoa (coordenadas UTM, 22J x:295592; y:7037054) e Rua 25 de Julho (coordenadas UTM, 22J x:295458; y:7037086).

A área total a ser pavimentada possui 18.205,02m² e é composta atualmente de pedras basálticas irregulares (calçamento).

2.1 - DESCRIÇÃO DAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS:

2.1.1 - RUA PRESIDENTE VARGAS – Trecho K-L: Trecho compreendido entre a estaca 00 e a estaca 24 m, ou seja, da esquina com Rua Padre Anchieta até encruzilhada com a Rua Leopoldo M. Hermes. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 4.005,74 m²

2.1.2 - RUA LEOPOLDO M. HERMES – Trecho M-N: Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 15 + 5,758m, ou seja, no início da Rua até a Ponte existente. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 2.222,33 m²

2.1.3 - RUA JORGE LACERDA – Trecho A-B: Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 25 + 13,602m, ou seja, no cruzamento com a Rua Dom Bosco até o cruzamento com a Rua Presidente Vargas. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 6.297,38 m²

2.1.4 - RUA DUQUE DE CAXIAS – Trecho C-D: Trecho compreendido entre a estaca 0 + 5,000m e a estaca 3 + 6,905m, ou seja, no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 859,95 m²

2.1.5 - RUA DOM BOSCO – Trecho E-F: Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 2 + 18,075m, ou seja, no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 917,14 m²

2.1.6 - RUA JOSÉ BONIFÁCIO – Trecho G-H: Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 14 +

2,327m, ou seja, próximo ao cruzamento com a Rua 25 de Julho até o cruzamento com a Rua Dom Bosco.

Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 2.358,37 m²

2.1.7 - RUA JOÃO PESSOA – Trecho I-J: Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 5 + 15,113m, ou seja, Rio Saudades até o cruzamento com a Rua XV de Novembro. Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 1.032,41 m²

2.1.8 - RUA 25 DE JULHO – Trecho O-P: Trecho compreendido entre a estaca 0 + 2,198m e a estaca 2 + 10,395m, ou seja, no cruzamento com a Rua José Bonifácio até o cruzamento com a Rua XV de Novembro.

Área da pavimentação asfáltica sobre calçamento existente = 511,70 m²

TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA: 18.205,02m².

3 - ESPECIFICAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

3.1 - LIMPEZA DA BASE

Antes da aplicação da pintura de ligação, toda a área a ser pavimentada deverá ser convenientemente lavada com um jato d'água proveniente do caminhão pipa, com a finalidade de remover materiais orgânicos, óleos, graxas, etc. A superfície será limpada até a eliminação total dos resíduos nocivos a aderência. A medição dos serviços de limpeza da pista será realizado por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecido pelo projeto geométrico.

3.2 - PINTURA DE LIGAÇÃO

3.2.1 - Generalidades

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base e a reperfilagem (C.B.U.Q) e posteriormente sobre a reperfilagem e a capa de rodagem.

3.2.2 - Materiais

O material utilizado para a pintura de ligação entre a base e a reperfilagem e a capa asfáltica é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,8 a 1,20 l/m².

3.2.3 - Equipamentos

A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor.

3.2.4 - Execução

O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder o serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis.

A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada.

A emulsão asfáltica RR-2C, deverá ser aplicada entre as temperaturas de 40°C a 70°C.

O material betuminoso, após a distribuição deverá permanecer em repouso até que seque ou endureça suficientemente.

Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

3.2.5 - Medição

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto geométrico.

3.3 - REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO

3.3.1 - Generalidades

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada. O revestimento betuminoso se dará em duas camadas, a primeira sendo a reperfilagem com espessura média de 3cm, que tem a função de regularizar deformações do calçamento em pedras irregulares e também de selar fendas existentes. A segunda camada denominada capa com espessura de 3cm, refere-se a pista de rolamento.

3.3.2 - Materiais

3.3.2.1 - Material Betuminoso

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP 50/70).

3.3.2.2 - Agregado Graúdo

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

3.3.2.3 - Agregado Miúdo

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas.

3.3.3 - Execução

O revestimento será em C.B.U.Q. (concreto betuminoso usinado à quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DER-SC.

O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O C.B.U.Q. deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165° C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120° C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura.

A reperfilagem aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada através de motoniveladora, obedecendo à espessura do projeto, ou seja, espessura média nivelamento de 3 cm, mais a capa asfáltica em média 3 cm. Tendo como espessura final de 6 cm. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem).

A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória.

As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

O diâmetro máximo do agregado na faixa granulométrica deverá ser igual o inferior a 2/3 da espessura da camada, devendo atender os requisitos do quadro abaixo:

| PENEIRA | | PORCENTAGEM PASSANDO, EM PESO | | | |
|-----------|------|-------------------------------|----------------------|-----------|--------------|
| ASTM | mm | A | B | C | D |
| 2" | 50,8 | 100 | - | - | - |
| 1 1/2" | 38,1 | 95-100 | 100 | - | - |
| 1" | 25,4 | 75-100 | 95-100 | - | - |
| 3/4" | 19,1 | 60-90 | 80-100 | 100 | - |
| 1/2" | 12,7 | - | - | 80-100 | - |
| 3/8" N° 4 | 9,5 | 35-65 | 45-80 | 75-100 | 100 |
| N° 10 | 4,8 | 25-50 | 28-60 | 50-85 | 75-100 |
| N° 40 | 2,0 | 20-40 | 20-45 | 30-75 | 50-90 |
| N° 80 | 0,42 | 10-30 | 10-32 | 15-40 | 20-50 |
| N° 200 | 0,18 | 5-20 | 8-20 | 8-30 | 7-28 |
| | 0,07 | 1-8 | 3-8 | 5-10 | 3-10 |
| | 4 | | | | |
| CAMADAS | | LIGAÇÃO | LIGAÇÃO OU ROLAMENTO | ROLAMENTO | REPERFILAGEM |

Fonte: ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA -ESTRUTURA – SIE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA -DEINFRA-SC.

Acessado pela internet: http://www.deinfra.sc.gov.br/jsp/relatorios_documentos/doc_tecnico/download/engenharia_rodoviaria/Especificacao_de_Servico-CAUQ_normal.pdf

Todos os carregamentos de misturas asfálticas usinadas a quente deverão ser cobertos com lona impermeável de modo a reduzir a perda de calor, evitar a formação de crosta na parte superior e proteger a mistura da contaminação de poeira ou outros corpos.

Para realização dos serviços de distribuição da mistura asfáltica usinada a quente, não será permitido com o tempo chuvoso ou quando a

temperatura ambiente estiver abaixo de 15°C, permitindo-se, no entanto, se a temperatura ambiente estiver acima de 12°C e em ascensão. A determinação da temperatura ambiente deverá ser feita na sombra e longe de aquecimento artificial. A critério da fiscalização, a temperatura ambiente pode ser inferior aos valores mencionados, mas deve ser suficientemente elevada para não interferir com a eficiência da compactação.

3.3.4- Medição

O concreto betuminoso usinado a quente será medido em toneladas.

4 – DRENAGEM

Todas as Ruas deste projeto são existentes, constando pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento), bocas de lobo e tubulação de concreto para escoamento das águas pluviais.

As Ruas Leopoldo Hermes, Presidente Vargas, Jorge Lacerda e Duque de Caxias tem coletores pluviais e deságuam as águas no Lajeado Timbó e as Ruas Dom Bosco, José Bonifácio, João Pessoa e 25 de Julho tem coletores pluviais e deságuam as águas no Rio Saudades.

Na Prefeitura Municipal de Modelo não se tem nenhum registro de alagamento nestas Ruas, porém com a pavimentação asfáltica nestas ruas o escoamento será mais rápido, portanto o Projeto de Drenagem Pluvial apresentada alguns pontos específicos na drenagem, para aprimorar o escoamento das águas pluviais.

4.1 - DRENAGEM PLUVIAL

Antes da execução da pavimentação asfáltica deverão ser executados os serviços de drenagem pluvial, os quais devem estar de acordo com o projeto em anexo.

Para a execução da drenagem pluvial deverá ser removida a pavimentação de pedras irregulares (calçamento) e os materiais existentes, os quais deverão ser depositados conforme indicação da fiscalização da Prefeitura Municipal de Sul Modelo - SC.

A drenagem pluvial será feita através da captação das águas nas bocas de lobo, as águas captadas serão conduzidas por tubulação de BSTC (Bueiro Simples Tubular de Concreto) até seu destino final.

Deverá ser feita a locação das tubulações, levando-se em conta pontos importantes do projeto, tais como: bocas de lobo existente, encontros de condutores, variação de declividade. Em cada estaca será marcada a cota do terreno e a profundidade da escavação necessária.

O sentido normal das escavações será sempre de jusante para montante. OBS: Quando a coesão do solo for muito baixa, deverá ser efetuado o escoramento da vala de maneira a evitar um possível desmoronamento.

A reposição da terra na vala será executada da seguinte maneira: - Inicialmente deverá ser colocado material de granulometria fina de cada lado da canalização, o qual irá sendo cuidadosamente apiloado. Será conveniente tomar precauções de compactar todo o solo até cerca de 60 centímetros acima do tubo, fazendo-se sempre esta compactação lateralmente ao tubo.

Deve-se cuidar para que o solo esteja na umidade ótima para a sua perfeita compactação, a qual será realizada com o auxílio de uma placa vibratória, e a camada de solo a ser compactada em cada etapa não deve ultrapassar os 20cm.

Após a realização dos serviços descritos acima, no locais onde existem calçamento, será executado selo dreno, trata-se de uma camada de base de brita graduada (esp.=15 cm), posteriormente a isto executa-se a capa selante, compreende na aplicação de asfalto na proporção de 0,7 a 1,5 l/m², distribuição de agregados de 5 a 15 kg/m² e compactação com rolo, com uso da emulsão RR-2C, a espessura de 5 cm.

A largura da vala será igual ao diâmetro externo do tubo acrescido de 60 cm para tubos de diâmetro de 30 cm e 40 cm, acrescido de 70 cm para diâmetros de tubos de 50 cm e 60 cm e acrescido de 1,0m para tubos de 80 cm e 1,0m de diâmetro.

A profundidade da tubulação será de no mínimo: 100 cm para tubos de d= 30 cm, 110 cm para tubos de 40 cm; de 130 cm para tubos de d= 60 cm; e de 160 cm para tubos de d=100 cm. O recobrimento mínimo dos tubos em concreto simples deverá ser de 80 cm e em concreto armado de 60 cm.

As ligações entre bocas de lobo que iniciam um trecho, em lados opostos da rua, quando não indicado o diâmetro, será com tubo de 30 cm.

O assentamento da tubulação deverá ser feito sobre a argila compactada ou quando o solo for rochoso deverá ser realizado um colchão em areia ou pedrisco, para então assentar a tubulação. Os tubos deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Os órgãos complementares da rede pluvial serão as bocas de lobo, caixas de ligação e a canalização do esgotamento das bocas de lobo. As bocas de lobo deverão ser executadas com dimensões que se possa ter acesso à tubulação para ser realizada a limpeza quando necessária.

Quando se utilizar sistemas de drenagem sem poços de visita, a manutenção será feita pelas bocas de lobo das galerias, sendo que estas deverão ser executadas com as dimensões especificadas para as caixas de ligação anexas, com a grelha na parte superior.

Os dispositivos de boca de lobo e caixas de ligação serão executados de acordo com os projetos específicos. Terão laje de concreto simples, com resistência mínima 20 MPa, com espessura de 10cm assentada sobre terreno firme e compactado, sempre 10cm mais largo que as faces externas das paredes da caixa.

Onde será necessário encaixar tubulação nova em boca de lobo existente, será necessário remoção de parte da alvenaria da boca de lobo existente para colocação do tubo, e posteriormente será reformada a boca de lobo com fechamento em alvenaria com tijolo maciço, rebocada internamente.

Conforme projeto Drenagem Pluvial, pode ser visto em pontos onde será necessário remover tubulação existente, para execução de nova tubulação. Os tubos retirados que estiverem em bom estado de conservação deverão ser entregues a Administração Municipal de Modelo. Já os entulhos deverão ser encaminhados em bota-fora destinado pela Poder Executivo Municipal.

4.2 - MEDIÇÃO

A medição dos serviços relacionados na drenagem, como tubos e assentamentos dos tubos será por metro linear executado. As bocas de lobo será por unidade executada. A remoção do calçamento existente, capa selante, grade de ferro e a reforma das bocas de lobo serão por metro quadrado. Já a remoção de piso em concreto, escavações, reaterro, selo dreno e reforma boca de lobo demolição serão medidos em metros cúbicos.

5 - SINALIZAÇÃO

5.1 - SINALIZAÇÃO VERTICAL

Objetiva a sinalização vertical estabelecer comunicação visual por meio de placas fixadas em dispositivos implantados à margem ou sobre a

via, com a finalidade de regulamentar o uso da via, advertir situações de perigo, além de orientar, informar e educar o usuário da mesma. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas, observando um afastamento mínimo de 0,60 m da borda da pista.

Todas as placas a serem implantadas na Rua (conf. projeto em anexo) deverão ser fixadas em postes de aço galvanizado, por meio de molduras, braçadeiras, parafusos e arruelas também de aço galvanizado. O poste deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 0,50 m da sua base e mantenha altura mínima de 1,20 m da placa em relação ao solo e 2,00 m quando for implantada em passeios.

As placas deverão ser confeccionadas em chapas de aço com espessura mínima de 2,0 mm, sendo que as películas refletivas que comporão os sinais, sendo fundo, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi-refletivas.

As placas de forma octogonal terão altura/ largura iguais a 0,60 m e as de forma circular terão diâmetro de 0,60 m.

As formas, proporções e cores dos símbolos, e as cores das placas de advertência deverão estar em acordo com o CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

5.2 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Neste projeto, a sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento.

A linha demarcatória das faixas de tráfego será dupla e contínua, na cor amarela com 0,12 m de largura com espaçamento entre elas de 0,12 m.

A pintura das faixas destinadas aos estacionamentos paralelos será na cor branca-neve, em faixas segmentadas intercaladas a cada 2 m e com 0,12 m de largura, conforme detalhes construtivos em anexo.

A pintura destinada às faixas de pedestre serão na cor branca-neve, em faixas com 2,00 m de comprimento e 0,30 m de largura, bem como, intercaladas a cada 0,30 m.

O material a ser usado na sinalização horizontal é a tinta à base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo.

A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm, à ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado.

Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10,00 m deverá ser de 0,01 m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%.

Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retro refletância inicial mínima de 150 mcd/lux.m² para o amarelo e

200 mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5°.

5.3 - SINALIZAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Nos entroncamentos das vias urbanas, será instalado placa com nome da rua, para identificação. Estas placas serão em chapa de aço galvanizada conforme padrão das placas existentes do município, e serão fixadas por postes galvanizados. No projeto de sinalização poderá ser visto os locais das instalações.

5.4 - MEDIÇÃO

A medição dos serviços de sinalização horizontal será por metro quadrado executado e já a sinalização vertical será por unidades instaladas.

6 - COMPLEMENTO

6.1 – MEIO FIO

Os meio-fios serão em concreto pré-moldado com as dimensões 12x15x30x100cm (largura superior x largura inferior x altura x comprimento), deverão ter resistência mínima de 25Mpa. Sua função é evitar o escorregamento lateral do pavimento e servir de parede conduzindo águas pluviais para as bocas de lobo. Também servem como barreira física para que veículos não invadam passeio público.

Altura do topo do meio-fio em relação a pavimentação deverá ser de 15cm. Deverão ser rejuntados com argamassa traço 1:3 (cimento e areia) e pintados na cor branca. No projeto planialtimétrico poderá ser observados os trechos onde será removido e instalados os meio-fios.

6.2 - CANTEIRO CENTRAL

Na Rua Dom Bosco e na Rua Presidente Vargas serão necessários remover meio-fios do canteiro central para implantação da faixa de pedestre.

6.3 - MEDIÇÃO

A medição dos serviços de remoção e instalação de meio-fios novos se dará por metro linear.

7 – PASSEIO PÚBLICO

Segundo a Lei 2058/2012, Artigo 30 e 31 do capítulo 3 do Município de Modelo - SC, os proprietários dos lotes urbanos são responsáveis pela execução do passeio público (calçada).

Neste projeto somente contempla orçamento para execução de passeio público padrão do Município em dois trechos, um na Rua Presidente Vargas e outro na Rua Leopoldo M. Hermes, por ser trecho que confronta com Chácara e Áreas Verdes. Os demais passeios públicos que ainda não estão em conformidade com o padrão do Município, deverão ser regularizados. Sendo de responsabilidade do Proprietário dos lotes que tem a testada confrontando com a Rua.

O projeto contempla detalhamento de como deverá ser executado o passeio público padrão do Município de Modelo – SC.

7.1 - PISO COM BLOCO RETANGULAR DE CONCRETO

Os blocos a ser empregados no passeio público com largura de 1,50m, a ser executado na Rua Presidente Vargas da estaca 0,00 até a estaca

23, onde se tem cruzamento com a Rua Leopoldo M. Hermes e também na Rua Leopoldo M. Hermes com largura de 1,50m da estaca 24 até a escada

35 + 543m, serão de concreto vibro-prensado, com resistência final à compressão e abrasão de no mínimo 35MPa, nas dimensões de 0,10 x 0,20 x 0,04, sendo que as peças guias e alerta deverão ser executadas com o dimensionamento mínimo de 0,30 x 0,30 x 0,04, na cor vermelha. O passeio será somente do lado esquerdo no sentido crescente das estacas.

Os blocos intertravados antiderrapante e vibro-prensados, deverão atender as requisitos estabelecidos na NBR 9781/87 (maior ou igual a 35MPa). Com o objetivo de adquirir produtos de qualidade e é obrigatório a apresentação de Certificado de Selo de Qualidade da Associação Brasileira de Cimento Portland ou comprovação, através da apresentação dos ensaios pertinentes, do acompanhamento contínuo (mensal) da fabricação por laboratório reconhecido pelo INMETRO e credenciado a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio – RBLE.

Deverão ser observadas as espessuras de cada tipo de piso, sendo que o bloco utilizado terá espessura de 4,0 cm. O nivelamento superior das peças deverá ser perfeito, sem a existência de desníveis, degraus ou ressalto. Também deverão ser observados e obedecidos os desenhos apresentados em projeto, principalmente na formação das rampas para portadores de deficiência e curvaturas de esquinas.

Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar sobre a base antes do assentamento dos blocos.

A guia linha e para guia alerta utilizar a cor vermelha, para os pavers em geral a cor cinza e para detalhes utilizar a cor cinza escuro, sendo que o proprietário poderá no ato de execução alterar a cor dos pavers para detalhes.

7.2 - ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO

- aplainamento da superfície com uso de régua de nivelamento, após o que a área não pode mais ser pisada;
- disposição dos blocos de concreto conforme o desenho do projeto e colocação de uma camada de areia fina por cima (que será responsável pelo rejunte) e nova compactação, cuidando para que os vãos entre as peças sejam preenchidas pela areia;

- o excesso de areia é eliminado por varrição.

7.3 - OBSERVAÇÕES

- os elementos serão dispostos em ângulo reto ao eixo da pista, verificando-se isto periodicamente;
- o ajustamento entre os elementos será perfeito, com as quinas encaixando-se nas reentrâncias angulares correspondentes. As juntas entre as unidades vizinhas não devem exceder de 2 a 3 milímetros;
- as juntas da pavimentação serão tomadas com areia, utilizando-se a irrigação para obter-se o enchimento completo do vazio entre dois elementos vizinhos;
- o trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos.

7.4 - MEDIÇÃO

A medição do passeio público com blocos de concreto intertravados será por metro quadrado executado.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na planilha orçamentária todos os itens da PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. serão executados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR, sendo assim, os itens do orçamento não agregam BDI. Conforme Contrato de Rateio nº 02/2013 firmado pelo Município de Modelo com o CIDIR

Todos demais itens, drenagem pluvial, sinalização viária, complemento e passeio público serão licitados.

O nível da grade de ferro das bocas de lobo existentes e as novas deverá ter o nível da pavimentação asfáltica, para que água da chuva escoe pelas bocas de lobo.

A obra deverá ser entregue limpa, livre de entulhos e pronta para utilização.

Modelo – SC, 03 de dezembro de 2013.

Ricardo Luis Maldaner Marlon D. Mattiello Prefeito Municipal de Modelo Engenheiro Civil CNPJ: 83.021.832/0001-11 CREA/SC 086659-9

MEMORIAL DE CÁLCULO - PAVIMENTAÇÃO

O presente memorial de cálculo refere-se à pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. (concreto betuminoso usinado à quente) à ser executado conforme descrito abaixo:

1 - RUA PRESIDENTE VARGAS – Trecho K - L:

Trecho compreendido entre a estaca 00 e a estaca 24, ou seja, entre as Ruas Padre Anchieta e Início da Rua Leopoldo M. Hermes.

1.1 - Lavagem da pista existente (calçamento): Área = 4.005,74 m²

1.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 4.005,74 m²

1.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 4.005,74 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 288,41 ton.

1.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:

$3.812,45 \text{ m}^2 \times 0,03 \text{ m} \times 2,40 \text{ ton/m}^3 = 274,50 \text{ ton.}$

1.5 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ quebra molas (lombadas):

Quebra mola 01: Larg. 2,70m x altura centro 10 cm (altura extremo 0,00 cm) x compr. 6,90m x peso específico $2,4 \text{ ton/m}^3 = 2,98 \text{ ton.}$

Quebra mola 02: Larg. 2,70m x altura centro 10 cm (altura extremo 0,00 cm) x compr. 11,00m x peso específico $2,4 \text{ ton/m}^3 = 4,75 \text{ ton.}$

Total massa asfáltica quebra molas = 7,73 ton.

1.6 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ preenchimento de buracos na pista existente:

Buraco 01: Larg. 1,50m x alt. 22cm x compr. 4,00m x peso específico $2,4 \text{ ton/m}^3 = 3,17 \text{ ton.}$

1.7 – Remoção calçamento existente:

Trecho da tubulação pluvial em calçamento $(75 \text{ m} + 6,5 \text{ m} + 6,5 \text{ m} + 6,5 \text{ m}) \times 1,00 \text{ m larg.} = 94,50 \text{ m}^2.$

1.8 – Escavação vala material 1ª cat.:

Comprimento rede pluvial - 40 cm $(94,50 \text{ m} + 6,00 \text{ m} + 6,00 \text{ m}) \times 1,00 \text{ m larg.} \times 1,20 \text{ m prof.} = 127,80$

Comprimento rede pluvial - 30 cm $11,00 \text{ m} \times 0,90 \text{ m larg.} \times 0,90 \text{ m prof.} = 8,91 \text{ m}^3$, total = $136,71 \text{ m}^3$. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: $136,71 \times 60\% = 82,03 \text{ m}^3$.

1.9 – Escavação vala material 2ª cat.:

Total escavação $136,71 \text{ m}^3$, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: $136,71 \text{ m}^3 \times 40\% = 54,68 \text{ m}^3$.

1.10 – Calha de drenagem com meio tubo de concreto - 30 cm: Metragem do projeto 447,50 m.

1.11 – Tubo de concreto:

- 30 cm - Metragem do projeto $(2,00 + 2,00 + 2,00 + 2,50 + 2,50) = 11,00 \text{ m.}$

- 40 cm - Metragem do projeto $(6,00 + 6,50 + 75,00 + 6,50 + 6,00 + 6,50) = 106,50 \text{ m.}$

1.12 – Reaterro de vala:

Tubulação - 40 cm $(\pi r^2 \times \text{comp.})$, portanto, $3,14 \times 0,2^2 \times 106,50 \text{ m} = 13,38 \text{ m}^3$. Tubulação - 30 cm $(\pi r^2 \times \text{comp.})$, portanto, $3,14 \times 0,15^2 \times 11,00 \text{ m} = 0,78 \text{ m}^3$. Escavação $136,71 \text{ m}^3 - (13,38 \text{ m}^3 + 0,78 \text{ m}^3) = 122,55 \text{ m}^3$ de reaterro.

1.13 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:

Trecho da tubulação pluvial $94,50 \text{ m} \times 1,00 \text{ m larg.} \times 0,15 \text{ m esp.} = 14,18 \text{ m}^3$.

1.14 – Capa selante esp. 5cm:

Trecho da tubulação pluvial $94,50 \text{ m} \times 1,00 \text{ m larg.} = 94,50 \text{ m}^2$.

1.15 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 04 unid.

1.16 – Grade de ferro p/ boca de lobo:

Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 04 und. = $1,68 \text{ m}^2$.

1.17 – Reforma de boca de lobo:

Demolição larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x esp. 0,20 m x 05 und. = $0,70 \text{ m}^3$. Alvenaria larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 05 und. = $3,50 \text{ m}^2$.

Argamassa larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 05 und. = $3,50 \text{ m}^2$.

1.18 – Desobstrução caixa coletora existente:

Larg. 0,70 m x comp. 0,70 m x alt. 1,00 m x 01 und. = $0,49 \text{ m}^3$.

1.19 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista $393,12 \text{ m comp.} \times 2 \text{ faixas} \times 0,12 \text{ m esp. da faixa.} = 94,35 \text{ m}^2$. Faixa branca de Segurança $233,70 \text{ m comp.} \times 0,30 \text{ m esp.} = 70,11 \text{ m}^2$.

Faixa amarela quebra mola 01: $(7,00 \text{ m comp.} \times 2,70 \text{ m larg.})/2 = 9,45 \text{ m}^2$ Faixa amarela quebra mola 02: $(12,60 \text{ m comp.} \times 2,70 \text{ m larg.})/2 = 17,01 \text{ m}^2$. Faixa amarela quebra mola total = $26,46 \text{ m}^2$.

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: $486,73 \text{ m} + 479,72 \text{ m} = 966,45 \text{ m.}$

1.20 – Sinalização vertical: Placa e poste PARE 02 unid.

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 03 unid. Placa e poste QUEBRA MOLA 02 unid.

Placa e poste QUEBRA MOLA à 30 metros 02 unid. Montagem e fixação das placas 09 unid.

1.21 – Passeio Público (calçada em paver): Escavação em solo $41,20 \text{ m}^3$

Escavação em rocha $27,14 \text{ m}^3$

Material p/ aterro $322,00 \text{ m compr.} \times 1,50 \text{ m larg.} \times 0,30 \text{ m alt.} = 144,90 \text{ m}^3$. Compactação de aterro $144,90 \text{ m}^3$.

Área da calçada conforme projeto $684,06 \text{ m}^2$.

Lastro de brita: área da calçada $684,06 \text{ m}^2 \times 0,03 \text{ m esp.} = 20,52 \text{ m}^3$.

Lastro de pó de pedra: área da calçada $684,06 \text{ m}^2 \times 0,03 \text{ m esp.} = 20,52 \text{ m}^3$. Areia fina p/ rejuntamento: área da calçada $684,06 \text{ m}^2 \times 0,02 \text{ m esp.} = 13,68 \text{ m}^3$.

1.22 – Meiofio:

Colocação de meio fio novo 7,00 m + 270,00 m + 7,00 m = 284,00 metros. Remover e recolocar meiofio 4,00 m + 4,00 m + 6,00 m + 40,00 m = 54,00 metros. Execução de meiofio in loco passeio 447,50 metros.

2- RUA LEOPOLDO M. HERMES – Trecho M - N:

Trecho compreendido entre a estaca 00 e a estaca 15 + 5,758, ou seja, início da Rua Leopoldo M. Hermes até a ponte sobre o Lajeado Timbó.

2.1 - Lavagem da pista existente (calçamento):

Área = 2.222,33 m²

2.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 2.222,33 m²

2.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 2.222,33 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 160,01 ton.

2.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:

2.099,89 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 151,19 ton.

2.5 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ quebra molas (lombadas):

Quebra mola 03: Larg. 2,70m x altura centro 10 cm (altura extremo 0,00 cm) x compr. 6,75m x peso específico 2,4 ton/m³ = 1,22 ton.

2.6 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ preenchimento de buracos na pista existente:

Buraco 02: Larg. 1,00m x alt. 18cm x compr. 7,00m x peso específico 2,4 ton/m³ = 3,02 ton.

2.7 – Remoção calçamento existente:

Trecho da tubulação pluvial em calçamento 6,5 m x 1,00 m larg. = 6,50 m².

2.8 – Escavação vala material 1ª cat.:

Comprimento rede pluvial - 40 cm 6,50 m x 1,00 m larg. x 1,20 m prof. = 7,80 m³

Comprimento rede pluvial - 100 cm 20,00 m x 2,00 m larg. x 1,60 m prof. = 64,00 m³, total = 71,80 m³. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: 71,80 x 60% = 43,08 m³.

2.9 – Escavação vala material 2ª cat.:

Total escavação 71,80 m³, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: 71,80 m³ x 40% = 28,72 m³.

2.10 – Calha de drenagem com meio tubo de concreto - 30 cm: Metragem do projeto 226,00 m.

2.11 – Tubo de concreto:

. 30 cm - Metragem do projeto (2,00 + 2,50 + 2,50 + 3,50) = 10,50 m. - 40 cm - Metragem do projeto 6,50 m.

. 100 cm - Metragem do projeto 20,00 m.

2.12 – Reaterro de vala:

Tubulação - 30 cm ($\pi r^2 \times \text{comp.}$), portanto, $3,14 \times 0,15^2 \times 10,50 \text{ m} = 0,74 \text{ m}^3$. Tubulação - 40 cm ($\pi r^2 \times \text{comp.}$), portanto, $3,14 \times 0,2^2 \times 6,50 \text{ m} = 0,82 \text{ m}^3$. Tubulação - 100 cm ($\pi r^2 \times \text{comp.}$), portanto, $3,14 \times 0,5^2 \times 20,00 \text{ m} = 15,70 \text{ m}^3$. Escavação 71,80 m³ - (0,74 m³ + 0,82 m³ + 15,70 m³) = 54,54 m³ de reaterro.

2.13 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:

Trecho da tubulação pluvial 6,50 m x 1,00 m larg. X 0,15 m esp. = 0,98 m³.

2.14 – Capa selante esp. 5cm:

Trecho da tubulação pluvial 6,50 m x 1,00 m larg. = 6,50 m².

2.15 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 01 unid.

2.16 – Grade de ferro p/ boca de lobo:

Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 01 und. = 0,42 m².

2.17 – Reforma de boca de lobo:

Demolição larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x esp. 0,20 m x 05 und. = 0,70 m³. Alvenaria larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 05 und. = 3,50 m².

Argamassa larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 05 und. = 3,50 m².

2.18 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista 207,47 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa. = 49,79 m². Faixa branca de Segurança 293,00 m comp. x 0,30 m esp. = 87,90 m².

Faixa amarela quebra mola 03: (6,75 m comp. x 2,70 m larg.)/2 = 9,11 m² Faixa branca PARE: 3,00 m x 1,00 m = 3,00 m².

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 308,50 m + 303,75 m = 612,25 m.

2.19 – Sinalização vertical: Placa e poste PARE 06 unid.

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Placa e poste QUEBRA MOLA 02 unid.

Placa e poste QUEBRA MOLA à 30 metros 01 unid. Placa e poste NOME DA RUA 06 unid.
Remover placa Nome da Rua 01 unid. Montagem e fixação das placas 17 unid.

2.20 – Passeio Público (calçada em paver): Escavação em solo 33,07 m³

Material p/ aterro 194,89 m compr. x 1,50 m larg. x 0,30 m alt. = 87,70 m³ + 57,00 m³ = 144,70 m³. Compactação de aterro 144,70 m³.

Área da calçada conforme projeto 330,69 m².

Lastro de brita: área da calçada 330,69 m² x 0,03 m esp. = 9,92 m³.

Lastro de pó de pedra: área da calçada 330,69 m² x 0,03 m esp. = 9,92 m³. Areia fina p/ rejuntamento: área da calçada 330,69 m² x 0,02 m esp. = 6,61 m³.

2.21 – Meiofio:

Colocação de meio fio novo 16,00 m + 115,00 m + 8,00 m = 139,00 metros. Execução de meiofio in loco passeio 226,00 metros.

3 - RUA JORGE LACERDA – Trecho A - B:

Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 25 + 13,602m, ou seja, no cruzamento com a Rua Dom Bosco até o cruzamento com a Rua Presidente Vargas.

3.1 - Lavagem da pista existente (calçamento): Área = 6.297,38 m²

3.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 6.297,38 m²

3.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 6.297,38 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 453,41 ton.

3.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:
6.096,13 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 438,92 ton.

3.5 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ quebra molas (lombadas):

Quebra mola 01: Larg. 2,70m x altura centro 10 cm (altura extremo 0,00 cm) x compr. 11,75m x peso específico 2,4 ton/m³ = 2,12 ton.

Quebra mola 02: Larg. 2,70m x altura centro 10 cm (altura extremo 0,00 cm) x compr. 11,75m x peso específico 2,4 ton/m³ = 2,12 ton.

Total massa asfáltica quebra molas = 4,24 ton.

3.6 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ preenchimento de buracos na pista existente:

Buraco 01: Larg. 3,50m x alt. 18cm x compr. 2,70m x peso específico 2,4 ton/m³ = 4,08 ton. Buraco 02: Larg. 1,00m x alt. 18cm x compr. 1,00m x peso específico 2,4 ton/m³ = 0,43 ton. Buraco 03: Larg. 3,00m x alt. 25cm x compr. 2,00m x peso específico 2,4 ton/m³ = 3,60 ton.

Buraco 04: Larg. 2,00m x alt. 25cm x compr. 12,00m x peso específico 2,4 ton/m³ = 14,40 ton. Total Massa Asfáltica (C.B.U.Q.) = 22,51 ton.

3.7 – Remoção calçamento existente:

Trecho da tubulação pluvial em calçamento (67 m + 13,5 m + 67 m + 50 m + 38,5 m + 22,5 m + 62 m + 55 m + 55 m + 25 m + 3m + 12,5) x 1,00 m larg. = 471,00 m².

3.8 – Remoção concreto dos acesso particulares:

Acessos particulares dos lotes urbanos (3,92 m² + 1,23 m² + 0,77 m² + 1,56 m² + 0,91 m² + 1,60 m² + 1,42 m² + 1,09 m²) x 0,10 m altura = 1,25 m³.

3.9 – Escavação vala material 1ª cat.:

Comprimento rede pluvial - 40 cm (67 m + 13,5 m + 67 m + 50 m + 38,5 m + 22,5 m) x 1,00 m larg. x 1,20 m prof. = 310,20 m³

Comprimento rede pluvial - 60 cm (62 m + 55 m + 55 m + 25 m + 3m) x 1,20 m larg. x 1,40 m prof. = 336,00 m³, total = 646,20 m³. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: 646,20 x 60% = 387,72 m³.

3.10 – Escavação vala material 2ª cat.:

Total escavação 646,20 m³, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: 646,20 m³ x 40% = 258,48 m³.

3.11 – Tubo de concreto:

- 40 cm - Metragem do projeto (67,00 + 13,50 + 67,00 + 50,00 + 38,50 + 22,50) = 258,50 m. - 60 cm - Metragem do projeto (62,00 + 55,00 + 55,00 + 25,00 + 3,00) = 200,00 m.

3.12 – Reaterro de vala:

Tubulação - 40 cm (πr²xcomp.), portanto, 3,14x0,2²x 258,50m = 32,48 m³. Tubulação - 60 cm (πr²xcomp.), portanto, 3,14x0,3²x 200,00 m = 56,55 m³. Escavação 646,20 m³ - (32,48 m³ + 56,55 m³) = 557,17 m³ de reaterro.

3.13 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:

Trecho da tubulação pluvial 458,50 m x 1,00 m larg. X 0,15 m esp. = 68,78 m³.

3.14 – Capa selante esp. 5cm:

Trecho da tubulação pluvial 458,50 m x 1,00 m larg. = 458,50 m².

3.15 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 13 unid.

3.16 – Grade de ferro p/ boca de lobo:
Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 13 und. = 5,46 m².

3.17 – Reforma de boca de lobo:
Demolição larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x esp. 0,20 m x 01 und. = 0,14 m³. Alvenaria larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 01 und. = 0,70 m².
Argamassa larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 01 und. = 0,70 m².

3.18 – Sinalização horizontal:
Faixa amarela eixo da pista 446,42 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa. = 107,14 m². Pintura Faixa tracejada branca = 753,75 m x 0,12 m esp. da faixa = 90,45 m²
Faixa branca de Segurança 290,00 m comp. x 0,30 m esp. = 87,00 m². Faixa amarela quebra mola: (11,75 m comp. x 2,70 m larg.)/2 x 2 = 31,73 m² Pintura Faixa de Segurança Letreiro (PARE) 3,00 m²
Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 1.004,72 m.

3.19 – Sinalização vertical: Placa e poste RUAS 03 unid.
Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 04 unid. Placa e poste QUEBRA MOLA 04 unid.
Placa e poste QUEBRA MOLA à 30 metros 04 unid. Montagem e fixação das placas 15 unid.

3.20 – Meiofio:
Recuperação de meiofio, remover e recolocar 8,00 m + 136,00 m + 9,00 m + 15,00 m + 12,00 m = 180,00 metros.
Colocação de meio fio novo 70,00 m + 70,00 m + 10,00 m = 150,00 metros.

4 – DUQUE DE CAXIAS – Trecho C - D:
Trecho compreendido entre a estaca 0 + 5,000 e a estaca 3 + 6,905m, ou seja, no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.

4.1 - Lavagem da pista existente (calçamento):
Área = 859,95 m²

4.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 859,95 m²

4.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 859,95 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 61,92 ton.

4.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:
835,28 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 60,14 ton.

4.5 – Remoção calçamento existente:
Trecho da tubulação pluvial em calçamento (13 m + 26 m) x 1,00 m larg. = 39,00 m².

4.6 – Remoção concreto dos acesso particulares:
Acessos particulares dos lotes urbanos 4,61 m² x 0,10 m altura = 0,46 m³.

4.7 – Escavação vala material 1ª cat.:
Comprimento rede pluvial - 30 cm (13,0 m) x 0,90 m larg. x 1,10 m prof. = 12,87 m³
Comprimento rede pluvial - 40 cm (26,0 m) x 1,00 m larg. x 1,20 m prof. = 32,1 m³, total = 44,97 m³. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: 44,97 x 60% = 26,98 m³.

4.8 – Escavação vala material 2ª cat.:
Total escavação 44,97 m³, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: 44,97m³ x 40% = 17,99 m³.

4.9 – Tubo de concreto:
- 30 cm - Metragem do projeto = 13,00 m. 40 cm - Metragem do projeto = 26,00 m.

4.10 – Reaterro de vala:
Tubulação - 30 cm (πr²xcomp.), portanto, 3,14x0,15²x 13,00m = 0,92 m³. Tubulação - 40 cm (πr²xcomp.), portanto, 3,14x0,2²x 26,00 m = 3,27 m³. Escavação 44,97 m³ - (0,92 m³ + 3,27 m³) = 40,78 m³ de reaterro.

4.11 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:
Trecho da tubulação pluvial 39 m x 1,00 m larg. X 0,15 m esp. = 5,85 m³.

4.12 – Capa selante esp. 5cm:
Trecho da tubulação pluvial 39 m x 1,00 m larg. = 39,00 m².

4.13 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 2 unid.

4.14 – Grade de ferro p/ boca de lobo:
Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 2 und. = 0,84 m².

4.15 – Reforma de boca de lobo:

Demolição larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x esp. 0,20 m x 01 und. = 0,14 m³. Alvenaria larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 01 und. = 0,70 m². Argamassa larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 01 und. = 0,70 m².

4.16 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista 56,08 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa. = 13,46 m². Pintura Faixa tracejada branca = 92,60 m x 0,12 m esp. da faixa = 11,11m²

Faixa branca de Segurança 125,33 m comp. x 0,30 m esp. = 37,60m². Pintura Faixa de Segurança Letreiro (PARE) 6,00 m²

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 62,00 m + 62,00 m = 124,00 m.

4.17 – Sinalização vertical:

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Placa e poste PARE 01 unid.

Montagem e fixação das placas 03 unid.

4.18 – Meio fio:

Recuperação de meio fio 29,00 metros.

5 – DOM BOSCO – Trecho E - F:

Trecho compreendido entre a estaca 0 e a estaca 2 + 18,075m, ou seja, no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.

5.1 - Lavagem da pista existente (calçamento): Área = 917,14 m²

5.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 917,14 m²

5.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 917,14 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 66,03 ton.

5.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 893,97 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 64,37 ton.

5.5 – Remoção calçamento existente:

Trecho da tubulação pluvial em calçamento (31 m + 15 m + 3 m) x 1,00 m larg. = 49,00 m².

5.6 – Remoção concreto dos acesso particulares:

Acessos particulares dos lotes urbanos 0,94 m² x 0,10 m altura = 0,09 m³.

5.7 – Escavação vala material 1ª cat.:

Comprimento rede pluvial - 30 cm (31,0 m) x 0,90 m larg. x 1,10 m prof. = 30,69 m³

Comprimento rede pluvial - 40 cm (15,0 m + 3,0 m) x 1,00 m larg. x 1,20 m prof. = 32,1 m³, total = 21,60 m³. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: 21,60 x 60% = 12,36 m³.

5.8 – Escavação vala material 2ª cat.:

Total escavação 44,97 m³, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: 21,60m³ x 40% = 8,64 m³.

5.9 – Tubo de concreto:

. 30 cm - Metragem do projeto = 31,00 m.

. 40 cm - Metragem do projeto = 15,00 + 3,00 = 18,00 m.

5.10 – Reaterro de vala:

Tubulação - 30 cm (nrx2xcomp.), portanto, 3,14x0,15²x 31,00m = 2,19 m³. Tubulação - 40 cm (nrx2xcomp.), portanto, 3,14x0,2²x 18,00 m = 2,29 m³. Escavação 21,60 m³ - (2,19 m³ + 2,29 m³) = 17,12 m³ de reaterro.

5.11 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:

Trecho da tubulação pluvial 49 m x 1,00 m larg. X 0,15 m esp. = 7,35 m³.

5.12 – Capa selante esp. 5cm:

Trecho da tubulação pluvial 49 m x 1,00 m larg. = 49,00 m².

5.13 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 3 unid.**5.14 – Grade de ferro p/ boca de lobo:**

Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 3 und. = 1,26 m².

5.15 – Caixa de ligação: Conforme projeto 1 unid.**5.16 – Sinalização horizontal:**

Pintura Faixa tracejada branca = 99,50 m x 0,12 m esp. da faixa = 11,94m² Faixa branca de Segurança 145,33 m comp. x 0,30 m esp. = 43,60m². Pintura Faixa de Segurança Letreiro (PARE) 6,00 m²

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 58,00 m + 58,00 m = 116,00 m.

5.17 – Sinalização vertical:

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Montagem e fixação das placas 02 unid.

5.18 – Meio fio:

Colocação de meio fio novo 47,00 m + 47,50 m = 94,50 metros.

6 - RUA JOSÉ BONIFÁCIO – Trecho G - H:

Trecho compreendido entre a estaca 00 e a estaca 14+2,327, ou seja, da Rua 25 de Julho até a Rua Dom Bosco.

6.1 - Lavagem da pista existente (calçamento): Área = 2.358,37 m²

6.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 2.358,37 m²

6.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 2.358,37 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 169,80 ton.

6.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 2.236,52 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 161,03 ton.

6.5 - Massa asfáltica (C.B.U.Q.) p/ preenchimento de buracos na pista existente: Buraco 01: 13,30 m² x 0,20m altura média x peso específico 2,4 ton/m³ = 6,38 ton.

6.6 – Remoção calçamento existente:

Trecho da tubulação pluvial em calçamento (7,5 m + 53 m + 7,5 m + 47 m) x 1,00 m larg. = 115,00 m².

6.7 – Remoção concreto dos acessos particulares:

Acessos particulares dos lotes urbanos (1,02 m² + 1,53 m² + 1,48 m² + 2,48 m² + 0,81 m² + 0,30 m²) x 0,10 m altura = 0,76 m³.

6.8 – Escavação vala material 1ª cat.:

Comprimento rede pluvial - 30 cm 115,00 m x 0,90 m larg. x 0,90 m prof. = 93,15 m³. Estimando 60% solo seja 1ª cat, portanto: 93,15 m³ x 60% = 55,89 m³.

6.9 – Escavação vala material 2ª cat.:

Total escavação 93,15 m³, estimando 40% solo seja 2ª cat, portanto: 93,15m³ x 40% = 37,26 m³.

6.10 – Tubo de concreto:

- 30 cm - Metragem do projeto (7,50 + 53,00 + 7,50 + 47,00) = 115,00 m.

6.11 – Reaterro de vala:

Tubulação - 30 cm (πr²xcomp.), portanto, 3,14x0,15²x115,00 m = 8,12 m³. Escavação 93,15 m³ - (8,12 m³) = 85,03 m³ de reaterro.

6.12 – Selo dreno com base brita graduada esp. 15cm:

Trecho da tubulação pluvial 115,00 m x 1,00 m larg. X 0,15 m esp. = 17,25 m³.

6.13 – Capa selante esp. 5cm:

Trecho da tubulação pluvial 115,00 m x 1,00 m larg. = 115,00 m².

6.14 – Caixa coletora e boca de lobo: Conforme projeto 04 unid.**6.15 – Grade de ferro p/ boca de lobo:**

Larg. 0,60 m x comp. 0,70 m x 04 und. = 1,68 m².

6.16 – Reforma de boca de lobo:

Demolição larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x esp. 0,20 m x 02 und. = 0,28 m³. Alvenaria larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 02 und. = 1,40 m².

Argamassa larg. 0,70 m x alt. 1,00 m x 02 und. = 1,40 m².

6.17 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista 233,65 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa = 56,07 m². Faixa branca de Segurança 115,85 m comp. x 0,30 m esp. = 34,76 m².

Faixa branca tracejada 185,49 m compr. x 0,12 m esp. = 22,26 m².

Faixa branca continua estacionamento 51,50 m x 0,12 m esp. = 6,18 m².

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 179 m + 121 m + 121 m + 105 m + 41 m = 567,00 m.

6.18 – Sinalização vertical:

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Placa e poste Nome da Rua 02 unid. Montagem e fixação das placas 04 unid.

6.19 – Meio fio:

Recuperação de meio fio 47,00 m + 57,00 m = 104,00 metros.

7 - RUA 25 DE JULHO – Trecho O - P:

Trecho compreendido entre a estaca 0+2,198 e a estaca 2+10,395, ou seja, da Rua José Bonifácio até a Rua XV de Novembro.

7.1 - Lavagem da pista existente (calçamento): Área = 511,70 m²

7.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 511,70 m²

7.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 511,70 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 36,84 ton.

7.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:
484,52 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 34,89 ton.

7.5 – Remoção concreto dos acesso particulares:

Acessos particulares dos lotes urbanos (1,02 m² + 1,53 m² + 1,48 m² + 2,48 m² + 0,81 m² + 0,30 m²) x 0,10 m altura = 0,76 m³.

7.6 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista 43,59 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa = 10,46 m². Faixa branca de Segurança 57,50 m comp. x 0,30 m esp. = 17,25 m².

Faixa branca tracejada estacionamento 25,40 m compr. x 0,12 m esp. = 3,05 m². Faixa branca continua estacionamento 30,00 m x 0,12 m esp. = 3,60 m².

Letreiro PARE 3,00 m² x 2 und = 6,00 m².

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 68 m + 60,50 m = 128,50 m.

7.7 – Sinalização vertical: Placa e poste PARE 01 unid.

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Placa e poste Nome da Rua 02 unid. Montagem e fixação das placas 05 unid.

7.8 – Meio fio:

Recuperação de meio fio 8,00 metros.

8 - RUA JOÃO PESSOA – Trecho I - J:

Trecho compreendido entre a estaca 00 e a estaca 5+15,113, ou seja, dois trechos: um entre as Ruas XV de Novembro e Rua José Bonifácio e o outro trecho da Rua José Bonifácio até final da Rua João Pessoa.

8.1 - Lavagem da pista existente (calçamento):

Área = 553,16 m² + 479,25 m², total de 1.032,41 m².

8.2 - Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,80 a 1,20 litros/m²: Área = 1.032,41 m²

8.3 - Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm: 1.032,41 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 74,33 ton.

8.4 - Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q.), esp. média = 3,0 cm:
980,50 m² x 0,03 m x 2,40 ton/m³ = 70,60 ton.

8.5 – Remoção concreto dos acesso particulares:

Acessos particulares dos lotes urbanos (1,12 m² + 0,77 m² + 1,61 m² + 0,85 m²) x 0,10 m altura = 0,44 m³.

8.6 – Sinalização horizontal:

Faixa amarela eixo da pista 108,13 m comp. x 2 faixas x 0,12 m esp. da faixa = 25,95 m². Faixa branca de Segurança 85,93 m comp. x 0,30 m esp. = 25,78 m².

Faixa branca tracejada estacionamento 100,21 m compr. x 0,12 m esp. = 12,02 m². Letreiro PARE 3,00 m² x 3 und = 9,00 m².

Pintura cor branca em meio fio pré-moldado: 60,15 m + 60,18 m + 70,02 m + 69,27 m = 259,62 m.

8.7 – Sinalização vertical: Placa e poste PARE 01 unid.

Placa e poste VELOCIDADE 40km/h 02 unid. Placa e poste Nome da Rua 01 unid.

Placa e poste Rua Sem Saída 01 unid. Montagem e fixação das placas 05 unid.

Modelo - SC, 03 de Dezembro de 2013.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal de Modelo

CNPJ: 83.021.832/0001-11

Marlon D. Mattiello

Engenheiro Civil

CREA/SC 086659-9

ANEXO II DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015

MODELO - SC

| | | | | | | | | |
|-----------------|-------------|---|----|-------------|--------|--------|--------------|----------------|
| 4.3 | 83717 | Reassentamento de meio fio pré-moldado inc. escavação | m | 375,00 | 10,72 | 25,00% | 13,40 | 5.025,00 |
| 4.4 | 74223/001 | Meio fio concreto pré-moldado 12x15x30cmx100cm c/ rejunt. | m | 667,50 | 29,50 | 25,00% | 36,88 | 24.614,06 |
| 4.5 | 73653 | Fôrmas de madeira c/ travamento p/ meio fio in loco 8x20cm | m² | 269,40 | 10,64 | 25,00% | 13,30 | 3.583,02 |
| 4.6 | 74138/001 | Concreto c/ adensam. e lançam. p/ meio fio in loco 8x20cm | m³ | 10,78 | 306,16 | 25,00% | 382,70 | 4.125,51 |
| 5.1 | 73580 | Escavação em solo - 1ª CAT. | m3 | 74,27 | 9,57 | 25,00% | 11,96 | 888,45 |
| 5.2 | 79477 | Escavação em rocha - 3ª CAT. c/ explosivo | m3 | 27,14 | 236,75 | 25,00% | 295,94 | 8.031,74 |
| 5.3 | 72836 | Escavação, Carga e Tranposrte material para aterro | m³ | 289,60 | 4,27 | 25,00% | 5,34 | 1.545,74 |
| 5.4 | 74005/001 | Compactação mecânica do aterro | m³ | 289,60 | 2,59 | 25,00% | 3,24 | 937,58 |
| 5.6 | 74164/004 | Lastro de brita esp. 3 cm apiloada manual | m³ | 30,44 | 80,62 | 25,00% | 100,78 | 3.067,59 |
| 5.7 | 88889/002** | Pav. blocos intertr. concr. com pó-de-brita e rej. e:4cm colorido | m² | 608,85 | 55,28 | 25,00% | 69,10 | 42.071,54 |
| 5.8 | 88889/003** | Pav. blocos intertr. concr. com pó-de-brita e rej. e:4cm tátil | m² | 270,60 | 61,39 | 25,00% | 76,74 | 20.765,17 |
| 2023 | | | | | | | | |
| 2024 | | | | | | | | |
| 2025 | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | | | R\$ 9.769,63 | R\$ 877.586,34 |
| | | | | | | | | |
| DATA: | | NOME: | | ASSINATURA: | | | | |
| 30/03/2015 | | MARLON D. MATTIELLO | | | | | | |
| | | Nº CREA / CAU: | | | | | | |
| | | CREA/SC 086659-9 | | | | | | |

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015

MODELO - SC

| | | | | | | | | |
|-----------------|-----------|--|----|-------------|--------|--------|--------------|----------------|
| | | | | | | | | |
| 4.4 | 74223/001 | Meio fio concreto pré-moldado 12x15x30cmx-100cm c/ rejunt. | m | 667,50 | 29,50 | 25,00% | 36,88 | 24.614,06 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 5.1 | 73580 | Escavação em solo - 1ª CAT. | m3 | 74,27 | 9,57 | 25,00% | 11,96 | 888,45 |
| 5.2 | 79477 | Escavação em rocha - 3ª CAT. c/ explosivo | m3 | 27,14 | 236,75 | 25,00% | 295,94 | 8.031,74 |
| 5.3 | 72836 | Escavação, Carga e Tranposrte material para aterro | m³ | 289,60 | 4,27 | 25,00% | 5,34 | 1.545,74 |
| 5.4 | 74005/001 | Compactação mecânica do aterro | m³ | 289,60 | 2,59 | 25,00% | 3,24 | 937,58 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 2023 | | | | | | | | |
| 2024 | | | | | | | | |
| 2025 | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | | | R\$ 4.977,15 | R\$ 112.588,25 |
| | | | | | | | | |
| DATA: | | NOME: | | ASSINATURA: | | | | |
| | | MARLON D. MATTIELLO | | | | | | |
| 30/03/2015 | | Nº CREA / CAU: | | | | | | |
| | | CREA/SC 086659-9 | | | | | | |

DECRETO Nº 0222/2015

DECRETO Nº 0222/2015 DE 01.09.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JANETE TIECKER, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2015 homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. JANETE TIECKER, portadora do CPF nº 061.784.359-75, RG nº 4.891.274-3, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2015, para o cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, do Município de Modelo/SC, nível 22 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, lotação no Departamento Municipal de Saúde, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE Nº 030/2015 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0222/2015

CARGO: Agente de Saúde Pública

Ao primeiro dia de setembro de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. JANETE TIECKER, portadora do CPF nº 061.784.359-75, RG nº 4.891.274-3, nomeada a fim de tomar posse no cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, conforme especificado pelo Decreto 0222/2015.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao

cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, ao 01 de setembro de 2015.

JANETE TIECKER
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0223/2015

DECRETO Nº 0223/2015 de 02.09.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LOVANI TEREZINHA BARON PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

Considerando o termo de compromisso firmado pelo Município de Modelo/SC e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional/ Gerência de Educação de Maravilha, objetivando a cooperação técnica-pedagógica, material e financeira através do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. LOVANI TEREZINHA BARON, portadora do CPF nº 558.132.409-34, RG nº 1.833.403 para desempenho do cargo em comissão de COORDENADORA GERAL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, do Município de Modelo/SC, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação, objetivando garantir a manutenção da unidade descentralizada, em nível de Ensino Fundamental e Médio no Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo, de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC-03, do quadro de servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC, com dedicação semi-integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE nº 031/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0223/2015

Cargo em Comissão: Coordenadora Geral Educação de Jovens e Adultos

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora LOVANI TEREZINHA BARON, portadora do CPF nº 558.132.409-34, RG nº 1.833.403, a fim de tomar posse no cargo de Coordenadora Geral Educação de Jovens e Adultos, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0223/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação de Modelo – SC. Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento comissionado, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 02 de setembro de 2015.

LOVANI TEREZINHA BARON
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 0224/2015

DECRETO Nº 0224/2015 de 02.09.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELI PAVALICINI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir desta data, a Servidora FRANCIELI PAVALICINI, do cargo comissionado de Chefe de Setor, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCIELI PAVALICINI

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015.

NOTIFICA OS PROPRIETÁRIOS DE LOTES URBANOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, de conformidade com a legislação vigente, especialmente dos artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, no Decreto-Lei nº 195/67, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1.324/1997, e Lei Complementar 2040/2013 que dispõe sobre a cobrança da contribuição de melhorias.

FAZ SABER a quem interessar possa que o Município de Modelo SC, publica EDITAL notificando os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas da execução de obras públicas, conforme disposto neste Edital para fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, demonstrando os requisitos legais, especialmente os custos relativos a execução de obra pública de pavimentação asfáltica que será executada em via(s) localizada(s) no perímetro urbano, para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com sua execução, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

1. IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS:

As obras públicas a serem executadas, compreendem a pavimentação asfáltica em C.B.U.Q., sobre calçamento de pedras de basalto irregular na cidade de Modelo – SC, conforme projeto técnico da AMERIOS, integrante deste edital e as disposições deste Edital, nos locais (Anexo III) conforme abaixo especificado:

1.2 – LOCAL:

1.2.1 – RUA PRESIDENTE VARGAS (4.005,74m²)

Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Padre Anchieta até a encruzilhada com a Rua Leopoldo M. Hermes.

1.2.2. – RUA LEOPOLDO M. HERMES (2.222,33m²)

Trecho compreendido entre o início da Rua Leopoldo M. Hermes até a ponte existente da referida Rua.

1.2.3 – RUA JORGE LACERDA (6.297,38m²)

Trecho compreendido entre a Rua Dom Bosco até o cruzamento com a Rua Presidente Vargas.

1.2.4 – RUA DUQUE DE CAXIAS (859,95m²)

Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.

1.2.5 – RUA DOM BOSCO (917,14m²)

Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.

1.2.6 – RUA JOSÉ BONIFÁCIO (2.358,37m²)

Trecho compreendido com a Rua 25 de Julho até o cruzamento com a Rua Dom Bosco.

1.2.7 – RUA JOÃO PESSOA (1.032,51m²)

Trecho compreendido entre o Rio Saudades até o cruzamento com a Rua XV de Novembro.

1.2.8 – RUA 25 DE JULHO (511,70m²)

Trecho compreendido no cruzamento com a Rua José Bonifácio até o cruzamento com a Rua XV de Novembro.

2. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO – alínea “a”, inciso I, art. 82, da lei 5.172/66 e art. 297 do Código Tributário Municipal.

2.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de “pavimentação asfáltica” sobre o calçamento existente no local,

compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo: reforço na base, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, rampas de acesso aos passeios, meio fio de concreto, contenção lateral do meio fio e as sinalizações verticais e horizontais.

2.2 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo I deste Edital, considerando-se como parte integrante do Edital em tela.

3. DO ORÇAMENTO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA ALÍNEA 'B', INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

3.1 - A área total das vias públicas a serem pavimentadas compreende 18.205,02m².

3.2 - O custo total da obra corresponde a R\$ 877.586,34 (oitocentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme Anexo II.

3.3 - Demais especificações do projeto constam no Memorial Descritivo conforme demonstrado no Anexo I deste Edital.

4. DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ALÍNEA 'C', INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

4.1 - A cobrança da contribuição de melhoria, em sendo comprovada a valorização dos imóveis beneficiados, terá como limite a efetiva valorização dos imóveis ou o custo da obra, neste caso, podendo ser computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

4.2 - A determinação da contribuição de melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel ou do custo da obra, obedecendo ao previsto no código Tributário Municipal de Modelo SC.

5 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA - ALÍNEA 'D', INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

5.1 - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, conforme mapa constante do Anexo III, ou seja, dos imóveis frontantes ou beneficiados com as vias especificadas, que sofrerem valorização em decorrência da execução da obra, tendo como confrontações os lotes e proprietários relacionados no Anexo III deste Edital, nos locais abaixo descritos:

- RUA PRESIDENTE VARGAS - Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Padre Anchieta até a encruzilhada com a Rua Leopoldo M. Hermes.
- RUA LEOPOLDO M. HERMES - Trecho compreendido entre o início da Rua Leopoldo M. Hermes até a ponte existente da referida Rua.
- RUA JORGE LACERDA - Trecho compreendido entre a Rua Dom Bosco até o cruzamento com a Rua Presidente Vargas.
- RUA DUQUE DE CAXIAS - Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.
- RUA DOM BOSCO - Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio.
- RUA JOSÉ BONIFÁCIO - Trecho compreendido com a Rua 25 de Julho até o cruzamento com a Rua Dom Bosco.
- RUA JOÃO PESSOA - Trecho compreendido entre o Rio Saudades até o cruzamento com a Rua XV de Novembro.
- RUA 25 DE JULHO - Trecho compreendido no cruzamento com a

Rua José Bonifácio até o cruzamento com a Rua XV de Novembro.

5.2 Delimitações das áreas beneficiadas

5.2.1 - Serão beneficiados, os imóveis lindeiros com a RUA PRESIDENTE VARGAS - Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Padre Anchieta até a encruzilhada com a Rua Leopoldo M. Hermes; RUA LEOPOLDO M. HERMES - Trecho compreendido entre o início da Rua Leopoldo M. Hermes até a ponte existente da referida Rua; RUA JORGE LACERDA - Trecho compreendido entre a Rua Dom Bosco até o cruzamento com a Rua Presidente Vargas; RUA DUQUE DE CAXIAS - Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio; RUA DOM BOSCO - Trecho compreendido no cruzamento com a Rua Jorge Lacerda até o cruzamento com a Rua do Comércio; RUA JOSÉ BONIFÁCIO - Trecho compreendido com a Rua 25 de Julho até o cruzamento com a Rua Dom Bosco; RUA JOÃO PESSOA - Trecho compreendido entre o Rio Saudades até o cruzamento com a Rua XV de Novembro; RUA 25 DE JULHO - Trecho compreendido no cruzamento com a Rua José Bonifácio até o cruzamento com a Rua XV de Novembro; ficando os proprietários dos imóveis citados, notificados por este edital do lançamento da contribuição de melhoria.

6 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO - ALÍNEA 'E', INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

6.1 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes do Orçamento Quantitativo e Financeiro - (Anexo II), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, que será analisada por comissão avaliadora designada por Decreto Municipal.

6.2 - A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 112.588,24 (cento e doze mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), compreendendo os itens da PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Anexo IV), para a pavimentação das ruas em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários nas áreas beneficiadas.

7 - DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:

7.1 - A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de aproximadamente R\$ 386.137,98 (trezentos e oitenta e seis mil cento e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

7.2 - Considerando que a área total das vias públicas a serem pavimentadas compreende 18.205,02m² e que o valor a ser absorvido pelos contribuintes importará em de R\$ 386.137,98 (trezentos e oitenta e seis mil cento e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) estima-se o custo por metro quadrado da obra em R\$ 21,21 (vinte e um reais e vinte e um centavos).

8 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida neste Edital, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

8.2 - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

8.3 - Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente, mediante termo

de opção.

8.4 – O pagamento da contribuição de melhoria, objeto deste Edital, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

8.5 - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

8.6 - As parcelas eventualmente recolhidas em atraso ficarão sujeitas aos acréscimos previstos na legislação vigente, ou seja:

- a) multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;
- multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento
- multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.
- b) juros de mora de 1% ao mês ou fração;
- c) correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

8.7 - Os créditos tributários oriundos deste Edital que não forem pagos em quota única ou parcelado, serão inscritos em dívida ativa e encaminhados para cobrança judicial, nos termos do Código Tributário Municipal.

9. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

9.1 Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos solicitados, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte deverão apresentar os seguintes documentos:

- 1. Comprovante de aposentadoria;
- 2. Cópia dos documentos pessoais, RG e CPF;
- 3. Comprovante de residência (água ou luz);
- 4. Requerimento de isenção;
- 5. Declaração que possui um único imóvel;
- 6. Certidão de propriedade;
- 7. Matrícula atualizada do imóvel

9.2 Serão consideradas peremptas as reclamações/impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

10 - DA IMPUGNAÇÃO:

10.1 - É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal, reclamar/impugnar qualquer dos elementos e itens constantes do presente edital, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

10.2 O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do município de Modelo/SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente edital, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

10.3 - Serão consideradas peremptas as reclamações/impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 O Município reserva-se o direito de cobrar integralmente do proprietário o recondicionamento da pista em caso de avarias por ligações intencionais de qualquer gênero.

11.2 Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias para a impugnação pelos proprietários, de qualquer dos elementos supracitados, cabendo ao impugnante o ônus da prova, conforme o que dispõe o

Capítulo XII – Contribuição de Melhoria - Lei Municipal 1.324/2005.

11.3 A Contribuição de Melhoria tem por fato gerador a realização de obras públicas.

11.4 Ficam notificados os contribuintes abrangidos por este Edital das disposições legais, relativas à matéria, em especial das constantes no Capítulo XII Contribuição de Melhoria – Lei Municipal nº 1324/1997 – Código Tributário Municipal.

11.5 - Aplicam-se integralmente as disposições do Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1324/1997 ao presente Edital.

Modelo-SC, 20 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Anexos:

ANEXO I – Memorial Descritivo

ANEXO II – Orçamento Quantitativo e Financeiro/Planilha de Custos

ANEXO III – Mapa dos Lotes beneficiados

ANEXO IV - Orçamento Quantitativo e Financeiro Municipal/Planilha de Custos

ANEXO V – Relação de proprietários beneficiados

visto: GILNEI ROBERTO VOGEL

ASSESSOR JURIDICO – OAB/SC Nº

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –

LOCALIZADOS NA RUA JORGE LACERDA – MODELO - SC

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|---------------------------|------------|----------|
| Afonso Nielson | 31-A | 81 |
| Domingos Ragazzon | 31 | 79 |
| Edemar Leopoldo Schlosser | 33 | 61 |
| Elimar Darci Schlosser | 31 | 7-77 |
| Valter Rubens Cesco | 31 | 76-77 |
| Brasil Telecom | 31 | 73 |
| Luiz Vitorio Begnini | 37-A | 90 |
| Roberto Neu | 31-A | 81 |
| Ervedo Kottwitz | 31-A | 83 |
| Jorge Luiz Martinotto | 31-A | 85 |
| Jackson Carlos Schlosser | 31-A | 87 |
| Claudiomir Signorati | 31-A | 89 |
| João Seibel | 31-A | 93-94 |
| Ervino Rechtenvaldt | 31-A | 95 |
| Ilce Junges | 37 | 98 |
| Jacó Sérgio Frtizen | 37 | 100 |
| João Ferreira da Luz | 37 | 102 |
| Helena Wagner Lauermann | 37 | 107 |
| Itacir Perreira | 37 | 84 |
| Cecília Pereira | 37 | 104 |
| José Afonso Werlang | 37 | 105 |
| Sedenira Francisca Manske | 37 | 106 |
| Mauri José Eloy | 37-33 | 99-70 |
| Oldi Berger | 33 | 69 |
| Gentil Cesco | 33 | 67 |
| Oswaldo Birk | 33 | P65 |
| Irminda Donhauser | 33 | P65 |
| Elidio Michielin | 33 | 66/67 |
| Alvaro Jacoby | 33 | 63 |
| Niito Haerter | 33 | 61-A |
| Antônio José Opermann | 37 | 103 |
| João Albani | 37 | 86 |
| Vanderlei Jung | 37 | 101 |
| Município de Modelo | 31-31A-31A | 74-91-92 |
| José Antunes Maciel | 31A | 88 |
| Município de Modelo/PRAÇA | | |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA Presidente Vargas – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|-------------------------------------|--------|------|
| Cooperativa Rural de Crédito Itaipu | 73 | 01 |
| Célio Omar Serafim | 73 | 02 |
| Soleide Agnes Reichert | 73 | 03 |
| Paulinho Covatti | 73 | 04 |
| Lisani Margarida Birck | 73 | 05 |
| Vanderlei Alebrandt | 74 | 01 |
| Lk Imóveis LTDA | 74 | 02 |
| João Deoclides Klein | 75 | 01 |
| Município de Modelo/Área Verde | 99 | 08 |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA Leopoldo Hermes – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|-------------------------------------|--------|------|
| Cristiano Meurer | 75 | 02 |
| LK Imóveis LTDA | 76 | 01 |
| Darci Kottwitz | 77 | 01 |
| LK Imóveis LTDA | 77 | 02 |
| Santina da Silva | 67 | 01 |
| Joelson Remos | 67 | 27 |
| Nelsí de Mattos | 69 | 01 |
| LK Imóveis LTDA | 69 | 13 |
| Teresinha Salete Lang Neu | 71 | 01 |
| LK Imóveis LTDA | 71 | 22 |
| Ernani Edson Otto | 80 | 08 |
| Antônio Luiz da Cruz | 80 | 09 |
| Valdecir Felippi | 80 | 10 |
| Izabel Sponchiado Pacheco da Silva | 80 | 11 |
| Teresa Feldmann | 80 | 12 |
| Claides Teresinha Wachholz | 81 | 11 |
| Cleivane Luiz Backes | 81 | 12 |
| Benicia Ines Maura da Silva Machado | 81 | 13 |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA 25 de julho – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|------------------------------------|--------|------|
| Elenir Kegler | 59 | 01 |
| Município de Modelo/Casa Mortuária | 59 | 04 |
| Palomar Schmitt | 12 | 09 |
| Nelvo Albani | 12 | 10 |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA Dom Bosco – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|---------------------------|--------|------|
| Clóvis Lúcio Schlosser | 33 | 60 |
| Edemar Leopoldo Schlosser | 33 | 61 |
| Erno Michielin | 35 | 58 |
| Elvira Maria Veiga | 35 | 59 |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA Duque de Caxias – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|---------------------------|--------|------|
| Cooperativa Vale do Araça | 31 | 72 |
| Brasil Telecom SA | 31 | 73 |
| Pedro Decker | 33 | 71 |
| Município de Modelo/Praça | 33 | |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA José Bonifácio – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|------------------------|--------|------|
| Clóvis Lúcio Schlosser | 15 | 02 |
| Edenir Delci Priebe | 15 | 04 |
| Flávio Ricardo Schwaab | 15 | 06 |

| | | |
|-------------------------------------|----|-------|
| Mirta Rauber | 15 | 08 |
| Elmo Rucks | 15 | 10 |
| Helena Werlang | 15 | 12 |
| Adriano Fritzen | 12 | 01 |
| Emidio Kluge | 12 | 04/06 |
| Nilva Kegler | 12 | 08 |
| Valmir Kothe | 13 | 01 |
| Valdir Werlang | 13 | 02 |
| Tania Maria Gubert Rohenkol | 13 | 03 |
| Cooperativa de Crédito Rural Itaipu | 13 | 04 |
| Antônio Sadi Neres | 13 | 05 |
| Maria de Lourdes Fátima | 16 | 01 |
| Benno Rech | 16 | 03 |
| Valdomiro Rauber | 16 | 04 |
| Deleza Sartori Serafim | 16 | 05 |
| Wilson Rauber | 16 | 06 |
| Jacinta Neli Rauber | 16 | 07 |
| Gilson Simão | 16 | 08 |

**RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –
LOCALIZADOS NA RUA João pessoa – MODELO SC**

| PROPRIETÁRIO | QUADRA | LOTE |
|-----------------------------|--------|-------|
| Cristian Albani | 12 | 07 |
| Evandro Marcelo de Oliveira | 15 | 11 |
| Madalena Romilda Dill | 12 | 02 |
| Agostinho Soares | 16 | 09/10 |
| Jair Casagrande | 16 | 09/10 |
| Oscar Jacoby | 16 | 09/10 |

Monte Carlo

PREFEITURA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 94/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 16/Setembro/2015. Abertura da sessão de julgamento das propostas, no dia 16/Setembro/2015 às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1.1 – O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO ADMINISTRATIVA, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital. O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO ADMINISTRATIVA

O edital poderá ser baixado na home page: www.montecarlo.sc.gov.br.

Outras informações poderão sersanadas pelo telefone 049 3546 0194, ou ainda pelo e-mail: compras2@montecarlo.sc.gov.br – empenhos@montecarlo.sc.gov.br, ou ainda presencialmente no endereço Rodovia SC 452, km 24, Centro, Monte Carlo, SC, no horário das 08:00 hs as 12:00, e das 13:30 as 17:00 hs.

Monte Carlo - SC, 02 de setembro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) E MANUTENÇÃO DO PAEFI (PROGRAMA DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMILIAS E INDIVÍDUOS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/09/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/09/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 2 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO Nº 442 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio nº 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br |
|--|

DECRETO Nº 442 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria de Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pedagógica – EF

113 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pedagógica - EI

136 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de Setembro de 2015
Silvana Maria Francisco
Secretária de Administração e Logística

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 007/2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 007/2015. Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa TONHÃO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ n.º 82.182.767/0001-43. Objetivo: visando à adoção de medidas específicas, para a correção do passivo ambiental, constatado no Auto de Infração nº 0154/2015, por meio do processo administrativo nº 005/2015, mediante redução e conversão do valor da multa; Vigência do Termo: 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura, que se deu em 01 de setembro de 2015, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente, a empresa TONHÃO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP inscrita no CNPJ n.º 82.182.767/0001-43, representada por Antônio Carlos de Borba como Compromissários. Navegantes, 01 de setembro de 2015.

II ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMC - DESERTO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMC

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO INFORMAM AOS INTERESSADOS QUE A LICITAÇÃO 6/2015 FMC, NOVAMENTE RESTOU DESERTA, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE LICITANTES NA DATA AGENDADA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 033 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA N º 033 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor IVO JOSÉ LUIZ, portador da cédula de identidade n.º 2.556.321 SESP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 463.707.819-91, e PIS/PASEP nº 107.79956.35-1 efetivo no cargo de PEDREIRO, lotado na Secretaria de Obras, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2015.04.001256, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO 061/2015

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento do Edital referente ao Processo Licitatório Nº 097/2015 – Pregão Presencial Nº 061/2015, tem por objeto o fornecimento e instalação de Elevador para a Unidade Sanitária de Saúde Madre Paulina conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, anexo I deste edital.

O cancelamento foi definido visando correções no objeto desta licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novatreto.sc.gov.br

Aprígio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações.

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 017/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 017/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR HABILITADO - CIÊNCIAS

| CLASS. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA TEMPO SERVIÇO | NOTA CAP. E APERFEI. | NOTA FINAL |
|--------------------|---------------|--------------------|--------------------|----------------------|------------|
| NÃO HOUE INSCRITOS | | | | | |

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - CIÊNCIAS

| CLASS. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA TEMPO SERVIÇO | NOTA CAP. E APERFEI. | NOTA FINAL |
|--------|-----------------|--------------------|--------------------|----------------------|------------|
| 01 | Lisangela Locks | 08/08/1980 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de tempo de serviço;
- d) obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 02 de setembro de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Gabinete do Prefeito

CONVOCAÇÃO

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 14 horas do dia 15 de setembro de 2015, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua Ida Orsi Feller – Centro – Nova Trento - SC, para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 e extraídas dos objetivos e metas da Administração aprovada em audiência pública, pela Câmara Municipal e constante da Lei do PLANO PLURIANUAL 2014/2017.

A sua participação é muito importante.

Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 172/2015 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 172, de 02 de setembro de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

| NOME | CARGO | CARGA HORÁRIA |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|
| Ivaldair Bortoletti | Auxiliar de Serviços Gerais | 40 horas semanais |
| Adriane Fogaça Piez | Enfermeiro | 40 horas semanais |

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 02 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 174/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 174/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – DÉCIMA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 04 de setembro a 18 de setembro 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a

apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 02 de setembro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I
(Decreto nº 174/2015)

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

| Classificação | Nº da Inscrição | Nome completo |
|---------------|-----------------|--|
| 5º | 749 | Jacqueline Isabela Rodrigues Lopes Andriolli |

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 174/2015)

Ilmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

LEI COMPLEMENTAR Nº 640/2015

Lei Complementar nº 640 / 2015

Cria vagas e altera atribuições dos cargos de Psicólogo e Assistente Social do Quadro de Carreira da Prefeitura Municipal de Nova Trento, extingue vagas do cargo de assistente social e extingue os cargos de Psicólogo do CRAS e Assistente Social do CRAS, e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ampliadas de 03 (três) para 04 (quatro) o total de vagas do cargo de Psicólogo, criado pela Lei nº 1.409/95, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 1, do Anexo I desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 2º Ficam ampliadas de 02 (duas) para 03 (três) o total de vagas do cargo de Assistente Social, criado pela Lei nº 947, de 26 de junho de 1989, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 2, do Anexo I desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 3º Ficam extintos os cargos de provimento efetivo e respectivas vagas de Psicólogo do CRAS e Assistente Social do CRAS, criados pela Lei nº 2.478, de 20 de março de 2013.

Art. 4º - Ficam extintas 02 (duas) vagas de 15 (quinze) horas, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, criado pela Lei nº 947, de 26 de junho de 1989, e alterado pela Lei Complementar nº 175, de 20 de junho de 2007.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 02 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

Lei Complementar nº 640/2015

| | |
|----------------|-------------------|
| Cargo: | 1 - Psicólogo |
| Vagas: | 04 (quatro) |
| Carga horária: | 40 horas semanais |

| | |
|---------------------------|--|
| Atribuições: | <p>I - Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;</p> <p>II - Apoiar a equipe de saúde da família na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos no CAPs, tentativa de suicídio, situações de violência intra familiar;</p> <p>III - Discutir com a equipe de saúde da família os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;</p> <p>IV - Criar, em conjunto com a equipe de saúde da família, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;</p> <p>V - Evitar prática que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e a medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;</p> <p>VI - Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, com vistas a reduzir o preconceito e a segregação com relação à loucura;</p> <p>VII - Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação Intersetorial, com o Conselho Tutelar, associações de bairros, grupos de autoajuda, dentre outros;</p> <p>VIII - Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde em outros espaços na comunidade;</p> <p>IX - Possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família;</p> <p>X - Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.</p> <p>XI - Exercer outras atividades próprias da função quando por exigência dos programas da equipe de saúde da família, devam ser implantadas;</p> <p>XII - Planejamento e implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;</p> <p>XIII - Mediação de grupos de famílias do PAIF;</p> <p>XIV - Realização de encaminhamento para serviços setoriais;</p> <p>XV - Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco.</p> <p>XVI - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p> |
| | |
| Vencimento: | R\$ 2.400,00 |
| Exigências / Habilitação: | Curso superior completo em Psicologia. Registro profissional no Conselho Regional de Psicologia. |

| | |
|----------------|-----------------------|
| Cargo: | 2 – Assistente social |
| Vagas: | 03 (três) |
| Carga horária: | 30 horas semanais |

| | |
|---------------------------|--|
| Atribuições: | <p>I – Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.</p> <p>II – Recepção e acolhimento de famílias, seu membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;</p> <p>III – Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e daqueles relacionados as demandas de proteção social de Assistência Social;</p> <p>IV - Acompanhamento familiar em grupos de convivência, serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes dos beneficiários do Bolsa Família, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades, das famílias com beneficiários do BPC.</p> <p>V – Proteção pró ativa por meio de visitas as famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade como por ex: as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do Programa Bolsa Família.</p> <p>VI – Produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos, e serviços sócio-assistenciais do SUAS, sobre o Bolsa Família e o BPC, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos no âmbito local.</p> <p>VII – Apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios.</p> <p>VIII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p> |
| Vencimento: | R\$ 2.400,00 |
| Exigências / Habilitação: | Conclusão de Curso Superior de Assistência Social, com registro no Conselho de Classe. |

PORTARIA Nº 611/2015 "A"

PORTARIA Nº 611/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 116/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocado conforme Decreto nº 011/2015, DOGLAS DALRI, matrícula nº 6527, para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, no Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de agosto de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DOGLAS DALRI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Virgílio Dallabrida, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 062.878.309-48, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas

diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Doglas Dalri

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 718/2015

PORTARIA Nº 718/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 152/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocado conforme Decreto nº 018/2015, FERNANDA INGRID BATTISTI, matrícula nº 6541, para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti – Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 08 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FERNANDA INGRID BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliado na EST. Geral Trombudo, s/ nº, Bairro Trombudo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 081.743.809-22, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti – Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 08 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de agosto de 2015.

| | |
|----------------------------------|--------------------------|
| Luiz Carlos Orsi | Fernanda Ingrid Battisti |
| Secretário Municipal de Educação | Contratada |

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 720/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 720/ 2015

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 60, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 07 de agosto de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, conforme resultado pericial datado de 11/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 786/2015

PORTARIA N° 786/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo

Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, IVALDAIR BOTOLETTI, matrícula nº 6915, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 09 de novembro de 2015, em substituição a titular Catarina Postai da Silva, afastada conforme Portaria nº 736/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora IVALDAIR BORTOLETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na RD SC 108, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 951.633.449-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Catarina Postai da Silva, afastada conforme Portaria nº 736/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de agosto de 2015 a 09 de novembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

| | |
|----------------------------------|---------------------|
| Luiz Carlos Orsi | Ivaldair Bortoletti |
| Secretário Municipal de Educação | Contratada |

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 809/2015

PORTARIA N° 809/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme

Decreto nº 141/2015, MARILEIA RAISER DALLABRIDA, matrícula nº 6897, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 02 de setembro de 2015, em substituição a titular Maria da Glória Valle Ceccato, afastada conforme Portaria nº 793/2014 (Readaptação), a qual está aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARILEIA RAISER DALLADRIDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Busque, nº 644, Bairro Espriado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 887.300.269-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria da Gloria Valle Ceccato, afastada conforme Portaria nº 793/2014 (Readaptação), a qual está aguardando resultado pericial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de agosto de 2015 a 02 de setembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Marileia Raiser Dallabrida
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 820/2015 "A"

PORTARIA Nº 820/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 243/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público, conforme Edital nº 001/2015, de 10/02/2015, convocado conforme Decreto nº

021/2015, GEISA RAFAELI LIMA DA ROSA, matrícula nº 6633, para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 19 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GEISA RAFAELI LIMA DA ROSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Giacomo Poli, nº 1080, Bairro São Roque, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 003.711.669-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de agosto de 2015.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Luiz Carlos Orsi | Geisa Rafaeli Lima da Rosa |
| Secretário Municipal de Educação | Contratada |

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 836/2015

PORTARIA N° 836/2015

Altera Local de Trabalho

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR o Local de Trabalho da Servidora Pública Municipal INDIAMARA DA LUZ, matrícula nº 6760, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, passando da Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, para o Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Município de Nova Trento, a partir de 26 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 26 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 837/2015

PORTARIA Nº 837/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 578/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, MARIA NAZARETE CIPRIANI, matrícula nº 1056, concursada no cargo de Professor Nível III, Referência E (Educação Infantil), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06 de agosto de 2015 a 03 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 26/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 840/2015

PORTARIA Nº 840/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, MONALIZA PAIXÃO, matrícula nº 6740, concursada no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 23 de agosto de 2015 a 21 de setembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 28/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de agosto de

2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 842/2015

Portaria nº 842/2015

Nomeia Membros do Conselho do FUNDEB.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a artigo 94, item VIII da Lei Orgânica de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.177 de 17/04/2007, alterada pela Lei nº 2.286 de 18 de novembro de 2008, que criou o Conselho do FUNDEB,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB, por um período de 2 (dois) anos, no município de Nova Trento, conforme segue:

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Giovana Cadorin Hoffmann

Suplente: Tamires Fonseca. da Silva

Representantes dos Estudantes Secundaristas da Educação Básica Pública

Titular: Darlan Carlos Piffer da Cunha

Suplente: Felipe Ricardo Wathier da Luz

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Orleans

PREFEITURA

ATA ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 49/2015

QUINTA ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA ABERTURA E PROCESSAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 49/2015 QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E/OU PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Às quatorze horas do dia dois de setembro de dois mil e quinze reuniu-se a Comissão Especial de Licitações do Município de Orleans/SC, na Prefeitura Municipal, com Sede na Rua XV de Novembro – 282, Centro, abertura das propostas de preços das proponentes classificadas no processo em epígrafe. Analisando as propostas das proponentes constatou-se que as empresas DMPA e Mercado apresentaram de acordo com a tabela SINAPRO 38, já a empresa Continental apresentou de acordo com a tabela SINAPRO 37. Conforme consta no edital item 10.3 "a". a tabela a ser aplicada é a vigente, sendo hoje a de nº 39.

Assim apresentaram as seguintes propostas:

EMPRESA ITEM % de desconto

Mercado a 30

Mercado b 10

Mercado c 05

DMPA a 30

DMPA b 10

DMPA c 05

A proposta da empresa Continental não foi analisada, visto que não cumpriu com as regras do edital item 9.1.2 "b". A comissão marcou para o dia 09 de setembro de 2015 as 15h00min, para a empresa DMPA apresentar a documentação solicitada no edital. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a presente Sessão.

DELSON LOTIN - Presidente da Comissão de Licitações

CONTRATO 20/2015-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 20/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada.: IZIDORO MARCOLINO

Valor : R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais) anual.

Vigência : Início: 03/08/2015 Término: 02/08/2016

Objeto : aluguel de terreno situado na Rua São Paulo – Fundos da casa 208 onde esta construído a fossa filtro para tratamento de esgoto sanitário de parte do bairro Alto Paraná Orleans-SC., 02/09/2015

Antonio I.Willemann

Diretor do SAMAE

CONTRATO 21/2015-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 21/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada.: ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME

Valor : R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) anual.

Vigência : Início: 19/08/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : prestação de serviço de manut.de bombas

Orleans-SC., 02/09/2015

Antonio I.Willemann

Diretor do SAMAE

CONTRATO 22/2015-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 22/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada.: JUSTINO MIGUEL CARDOSO

Valor : R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais) anual.

Vigência : Início: 25/08/2015 Término: 24/08/2016

Objeto : Locação de terreno situado na estrada geral do Morro do Gato distrito de Pindotiba

Orleans-SC., 02/09/2015

Antonio I.Willemann

Diretor do SAMAE

EDITAL DE CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2015, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:30hs a 18:00 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 13.5, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

| SERVIDOR (A) | CARGO | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------|--------------------------------------|---------------|
| MICHELLI SILVA GEREMIAS | Auxiliar de Serviços Gerais Feminino | 40 HS |

Orleans, 01 de setembro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans.

Ouro

PREFEITURA

PREGÃO 25/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0025/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18/09/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0047/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0025/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos, destinados às escolas de Ensino Fundamental e Pré-Escola da rede municipal de ensino, aos Centros Municipais de Educação Infantil e a Secretaria de Educação. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 01/09/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO 26/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0026/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 17/09/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0048/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0026/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução parcelada.. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em Assessoria e Consultoria em Saúde Mental à Secretaria Municipal de Saúde. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 01/09/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2659

DECRETO N.º 2659/2015

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Determinada a entrada em vigor a partir de 01 de setembro de 2015, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especifica:

Turno Único: das 07:00 hs. às 13:00 hs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 27 de agosto de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2660

DECRETO N.º 2660/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. Tatiane Carli Veigas, ocupante do cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde, por ter encerrado o prazo de previsto de contratação de 01 (um) ano, a partir da data de 08 de setembro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2661

DECRETO N.º 2661/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. Marisa de Fátima da Silva Carneiro, ocupante do cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde, por ter encerrado o prazo de previsto de contratação de 01 (um) ano, a partir da data de 08 de setembro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2662

DECRETO N.º 2662/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. Suzana Chaves de Quadros Fabris, ocupante do cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde, por ter encerrado o prazo de previsto de contratação de 01 (um) ano, a partir da data de 17 de setembro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0105

PORTARIA N.º 0105/2015

"DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Designar, Cassiê Fontana Santos – Secretário de Planejamento e Assistência Social, para responder como Gestor do Fundo Municipal de Direitos do Idoso, criado pela Lei Municipal n.º 926/2015, de 27 de abril de 2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de agosto de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0106

PORTARIA N.º 0106/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROQUE ANCELMO KOSINSKI, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 02/03/2013 a 01/03/2014, que serão gozadas no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0107

PORTARIA Nº 107/2015

Aplica penalidade de advertência a servidor público municipal, conforme especifica.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, a decisão proferida nos autos do processo administrativo aberto pela Portaria n. 063/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 132, caput e parágrafo único, a penalidade de ADVERTÊNCIA ao Servidor Público Municipal VALDUIR DE MELLO, ocupante do cargo de operador de máquinas rodoviárias 40 horas, por violação ao disposto no art. 119, I, II, III, IV e XIII, bem como ao art. 120, VI, do Estatuto dos Servidores Municipais de Ouro Verde (Lei Complementar n. 022/2005).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e COMUNIQUE-SE.

Ouro Verde, 01 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Rua João Maria Conrado, 425 – Centro – 89.834-000 – Ouro Verde – SC

e.mail: pmouroverde@brturbo.com.br

Fone/Fax: 049 34470007

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 2756/2015.

PORTARIA Nº. 2756/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2015.

ANEXO I

| MATRICULA | NOME | DE |
|-----------|-------------------------|-----|
| 3745643-1 | Ximena Cabral Rodrigues | 80% |

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ERRATA 01/2015 PREGÃO PRESENCIAL 128/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital convocatório, Pregão presencial 128/2015, que consiste na aquisição de toner, no Sistema Registro de Preços, Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas ou no site <https://palhoca.atende.net>. E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 17/09/2015, às 09:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes. Palhoça 02 de setembro de 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Revoga, Altera e Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e à Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o caput do art. 145 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º Fica revogado o caput do art. 162 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 3º Fica acrescido o inciso VI ao art. 108 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108 (...)

VI – Auxílio Alimentação.” (NR)

Art. 4º Fica acrescido o inciso VI ao art. 132 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132 (...)

VI – Auxílio Alimentação.” (NR)

Art. 5º O caput do art. 142 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 142. O servidor efetivo que cumpra, efetivamente, sua carga horária receberá auxílio alimentação, na seguinte proporção:” (NR)

Art. 6º O caput do art. 158 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 158. O profissional efetivo da educação escolar básica que cumpra sua carga horária receberá auxílio alimentação, na seguinte proporção:” (NR)

Art. 7º Transforma o Parágrafo Único em §1º e acrescenta o §2º, ambos no art. 78 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.78 (...)

§1º Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do serviço público, sem prejuízo do exercício do cargo, consistindo em alteração da jornada de trabalho ou abertura de banco de horas;
§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.” (NR)

Art. 8º O art. 4º da Lei Complementar nº 132, de 11 de março de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Da nova redação para as atribuições do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, previsto no Anexo I, item VI (VI – ANF/b – Ensino Fundamental Incompleto – carga horária 40 horas) da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Auxiliar de Serviços Gerais – Executar trabalhos braçais, zelar pela manutenção das instalações, mobiliárias e equipamentos. Efetuar limpeza nas dependências, executar serviços de copa e vigilância das unidades administrativas.”(NR).

Art. 9º Fica revogado o inciso VI do art. 106 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 10. Fica revogado o inciso VI do art. 130 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 01 de setembro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2765/2015.

PORTARIA Nº. 2765/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALDANEI CORINA DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Dolores da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/06/2015 a 22/07/2015, face ao impedimento da titular Terezinha M. da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2751/2015.

PORTARIA Nº. 2751/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1719 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA MARCIA PEREIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/06/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2752/2015.

PORTARIA Nº. 2752/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para EDILAINE FLORES DA SILVA, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2753/2015.

PORTARIA Nº. 2753/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DAIANA PAULA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 016/2014, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/07/2015 a 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2754/2015.

PORTARIA Nº. 2754/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AUGUSTO WERLICH CORREA JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 016/2014, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/07/2015 a 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2755/2015.

PORTARIA Nº. 2755/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para DALILA CELINA DA SILVA HOOG, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 26/06/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2757/2015.

PORTARIA Nº. 2757/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

ANEXO I

| MATRICULA | NOME | DE |
|-----------|-------------------------------|-----|
| 400990-1 | Carolina Machado Araujo | 30% |
| 370183-3 | Lauriana Campos de Bem | 80% |
| 401144-2 | Mariana Cristina Provin Vitto | 20% |

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2758/2015.

PORTARIA Nº. 2758/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSITA MARCIA SILVEIRA, matrícula nº. 800103-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2003 a 13/05/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/07/2015 à 13/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2759/2015.

PORTARIA Nº. 2759/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DENIS LIBERATO DELFINO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2760/2015.
PORTARIA Nº. 2760/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

ANEXO I

| MATRICULA | SERVIDOR | VALOR |
|-----------|-----------------------------|------------|
| 3745761-1 | Juliana Medeiros de Souza | R\$ 547,00 |
| 401514-1 | Tiffany Floriano de Andrade | R\$373,00 |

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2761/2015.
PORTARIA Nº. 2761/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALQUIRIA DORVALINA DA SILVA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Interação da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/06/2015 a 11/08/2015, face ao impedimento da titular Ivone T. M. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2762/2015.
PORTARIA Nº. 2762/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGINA CELIA SILVA DO Ó, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2015 a 29/07/2015, face ao impedimento da titular Sandra M. Bosquetti, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2763/2015.
PORTARIA Nº. 2763/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

| Nome | De | Para |
|------------------------|----|------|
| Denis Liberato Delfino | 40 | 20 |

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2764/2015.

PORTARIA Nº. 2764/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

ANEXO I

| MATRICULA | SERVIDOR | VALOR |
|-----------|--------------------------------|------------|
| 400576-2 | Adilson Jose Coelho | R\$ 300,00 |
| 402106-1 | Alexandre Ise Firmino da Silva | R\$300,00 |
| 402199-1 | Andre Luiz Andrade | R\$ 300,00 |
| 7445615-1 | Aurelio Zacharias Adão Filho | R\$ 300,00 |
| 401433-2 | Cesar da silva Xavier | R\$ 300,00 |
| 402345-1 | David de Medeiros | R\$ 300,00 |
| 800903-1 | Glaucia Ferreira | R\$ 250,00 |
| 402209-3 | Hamilton Ramos da Silva | R\$ 300,00 |
| 402200-4 | Jhonathan Luis da Silva | R\$ 300,00 |
| 500899-1 | Juliano Rodrigues Brasil | R\$ 300,00 |
| 402320-1 | Marcelo Wagner Junior | R\$ 300,00 |
| 402324-1 | Marcos Aurélio Rosa Rech | R\$ 300,00 |
| 402213-5 | Mauro do Amaral | R\$ 300,00 |
| 402215-2 | Pedro Nemezio Rodrigues | R\$ 300,00 |
| 401802-1 | Rafael Hass | R\$ 300,00 |
| 402288-3 | Ricardo Garbeloto | R\$ 300,00 |
| 300501-1 | Rodrigo Luciano Viganigo | R\$ 100,00 |
| 501301-3 | Valter Rosa da Cruz | R\$ 300,00 |

ANEXO II

| MATRICULA | SERVIDOR | DE | PARA |
|-----------|----------------------------|------------|------------|
| 400932-6 | Cleber da Silva | R\$ 500,00 | R\$ 300,00 |
| 401814-1 | Darlan da Silva | R\$ 500,00 | R\$ 300,00 |
| 400938-1 | Fabio Linder de Souza | R\$ 500,00 | R\$ 300,00 |
| 402227-3 | Francilli Carolini Machado | R\$ 500,00 | R\$ 300,00 |

ANEXO III

| MATRICULA | SERVIDOR | VALOR |
|-----------|----------------------------------|------------|
| 802199-4 | Elaine Maria da Silva dos Santos | R\$ 800,00 |

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2766/2015.

PORTARIA Nº. 2766/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LENITA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Olga Cerino da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/06/2015 a 29/07/2015, face ao impedimento da titular Nilsa F. S. Juvêncio, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

REPUBLICAÇÃO TP 118-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº118/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº118/2015, no dia 24 de Setembro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE

PREÇOS nº118/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de Drenagem da Rua José Silveira de Souza e Rua 31 de Março, Bairro Ponte de Imaruim [Lote 1]; Drenagem da Servidão Adelino Martins, Rua União e Rua Vidal, Bairro Bela Vista [Lote 2]; Drenagem da Rua Manoel Cândido Ferreira e Rua Comandante Osni Schutel Furtado – trecho 1, Bairro Praia de Fora [Lote 3]; Drenagem da Rua Morro dos Quadros – trecho 1, Bairro Guarda do Cubatão [Lote 4], incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O Edital, que está embasado na Lei 8.666/93, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 02 de Setembro de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

124/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para serviços de arbitragem de jogos que façam parte dos eventos da Secretaria Municipal de Esporte e cultura, neste Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ITENS 1, 2, 3, 4, 5 e 6: - HDR SERV, COM. & TRANSP. NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 32.880,00 (trinta e dois mil oitocentos e oitenta reais).

Palhoça, 02 de Setembro de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº 02/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015**

ERRATA Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2015

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que foi alterado o Anexo I, conforme nova especificação.

ONDE SE LIA:

...

13.2. Em havendo continuidade contratual, fica estipulado que o valor global será automaticamente atualizado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), independentemente de termo aditivo contratual, apurado nos doze meses imediatamente anteriores a renovação do contrato, contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001.

...

16. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

16.1. A vigência do contrato proveniente do presente processo licitatório será por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei.

...

Anexo III – Minuta do Contrato

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro. Nos termos do previsto no inciso IV, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, o prazo de vigência deste Contrato, quanto aos serviços de licenciamento, manutenção corretiva, preventiva e adaptativa, incluindo-se atualização de versões, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos e desde que permaneçam favoráveis ao Município as condições contratuais e os valores pactuados.

...

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Parágrafo Quinto Os pagamentos dos serviços de implantação do sistema gerenciador de banco de dados serão efetuados

mensalmente, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável.

AGORA SE LÊ:

...

13.2. Em havendo continuidade contratual, fica estipulado que o valor global será automaticamente atualizado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), através de termo aditivo contratual, apurado nos doze meses imediatamente anteriores a renovação do contrato, contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001.

...

16. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

16.1. A vigência do contrato proveniente do presente processo licitatório será por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos da Lei.

...

Anexo III – Minuta do Contrato

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro. Nos termos do previsto no inciso IV, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, o prazo de vigência deste Contrato, quanto aos serviços de licenciamento, manutenção corretiva, preventiva e adaptativa, incluindo-se atualização de versões, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos e desde que permaneçam favoráveis ao Município as condições contratuais e os valores pactuados.

...

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Parágrafo Quinto Os pagamentos dos serviços de implantação do sistema gerenciador de banco de dados serão efetuados em parcela única, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável.

Palhoça, 02 de Setembro de 2015.

CRISTIANE A. DA SILVA

Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 106/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 49/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANDA PARA FESTIVAL, SONORIZAÇÃO E AULAS DE MÚSICA. Data da entrega dos envelopes: 16/09/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 16/09/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 02 de Setembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015. Objeto: Aquisição de trator agrícola novo, 0 (zero) hora para o uso da Secretaria Municipal de Agricultura. Tipo: Menor preço unitário; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 17 de setembro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 17/09/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 01 de setembro de 2015

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

LEI Nº 2061, DE 02.09.2015 - ALTERA O ART. 4º DA LEI 2019, DE 8 DE ABRIL DE 2014

Lei nº 2061, de 02 de setembro de 2015.

Altera o Art. 4º da Lei n. 2019, de 8 de abril de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º. O Art. 4º da Lei n. 2019, de 8 de abril de 2014 passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, por Escritura Pública, os imóveis descritos na Matrícula nº 3.858, Livro Geral nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, cujos mutuários tenham cumprido integralmente com a dívida, objeto dos seus respectivos contratos.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de setembro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

LEI Nº 2062, DE 02.09.2015 - FICA DENOMINADA DE MODESTO HIRT A RUA PROJETADA PDV 447

Lei nº 2062, de 02 de setembro de 2015.

FICA DENOMINADA DE “MODESTO HIRTH” A RUA PROJETADA PDV 447, NO BAIRRO RONDINHA, NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica denominada de “Modesto Hirth” a Rua Projetada PDV – 447, no Bairro Rondinha, Município de Papanduva (SC).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de setembro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 065/2015

DECRETO Nº. 065, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, SIMARA PEREIRA LUMMERTZ, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE EQUIPE F.G 4.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, a servidora Simara Pereira Lummertz, para ocupar a função de chefe de Equipe – FG - 4.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de agosto de 2015.

Alexandre AngeloFelippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Portaria Nº 163, de 20 de AGOSTO de 2015

Revoga na integra a portaria nº 160 de 30 de julho de 2015 e re-designe a servidora Janaína Silveira scheffer ao cargo de tesoureira lotada junto a secretária de finanças, e dá outra providências.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94; Considerando a necessidade do cumprimento da decisão dos autos nº 0300584-44.2015.8.24.0189;

Considerando a decisão exarada nos autos acima descritos, bem como da decisão judicial dela resultante, resolve:

Art. 1º Revoga na integra a portaria nº 160 de 30 de julho de 2015.

Art.2º Designa a servidora Janaina Silveira Scheffer, como tesoureira desta municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e

Finanças, em 20 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretario Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 164/2015

PORTARIA 164 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Adilio Gonçalves dos Santos, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Adilio Gonçalves dos Santos até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 165/2015

PORTARIA 165 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Stefania de Borba Quadros, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Stefania de Borba Quadros até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 27 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 166/2015

PORTARIA Nº 166, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Maria Madalena da Silva Bittencourt Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 167/2015

PORTARIA Nº 167, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Elizabete Teixeira da Silva Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 168/2015

PORTARIA Nº 168, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Ana Paula Rosa Walker Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 169/2015

PORTARIA Nº 169, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Marcia Regina Silveira Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 170/2015

PORTARIA Nº 170, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Andrea de Souza Ferreira Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 171/2015

PORTARIA Nº 171, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Carolini Brocca Margutti Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 172/2015

PORTARIA Nº 172, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Amaurete Joaquim Kegellim Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 173/2015

PORTARIA Nº 173, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – José Marcelo Scheffer de Suza Professor MAG LP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA INSS DIA 24 ADILIO GONÇALVES

PORTARIA INSS DIA 28 STEFANIA QUADROS

PORTARIAS DE EFETIVAÇÃO 28/08/2015

PORTARIA 174/2015

PORTARIA Nº 174, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, NILCEIA NILZA RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Nilceia Nilza Ramos, referente ao período aquisitivo de 26/12/2004

à 25/12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/09/2015 e com término em 29/11/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 175/2015

PORTARIA Nº 175, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARINELMA GONÇALVES SCHEFFER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Marinelma Gonçalves Scheffer, referente ao período aquisitivo de 01/02/2007 à 31/01/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/09/2015 e com término em 29/11/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 176/2015

PORTARIA Nº 176, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ESLANIA DE OLIVEIRA GOMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Eslania de Oliveira Gomes, referente ao período aquisitivo de

19/12/2009 à 18/12/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/09/2015 e com término em 29/11/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 177/2015

PORTARIA Nº. 177, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "D" PARA "E" AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, MANOEL TEIXEIRA DA ROSA, E DAS OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida progressão funcional da Letra "D" para "E", ao servidor público municipal do quadro efetivo, Manoel Teixeira da Rosa, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupo II e III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres

Processo Administrativo 09/2015

Tomada de Preço 01/2015

Objeto: execução de obra, ou seja, reforma parcial no térreo do prédio da Câmara de Vereadores de Passo de Torres.

Habilitação e Proposta: Poderão ser entregues até às 14h do dia 21/09/2015

Cópia do edital e demais informações poderão ser obtidas na secretária da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, localizada na Rua José Hespanol, 844, Centro Passo de Torres, de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, ou pelo telefone (48) 3548 0077.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2015.

Jean Luiz Wagner da Silva – Presidente da Comissão de Licitação

Pedro Paulo Bitencourt – Presidente da Câmara de Vereadores

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 0001/2015 AO CONTRATO N. 0064/2015

TERMO ADITIVO 0001/2015AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0064/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0036/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0023/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IvandreBocalon, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominadopara este instrumento simplesmente de contratante, e, de outro lado, à empresa CERVY LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 02.272.178/0001-17, sediada na Travessa Romênia, n. 164, Bairro Das Nações, Cidade e Comarca de Concórdia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelos senhor Renan Coldebella, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 078.770.889-57, a seguir denominada simplesmente contratada, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, I, "b", da Lei 8.666/93, bem como no Edital Licitatório e ainda no respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando a necessidade de modificar o quantitativo previsto no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre as partes, adequando-o a necessidade da Administração Municipal de Passos Maia – SC.

Considerando, desta forma, que o Município necessita que a empresa preste os serviços objetos da contratação em uma quantia de horas superior a inicialmente prevista, com vistas a atender toda a demanda existente.

Considerando que o valor dos serviços a serem prestados será o mesmo daquele previsto por ocasião da contratação, sendo que tal valor está em consonância com o mercado atual.

Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite legal.

Conclui-se que a realização do presente termo aditivo do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MAJORAÇÃO DAS HORAS PREVISTAS NO OBJETO CONTRATUAL

Fica majorado em 25% (vinte e cinco por cento) as horas previstas no objeto contratual, motivo pelo qual a cláusula primeira do contrato n. 0064/2015, passará a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços de 125 (cento e vinte e cinco) horas de Rompedor Hidráulico, conforme cronograma de trabalho a ser estabelecido oportunamente pela Secretaria

Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, e de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais CONTRATADA se declara em condições de prestar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a feito pelo Pregão Presencial em epígrafe."

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0064/2015, passará a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO: O valor do presente Contrato é de R\$ 46.250,00 (quarenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais) correspondente a prestação de serviços de 125 (cento e vinte e cinco) horas de Rompedor Hidráulico ao custo de R\$ 370,00 (trezentos e setenta) a hora, conforme já estabelecido no Pregão Presencial n. 0023/2015."

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 28 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATANTE

CERVY LTDA. - EPP
RENAN COLDEBELLA
CONTRATADA

Testemunhas:
EDSON SALVADEGO
CPF N. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER
CPF N. 009.844.399-27

Paulo Lopes**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-14/2015**

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-14 DE 22/05/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES e CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS; OBJETO: Reequilibrar os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº 09-14/2015 do item nº: 103 Soro Fisiológico 0,9% 250 ml Sistema Fechado; Valor Reequilibrado 2,0651 e item nº 104 Soro Fisiológico 0,9% 100ml Sistema Fechado; Valor Reequilibrado: 1,9322. FUNDAMENTO: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93. Data da assinatura: 25/08/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2015

Ata nº 17/2015; Processo nº 045/2015; Objeto: Registro de preço para a aquisição de materiais esportivos para uso nas diversas atividades esportivas realizadas nas escolas do município de Paulo Lopes; Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: CÉLIA REGINA W. SANI - ME, valor: R\$ 5.710,00 (cinco mil setecentos e dez reais), AZUL ESPORTES COMERCIAL LTDA, valor: R\$ 1.257,50 (um mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), empresa K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI ME, valor: R\$ 16.502,80 (dezesesseis mil quinhentos e dois reais e oitenta centavos), MARONA & MARONA LTDA ME, valor: 1.435,00 (um mil quatrocentos e trinta e cinco reais), PLUSSPORT COMERCIAL LTDA EPP, valor: R\$ 5.699,50 (cinco mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), REICHEL BRINQUEDOS LTDA EPP, valor: R\$ 8.556,50 (oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), CELITO CARLESSI & CIA LTDA EPP, valor: R\$ 24.593,40 (vinte quatro mil quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos), MAXIM QUALITTÁ COMERCIO LTDA EPP, valor: R\$ 193,50 (cento e noventa e três reais e cinquenta centavos); Data da Assinatura: 24/08/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

Extrato do contrato nº 23/2015 conforme Processo Licitatório nº 052/2015 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: ALEX LUIZ DA SILVA 04813620965. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e capacitação técnica educacional nos temas/cursos conforme especificações mínimas definidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Licitação PR nº 17/2015. Valor do Contrato: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais). Vigência: 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2015

Extrato do contrato nº 24/2015 conforme Processo Licitatório nº 048/2015 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: Aquisição de caminhão zero km com coletor compactador de resíduos, capacidade volumétrica de no mínimo 12m³ de lixo compactado. Valor do Contrato: 202.990,00 (Duzentos e dois mil novecentos e noventa reais). Vigência: 31/12/2015

Penha

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO 30/2015-FMAS

2º Termo Aditivo nº 30/2015-FMAS

Ao contrato nº 36/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 14/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 10/2014 -FMAS

Objeto: Aquisição de papel sulfite a4 para ser utilizado pela secretaria de assistência social, SINE, CRAS, CREAS e conselho tutelar do município de penha/SC

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 30/2015-FMAS, ao Contrato Administrativo nº 36/2014-FMAS, para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, na Rua Irmgard, nº 225, Bairro Escola Agrícola, CEP: 89037-555, telefone : (47) -3237-5550, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00, neste ato representada Diego A. Carl, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 36/2014 FMAS fica prorrogada até o dia 02.09.2016, a contar de 02.09.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 02 de Setembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
PREFEITURA

TESTEMUNHAS: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

DL05/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 05/2015 – FMS

Contrato: 110/2015 - FMS

Contratado: GMSHD – GRUPO MÉDICO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E DE DIAGNOSE S.A

Objeto: GASTOS EXTRAS REFERENTE A CIRURGIA CESARIANA E LAQUEADURA TUBÁRIA PARA A PACIENTE CÁTIA CRISTINA FRAGOSO MORETTO, de acordo com os autos do mandado de citação – antecipação de tutela nº 03000921-68.2015.8.240048.

Valor: R\$ 1.203,27 (mil e duzentos e três reais e vinte e sete centavos).

Vigência: 31/12/2015

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 02 de setembro de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes- Prefeito Municipal

EDITAL DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO 01/2015- SEDUC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL Nº. 01/2015- SEDUC

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Penha, no uso de suas atribuições legais baixa normas e procedimentos que nortearão a Progressão por Merecimento do funcionário estável, em conformidade com o Artigo 80 e seguintes do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira (Lei complementar nº02/98, e suas alterações)

1 – DO REQUERIMENTO

1.1 - O requerimento deverá ser protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sita a Rua José João Batista, 115; no período de 21 de setembro a 25 de setembro de 2015, no horário das 13h30min às 17h30min.

2 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

2.1 – Cópia dos cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento que deverão ter uma somatória de carga mínima de 80 horas; somente serão computados e válidos os cursos frequentados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, com certificado expedido e registrado pelo órgão oficial, contendo carga horária e conteúdo ministrado (outubro de 2013 a setembro de 2015). Os certificados apresentados anteriormente não terão validade.

2.2 – Declaração expedida pelos Diretores das Unidades Escolares atestando que o beneficiário não possui falta injustificadas e/ou 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização do superior hierárquico.

3 – DIVULGAÇÃO DA NOMINATA DOS REQUERENTES BENEFICIADOS

3.1 – A listagem da nominata dos requerentes beneficiados será afixada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Penha, no dia 19 de outubro de 2015 a partir das 8 horas e 30 minutos, sendo encaminhada para a Secretaria da Administração para devidas providências.

4 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

4.1 – O processo de análise de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

4.2 – As declarações expedidas pelas Unidades Escolares e

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, deverão compreender o período entre outubro de 2014 a setembro de 2015.

4.3 – Os cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento deverão ser específicos da área da Educação, obedecendo ao disposto no artigo 87 e seus parágrafos do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

4.4 – Para todos os requerentes será considerado cumprido o disposto no parágrafo I do Artigo 86, desde que o mesmo não possua nenhuma penalidade prevista no parágrafo II do referido Artigo.

4.5 – Será concedido o valor pecuniário correspondente a 1% (um por cento), de acordo com o artigo 62, inciso VI do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

4.6 – Com relação aos membros do Magistério Público Municipal de Penha que possuem carga horária de 40 horas semanais, mas que são estáveis em apenas 20 horas semanais, será concedido somente sobre a carga horária que o mesmo já cumpriu o estágio probatório, conforme a Constituição Federal/1988.

4.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Penha, 02 de setembro de 2015.
ADRIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

UNIDADE ESCOLAR: _____

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que
_____, não possui faltas injustificadas

e/ ou 05 chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização do superior hierárquico, no período de 01/10/2014 á 18/09/2015. E por ser verdade, firmamos a presente.

Penha, ____ de _____ de 2015
Carimbo /Assinatura do Diretor

PP32/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE PASSE ESCOLAR PARA TRANSPORTE COLETIVO, COM ITINERÁRIOS EM TODOS OS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos Envelopes até: 16/09/2015 até às 17:00 horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 17/09/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 02 de setembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

ATA DA SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

No dia trinta e um de agosto de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, a Pregoeira Substituta Glaucia Costa dos Santos Francisco, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano e o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, convocados pela Pregoeira para acompanhar a sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 06/2015, Pregão Presencial Nº 04/2015, do tipo menor preço global por lote, referente a aquisição de suprimentos de informática, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital correspondente. Ato contínuo registra-se o comparecimento da empresa SUPRIMÓVEIS EIRELI –EPP, CNPJ 04.563.256/0001-68, representada pelo Sr. MÁRCIO RODRIGUES XAVIER, RG 4066280118 –SJS-RIO GRANDE DO SUL e CPF954.044.650.34. Da empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, CNPJ 01.027.088/0001-06, representada pelo Sr. MARCOS KEITI UEDA, RG 353.8095 -SESP- PARANÁ e CPF 567.164.519-00. Encerrado o Credenciamento, em seguida foram recebidas e verificadas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidos no Edital e os Envelopes contendo a Proposta e os documentos de Habilitação respectivamente. Os licitantes presentes foram informados de que os envelopes contendo os documentos de Habilitação das empresas mais bem classificadas nas etapas de lances para

fornecimento de cada lote serão abertos ao final da disputa de todos os lotes. Abertos em seguida os envelopes contendo as propostas, foi verificada que a Empresa SUPRIMÓVEIS não apresentou laudo conforme item 3.3 do Anexo-I do Edital- Termo de referência, sendo assim desclassificada. Em prosseguimento, verificou-se a proposta da Empresa TECTONER que apresentou laudo referente aos lotes 1, 2, e 3, não apresentando para o lote 4, estando desclassificada para este. Estando concorrendo apenas a Empresa TECTONER passou-se a etapa de negociação entre Pregoeira e representante da mesma, que baixou para de R\$ 930,00 para R\$920,00 o valor do lote 1. No lote 2, proposta inicial de R\$ 1042, 00 baixou o valor para R\$ 1030,00. No lote 3, proposta inicial de R\$ 860,00 baixou o valor para R\$ 850,00. Encerrada a etapa de negociações dos lotes 1,2, e 3, sendo que não houve concorrentes classificados para o lote 4. Procedeu-se a abertura e conferência do envelope contendo os documentos de habilitação da Empresa TECTONER, única empresa classificada neste certame, sendo esta por sua vez habilitada, com cumprimento de todos os dispositivos do edital, não havendo manifestação de recurso, foi adjudicado-lhe o fornecimento do Lote 1, 2 e 3 do presente certame. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública de processamento do pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2015.

Zaira C. da S. Hanemann
Pregoeira

Glaucia C. dos S. Francisco
Pregoeira Substituta

Ivana da Costa
Membro da Equipe Apoio

Tatiane da S. Willem
Membro da Equipe Apoio

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 269/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 269/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AO CONserto DA CONCHA HIDRÁULICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 160/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECAPLAN MECANICA TERRAPLANAGEM

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 1.293,00 (um mil duzentos e noventa e três reais).

DATA DO CONTRATO: 27 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 270/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 270/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REVISÃO VEICULO JETTA PLACA QHB-1375- GABINETE DO PREFEITO.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 161/2015.

EMPRESA CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 2.209,15 (dois mil duzentos e nove reais e quinze centavos).

DATA DO CONTRATO: 28 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 271/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 271/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS PARA CONSULTÓRIO DO POSTO DE SAÚDE- SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 162/2015.

EMPRESA CONTRATADA: SURYA DENTAL COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais para a secretaria da saúde, no valor de R\$ 2.684,56 (dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 28 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 273/15

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 273/15

LICITAÇÃO 05/2015- TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer à contratação a execução de obra de engenharia, consistente na construção de passarela de acesso a escola Centro Educacional Padre Trudo Plessers, na forma do Projeto Básico aprovado através da Portaria nº 0262, de 08 de julho de 2015, que passa a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 36.022,19 (trinta e seis mil, vinte e dois reais e dezenove centavos) – Preço integral, sendo: R\$ 10.086,32 (dez mil, oitenta e seis reais e trinta e dois centavos) mão-de-obra e R\$ 25.935,87 (vinte e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) material.

DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 274/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 274/2015

LICITAÇÃO 041/2015- PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Segundo Semestre ano letivo de 2015.

EMPRESA CONTRATADA: MERCEARIA TIA LORENA LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: Totalizando o Valor do Contrato em R\$ 6.353,00 (seis mil reais, trezentos e cinquenta e três reais).

DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 275/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 275/2015

LICITAÇÃO 041/2015- PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Segundo Semestre ano letivo de 2015.

EMPRESA CONTRATADA: FRANCIS BREZOLIN BOGONI ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

LOTE N.º 01 R\$ 22.202,00 (vinte e dois mil, duzentos e dois reais), consistente nos gêneros alimentícios descritos no anexo ao presente contrato.

DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 276/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 276/2015

LICITAÇÃO 041/2015- PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Segundo Semestre ano letivo de 2015.

EMPRESA CONTRATADA: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

LOTE N.º 04 - R\$ 1.737,38 (um mi, setecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), LOTE N.º 05 – R\$ 6.470,00 (seis mil, quatrocentos e setenta reais), LOTE N.º 09 – R\$ 4.240,00 (quatro mil, duzentos e quarenta reais), LOTE N.º 10 – R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), LOTE N.º 11 – R\$ 3.890,00 (três mil, oitocentos e noventa reais)

LOTE N.º 12 – R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), consistente nos gêneros alimentícios descritos no anexo ao presente contrato.

DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 042/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 042/2015

CONTRATO N.º: 153/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na ampliação da unidade Básica de saúde, num total de 285,52m², na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 063/2014, Licitação n. 004/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 004/2014

EMPRESA CONTRATADA: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DO ADITAMENTO: 2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 004/2014 tem seu termo final para 28/08/2015.

2.3 Considerando as modificações dos projetos iniciais, com a inclusão de serviços extras; 2.4 Considerando que o cronograma inicial foi alterado e a obra não pode ser entregue no tempo programado. As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 153/2014, onde seu término será para 28/09/2015.

DATA DO CONTRATO: 20 de Agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 277/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 277/2015

LICITAÇÃO 041/2015- PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Segundo Semestre ano letivo de 2015.

EMPRESA CONTRATADA: MERCADO RZ LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de:

LOTE N.º 02 R\$ 4.941,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e um reais).

DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2015

CONVÊNIO nº 011/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE
Conveniada: PEAL-ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS Projeto: PROGRAMA NO CONTRATURNO ESCOLAR. Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 27 de agosto de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

ABERTURA dos ENVELOPES: 14h00min. do mesmo dia, na sala de Licitações do Município de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 02 de Setembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074 / 2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 036 / 2015 COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 036 / 2015

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação Pregão Presencial acima, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE ESTAÇÃO TOTAL (TOPOGRAFIA), ASSIM COMO PRESTAÇÃO DE TREINAMENTO, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES TÉCNICAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO N.º 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – PNAFM, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, que houve ALTERAÇÃO na exigência técnica do equipamento de Topografia a ser adquirido - Item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I do edital), garantindo competitividade ao certame, proporcionando a participação de número maior de fornecedores. O Edital Versão II contando as alterações será disponibilizado a partir do dia 03/09/2015 no site www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão. Sendo assim, e por força do § 4º do artigo 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados, que está prorrogando a data para entrega dos envelopes de “CREDENCIAMENTO”, “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 14h00min. do dia 17 de Setembro de 2015, no Setor de Protocolos desta Prefeitura Municipal, sito à Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 657/2015,

DECRETO Nº 657/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

“NOMEIA E CONSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO E COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada,
DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, através da presente Decreto, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Licitações na modalidade de Pregão e Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, realizadas no âmbito do Município de Ponte Serrada.

Art. 2º - As Comissões têm por objetivo:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada os bens móveis e bens imóveis que compõe o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e bens imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Art. 3º - A Comissão Municipal de Acompanhamento, Realização e Fiscalização das Licitações na Modalidade de Pregão terá a seguinte composição:

1. – Alessandra Daiane Andognini – Pregoeira

2. – Equipe de Apoio:

2.1. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco

2.2. – Ivonir Coronetti

2.3. – Odir Filipini

2.4. – Rodrigo Pecinatto Girardi

Art. 4º - A Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliação dos Bens Móveis e Bens Imóveis da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais terá a seguinte composição:

1. – Alessandra Daiane Andognini – Presidente

2. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco – Secretária

3. – Odir Filipini – Membro

4. – Ivonir Coronetti – Membro

5. – Rodrigo Pecinatto Girardi – Membro

Art. 5º - Excepcionalmente, nos termos do Art. 51, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93, para emissão e julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo membro ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando ata circunstanciada para cada caso.

Art. 6º - O exercício do encargo existente decorrente da presente portaria é considerado serviço público relevante e não remunerado.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 516, de 15 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 659/2015

DECRETO Nº 659/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS PARA MANTER AS CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA NO ÂMBITO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que o presente exercício está prestes a se encerrar;

CONSIDERANDO os limites de gastos e demais metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000);

CONSIDERANDO que a arrecadação de impostos continua estagnada comparando com o mesmo período do ano anterior e a crise financeira que repercute de maneira significativa no repasse de recursos;

CONSIDERANDO que o nível da despesa municipal está em crescimento, já ultrapassando os limites da receita arrecadada;

DECRETA:

Art. 1º Todos os secretários municipais e aos diretores de departamento, que promovem despesas para a administração municipal, devem rever suas metas de aplicação de forma que se obtenha uma redução de no mínimo 20% do nível de aplicação atual.

Art. 2º Todas as despesas só podem ser promovidas existindo margem de fluxo de caixa e com autorização expressa do Prefeito Municipal, após aval do responsável pelo controle financeiro do município atestando que existe disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 3.º As despesas de caráter continuado, já estabelecidas e incluídas no fluxo de caixa financeiro, ficarão na dependência para sua liquidação de recursos para sua cobertura.

Art. 4.º As despesas com os serviços não essenciais serão objetos de cortes, sem projeção de aumento nos próximos 90 (noventa) dias, até que nova avaliação seja promovida com relação à arrecadação do período.

Art. 5.º Os secretários municipais não poderão promover despesas sem uma ampla discussão com o setor financeiro do município e sem autorização expressa do Prefeito Municipal, visando a adequar a real necessidade do gasto e a estrutura do fluxo financeiro na absorção do compromisso, sob pena de responsabilidade pessoal pelo pagamento da despesa realizada sem autorização do gestor municipal.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC),
02 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 053/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 053/2015 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de cartuchos originais de impressoras.
Valor Total: R\$ 656,00 (seiscentos e cinquenta e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 066/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 054/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2015 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Perfect Provedor de Internet Ltda.
Objeto: Aquisição de cartuchos originais de impressoras.
Valor Total: R\$ 670,80 (seiscentos e setenta reais e oitenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 066/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Perfect Provedor de Internet Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 055/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 055/2015 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.
Objeto: Aquisição de cartuchos originais de impressoras.
Valor Total: R\$ 351,25 (trezentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 066/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luis Kaminski - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 056/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 056/2015 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e A. A. da Silva Cartuchos - EPP.
Objeto: Prestação de serviços de recarga de toner de impressoras.
Valor Total: R\$ 2.748,00 (dois mil setecentos e quarenta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 066/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
A. A. da Silva Cartuchos - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 164/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 164/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Angela de Andrade – ME.
Objeto: Aquisição de sacos de lixo para uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente.
Valor Total: R\$ 13.120,00 (treze mil cento e vinte reais).
Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.
Base legal: Pregão Presencial 058/2015, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Angela de Andrade – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 165/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 165/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e A. A. da Silva Cartuchos - EPP.
Objeto: Aquisição de toner de impressoras.
Valor Total: R\$ 7.098,00 (sete mil e noventa e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 066/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
A. A. da Silva Cartuchos - EPP.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 058/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 103/2015 – PREFEITURA
Pregão Presencial 058/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Angela de Andrade – ME.
Porto União SC, 20 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 066/2015 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 116/2015 – CARONA
Pregão Presencial 066/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
A. A. da Silva Cartuchos EPP,
Fênix Informática e Telefonia Ltda,
Luis Kaminski – ME e
Perfect Provedor de Internet Ltda
Porto União SC, 21 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2619

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.619/2015, de 02/09/2015.

Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os seus habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano de Saneamento Básico do Município de Pouso Redondo, anexo único desta Lei, subordinando-se integralmente à Política Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único. Além dos princípios expressos na Política Municipal de Saneamento Básico, o Sistema Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelos princípios da precaução, prevenção, gestão integrada e participativa e a garantia de proibição de retrocesso legal, sempre que envolver a saúde da população e a sanidade ambiental.

Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - Precaução: a adoção de medidas que visem anular, afastar ou impedir os riscos de atividades, obras e serviços de saneamento básico que possam comprometer a saúde da população, a salubridade do meio ambiente e bens materiais públicos e privados.

II - Prevenção: a adoção de medidas que visem mitigar ou minorar os efeitos de atividades, obras e serviços de saneamento básico que possam comprometer a saúde da população, a salubridade do meio ambiente e bens materiais públicos e privados priorizando o planejamento participativo.

III - Gestão integrada e participativa: unidade de gestão e ação envolvendo todos os órgãos públicos, privados e a coletividade buscando atingir os objetivos propostos na Política Municipal de Saneamento Básico.

IV - Garantia de proibição de retrocesso legal: a implementação de normas padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos que melhor protejam a saúde da população e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 3º. São instrumentos do Sistema Municipal de Saneamento Básico, além dos previstos na Política Municipal de Saneamento Básico:

I - Órgão de regulamentação e fiscalização, incluindo a elaboração de padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos;

II - Ações do poder de polícia administrativa com as sanções e demais ações de fiscalização;

III - Educação sanitária e ambiental priorizando a população em geral e o ensino fundamental prestando informações sobre os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e controle de vetores.

IV - Incentivos fiscais, científicos e tecnológicos, dentre outros, objetivando maximizar a eficácia das ações e resultados.

Parágrafo Único. Compete aos Órgãos Executores do Sistema

Municipal de Saneamento Básico aprovar padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos ouvidos os Conselhos Municipais de Saneamento Básico, Meio Ambiente e de Saúde, sem prejuízo de audiências públicas especialmente convocadas para informar, dirimir dúvidas e colher sugestões da população.

Art. 4º. O Poder Executivo, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil realizarão o acompanhamento e a avaliação da implantação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput deste artigo será realizada por meio de reuniões, levantamento de dados estatísticos, bem como no momento da elaboração do Plano Plurianual.

Art. 5º Por se tratar de instrumento dinâmico, o presente Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser objeto de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, devendo ser revisado no prazo máximo de 04(quatro) anos, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

Art. 6º. O Poder Executivo e as instituições municipais de ensino empenhar-se-ão na divulgação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico e da realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe sua implementação.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2620

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.620/2015 de 02/09/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O PODER JUDICIÁRIO, OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO, O FUNCIONAMENTO E A MANUTENÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL - CASA DA CIDADANIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Poder Judiciário Estadual, objetivando a continuidade de instalação, funcionamento e a manutenção do Fórum Municipal

- Casa da Cidadania no município.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2621

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.621/2015 de 02/09/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O MOTO CLUBE TITANIC DE POUSO REDONDO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o, MOTO CLUBE TITANIC DE POUSO REDONDO, é uma Sociedade sem fins lucrativos,. Com sede na Localidade de Corruchel, na estrada Geral de Corruchel, s/nº no Município de Pouso Redondo, neste Estado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – sob nº 07.488.546/0001-82, que tem por finalidade congregar todos os adeptos da motovelocidade e trilheiros, para promover a união e fortalecimento da classe, apoiando eventos de caráter esportivo, social, cultural e ecológico conforme Estatuto em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2622

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.622/2015 de 02/09/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE RIO DE TRAZ E DÁ PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a, ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DO RIO DE TRAZ, entidade sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, fundada em 05 de Maio de 1.998, com sede na Localidade de Rio de Traz no Município de Pouso Redondo, neste Estado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – sob nº 02.530.336/001-06, que tem por finalidade reunir esforços para desenvolver atividades de interesse comum dos associados, sem discriminação de raça, cor, sexo ou religião, conforme o Estatuto em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA 101 A 130

PORTARIA Nº 101/2015 DE 18/06/2015

Designa Servidor para atuar como analista técnico e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor FELIPE HARRY BROERING GOMES, nomeado em 24/02/2015, pela Portaria Nº 063/2015 de 24/02/2015, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar como analista técnico e de fiscalização, conforme convênio de Gestão Ambiental Compartilhada.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 102/2015 DE 18/06/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora CATIANE DUARTE, ocupante do cargo de PROFESSOR cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 02/06/2015.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 103/2015 DE 30/06/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor JOAO CARLOS FELIPE KNOBLAUCH, ocupante do cargo de ASSESSOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 104/2015 DE 30/06/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora SONIA MARIA DAS NEVES, ocupante do cargo de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 105/2015 DE 30/06/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora PAMELA GOMES REGUEIRA, ocupante do cargo de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 106/2015 DE 01/07/2015

Designa servidor para atuar em sala de aula como professor de ensino infantil e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

CONSIDERANDO que, o servidor tem formação compatível, qualificando para atuar em sala de aula;

CONSIDERANDO que, a prefeitura municipal tem decreto limitando despesas com o quadro de pessoa:

CONSIDERANDO que, a medida vem de encontro a atual realidade do Município.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora ELISANGELA DEMARCHI ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGOGICO, do grupo 07, Secretaria de Educação e Cultura, para atuar em sala de aula como professora de educação infantil do Município, por tempo indeterminado, com direito ao recebimento de aulas excedentes.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 107/2015 DE 06/07/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor ERNANI AMANCIO, ocupante do cargo de SECRETARIO ADJUNTO DE CULTURA cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 108/2015 DE 06/07/2015

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica convocado a 3º Conferencia Municipal de Saúde de Pouso Redondo.

Art. 2º — A Conferencia Municipal de Saúde será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferencia.

Art. 3º - A Conferencia será realizada na Câmara de Vereadores situada na Rua Querino Ferrari, em Pouso Redondo / SC.

Art. 4º — A Conferencia terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizara por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º — A Comissão Organizadora terá a seguinte composição.

Presidente: Diego Figueiredo

Coordenador Geral: Claudir Pires de Moraes

Coordenador Adjunto: Gisele Aparecida Trentini

Secretaria Executivo: Silvana Cristina Bisolo

Tesoureiro: Joelma Neto de Liz

Secretario de Divulgação e Comunicação: Daniel da Silveira

Relator: Paulo Cesar Pauli

Art. 6º — As diversas subdivisões da referida Comissão terão as seguintes funções. Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma. Coordenador Adjunto: Auxiliar o coordenador e se responsabilizará pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento. Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações das diversas subseções, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento destas subfunções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral. Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da Conferência. Relator Geral e Adjunto: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência. Secretaria de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição até 13/07/2015 na sede da Secretaria, durante a Conferência dia 14/07/2015, na Câmara de Vereadores do Município de Pouso Redondo. Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Art. 7º — Os demais delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Art. 8º — A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 9º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 109/2015 DE 06/07/2015

Designa servidor para atuar na função de Gestão Administrativa da Secretária de Assistência Social e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO que, o Gestor nomeado Secretário de Assistência Social, Senhor Nivaldo José Estevão encontra-se em auxilio doença por força maior;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Assistência Social necessita de Gestor para coordenar e gerir as demandas provenientes da Secretaria de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora JAQUELINE KRAEMER, como gestora da Secretaria de Assistência Social, durante o período de licença por auxílio doença do titular da pasta.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 110/2015 DE 13/07/2015

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 13/07/2015, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora NARA LUCIANA PISETTA, ocupante do Cargo de MEDICO VETERINARIO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 111/2015 DE 13/07/2015

Designa servidores para atuar na função de motorista do conselho tutelar e define escala e horário de trabalho e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO que, decreto nº 066/2015, que determina a redução de custos e a limitação de horas extraordinárias para o equilíbrio financeiro do município;

CONSIDERANDO que, o órgão Conselho Tutelar atua os sete dias da semana e necessita de motorista em tempo integral diurno e esporadicamente em plantão noturno;

CONSIDERANDO que, no sistema de escala de trabalho, não afeta o bom andamento do serviço público e otimiza o atendimento;

CONSIDERANDO que, os servidores designados não sofreram nenhum tipo de prejuízo a sua função;

CONSIDERANDO ainda que com a escala de trabalho definida haverá redução no pagamento de horas extraordinárias conforme determina o decreto nº 066/2015.

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam designados os Servidores CLEDIOMAR CRISTOFOLINI E MAICON DA SILVA MELO, para atuarem como motoristas do conselho tutelar de Pouso Redondo em escala de revezamento 07 (sete) dias corridos por 07 (sete) dias de folga conforme segue:

| | |
|------------------------------|---|
| Segunda a sexta feira | 07:30hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:00hs |
| Sábados, domingos e Feriados | Somente em caso de chamado através do plantão com registro de ponto |

§ Único — A escala de revezamento terá início sempre na segunda feira de cada semana.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 112/2015 DE 21/07/2015

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento

na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 21/07/2015, RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora SIRLENE MOIK, ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 113/2015 DE 21/07/2015

Nomeia ocupante de Cargo de Provisão em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 1.972/07 de 17/05/2007, Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir desta data, a Sra. SONIA MARIA DAS NEVES, para exercer cargo comissionado de Coordenação de Centro de Educação Infantil, com fundamento na Lei n.º 1.972/07.

Parágrafo Único – Fica concedida, a partir de 01/07/2015, em função da nomeação, com fundamento na Lei n.º 1.972/07, a gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre o Nível/Referência MAG II - 1.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 114/2015 DE 21/07/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor ANGELO RODRIGUES, ocupante do cargo de MOTORISTA cargo efetivo, do Grupo Ocupacional 05- Secretaria municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 115/2015 DE 22/07/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora MARILDE APARECIDA PEREIRA GONÇALVES, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS cargo efetivo, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria municipal de educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 116/2015 DE 27/07/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora KATIA FREUNDEL, ocupante do cargo de COORDENADOR PEDAGOGICO cargo efetivo, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria municipal de educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 117/2015 de 27/07/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, para apurar sobre não retorno da licença sem vencimento no prazo da servidora IZABEL DE LURDES DA SILVA.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Efetivos desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

NEUMA ANDERLE FELIZARI

TEOTONIO RONAN BONESSI

FRANCIANE EING

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 30 (trinta) dias, com prorrogação por igual período, se necessário for. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de julho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 118/2015 DE 27/07/2015

Designa servidor para atuar como Tesoureiro junto a Secretaria Municipal de Finanças e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

CONSIDERANDO que, o servidor faz parte do quadro efetivo estável da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo;

CONSIDERANDO que, há necessidade de um tesoureiro para atuar junto a Secretaria Municipal de Finanças;

CONSIDERANDO que, não há concurso público aberto para a vaga existente de tesoureiro e que existe real necessidade de servidor no

cargo;

CONSIDERANDO que, o servidor tem conhecimento técnico para exercer a função;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor TEOTONIO RONAN BONESSI ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do grupo 02, Secretaria de Administração, para atuar junto a Secretaria Municipal de Finanças exercendo a função de TESOUREIRO.

Parágrafo único — Fica concedido a partir do dia 13/08/2015, em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, gratificação correspondente a diferença entre o vencimento original (nível 24) para o vencimento de Tesoureiro (nível 28).

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de julho de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 119/2015 de 29/07/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, para apurar sobre legitimidade de atestado medico da servidora EVELIZE CRISTOFOLINI.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO
TEOTONIO RONAN BONESSI
GIZELI APARECIDA TRENTINI

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 30 (trinta) dias, com prorrogação por igual período, se necessário for. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de julho de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 120/2015 DE 04/08/2015

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 04/08/2015, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora CERLI NILSEN SCHUMACKER, ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de agosto de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 121/2015 DE 07/08/2015

Revoga a Portaria Nº 0111/2015 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 07/08/2015 a Portaria Nº 111/2015 de 13/07/2015, designava os Servidores CLEDIOMAR CRISTOFOLINI E MAICON DA SILVA MELO, para atuarem como motoristas do conselho tutelar de Pouso Redondo em escala de revezamento 07 (sete) dias corridos por 07 (sete) dias de folga.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 122/2015 DE 07/08/2015

Designa servidor para atuar em sala de aula como professor de ensino infantil e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

CONSIDERANDO que, o servidor tem formação compatível, qualificando para atuar em sala de aula;

CONSIDERANDO que, a prefeitura municipal tem decreto limitando despesas com o quadro de pessoa:

CONSIDERANDO que, a medida vem de encontro a atual realidade do Município.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor ERNANI AMANCIO ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGOGICO, do grupo 07, Secretaria de Educação e Cultura, para atuar em sala de aula como professora de matemática do Município, por tempo indeterminado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 123/2015 DE 07/08/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor CLEDIOMAR CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de MOTORISTA cargo efetivo, do Grupo Ocupacional 05- Secretaria municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 124/2015 DE 12/08/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor ALCIONE ANDRADE KAULING, ocupante do cargo de SECRETARIO DE FINANÇAS cargo efetivo, do Grupo Ocupacional 05- Secretaria municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 125/2015 DE 13/08/2015

Designa servidor para atuar junto a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a situação econômico-financeira do Município.

CONSIDERANDO que, determinação Federal para a realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR, até na data de 05 de maio de 2016, e que os proprietários que não realizarem o cadastro perderão benefícios previstos na lei 12.251/2012, como créditos agrícolas.

CONSIDERANDO que, nosso município tem parte de sua arrecadação baseada na agricultura.

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o quadro de atendimento ao agricultor para a realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

CONSIDERANDO que a servidora designada esta cursando curso superior na área pertinente a Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora LUCIMARA DA SILVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculada a Secretaria de Educação, de acordo com a Lei nº 1.972/07, para trabalhar na Secretária de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, de 17 de agosto de 2015 até a data de 05 de maio de 2016.

Art. 2º — Fica interrompido o prazo de contagem de progressão de carreira do magistério no período de cessão da servidora.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 126/2015 DE 13/08/2015

Autoriza aos Conselheiros Tutelares dirigir Veículo do Conselho Tutelar e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a contenção de despesas para o equilíbrio econômico-financeiro da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO que no Termo de Doação com encargos nº 8824/2015, da Secretaria de Direitos Humanos e Prefeitura Municipal não conta item impeditivo aos conselheiros tutelares em dirigirem o veículo.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica autorizado desde que devidamente habilitados, a partir desta data os conselheiros tutelares abaixo designados a dirigir o veículo Chevrolet/Spin LT, de exclusivo uso do conselho tutelar de acordo com Termo de Doação com encargos nº 8824/2015, conforme segue:

| |
|--------------------------------------|
| Adriana Aparecida Bento Farias |
| Debora Palhano Bento |
| Maria Luiza Siewerdt |
| Rafael Alegri |
| Regina Celia Teixeira Brito Hornschu |

§ 1º - A presente autorização será para os atendimentos realizados todos os dias da semana inclusive nos sábados, domingos e feriados, no horário das 06 (seis) horas até as 18 (dezoito) horas.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 128/2015 DE 14/08/2018

Nomeia responsável pelas movimentações financeiras da Prefeitura de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor TEOTÔNIO RONAN BONESSI, nomeado em 27/07/2015, portador do CPF n.º 070,608,509-45, designado TESOUREIRO, pela Portaria nº 118/2015, da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, sendo a pessoa responsável por todas as movimentações das contas e transações financeiras das Entidades abaixo relacionadas:

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Art. 2º - Fica designado como responsável com poderes ilimitados pela movimentação bancária de todas as contas vinculadas e correntes em nome da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, CNPJ nº 83.102.681/0001-26, bem como pelas contas convênios para:

- emitir cheques;
- abrir contas de depósito;
- autorizar cobrança;
- utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- receber, passar recibo e dar quitação;
- solicitar saldos e extratos;
- requisitar talonários de cheques
- autorizar débito em conta relativo a operações;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheque;
- assinar instr. de crédito;
- requisitar cartão eletrônico;
- movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- assinar contrato de abertura de crédito;
- sustar/contra-ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques – poupança;
- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- efetuar transferências por meio eletrônico;
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- consultar contas/aplic.programas repasse recursos federais;
- liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp;
- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- emitir comprovantes;
- efetuar transferência p/ mesma;
- encerrar contas de depósito.

Art. 3º - As assinaturas de todas as contas descritas no caput do artigo primeiro serão feitas em conjunto pela Sra. Nair Goulart, Prefeita e o Sr. Teotônio Ronan Bonessi, designado Tesoureiro (portaria nº 118/2015).

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 002/2013.

Pouso Redondo, 14 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 129/2015 DE 21/08/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor FELIPE AUGUSTO SCHIQUETTI, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 05- Secretaria municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 130/2015 DE 31/08/2018

Determina turno de trabalho com escala para o cargo de vigias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações:

CONSIDERANDO, a necessidade imperativa de manter vigia em alguns locais no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, durante 24 (vinte e quatro) horas, durante os 07 (sete) dias da semana;

CONSIDERANDO que, a escala de 08 (oito) horas com pagamento de hora extraordinária, é uma forma de economizar, não havendo necessidade de contratação de novos profissionais para a execução da atividade;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo esta em contenção de despensas determinado pelo Decreto nº 086/2015 e que a contratação de profissionais implicaria em um gasto de superior a 50% (cinquenta por cento) do valor a ser pago pelas horas extraordinárias a serem pagas.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica determinado turno de trabalho com escala de 08 (oito) horas, diárias, com revezamento de acordo com anexo I desta portaria.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 002/2013.

Pouso Redondo, 31 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

ANEXO I

| | | | | | | | | | | | | |
|--------|---------|-------|-------|--|-------|-------|--|-------|-------|--|-------|-------|
| 01/set | terça | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 02/set | quarta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 03/set | quinta | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 04/set | sexta | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 05/set | sabado | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 06/set | domingo | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 07/set | segunda | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 08/set | terça | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 09/set | quarta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 10/set | quinta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 11/set | sexta | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 12/set | sabado | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 13/set | domingo | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|--------|---------|-------|-------|--|-------|-------|--|-------|-------|--|-------|-------|
| 14/set | segunda | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 15/set | terça | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 16/set | quarta | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 17/set | quinta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 18/set | sexta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 19/set | sabado | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 20/set | domingo | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 21/set | segunda | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 22/set | terça | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 23/set | quarta | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 24/set | quinta | folga | folga | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | 07:00 | 13:00 |
| 25/set | sexta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 26/set | sabado | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | 23:00 | 07:00 | | folga | folga |
| 27/set | domingo | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 28/set | segunda | 07:00 | 15:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 | | 15:00 | 23:00 |
| 29/set | terça | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |
| 30/set | quarta | 07:00 | 15:00 | | 15:00 | 23:00 | | folga | folga | | 23:00 | 07:00 |

PROCESSOS 042 E 044 PMPR E 021 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.42/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que esta aberto pregão eletrônico com, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 do dia 03/09 às 09:00 horas do dia 14/09/15. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:30 do dia 14/09 às 12:00 horas do dia 14/09/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/09/2015, para Aquisição de filtros para uso nas secretarias de Administração, Educação, Agricultura, Obras, e Assistência Social. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 02 de Setembro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.21/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que esta aberto pregão eletrônico com, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 do dia 03/09 às 09:00 horas do dia 14/09/15. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:30 do dia 14/09 às 12:00 horas do dia 14/09/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:20 horas do dia 15/09/2015, para Aquisição de filtros para uso nos veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 02 de Setembro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 44/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 16.09.2015, Aquisição de materiais como: brita, pó de brita, lona, malha de aço, madeira para caixaria e concreto usinado, para uso na confecção de piso na quadra poliesportiva na localidade de Pombinhas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 02 de Setembro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2014

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 82/2014

| | |
|--------------|--|
| CONTRATANTE: | MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC |
| CONTRATADO: | GGF TRANSPORTES LTDA |
| OBJETO: | Com base no ofício nº 26/2015, de 28 de agosto de 2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através de seu Assessor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Giovani Durigon de Santi, anexado ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 82/2014. O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 02, Vila Nossa Senhora de Lourdes, Linha Divisa, Linha Taquaral, Linha Divisa, Sede (vespertino), e trajeto nº 04, Sede, Linha dos Frigos, Linha Divisa, Sede (noturno). |
| VALOR: | Em razão da alteração nos trajetos citados acima, o valor do contrato original passa de R\$ 533,25 (quinhentos e trinta e três reais, com vinte e cinco centavos) diários para R\$ 408,77 (quatrocentos e oito reais, com setenta e sete centavos) diários. |
| VIGÊNCIA: | 02/09/2015, com efeito retroativo a 21/08/2015 a 31/12/2015. |

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº12/2015 CONTRATAÇÃO DE ODONTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº12/2015

O município de Presidente Nereu através de seu Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar no dia 15/09/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, DISPENSA DE LICITAÇÃO para Contratação De Odontólogo Para Atendimento A Municipalidade, Na Unidade Básica De Saúde De Presidente Nereu Em Regime Emergencial. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, na internet no site: www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 02 de setembro de 2015.

BENITO BRAND, Gestor do Fundo.

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 12/2015, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde BENITO BRAND abre processo administrativo para CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL. por Dispensa de Licitação, realizado nos termos do artigo 24, inciso XXIII, c.c. o art. 17 inciso II, alínea f, da lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes. Com a entrega e abertura da proposta para o dia 15/09/2015 às 14:00 horas.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL.

3- DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – A proposta de preços deverá ser elaborada de forma a entender as especificações aplicadas à espécie do objeto desta licitação;

3.2 – O prazo da proposta deverá ser de no mínimo 15 (quinze) dias, a contar da data do encaminhamento.

3.2.1 - A licitante que apresentar a melhor proposta deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas fornecer documentação que comprove sua regularidade fiscal.

4 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

4.1. Proponente Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

| |
|--|
| CERTIDÃO NEGATIVA INSS |
| CERTIDÃO NEGATIVA FGTS |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL |
| CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS |
| DECLARAÇÃO Q NÃO CONTRATA MENORES (Art. 7º, 33 CF) |
| CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL |

4.2. Proponente pessoa Física deverá apresentar os seguintes documentos:

| |
|--|
| CPF |
| CARTEIRA DE IDENTIDADE |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL |
| CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL |
| CERTIFICADO DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE ODONTOLOGIA |
| C.R.O. |

4.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01
DA: (EMPRESA)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Departamento de Compras e Licitações
PROCESSO Nº.: 12/2015 - LICITAÇÃO Nº.: 12/2015
ABERTURA: às 14:00 HORAS DO DIA 11/09/2015
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

4.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

4.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

5 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº02)

5.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02
DA: (EMPRESA)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Departamento de Compras e Licitações
PROCESSO Nº.: 12/2015 - LICITAÇÃO Nº.: 12/2015
ABERTURA: às 14:00 HORAS DO DIA 11/09/2015
ENVELOPE "PROPOSTA"

5.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total conforme discriminado na Lista de Itens ANEXO desta Dispensa de Licitação.

6- DO JULGAMENTO

6.1. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que tendo cumprido as exigências desta Dispensa, conforme prescreve o art. 45, § 1º da Lei 8.666/93 e apresentar o Menor preço por item.

6.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Convite, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

6.3. Será desconsiderada os itens proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata em 01 (uma) via, em papel timbrado e devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal.

6.4. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

4- DO PAGAMENTO E DA ENTREGA:

4.1 – O pagamento será realizado mensalmente até o quinto dia do mês subsequente ao serviço executado, objeto desta dispensa de licitação;

4.2 – A prestação de serviços do objeto desta Dispensa de Licitação será realizada no posto de Saúde do município de Presidente Nereu com início na assinatura do contrato após a autorização da ordem de compra/ serviços.

5 - DAS PENALIDADES

5.1. O objeto licitado especificações predeterminada, implicam nas sanções prevista no item 10.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

5.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU cancelar a Nota de Compra - NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 10.4.1., deste Convite, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

5.4. Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

5.4.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até

o limite de 6% (seis por cento).

5.4.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 10.4.1.

5.4.3. Advertência

5.4.4. Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

5.4.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

5.5. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.4.1. e 10.4.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

5.6. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

6 – CONDIÇÕES GERAIS:

Caberá a contratada

6.1 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta dispensa de Licitação, sem prévia ou expressa Anuência da Administração;

6.2 – Assumir inteira responsabilidade pela entrega do produto e Serviços, de acordo com as especificações constantes da proposta e / ou instruções desta Dispensa de Licitação e seus Anexos;

6.3 – Prestar a Administração sempre que necessário esclarecimento sobre o objeto desta Dispensa de Licitação, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para o acompanhamento dos mesmos.

ANEXO I

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VALOR TOTAL DE REFERENCIA

| | | | | |
|---|------|-----|--|-----------|
| 1 | 4,00 | MES | CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA PRESTAR SERVICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO EM UMA CARGA HORARIA DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS SEMANAIS, EM REGIME EMERGENCIAL PARA OS USUARIOS NA ATENCAO BASICA DO MUNICIPIO. | 14.800,00 |
|---|------|-----|--|-----------|

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

Nome
Carimbo

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ODONTOLOGO PARA O POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, através do seu Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob nº. 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo seu Gestor, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, pessoa para prestação de serviços, inscrita no CPF/CNPJ sob n.º, estabelecida na Rua, s/nº na cidade de, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de SERVICOS DE ODONTOLOGO A SER PRESTADO NO POSTO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU EM UMA CARGA HORARIA DE 24 HORAS SEMANAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos

peçoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execuão dos serviços ou deles decorrentes.

A CONTRATADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Dispensa de licitação nº 12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços em odontologia, serão prestados em consultório na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, em horário normal, conforme autorização da Secretaria de Saúde.

3. 2 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) - Quando a execução dos Serviços não for na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, Caberá a CONTRATADA o fornecimento de dos serviços e todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços serão por conta do Fundo Municipal de Saúde;
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- d) - Suportará, também, a responsabilidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2015. podendo ser prorrogado por mais períodos se for de interesse das partes, respeita a lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos servios de odontologa será paga a importância de R\$,

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação do controle dos serviços prestados, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CONTRATADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CONTRATADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do contrato;

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela contratada, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se feito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da contratada, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A CONTRATANTE terá com fiscal e responsável pelo contrato seu Gestor o Senhor Benito Brand.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CONTRATADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CONTRATADA:
- b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
- b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução satisfatória ao contrato.
- b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
- b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2015 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A contratada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, .

GESTOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 61, de 27 de agosto de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01020000 60.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :
R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01020000 60.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 27 de agosto de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 62/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 62, de 31 de agosto de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 95.850,00 (noventa e cinco mil e oitocentos e

cinquenta reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0015.0451.1701.1002.44900000000000.01340100 95.850,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :
R\$95.850,00 (noventa e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01340100 95.850,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 31 de agosto de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2014

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 24/09/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELAINE SOARES portador(a) do CPF nº 042.210.469-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a fevereiro de 2015:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt, em substituição a Nadia Aparecida Erkamann Agostini, que está designada em cargo comissionado.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ADELAINE SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 18/12/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a fevereiro de 2015:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII e III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com

jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Aníbal de Barba (20h), em substituição a Ana Claudia Demarch Franceschi, designada para ocupar cargo comissionado, e Centro Educacional Ulrich Ubsch (20h), em substituição a Maria Roseli dos Santos, que está readaptada.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2015

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 23/12/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA portador(a) do CPF nº 833.570.689-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em substituição a Sonia Aparecida Klettenberg.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/08/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245/2015

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015 firmado em 24/02/2015, com término previsto para 07/10/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI portador(a) do CPF nº 078.104.379-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 20/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Tia Bea, em substituição a Cinta Klaumann Avila, que está em licença para tratamento de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 215/2014

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 14/09/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HAASE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Lindamir Luciana Schneider da Silva.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HAASE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

PORTARIA Nº 0688/RH

PORTARIA Nº. 0688/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/09/2015, a servidora VIVIANE MARIA WEHRMEISTER, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotada na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

PREGÃO PRESENCIAL 093/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

OBJETO: Registro de preço para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores para reposição nos veículos da Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/09/2015, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 17/09/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 02 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

RESUMO DO ADITIVO 068/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 068/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 194/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO RESIDENCIAL AUGUSTO FENSKI, BAIRRO RAINHA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP.

Aos dezessete (17) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua Helio Wassun, 201, Sala, Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.927.815/0001-08, ora denominada CONTRATADA, representada pela Srª. Eliege Fatima Kopsel, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 123/2014, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 194, datado de 31 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 22 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP

Srª. Eliege Fatima Kopsel

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 069/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 069/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 195/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO RESIDENCIAL MARCOLINO MARTINHO FELIPPE, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP.

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua Helio Wassun, 201, Sala, Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.927.815/0001-08, ora denominada CONTRATADA, representada pela Srª. Eliege Fatima Kopsel, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 124/2014, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 195, datado de 31 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 270 (duzentos e setenta) dias, com o seu término em 27 de maio de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP

Srª. Eliege Fatima Kopsel

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 070/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 070/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 196/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO RESIDENCIAL ATAÍDE GENEROSO FERNANDES “MARAJÓ”, BAIRRO PROGRESSO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP.

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua Helio Wassun, 201, Sala, Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.927.815/0001-08, ora denominada CONTRATADA, representada pela Srª. Eliege Fatima Kopsel, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 125/2014, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 196, datado de 31 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 270 (duzentos e setenta) dias, com o seu término em 27 de maio de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP

Srª. Eliege Fatima Kopsel
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 130/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 130/2015

Tomara de Preços nº 070/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Possamai Ltda - ME

Objeto: execução de ampliação e obras complementares ao complexo esportivo no Centro Educacional Ricardo Marchi, localizado na Rua Eugênio Marchi, Bairro Santa Rita em Rio do Sul
Valor: R\$ 204.444,44 (duzentos e quatro mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/ FNDE/MEC

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 06 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 859/2015**

PORTARIA No 859, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias ao Servidor Zilmo Pedro de Souza

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 08 a 22 de setembro de 2015, em complemento ao período remanescente referente a 2014 – 2015, de acordo com a Portaria nº 805, de 02 de dezembro de 2014, ao servidor Zilmo Pedro de Souza, Assessor Administrativo / Contábil e Financeiro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**TERMO ADITIVO 52/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Processo nº: Dispensa de Licitação nº 23/2012

Espécie: Aditivo de contrato nº 52/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratado: Valmor Poffo

Objeto: O presente contrato tem por objeto a locação de um imóvel localizado na rua Vitor Meirelles, 286, bairro Budag, nesta cidade de Rio do Sul, com as seguintes características: casa de alvenaria destinada a atividade comercial, com 01 sala de recepção, 4 salas para atendimento, cozinha, área de serviços, 2 banheiros, depósito, terraço e 1 vaga de garagem, para o funcionamento de uma Estratégia de Saúde da Família. De acordo com a Dispensa de Licitação 23/2012 FMS.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993

Valor: R\$ 1.415,68 (mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos)

Data da Assinatura: 23/07/2015

Signatários: Ivanir Schlemper Neves, pelo contratante, e Valmor Poffo, pela Contrada.

Rio dos Cedros

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.872, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº 1.872, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente, as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03.001 – Diretoria de Administração

004.122.0015.2053 – Capacitação de Servidores Municipais

33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 525,00

03.002 – Diretoria da Fazenda

028.843.0015.0001 – Manut. da Dívida Fundada da Administração
32900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 50,00

46900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 160,00

04.001 – Serviços Urbanos

015.0451.0020.1001 – Ampl. Rede Abastecimento Água Tratada
44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 525,00

015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 270.000,00

015.0451.0030.1013 – Construção do Portal da Cidade

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

015.0451.0030.1018 – Construção de Rótulas

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

015.0452.0020.1015 – Abertura de Novas Ruas

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 525,00

015.0452.0020.1016 – Aquisição Imóvel e Construção Garagem

45900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

015.0452.0020.1017 – Const. Muros de Arrimo e Proteções Laterais

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

015.0452.0030.2043 – Atualização do Plano Diretor Municipal

33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

015.0452.0030.2047 – Revitalização do Centro da Cidade

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 22.500,00

015.0452.0031.1029 – Desassoreamento de Vias Fluviais

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

017.0512.0120.2045 – Aquisição Equipamentos para Coleta e Compactação

44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

028.0843.0030.0002 – Manut. da Dívida Fundada Serviços Urbanos

32900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 136.986,60
46900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 125.000,00

028.0843.0030.0006 – Manut. da Dívida Fundada - Serviços

32900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 50,00
46900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 160,00

04.002 – Setor Rodoviário Municipal

026.0782.0020.2049 – Retificação de Estradas
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

05.002 – Fundo Municipal de Cultura - FMC

013.392.0090.2077 – Manut. da Biblioteca Pública Municipal
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00
44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

06.002 – Apoio a Preservação do Meio Ambiente

018.541.0120.2018 – Desenvolvimento de Programas de Reflorestamento
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 310,40

018.541.0120.2029 – Desenv. de Projetos de Preservação do Meio Ambiente

33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 1.050,00
44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 1.050,00

07.001 – Fundo Municipal de Turismo - Fumtur

023.695.0045.1019 – Construção de Mirantes de Observação
44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 105,00

023.695.0045.2076 – Sinalização Turística no Município

33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 15.000,00
44900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
..... 2.850,00

08.001 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico

004.122.0040.2031 – Manutenção do Desenvolvimento Econômico
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 5.250,00

09.001 – Apoio a Segurança Pública

006.182.0035.2081 – C. Corp. – Convênio Corpo de Bombeiros
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 10.000,00

10.002 – Fundo Municipal de Assistência Social

008.244.0140.2035 – Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 25.000,00

Total Entidade Prefeitura
 618.147,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0151.1014 – Construção, Ampliação e Melhorias Unidades de Saúde
 44900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 42.525,00

010.301.0151.1025 – Aquisição de Imóvel Unidade de Saúde
 45900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 52.500,00

010.301.0151.2070 – Aquis. Equipamentos e Veículos para Secr. Saúde
 44900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 33.022,50

010.304.0154.2074 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 37.800,00
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 29.531,25

Total Entidade Fundo de Saúde
 195.378,75

Total Geral
 813.525,75

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

02.001 – Gabinete do Prefeito
 004.122.0011.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 40.000,00

02.002 – Assessoria Jurídica

004.122.0011.2003 – Manutenção da Assessoria Jurídica
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 5.000,00

03.001 – Diretoria de Administração

004.122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 159.000,00

004.122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazenda

33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 147.147,00

04.001 – Serviços Urbanos

015.452.0030.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 70.000,00

06.001 – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura

020.606.0110.2017 – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 150.000,00

07.001 – Fundo Municipal de Turismo - Fumtur

023.695.0045.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo - Fumtur
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 12.000,00

10.002 – Fundo Municipal de Assistência Social

008.243.0130.2023 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 15.000,00

10.003 – Fundo Municipal de Infância e Adolescência

008.243.0130.2033 – Manutenção do Fundo Mun. da Infância e Adolescência
 33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 20.000,00

Total Entidade Prefeitura
 618.147,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
 31900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 7.000,00
 33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)
 37.800,00
 33900000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. – Saúde)
 150.578,75

Total Entidade Fundo de Saúde
 195.378,75

Total Geral
 813.525,75

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 02 de Setembro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 02 de Setembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 282/2015

PORTARIA Nº. 282/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. LUCIANE FÁTIMA SPINELI DOS SANTOS, matrícula funcional nº 1004, do cargo de Assistente Social, 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de Agosto de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 283/2015

PORTARIA Nº. 283/2015

“NOMEIA COORDENADORA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 16/2010 de 23/01/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de COORDENADORA DE SAÚDE, cargo em comissão, nível CC-7, com 40 horas semanais, a Sra. ROSILENE DE FREITAS.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 01 de Setembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 284/2015

PORTARIA Nº. 284/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Setembro de 2015 a 30 de Setembro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 16/02/2013 a 15/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Setembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 84/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 17 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

DECRETO Nº 1065/2015

DECRETO Nº 1065, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei n. 3005 de 02 de maio de 2012 que "Dispõe sobre a Proibição do Consumo de Bebidas Alcoólicas em Logradouros Públicos",

RESOLVE

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal autoriza o consumo de bebidas alcoólicas exclusivamente em toda a extensão das ruas Capitão Ernesto Nunes, Paulo Parucker, Felipe Schmidt, Barão do Rio Branco, Avenida Argolo, Visconde de Taunay, Travessa José Zipperer, Vigando Kock e Nereu Ramos, localizadas no Município de São Bento do Sul, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2015, em razão da realização da 33ª Schlachtfest pela Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento.

Art. 2º. A autorização restringe apenas nas datas e locais estabelecidos no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública nos locais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 09/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9831, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Edmundo do Amaral. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. FC.

Portaria nº 9832, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Ana Paula Blaskovski Kuchnir. Bibliotecária. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. FC.

Portaria nº 9833, de 28 de agosto de 2015. Revoga a Portaria nº 9831/2015 que nomeou servidor público municipal Edmundo do Amaral, no cargo de Assistente Administrativo, por desistência espontânea em 26 de agosto de 2015.

Portaria nº 9834, de 28 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9832/2015 que nomeou servidora pública municipal Ana Paula Blaskovski Kuchnir, no cargo de Bibliotecária, por desistência espontânea em 26 de agosto de 2015.

Portaria nº 9835, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Evaristo Miguel Blaskovski Junior. Engenheiro de Segurança do Trabalho. Grupo Ocupacional 06. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 9836, de 28 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9835/2015 que nomeou servidor público Evaristo Miguel Blaskovski Junior, no cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, por desistência espontânea em 26 de agosto de 2015.

Portaria nº 9837, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Marcio Newmar de Oliveira. Periodontista. Grupo Ocupacional 07. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9839, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Sabrina Graziela Weber Prass. Fisioterapeuta. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9840, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Eduardo Antunes Branco. Técnico em Segurança do Trabalho. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 9841, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Sidnei Ricardo Muller. Fiscal de Obras. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 9842, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Franciele Aparecida Pscheidt. Técnico Desenhista. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 9843, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Oldemar Duvoisin Junior. Técnico em Agrimensura. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A.

40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 9844, de 28 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9843/2015 que nomeou servidor público Oldemar Duvoisin Junior, no cargo de Técnico em Agrimensura, por desistência espontânea em 26 de agosto de 2015.

Portaria nº 9845, de 28 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de agosto de 2015. Romulo Vieira Mello de Oliveira. Odontólogo – ESF. Grupo Ocupacional 07. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9846, de 28 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9845/2015 que nomeou servidor público municipal Romulo Vieira Mello de Oliveira, no cargo de Odontólogo – ESF, por desistência espontânea em 26 de agosto de 2015.

Portaria nº 9847, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Rafael Hilgert, Cirurgião Buco Maxilo. Grupo Ocupacional 07. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9848, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Juliana Cristina Vieira Moura, Técnico em Radiologia. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 24 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9849, de 31 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9842/2015 que nomeou servidora pública municipal Franciele Aparecida Pscheidt, no cargo de Técnico Desenhista, por desistência espontânea em 31 de agosto de 2015.

Portaria nº 9850, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Sheila Fonseca, Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. Fundação Cultural.

Portaria nº 9851, de 31 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9850/2015 que nomeou servidora pública municipal Sheila Fonseca, no cargo de Assistente Administrativo, por desistência espontânea em 31 de agosto de 2015.

Portaria nº 9852, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Tatiane Mai, Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. Fundação Cultural.

Portaria nº 9853, de 31 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9852/2015 que nomeou servidora pública municipal Tatiane Mai, no cargo de Assistente Administrativo, por desistência espontânea em 31 de agosto de 2015.

Portaria nº 9854, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Fernanda Spitzner, Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. Fundação Cultural.

Portaria nº 9855, de 31 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9854/2015 que nomeou servidora pública municipal Fernanda Spitzner, no cargo de Assistente Administrativo, por desistência espontânea em 31 de agosto de 2015.

Portaria nº 9856, de 31 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de agosto de 2015. Josiane Ferreira de Lima, Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. Fundação Cultural.

Portaria nº 9859, de 31 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 08/05/2012 a 04/08/2015. Vilmar do Prado

Luz, Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 9860, de 31 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 13/02/2012 a 30/08/2015. Thais Rodrigues Zanatta, Médico Ginecologista/Obstetra. SEMUS.

Portaria nº 9861, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Marly Giovanella, Auxiliar de Serviços na EBM Prefeito Alfredo Diener, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9862, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Adriano Westphal, Professor Anos Finais – História na EBM Waltrudes Vasconcelos, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9863, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Adriano Westphal, Professor Anos Finais – História na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9864, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de agosto de 2015. Marcilio Franco da Costa Pereira, Instrutor de Informática na EBM Hercílio Malinowsky, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9865, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Joelize Aparecida Altmann Alves de Ramos, Professor Educação Infantil no CEIM Nosso Mundo, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9866, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Konrad Musialowski, Instrutor de Informática na EBM Emílio Engel, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9867, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Inesilda Maria Feliciano Branco, Auxiliar de Serviços no CEIM Algodão Doce, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9868, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Tania Cristina Sauer, Auxiliar de Serviços EBM Presidente Castelo Branco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9869, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de agosto de 2015. Denise de Souza Freitas, Atendente Educativo no CEIM Algodão Doce, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9870, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 13 de agosto de 2015. Sebastiana Clarice Ferreira Terres, Auxiliar de Serviços na EBM Hercílio Malinowsky, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9871, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de agosto de 2015. Dorilda dos Passos, Atendente Educativo na EBM Rodolfo Berti, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9872, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 17 de agosto de 2015. Sandra de Oliveira, Auxiliar de Serviços na EBM Rodolfo Berti, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9873, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 17 de agosto de 2015. Cleiton Eduardo da Silveira, Instrutor de Informática na EBM Pref Antonio Tremi, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9874, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Elizandra Souza Martins, Professor Educação Especial na EBM Pres Castelo Branco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9875, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Gisele Kubichen, Professor Anos Finais - Inglês na EBM Rodolfo Berti, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9876, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Beatriz Pscheidt, Professor Educação Especial no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado para Autismo, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9877, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Joelma da Silveira Dmeterko, Professor Oficina de Aprendizagem e Projetos na EBM Professor Adélia Lutz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9878, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Liliane Pereira dos Santos, Atendente Educativo no CEIM Fada Madrinha, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9879, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Fernanda Keiko Sakaguchi da Cruz, Atendente Educativo no CEIM Magia do Bebê, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9880, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de agosto de 2015. Neidilaine de Souza Alexandre, Atendente Educativo no CEIM Magia do Bebê, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9881, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Claudete Salome Estevam de Souza, Auxiliar de Serviços na EBM Dr Hercílio Malinowsky, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9882, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de agosto de 2015. Juliane Tandler, Professor Educação Infantil no CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9883, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Miriam Maria Maia de Lima, Auxiliar de Serviços na EBM Prof Carlos Doestch, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9884, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de agosto de 2015. Leila Moreira, Professor Educação Infantil no CEIM Magia do Bebê, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9885, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de agosto de 2015. Tairine Aparecida Ferreira, Auxiliar de Serviços no CEIM Pastor Adolfo Prinz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9886, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 17 de agosto de 2015. Marines Mandrik, Atendente Educativo no CEIM Peter Pan, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9887, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor

Temporário, a partir de 17 de agosto de 2015. Gisele Zilda Dolla Streit, Professor Educação Infantil na EBM Alexandre Pfeiffer, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9888, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de agosto de 2015. Josneire Adriane Pscheidt Silva, Professor Anos Finais - Geografia na EBM Dr Hercílio Malinowsky, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9889, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de agosto de 2015. Josneire Adriane Pscheidt Silva, Professor Anos Finais - Geografia na EBM Sophia Schwedler, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9890, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de agosto de 2015. Diogo Leal, Professor Oficina de Esportes na EBM Adélia Lutz, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9891, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de agosto de 2015. Diogo Leal, Professor Oficina de Esportes na EBM Denise Harms, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9892, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de agosto de 2015. Simone Mickus Chaves, Professor Anos Finais - Artes na EBM Adélia Lutz, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9893, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de agosto de 2015. Simone Mickus Chaves, Professor Anos Finais - Artes na EBM Denise Cristiane Harms, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9894, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de agosto de 2015. Elisandra Rowerder, Professor Anos Finais - Artes na EBM Rodolfo Berti, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9895, de 31 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de setembro de 2015. Celma Prycila do Prado, Atendente Educativo no CEIM Algodão Doce, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9896, de 01 de setembro de 2015. Revoga Portaria nº 9839/2015 que nomeou servidora pública municipal Sabrina Graziela Weber Prass, no cargo de Fisioterapeuta, por desistência espontânea em 31 de agosto de 2015.

Portaria nº 9897, de 01 de setembro de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de setembro de 2015. Paula Taisa Silva Oliveira Camargo, Auxiliar de Serviços.

Portaria nº 9905, de 02 de setembro de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de setembro de 2015. Rubiana Ciola Matos, Odontólogo - ESF. Grupo Ocupacional 07. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2015.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 9857/2015

PORTARIA Nº 9857, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LIANE LUZIA SESTREN, ocupante do cargo de Técnico de Saúde Bucal, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00017/12-2, de 18 anos, 07 meses e 18 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5720, de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9858/2015

PORTARIA Nº 9858, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Concede Pensão Por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de agosto de 2015, pensão por morte a MARIO BARABAX, VICTOR DANIEL BARABAX e ENZO EDUARDO BARABAX, na condição de companheiro e filhos respectivamente, da ex-servidora ativa SIRLENE PETERS.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5667/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9898/2015

PORTARIA Nº 9898, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder, a partir de 01 de setembro de 2015, a servidora SUELY TEREZINHA PIRES DE MORAIS FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, para prestar serviços junto à Fundação Cultural.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 4465, de 06 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9899/2015

PORTARIA Nº 9899, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera Presidente

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 01 de setembro de 2015, HELCIO CARLOS LIEBL, do cargo de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9900/2015

PORTARIA Nº 9900, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 01 de setembro de 2015, MARCOS POLLUM, do cargo de Diretor Administrativo da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9901/2015

PORTARIA Nº 9901, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
Exonera Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 01 de setembro de 2015, EDERVAL JOSÉ NEIDERT, do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9902/2015

PORTARIA Nº 9902, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

afastamento de servidor do cargo

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos da r. decisão judicial proferida em Ação Civil Pública - Autos nº 0004927-35.2013.8.24.0058, de 28 de agosto de 2015, da qual o Município de São Bento do Sul foi intimado em 01 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO que a Procuradoria do Município apresentará questionamento ao Exmo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de São Bento do Sul,

RESOLVE:

Afastar, a partir de 01 de setembro de 2015, o servidor EDERVAL JOSÉ NEIDERT, do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, sem remuneração.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9904/2015

PORTARIA Nº 9904, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 02 de setembro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe F, matrícula nº 6650, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4344/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2015.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9906/2015

PORTARIA Nº 9906, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015
Exonera Coordenador de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 31 de agosto de 2015, JERRI AFONSO CRISTOFOLINI, do cargo de Coordenador de Setor de Vigilância Ambiental, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9940/2015

PORTARIA Nº 9940, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 03 de setembro de 2015, LUIZ NERI PEREIRA, do cargo de Diretor Técnico da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9941/2015

PORTARIA Nº 9941, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Nomeia Diretor Presidente

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 03 de setembro de 2015, LUIZ NERI PEREIRA, no cargo de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191, de 02 de setembro de 2015.

"REVOGA PORTARIA."

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 190 de 31 de agosto de 2015, que estabelece sistema de coordenação de plantões para prestações de serviço de emergência e de urgência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 192, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 192, de 02 de setembro de 2015.

"ESTABELECE SISTEMA DE COORDENAÇÃO DE PLANTÕES PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE EMERGÊNCIA E DE URGÊNCIA."

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecido o Sistema de Coordenação dos Serviços de Plantão do SAMAE, vigente das 17:00 horas das sextas-feiras às 08:00 horas das segundas-feiras e das 17:00 horas do dia anterior a feriados às 08:00 horas dos dias seguintes aos feriados e que será exercido pelos chefes dos seguintes cargos: Diretor de Operações Técnicas, Chefe de Divisão de Distribuição de Água, Chefe de Divisão de Coleta de Esgoto Sanitário, Chefe de Divisão Suporte Técnico, Chefe de Divisão de Tratamento de Água e Assessor Técnico.

Art. 2º. Caberá à Chefia da Diretoria Técnica o estabelecimento de tabelas periódicas de designação dos coordenadores plantonistas.

Art. 3º. Caberá ao Coordenador dos Serviços de Plantão supervisionar o trabalho dos servidores em regime de plantão para prestação dos serviços de emergência, mediante disponibilização de número de telefone e de atendimento urgente aos consumidores durante os fins de semana e nos dias feriados.

Art. 4º. Pelo exercício da coordenação a que se refere esta Portaria, os servidores designados não farão jus a horas extras, mas tão somente terão direito a dois dias de folga por cada período de plantão, a ser gozado em data definida em comum acordo com seu superior e em dia que não implique em prejuízo ao SAMAE.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 075 - SELETIVO_RESULTADO_PRELIMINAR C TIMBRE

DECRETO Nº 075/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUÍS THEISEN, Prefeito Municipal de São João do Oeste - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2015 o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

| ESTAGIÁRIO (ENSINO MÉDIO) Modalidade B | | | | | | | | |
|--|-------|---------------|------------|---------|-------|------|-------|--------|
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Total | Class. |
| 15 | 92737 | Alan Kunrath | 25/03/1999 | 5,00 | 1,00 | 1,00 | 7.00 | 1º |
| 14 | 92524 | Maiara Stuelp | 13/04/1999 | 4,00 | 0,50 | 0,50 | 5.00 | 2º |
| | | | | | | | | |

| ESTAGIÁRIO (ENSINO SUPERIOR) Modalidade B | | | | | | | | |
|---|-------|-----------------------------|------------|---------|-------|------|-------|--------|
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Total | Class. |
| 20 | 94477 | Eduarda Lottermann | 30/12/1997 | 4,50 | 1,50 | 1,00 | 7.00 | 1º |
| 22 | 94430 | Jaine Grutzmann | 10/08/1996 | 5,00 | 1,00 | 0,50 | 6.50 | 2º |
| 26 | 95220 | Luisa Korbes Heberle | 21/07/1998 | 4,50 | 1,50 | 0,50 | 6.50 | 3º |
| 23 | 87682 | Tatiane Schneider | 19/03/1993 | 4,50 | 1,50 | 0,00 | 6.00 | 4º |
| 32 | 94024 | Emanoelle Immig | 31/07/1997 | 4,50 | 1,00 | 0,50 | 6.00 | 5º |
| 25 | 93324 | Cristine Dresch | 24/11/1995 | 3,50 | 2,00 | 0,50 | 6.00 | 6º |
| 28 | 87477 | Matheus Endler Haas | 17/09/1997 | 4,50 | 0,50 | 0,50 | 5.50 | 7º |
| 35 | 94897 | Mayara Luiza Weber | 28/04/1996 | 4,00 | 1,00 | 0,50 | 5.50 | 8º |
| 30 | 94978 | Alerson Körbes | 03/04/1997 | 4,00 | 1,00 | 0,50 | 5.50 | 9º |
| 34 | 94685 | Cristiana Carla Delavy | 15/01/1997 | 3,50 | 0,50 | 1,50 | 5.50 | 10º |
| 29 | 88878 | Camila Beatriz Herschaft | 10/08/1995 | 3,50 | 1,00 | 0,50 | 5.00 | 11º |
| 21 | 86299 | Simone Wirth Anschau | 22/04/1997 | 3,00 | 1,00 | 1,00 | 5.00 | 12º |
| 27 | 93877 | Vanessa Bouffleur | 20/08/1996 | 3,50 | 0,50 | 0,50 | 4.50 | 13º |
| 24 | 96397 | Sirlene Furtado | 14/09/1996 | 3,50 | 0,50 | 0,50 | 4.50 | 14º |
| 33 | 86508 | Francieli Bottega Schneider | 19/03/1993 | 2,50 | 1,00 | 1,00 | 4.50 | 15º |
| 19 | 88164 | Elise Preuss | 01/10/1991 | 3,50 | 0,50 | 0,00 | 4.00 | 16º |
| 31 | 95276 | Verenice Rafaela Feyh | 27/10/1996 | 2,50 | 0,50 | 0,00 | 3.00 | 17º |

| *PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO Modalidade A | | | | | | | | | |
|---|-------|-------------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 7 | 85854 | Aline Schoeninger Wiest | 25/12/1990 | 4,50 | 1,40 | 0,20 | 1,40 | 7,50 | 1º |
| 8 | 94724 | Acidio Pecos Valduga | 17/07/1987 | 4,00 | 1,40 | 0,20 | 1,40 | 7,00 | 2º |
| 1 | 95759 | Aline Maria Wiest | 02/05/1984 | 3,50 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 6,22 | 3º |
| 12 | 89009 | Karoline Ertel | 20/01/1981 | 4,00 | 0,56 | 0,00 | 1,40 | 5,96 | 4º |
| 5 | 93153 | Everton Jose Lauschner | 22/12/1989 | 3,50 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 5,94 | 5º |
| 9 | 88186 | Vanderlei Bortoluzzi | 15/10/1981 | 3,00 | 0,84 | 0,40 | 1,40 | 5,64 | 6º |
| 6 | 94740 | Jair Wuitschik | 26/02/1992 | 3,50 | 0,84 | 0,20 | 1,00 | 5,54 | 7º |
| 11 | 86836 | Ana Paula Vergütz | 10/04/1980 | 3,50 | 0,84 | 0,00 | 1,14 | 5,48 | 8º |



| | | | | | | | | | |
|--|-------|---------------------------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| 10 | 94730 | Doglas Korpalski Frank | 25/10/1983 | 2,50 | 0,84 | 0,20 | 1,20 | 4,74 | 9º |
| 2 | 86665 | Hugo Vinicius Werlang | 11/08/1992 | 2,50 | 0,84 | 0,00 | 1,26 | 4,60 | 10º |
| 3 | 92614 | Fernando Weiss | 04/07/1993 | 3,00 | 1,12 | 0,20 | 0,00 | 4,32 | 11º |
| 4 | 94686 | Pablo Andre Silva Weber | 06/01/1990 | 2,00 | 0,28 | 0,00 | 0,00 | 2,28 | Desc. |
| | | | | | | | | | |
| INSTRUTOR DE DANÇA E APRENDIZAGEM RÍTMICA Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 37 | 95070 | Lisete Wolschick Lottermann | 13/09/1975 | 3,00 | 1,40 | 0,20 | 1,00 | 5,60 | 1º |
| 38 | 92213 | Mirtes Luana Gabriel | 20/06/1997 | 3,00 | 0,56 | 0,20 | 0,00 | 3,76 | 2º |
| 36 | 92572 | Greyce Karolina Friedrich | 04/02/1991 | 1,50 | 0,28 | 0,20 | 0,00 | 1,98 | Desc. |
| | | | | | | | | | |
| INSTRUTOR DE ESPORTES Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 39 | 95479 | Jair Marcio Mueller | 02/10/1982 | 3,50 | 0,56 | 0,40 | 0,32 | 4,78 | 1º |
| 40 | 96711 | Luana Wink | 18/02/1991 | 3,50 | 0,56 | 0,20 | 0,00 | 4,26 | 2º |
| | | | | | | | | | |
| INSTRUTOR DE MÚSICA Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| Nenhum candidato deste cargo compareceu para realização da prova objetiva. | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Alemão - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| Nenhum candidato inscrito para este cargo. | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Artes - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 45 | 87534 | Claudia Paulina Schneider Azevedo | 27/08/1986 | 6,00 | 0,84 | 0,60 | 1,00 | 8,44 | 1º |
| 44 | 88917 | Jaqueline Hentges Theisen | 05/11/1977 | 3,50 | 1,12 | 0,40 | 1,00 | 6,02 | 2º |
| 49 | 94022 | Diangela Strack | 22/10/1992 | 3,50 | 0,84 | 0,60 | 1,00 | 5,94 | 3º |
| 48 | 96647 | Luciana Indaia Perdonsini De Oliveira | 26/02/1986 | 4,00 | 0,84 | 0,40 | 0,00 | 5,24 | 4º |
| 43 | 88261 | Celsi Kessler | 06/11/1971 | 2,50 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 5,22 | 5º |
| 46 | 87505 | Bruna Regina Reckziegel | 15/02/1990 | 4,00 | 0,56 | 0,60 | 0,00 | 5,16 | 6º |
| 50 | 96016 | Felipe Jose Bozzetto | 22/04/1991 | 3,00 | 0,28 | 0,00 | 0,64 | 3,92 | 7º |
| 47 | 96507 | Josiani Carlize Schneider | 11/09/1991 | 3,00 | 0,84 | 0,00 | 0,00 | 3,84 | 8º |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Artes - Não Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| Nenhum candidato inscrito para este cargo. | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Artes ou Pedagogia - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 51 | 89032 | Tonico Luiz Wolfart | 13/04/1992 | 2,00 | 0,56 | 0,20 | 1,00 | 2,76 | Desc. |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Artes ou Pedagogia - Não Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 52 | 87498 | Catia Schmitz | 29/01/1994 | 3,50 | 0,56 | 0,00 | 1,00 | 5,06 | 1º |
| | | | | | | | | | |

| Professor de Educação Física - Não Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
|--|-------|-----------------------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 60 | 88948 | Cristian Reckziegel Kaufmann | 28/03/1993 | 4,00 | 1,12 | 0,20 | 1,00 | 6,32 | 1º |
| 56 | 95486 | Daniel Nunes | 31/01/1986 | 5,00 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 6,04 | 2º |
| 59 | 86784 | Jordy Kuhn | 29/03/1995 | 4,00 | 0,84 | 0,00 | 0,00 | 4,84 | 3º |
| 55 | 91703 | Stefano Becker Kothe | 23/02/1996 | 3,50 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 4,54 | 4º |
| 53 | 95263 | Anderson Luis Deters | 25/05/1995 | 3,50 | 0,56 | 0,40 | 0,00 | 4,46 | 5º |
| 58 | 94530 | Karine Schneiders | 05/10/1994 | 3,00 | 0,84 | 0,40 | 0,22 | 4,46 | 6º |
| 57 | 95489 | Dara Claudia De Oliveira Ferrasso | 09/01/1996 | 3,00 | 1,40 | 0,00 | 0,00 | 4,40 | 7º |
| 54 | 94432 | Renan Cesar Mueller | 30/04/1990 | 3,00 | 0,56 | 0,20 | 0,00 | 3,76 | 8º |
| 61 | 96451 | Daiane Ames Kehl | 15/08/1996 | 3,00 | 0,56 | 0,20 | 0,00 | 3,76 | 9º |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Educação Infantil - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 83 | 86549 | Liane Schwengber Körbes | 30/09/1975 | 5,50 | 0,84 | 0,40 | 1,40 | 8,14 | 1º |
| 80 | 94761 | Josiani Pauli | 20/02/1990 | 5,00 | 1,12 | 0,40 | 1,40 | 7,92 | 2º |
| 77 | 92254 | Ediane Ripplinger Melz | 18/09/1989 | 5,50 | 0,84 | 0,00 | 1,40 | 7,74 | 3º |
| 110 | 88032 | Luana Mueller | 23/07/1993 | 5,50 | 0,84 | 0,20 | 1,00 | 7,54 | 4º |
| 76 | 88051 | Claudete Hofstätter | 29/08/1991 | 5,00 | 1,12 | 0,20 | 1,00 | 7,32 | 5º |
| 74 | 86907 | Aurea Kaufmann Werlang | 29/06/1969 | 5,50 | 0,56 | 0,20 | 1,00 | 7,26 | 6º |
| 64 | 92227 | Beatriz Rasch | 30/09/1970 | 4,50 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 7,22 | 7º |
| 91 | 94733 | Aline Elisa Schneider Weber | 28/02/1990 | 4,50 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 7,22 | 8º |
| 94 | 94306 | Patricia Maldaner | 02/05/1994 | 5,00 | 0,84 | 0,40 | 0,88 | 7,12 | 9º |
| 107 | 87542 | Siamara Meier | 06/06/1993 | 4,50 | 1,12 | 0,40 | 1,00 | 7,02 | 10º |
| 96 | 93526 | Tania Berenice Schwengber | 24/06/1992 | 5,00 | 0,56 | 0,20 | 1,24 | 7,00 | 11º |
| 109 | 94772 | Loiva Heck Schaefer | 27/10/1979 | 4,50 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 6,94 | 12º |
| 105 | 87451 | Luciane Dresch Hendges | 05/11/1981 | 4,00 | 1,40 | 0,00 | 1,40 | 6,80 | 13º |
| 90 | 93635 | Daiane Cristine Anschau | 10/04/1990 | 4,50 | 0,84 | 0,00 | 1,40 | 6,74 | 14º |
| 86 | 86369 | Daniele Schneider | 20/08/1987 | 4,00 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 6,72 | 15º |
| 78 | 88516 | Franciele Cristina Bracht | 05/10/1988 | 4,00 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 6,72 | 16º |
| 103 | 92052 | Sirlei Maria Antunes Schneiders | 05/12/1973 | 4,50 | 0,56 | 0,20 | 1,40 | 6,66 | 17º |
| 93 | 87804 | Rubia Mara Weber Eidt | 03/02/1987 | 4,50 | 0,56 | 0,20 | 1,40 | 6,66 | 18º |
| 68 | 93890 | Juline Kuhn Meier | 29/04/1988 | 4,50 | 0,84 | 0,40 | 0,76 | 6,50 | 19º |
| 81 | 86205 | Karine Klement Feyh | 17/04/1993 | 4,00 | 0,84 | 0,60 | 1,00 | 6,44 | 20º |
| 106 | 87882 | Rosane Marli Werlang | 28/02/1971 | 4,00 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 6,44 | 21º |
| 69 | 94904 | Leidiana Katia Konflanz | 20/11/1986 | 4,00 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 6,44 | 22º |
| 84 | 92563 | Ivana Margarete Melz Da Silva | 22/11/1988 | 4,00 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 6,44 | 23º |
| 73 | 94169 | Fabiane Morgenstern | 24/06/1988 | 3,50 | 1,12 | 0,40 | 1,40 | 6,42 | 24º |
| 101 | 89187 | Michele Kaufmann | 19/11/1991 | 4,00 | 1,12 | 0,20 | 1,00 | 6,32 | 25º |
| 66 | 91947 | Karine Ines Kunst | 15/01/1993 | 4,00 | 1,12 | 0,20 | 0,88 | 6,20 | 26º |
| 87 | 92762 | Janaina Dewes | 20/10/1993 | 4,50 | 0,84 | 0,00 | 0,74 | 6,08 | 27º |
| 113 | 87896 | Michele Reimann | 26/12/1991 | 3,00 | 1,40 | 0,20 | 1,40 | 6,00 | 28º |
| 92 | 85811 | Lucia Hemsing | 27/11/1987 | 3,50 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 5,94 | 29º |
| 97 | 96154 | Scheila Luiza Staub Finger | 06/11/1993 | 4,00 | 0,84 | 0,40 | 0,60 | 5,84 | 30º |
| 63 | 89047 | Cristiane Welchen | 15/03/1982 | 3,00 | 1,40 | 0,40 | 1,00 | 5,80 | 31º |
| 114 | 92503 | Luciane Dewes | 02/05/1985 | 3,50 | 0,56 | 0,20 | 1,40 | 5,66 | 32º |
| 70 | 89497 | Alice De Almeida Santana | 02/05/1992 | 4,50 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 5,54 | 33º |

| | | | | | | | | | |
|-----|-------|--------------------------------|------------|------|------|------|------|------|-----|
| 102 | 93444 | Patricia Mallmann | 19/04/1991 | 4,00 | 1,12 | 0,00 | 0,40 | 5,52 | 34º |
| 104 | 92449 | Rosilene Schneider | 17/03/1983 | 3,50 | 1,40 | 0,40 | 0,16 | 5,46 | 35º |
| 65 | 88524 | Cleusa Kaufmann | 28/09/1975 | 3,50 | 0,56 | 0,00 | 1,40 | 5,46 | 36º |
| 88 | 94882 | Claunice Ines Reichert | 07/07/1992 | 4,00 | 0,56 | 0,40 | 0,38 | 5,34 | 37º |
| 75 | 88933 | Ivania Ott | 16/02/1985 | 3,50 | 0,84 | 0,00 | 1,00 | 5,34 | 38º |
| 85 | 95894 | Juliane Schemmer | 01/09/1988 | 3,50 | 0,56 | 0,20 | 1,00 | 5,26 | 39º |
| 89 | 96249 | Carolina Hofer | 26/01/1994 | 4,00 | 0,28 | 0,20 | 0,60 | 5,08 | 40º |
| 95 | 88452 | Thaise Marcia Gotz | 13/12/1994 | 4,00 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 5,04 | 41º |
| 108 | 93131 | Sirlene Stuelp Giehl | 21/04/1988 | 3,50 | 0,28 | 0,20 | 1,00 | 4,98 | 42º |
| 112 | 88258 | Rosane Bernadete Schwertz | 24/05/1971 | 3,00 | 0,56 | 0,00 | 1,40 | 4,96 | 43º |
| 82 | 88081 | Lisane Teresinha Schoeninger | 29/04/1982 | 2,50 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 4,94 | 44º |
| 71 | 87186 | Aline Theobald Klunck | 19/03/1990 | 3,50 | 0,28 | 0,00 | 1,00 | 4,78 | 45º |
| 72 | 86271 | Daniele Heck | 21/10/1993 | 3,50 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 4,54 | 46º |
| 62 | 94063 | Eliane Marta Degenhart | 01/02/1986 | 2,50 | 0,84 | 0,20 | 1,00 | 4,54 | 47º |
| 100 | 86757 | Michele Gassen | 14/05/1992 | 3,00 | 0,84 | 0,00 | 0,44 | 4,28 | 48º |
| 98 | 96461 | Maiara Beatriz Pauli | 27/03/1995 | 2,50 | 0,56 | 0,20 | 0,48 | 3,74 | 49º |
| 99 | 94375 | Noeli Nadir Raimann | 21/10/1976 | 2,50 | 0,56 | 0,00 | 0,60 | 3,66 | 50º |
| 79 | 92432 | Eliane Natter | 23/03/1979 | 3,00 | 0,56 | 0,00 | 0,00 | 3,56 | 51º |
| 67 | 96456 | Ariane Luiza Fellini Constante | 07/10/1990 | 3,00 | 0,28 | 0,00 | 0,00 | 3,28 | 52º |
| | | | | | | | | | |

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado | Modalidade A

| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
|---------|-------|---------------------------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| 115 | 88843 | Maria Paulina Machado Da Silva Modrak | 19/07/1976 | 4,50 | 0,84 | 0,20 | 1,00 | 6,54 | 1º |
| 121 | 94821 | Daiana Melz Link | 02/04/1996 | 5,00 | 0,84 | 0,40 | 0,00 | 6,24 | 2º |
| 116 | 87190 | Vanessa Angelica Reckziegel | 09/03/1995 | 5,00 | 0,56 | 0,00 | 0,20 | 5,76 | 3º |
| 119 | 87724 | Graciely Kuhn | 11/07/1996 | 5,00 | 0,28 | 0,20 | 0,20 | 5,68 | 4º |
| 122 | 88286 | Solange Pauli | 24/03/1994 | 4,50 | 0,56 | 0,40 | 0,16 | 5,62 | 5º |
| 126 | 92763 | Camila Dewes | 26/08/1996 | 4,50 | 0,28 | 0,40 | 0,00 | 5,18 | 6º |
| 117 | 94743 | Jaqueline Meier | 04/12/1996 | 4,00 | 0,28 | 0,40 | 0,36 | 5,04 | 7º |
| 120 | 88606 | Deise Cristine Hammes | 30/10/1996 | 3,50 | 0,56 | 0,20 | 0,76 | 5,02 | 8º |
| 118 | 94859 | Josenara Tais Heck | 23/07/1995 | 3,50 | 0,84 | 0,40 | 0,16 | 4,90 | 9º |
| 123 | 96568 | Scheila Weber | 07/11/1995 | 3,50 | 0,84 | 0,00 | 0,28 | 4,62 | 10º |
| 128 | 95952 | Marta Rejane Ertel Welter | 31/07/1966 | 3,00 | 0,28 | 0,20 | 1,00 | 4,48 | 11º |
| 124 | 94621 | Aline Izabeli Kuffel | 02/04/1995 | 3,50 | 0,84 | 0,00 | 0,00 | 4,34 | 12º |
| 127 | 96559 | Michele Lurdes Wermuth | 08/06/1995 | 3,00 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 4,04 | 13º |
| 125 | 95170 | Tatiane Aparecida Goergen | 12/10/1992 | 3,00 | 0,84 | 0,00 | 0,00 | 3,84 | 14º |
| | | | | | | | | | |

Professor de Informática - Habilitado | Modalidade A

| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
|---------|-------|---------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| 129 | 94581 | Patricia Delavy | 16/03/1995 | 4,50 | 0,84 | 0,40 | 0,00 | 5,74 | 1º |
| 130 | 94433 | Thiago Schmitzhaus | 23/05/1992 | 4,00 | 0,56 | 0,40 | 0,00 | 4,96 | 2º |
| 132 | 92798 | Marcel Kloh | 09/09/1989 | 4,00 | 0,56 | 0,20 | 0,00 | 4,76 | 3º |
| 131 | 89255 | Tiago Ritter Preuss | 14/10/1989 | 2,00 | 1,40 | 0,60 | 0,00 | 4,00 | 4º |
| | | | | | | | | | |

Professor de Informática - Não Habilitado | Modalidade A

| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
|---------|-------|-----------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
|---------|-------|-----------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|

Nenhum candidato deste cargo compareceu para realização da prova objetiva.

| | | | | | | | | | |
|--|-------|-----------------------|------------|---------|-------|------|---------|-------|--------|
| | | | | | | | | | |
| Professor de Inglês - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| Nenhum candidato inscrito para este cargo. | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Séries Iniciais - Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 137 | 93767 | Fernanda Maria Finger | 29/04/1988 | 6,00 | 1,40 | 0,40 | 1,40 | 9,20 | 1º |
| 136 | 95256 | Jaqueline Bettio | 22/03/1989 | 5,50 | 0,84 | 0,20 | 1,40 | 7,94 | 2º |
| 139 | 92620 | Cristiana Schroder | 07/04/1988 | 4,50 | 1,12 | 0,40 | 1,40 | 7,42 | 3º |
| 140 | 87426 | Ediane Weis | 19/06/1990 | 5,00 | 0,84 | 0,40 | 1,12 | 7,36 | 5º |
| 135 | 91582 | Fabiane Kroetz | 25/10/1982 | 4,50 | 1,12 | 0,20 | 1,40 | 7,22 | 4º |
| 134 | 94182 | Cintia Pauli | 12/08/1989 | 5,00 | 0,84 | 0,20 | 0,40 | 6,44 | 6º |
| 138 | 87789 | Daniela Antunes | 24/04/1985 | 5,00 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 6,04 | 7º |
| | | | | | | | | | |
| Professor de Séries Iniciais - Não Habilitado Modalidade A | | | | | | | | | |
| C. Int. | Insc. | Candidato | Data Nasc. | C. Esp. | Port. | Mat. | Títulos | Total | Class. |
| 141 | 92636 | Vania Ines Wegner | 18/12/1993 | 4,00 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 5,04 | 1º |

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Edital - Item 7.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 02 de Setembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

PP 63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015 – Exclusivo para empresas MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para reforma e melhoria das instalações do viveiro municipal de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 16 de setembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 03 de setembro de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS - SELETIVO SIMPLICADO

Agente de Serviços Gerais / Merendeira - 40h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|------------------------------------|----------|
| 1 | 108326 | Cristina Aparecida Amaral Santos | 42713749 |
| 2 | 110711 | Cristina Luciano Borges | 4117718 |
| 3 | 108513 | Dioni Goulart Lotin | 3048595 |
| 4 | 109548 | Edneia Nazare Borges Velasco | 3048142 |
| 5 | 109235 | Elza Dos Santos | 4178290 |
| 6 | 110163 | Franciane Iung Andre | 5903640 |
| 7 | 108309 | Josiane Lehmkuhl | 51063867 |
| 8 | 110174 | Oralice Santos De Oliveira Godinho | 3646356 |
| 9 | 107951 | Tatiane De Fatima Iendras | 4046732 |

Agente de Serviços Gerais / Servente - 40h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-----------------------------|---------|
| 1 | 109776 | Ana Maria Marafigo | 4149253 |
| 2 | 110656 | Idone De Souza Gualberto | 1822977 |
| 3 | 110339 | Jose Waltrick | 323602 |
| 4 | 110757 | Jucara Dos Santos | 4178109 |
| 5 | 108414 | Lenita De Fatima Sousa Diel | 5349785 |
| 6 | 109769 | Lidiane Polli | 3783515 |
| 7 | 110270 | Lucas Lima Dos Santos | 5349052 |
| 8 | 110704 | Maria Costa Lima | 3536789 |
| 9 | 109773 | Michele Cassao Muniz | 5266765 |
| 10 | 109988 | Nair Mattos De Souza | 1060625 |
| 11 | 109714 | Patricia Aparecida Antunes | 4149883 |
| 12 | 110330 | Vanda Aparecida Da Silva | 4955001 |
| 13 | 107769 | Vanessa Elisete Rotta | 4472802 |
| 14 | 110732 | Vanessa Izidora Ribeiro | 4300800 |

2º Professor - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|--------------------------------------|----------|
| 1 | 109022 | Amelia Machado Vieira | 2261252 |
| 2 | 110370 | Ana Paula Dos Santos | 4300484 |
| 3 | 107742 | Clehydson Rubens Miranda De Carvalho | 6172751 |
| 4 | 108456 | Evanir Cequinel Do Amaral | 3042725 |
| 5 | 109031 | Keila Maria Rodrigues Maciel | 5266154 |
| 6 | 110814 | Larissa Alves Matos | 504866 |
| 7 | 108521 | Leonor Serafim De Souza Nunes | 3043262 |
| 8 | 108464 | Marines Iung Figueiredo | 5083718 |
| 9 | 108962 | Neomar Nesi De Matos | 83348841 |
| 10 | 108386 | Rafael Ribas Da Silva | 6151734 |
| 11 | 109134 | Rosimeri Da Cruz Pereira | 3926529 |
| 12 | 107992 | Veronica Rodrigues Borges | 5266153 |

Prof. AEE - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-------------------------|----------|
| 1 | 109715 | Graziela Raizer Da Cruz | 53497538 |
| 2 | 109708 | Patricia Camargo Palma | 83375885 |
| 3 | 109014 | Mariela Taina De Jesus | 4149959 |

Prof. Anos Iniciais - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|--|-----------|
| 1 | 109632 | Ana Maria Matos Do Amaral | 3734011 |
| 2 | 108504 | Angelina Costa Linhares | 4117178 |
| 3 | 107902 | Beatriz Cristina Godoi Goulart Yamaguchi | 2708454 |
| 4 | 107946 | Cleumara Da Rosa | 4178256 |
| 5 | 108465 | Deiziane Padilha | 4149037 |
| 6 | 109146 | Edna Soloi Da Rosa Azi | 3042079 |
| 7 | 109280 | Luciana De Fatima Da Silva | 5349806 |
| 8 | 110581 | Lucimar Da Cruz Santos | 274572817 |
| 9 | 109872 | Luiza Cardoso De Oliveira Souza | 1754119 |
| 10 | 110556 | Maria Adriana Da Silva | 3926027 |
| 11 | 108497 | Maria Gorete Garcia | 750206 |
| 12 | 109384 | Maria Rejane Feltrin Marca | 4178180 |
| 13 | 110104 | Milene Carvalho Fronza | 4117078 |
| 14 | 108424 | Paula Couto Duarte | 41781260 |
| 15 | 108539 | Rita De Cassia Ribeiro | 2597680 |
| 16 | 109532 | Silvia Ribeiro De Liz Da Silva | 43091753 |
| 17 | 110079 | Tatiani Fogaca Velho | 4300341 |

Prof. Arte - 10h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|----------------------|---------|
| 1 | 108187 | Andreia Ramos Flores | 2090188 |

Prof. Arte - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-----------------------------|----------|
| 1 | 110253 | Eliane Oliveira Nunes | 4669354 |
| 2 | 110389 | Erica De Souza Amaral | 42144159 |
| 3 | 109621 | Liliane Leandro Machado | 54210631 |
| 4 | 108902 | Lucia Denise Rosa Rodrigues | 4178308 |
| 5 | 107867 | Marcia Ribeiro | 41494520 |
| 6 | 107970 | Rosane Vieira Barbosa | 1125651 |
| 7 | 110566 | Rosemery Da Silva Melo | 4178333 |
| 8 | 108273 | Sabrina Arcaro Matos | 6075403 |
| 9 | 108117 | Sandra Souza Nunes De Sa | 1827190 |

Prof. Ciências - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|---------------------------------|------------|
| 1 | 108553 | Adriana Aparecida Macedo | 3926394 |
| 2 | 108887 | Ana Paula Pico De Quadros | 4090471378 |
| 3 | 110873 | Daniela Martins De Souza | 53493206 |
| 4 | 108579 | Denise Nunes Pereira | 4419613 |
| 5 | 109277 | Jiciane Aguida Velho | 4300278 |
| 6 | 108956 | Lorena Aparecida Vieira Machado | 1757505 |
| 7 | 109248 | Maria Gomes De Oliveira | 987219 |
| 8 | 108939 | Ulli Menezes De Sousa | 102705890 |

Prof. Educação Física - 10h

Nenhum candidato inscrito neste cargo. Prof. Educação Física - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|--------------------------------|----------|
| 1 | 110758 | Adriana Pereira De Souza | 4300284 |
| 2 | 108138 | Adrieli Costa Martins | 4300864 |
| 3 | 108438 | Cassiano Suhre Da Rosa | 6075044 |
| 4 | 110472 | Cezar Augusto Ferreira Pereira | 4472181 |
| 5 | 110387 | Guilherme Souza Santos | 4955255 |
| 6 | 110643 | Jose Cristovao Da Cruz Filho | 5409402 |
| 7 | 108558 | Maiane Viel | 53498844 |
| 8 | 108249 | Mirna Pereira Mattos | 4300854 |
| 9 | 109546 | Paulo Afonso Liz Da Silva | 4379518 |
| 10 | 109352 | Sandro Krauzer Alano | 6075264 |

Prof. Educação Infantil - 30h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|--|----------|
| 1 | 110841 | Adriana Terezinha Colaa Reich | 2473567 |
| 2 | 108804 | Ana Paula De Lima. | 4117939 |
| 3 | 109953 | Cleide Elise Souza Waltrick Vieira | 2707006 |
| 4 | 109123 | Cleonir Teresinha Do Nascimento Nunes | 3622902 |
| 5 | 108373 | Cristiani Ribeiro Souza Flores | 3926442 |
| 6 | 108094 | Daiane Porto Da Rosa Rotta | 4472832 |
| 7 | 109040 | Edimara Borges De Oliveira | 3195376 |
| 8 | 107785 | Eliana Oliveira Da Silva | 4178855 |
| 9 | 107757 | Elizandra Da Silva Pereira | 47689706 |
| 10 | 109149 | Gleci Terezinha Dos Santos | 2811178 |
| 11 | 110565 | Ivonete Dos Prazeres Rodrigues Do Amaral | 8883913 |
| 12 | 109286 | Jaciara Da Silva Kiyzanoski | 5409874 |
| 13 | 109423 | Janaina Aparecida Ribeiro Rosa | 2892040 |
| 14 | 109825 | Jaqueline Aparecida Serafim Hugen | 6663930 |
| 15 | 110774 | Kathleen Cristine Rodrigues De Lima | 5792284 |
| 16 | 110783 | Luciane Barbosa Borges | 4955925 |
| 17 | 108381 | Luciane Ribas Da Silva | 3686225 |
| 18 | 110113 | Marcia Bittencourt Oliveira | 3717555 |
| 19 | 109446 | Maria Helena Nunes Ribeiro | 2261270 |
| 20 | 109707 | Marli Pereira Cardoso | 82828723 |
| 21 | 107926 | Marlise Padilha Nesi | 4472594 |
| 22 | 110823 | Neura Mara Dos Santos | 3534719 |
| 23 | 109806 | Rosileni Figueiredo Amaral | 3926862 |
| 24 | 108879 | Silvana Pereira Schlichting | 4178846 |
| 25 | 109766 | Sonia Lara Borges | 3926532 |
| 26 | 110764 | Vicencia Rodrigues Da Silva | 754804 |
| 27 | 109726 | Viviane Pereira Da Silva | 4149153 |

Prof. Geografia - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|----------------------------|-----------|
| 1 | 110647 | Gisela Mendonca Goulart | 47770759 |
| 2 | 108624 | Joao Pereira Lima Da Silva | 124023696 |
| 3 | 110838 | Josielli Da Silva Padilha | 4669560 |

Prof. História - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|------------------------------------|---------|
| 1 | 110615 | Gislaine De Fatima Andrade Pereira | 1752288 |
| 2 | 107763 | Gizeli Ribeiro Mattos | 4117192 |
| 3 | 110260 | Lilian Katiani Abatt | 4117199 |
| 4 | 109232 | Suelen Souza Cabalheiro | 4300416 |
| 5 | 109451 | Valeria Da Silva Batista | 3926346 |

Prof. Inglês - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|---|---------|
| 1 | 110150 | Claudia Elenice Padilha | 4276748 |
| 2 | 108098 | Elaine Cristina Silverio Velho Do Amaral | 4117593 |
| 3 | 108751 | Elaine Rodrigues Do Amaral | 4419727 |
| 4 | 109473 | Maria Iolanda Macedo | 3794812 |
| 5 | 109911 | Maricris Terezinha Velho De Andrade Matos | 4117035 |

Prof. Língua Portuguesa - 10h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-------------------------|---------|
| 1 | 108529 | Clara Aparecida Formiga | 4117659 |
| 2 | 110518 | Daniela Goulart Matos | 4669492 |
| 3 | 109281 | Elizabeth Bathke Vieira | 113291 |
| 4 | 110126 | Ruan Medeiros De Souza | 4955503 |

Prof. Língua Portuguesa - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|------------------------------|----------|
| 1 | 110837 | Fabricio Marafigo Figueiredo | 4300488 |
| 2 | 108448 | Janaina Uiara De Andrade | 5042367 |
| 3 | 108726 | Janisse Cequinel Matos | 3047099 |
| 4 | 110361 | Joanita Pacheco | 53491874 |
| 5 | 110516 | Maiara Figueiredo | 4149635 |
| 6 | 108473 | Maristela Schmidt Lima | 2188127 |
| 7 | 107903 | Patricia Nunes De Brida | 4168380 |
| 8 | 109905 | Tamara Nunes Da Silva | 5266303 |

Prof. Matemática - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-----------------------------------|------------|
| 1 | 110848 | Camila Baesso | 3926516 |
| 2 | 110564 | Daiane Nunes De Oliveira Mauricio | 3783250 |
| 3 | 110896 | Daiane Souza Arruda | 4117097 |
| 4 | 108035 | Edison Luiz De Souza Hugen | 751538 |
| 5 | 108996 | Janaina Borges Habitzreuter | 4955475 |
| 6 | 107919 | Maiara Padilha Nesi | 4472593 |
| 7 | 110743 | Marcio Do Nascimento Alcantara | 3836746 |
| 8 | 110737 | Mauricio Farah Cordeiro Junior | 6282455 |
| 9 | 109179 | Niulen Cristian Deboni | 5095482294 |
| 10 | 109619 | Renata Steffen De Betio | 5349112 |
| 11 | 108573 | Stefani Silva Barbosa | 5792888 |
| 12 | 108783 | Taize De Souza Velho | 5266554 |

Prof. Música - 40h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|----------------------------|---------|
| 1 | 109938 | Grazieli Cristini Da Silva | 5042660 |

| | | | |
|---|--------|-----------------------------|---------|
| 2 | 110685 | Marileia Aparecida Oliveira | 4117757 |
| 3 | 109033 | Samara Garcia Pereira | 4955733 |

Prof. Pré-Escolar - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-------------------------------|---------|
| 1 | 109549 | Cleuza Aparecida Borges | 3602251 |
| 2 | 107912 | Cristiane De Fatima Rodrigues | 4300006 |
| 3 | 107987 | Daiane Aparecida Vitorino | 4178317 |
| 4 | 108738 | Elaine Silva Rocha | 4117226 |
| 5 | 110470 | Fabiana Moreira Henrique | 3926847 |
| 6 | 109795 | Janete Barbosa De Souza | 4149229 |
| 7 | 108701 | Marcileia Aparecida Andrade | 3926476 |
| 8 | 110666 | Patricia Da Silva | 4149981 |
| 9 | 109780 | Tarciani Nunes | 4178915 |

Prof. Turismologia - 40h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|-----------------------------------|------------|
| 1 | 108985 | Daiani Beccari Nunes | 5409755 |
| 2 | 110432 | Gabriel Machado Santos | 4419651 |
| 3 | 110756 | Karilaine Larissa Da Silva Ferraz | 111239916 |
| 4 | 110324 | Keller Jose Waltrick | 0003041425 |
| 5 | 107814 | Maria Carolina Muniz E Silva | 24832813 |
| 6 | 110006 | Ricardo Luis Barby | 560920908 |
| 7 | 107818 | Vilson Jose Do Nascimento Junior | 7109088513 |

Orientador de Corte e Costura - 30h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|------------------------------|---------|
| 1 | 110373 | Marciana Das Gracias Hasckel | 1065029 |

Orientador de Dança - 20h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|----------------------------------|---------|
| 1 | 108519 | Romenya Izabel Goncalves Gabriel | 4449508 |

Orientador de Tecelagem - 40h

| Seq | Nº INSC | CANDIDATO | RG |
|-----|---------|---|---------|
| 1 | 110386 | Enoemia De Lourdes Lourenco De Medeiros | 2706396 |

São Joaquim, 02 de setembro de 2015.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015 - Processo nº 351/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE BARREIROS, LOCALIZADA NA RUA LEOBERTO LEAL, ESQUINA COM A RUA ANTÔNIO SCHROEDER, NO BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 21 de setembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 21 de setembro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 4913/2015

DECRETO Nº 4913/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DIEGO PEREIRA ALVES do cargo de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4914/2015

DECRETO Nº 4914/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor SANDRO HENRIQUE GARCES VIEIRA do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM 7, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4915/2015

DECRETO Nº 4915/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado DIEGO PEREIRA ALVES para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM 7, com lotação na Fundação Educacional Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4916/2015

DECRETO Nº 4916/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SANDRO HENRIQUE GARCES VIEIRA para o cargo em comissão de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4917/2015

DECRETO Nº 4917/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor REGINALDO NILTON AMANDIO do cargo de Assessor VI Administrativo – CCM 06, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4918/2015

DECRETO Nº 4918/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado REGINALDO NILTON AMANDIO para o cargo em comissão de Supervisor de Gabinete – CCM 6, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4919/2015

DECRETO Nº 4919/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor PEDRO AUGUSTO GAZANIGA do cargo de Assessor III Administrativo – CCM4, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4920/2015

DECRETO Nº 4920/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado PEDRO AUGUSTO GAZANIGA para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo – CCM 4, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4941/2015

DECRETO Nº 4941/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora KATIA FIRMO do cargo de Diretor Administrativo e Operacional – CCM 07, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4942/2015

DECRETO Nº 4942/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MARÇAL HENRIQUE SANTINI do cargo de Diretor de Normas e Legislação Urbana– CCM 7, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4943/2015

DECRETO Nº 4943/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada KATIA FIRMO para exercer o cargo de Diretor de Normas e Legislação Urbana– CCM 7, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos , nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4944/2015

DECRETO Nº 4944/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MARÇAL HENRIQUE SANTINI para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Operacional- CCM 7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4945/2015

DECRETO Nº 4945/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CARMELITA ZANINI DO LIVRAMENTO do cargo de Chefe do Museu Histórico Municipal, CCM-03, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4946/2015

DECRETO Nº 4946/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CHARLES AUGUSTO MACÁRIO do cargo de Assessor IV Administrativo – CCM 03, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4947/2015

DECRETO Nº 4947/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado CHARLES AUGUSTO MACÁRIO para o cargo em comissão de Chefe do Museu Histórico Municipal, CCM-03, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4948/2015

DECRETO Nº 4948/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CARMELITA ZANINI DO LIVRAMENTO para exercer o cargo em comissão de Assessor IV Administrativo – CCM 03, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designada para apurar a Instrução Preliminar nº 002/2015, instaurado pela Secretaria de Saúde do Município de São José/SC, conforme memorando interno nº 90/2014, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora NADIR COELHO, matrícula 13.518, ocupante do cargo de "PROFESSOR", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 08 de setembro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar de abandono de emprego (configura abandono de cargo a ausência intencional e injustificada do servidor ao serviço, por mais de por mais de trinta dias consecutivos) prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 28 de agosto de 2015.
RODRIGO JOÃO MACHADO
Comissão de Processos Disciplinares
Membro

das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2015 – Processo nº 249/2015.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES, SALVAMENTO E RESGATE, PROTEÇÃO INDIVIDUAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE OXIGÊNIO, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de setembro de 2015 às 18h00min até dia 17 de setembro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 17 de setembro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2015 – Processo nº 315/2015.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de setembro de 2015 às 18h00min até dia 16 de setembro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 16 de setembro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

DECRETO 4430/2015

DECRETO Nº 4430/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 007380/2015 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora RITINHA ROMAGNA NAZARO, matrícula 13957-2, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 78% (setenta e oito por cento) sobre a média das contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4590/2015

DECRETO Nº 4590/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta

no Processo nº 006404/2015 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora LINDAURA MARIA DE SOUZA, matrícula 10208, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, insalubridade e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4591/2015

DECRETO Nº 4591/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 005010/2015 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ANIZILDA MARQUES FILIPPI, matrícula 1167-3, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio

e adicional de pós-graduação, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4592/2015

DECRETO Nº 4592/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 010257/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora BRIGIDA DA CRUZ WELTER, matrícula 13464, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com proventos integrais, calculados com base na média das contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4593/2015

DECRETO Nº 4593/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 001873/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora FABIANA FERREIRA SOUZA HOFFMANN, matrícula 15404, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com proventos proporcionais a 18% (dezoito por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4668/2015

DECRETO Nº 4668/2015

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 025790/2014 e com base no artigo 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, Lei Complementar 05/2002, artigo 17, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte ao Sr. MAURÍCIO DA SILVA, filho inválido da Inativa Sra. Maura Maria da Silva, falecida em 09/11/2014, no valor correspondente a totalidade dos proventos dainativa, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 09/11/2014, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI
Presidente Interino

DECRETO 4694/2015

DECRETO Nº 4694/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 014638/2015 e com base no artigo 40, inciso III, "a" da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ANA CRISTINA AMARAL CHIERIGHINI PIMENTEL, matrícula 13539, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, 100% (cem por cento), calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de julho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI
Presidente Interino

DECRETO 4839/2015

DECRETO Nº 4839/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 008632/2015 e com base no artigo 40, §1º e § 5º, inciso III, "a", da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora CLEUNICE MUSSATO BARCELOS, matrícula 13706, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4840/2015

DECRETO Nº 4840/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 18272/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o servidor JOSÉ ROBERTO FLORIDI, matrícula 11931, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração, composta de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4841/2015

DECRETO Nº 4841/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 005042/2015 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "a" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora KÁTIA REGINA CORREA CLARINDA, matrícula 13711, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com integrais, calculados com base na média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 4842/2015

DECRETO Nº 4842/2015
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002446/2015 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora VERA LÚCIA BUAES PIZZATO, matrícula 2733, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 71% (setenta e um por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.639, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.639, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

“REVOGA EFEITOS DO DECRETO Nº 5.539, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE CONCEDIA GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 5.539, de 06 de fevereiro de 2015, que concedia gratificação a Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.637, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 5.637, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE NOVO HORÁRIO DE TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE, esta é uma das medidas de contenção de gastos que visam o reequilíbrio das contas públicas, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como por razões de interesse público e economicidade,

DECRETA:

Art. 1º. A jornada de trabalho para os Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro passa a ser das 7 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Cras e Centro de Idosos, permanecerão com horário normal de suas atividades.

§ 2º. O setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura permanecerá com horário normal de suas atividades até o término do ano letivo, e após, adota a jornada de trabalho estabelecida no caput deste artigo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 28 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.638, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.638, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

“REVOGA EFEITOS DO DECRETO Nº 5.540, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE CONCEDIA GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 5.540, de 06 de fevereiro de 2015, que concedia gratificação a Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.640, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.640, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal FERNANDO JULIO WILL, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Saúde, Matrícula nº 2.746, Nível 19, Grupo DAC, no período de 01 a 03 de setembro de 2015, por motivo de

superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5641, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5641, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

“ALTERA LOCALIZAÇÃO DE PONTO DE VENDA PARA COMERCIO EVENTUAL (CAMELÔ) CRIADO PELO DECRETO Nº 1.828/94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Ponto de venda para comércio eventual (camelô), nº 01 (um), criado pelo Decreto nº 1.828, de 14 de julho de 1994, passará a localizar-se na Avenida Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Hermínio Conte, em frente ao Posto Avenida, em nosso Município, extinguindo-se desta maneira, a localização anterior, ou seja, Rua Santo Antônio esquina com a Rua Odilo Antônio Link, em frente à propriedade do Senhor José Lario Zimmer.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto nº 5.597, de 12 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 191/2015 - SF

DECRETO Nº. 191/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 8º, Inciso I, da Lei Municipal 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014

- LOA, no valor de R\$17.242,50 (dezesete mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.054 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL

“70”3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$17.242,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Programa “Auxílio Exames” do Governo do Estado, Fonte Nº 1.0067, no valor de R\$17.242,50 (dezesete mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de agosto de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 192/2015 - SF

DECRETO Nº. 192/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN, PLANEJ EDUCACIONAL

“112”3.3.90.36.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN, PLANEJ EDUCACIONAL

“113”3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de agosto de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 193/2015 - SF

DECRETO Nº. 193/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"3"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$3.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"4"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de consumo R\$3.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de agosto de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 060/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 060/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ***

*** As vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destinam-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

AMAUARI BUSATTA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ***

*** As vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destinam-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

ANDERSON BELLETZ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AGENTE ADMINISTRATIVO

| |
|-----------------------|
| SIMONE MARLI NIELSSON |
|-----------------------|

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.406, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.406, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas, no valor de até R\$2.000,00 (dois mil reais), com o pagamento de despesas com transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do atleta cedrense, Kauê Maciel Costa, para participação no Circuito Nacional de Tênis dos Correios 2015 – 4ª Etapa, nos dias 27 a 30/08 na cidade de Rio de Janeiro/RJ, Copa FCT – Federação Catarinense de Tênis, dias 02/09 a 06/09, na cidade de Brusque/SC, Circuito Nacional de Tênis dos Correios 2015 – 5ª Etapa, nos dias 09/09 a 13/09 na cidade de Barueri/SP e Confederação Sudamericana de Tênis, nos dias 26/09 a 03/10 na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.407, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.407, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

"RATIFICA NOME DAS RUAS DA SEDE DO DISTRITO DE MARIFLOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTO

NIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o nome das ruas do perímetro urbano do Distrito de Mariflor, denominadas da seguinte forma:

- RUA ALECRIN;
- RUA FLORIANÓPOLIS;
- RUA JOSÉ BONIFÁCIO;
- RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS;
- RUA FLORIANO PEIXOTO;
- RUA MAURICIO CARDOSO;
- RUA RIO GRANDE DO SUL;
- RUA PERNAMBUCO;
- RUA DUQUE DE CAXIAS;
- RUA PARANÁ;
- RUA MINAS GERAIS;
- AVENIDA SÃO PAULO;
- RUA AMAZONAS;
- RUA GOIAS;
- RUA SÃO MIGUEL;
- RUA ERECHIM.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/09/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015. OBJETO: LOCAÇÃO DE UM BRITADOR MÓVEL, RESULTANDO EM PRODUTO FINAL (BRITA) A SER UTILIZADO NA CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 02 de setembro de 2015.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 126/2015 - CC Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015, MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 007/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RIO DE JANEIRO, ENTRE O ACESSO SUL, E A AVENIDA BRASIL, COM ÁREA TOTAL DE 29.289,26 M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 02 de setembro de 2015.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano certifica que a empresa TATIANE COMUNELLO ME, localizada na Avenida Brasil, 312 – Bairro Progresso, no município de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ nº 13.424.471/0001-79, está credenciada para realizar os serviços de coleta e disposição final de entulhos no Município de São Lourenço do Oeste/SC.

O presente Certificado tem validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua emissão.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de setembro de 2015.

Ilvo Gabriel Ioris

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DECRETO Nº 5.163, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.163, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|------------------------------|------------------------------|------------------|----------------|--|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 08.01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 12.361.4505.2.014 | | | | |
| .3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 | 55 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 | |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | | |
|------------------------------|------------------------------|------------------|----------------|--|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 08.01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 12.361.4505.2.014 | | | | |
| .4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 | 58 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 | |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.164, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.164, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|------------------------------|------------------|---------------|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 08.01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 12.361.4505.2.014 .3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 | 54 | Aplicação Direta | R\$ 50.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | |
|---|------------------------------|------------------|---------------|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 08.01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 12.361.4505.2.014 .4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 | 57 | Aplicação Direta | R\$ 50.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.165, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.165, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|------------------------------|------------------|----------------|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 08-01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 12.365.4505.2.015 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 | 83 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | |
|---|------------------------------|------------------|----------------|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 08-01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | |
| 12.365.4505.2.015 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 | 87 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015**

Baixa normas para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a pavimentação de ruas da cidade de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 112 e seguintes do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ EXECUTADA NA RUA RUI BARBOSA, ENTRE RUA DOM PEDRO II E A RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, que será regido pelas seguintes cláusulas:

I - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

I.1 - A obra será executada na rua Rui Barbosa, entre rua Dom Pedro II e rua Pedro Álvares Cabral, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte:

I.1.1 - Quadra 02 - Série D - Imóveis: 1628, 1648, 1647, 1646, 1645, 112, 1643, 1642, 1641, 1640, 5743;

I.1.2 - Quadra 05 - Série D - Imóveis: 63014, 63018, 63017, 3293, 63019, 1766, 1767, 1768, 3888, 1770, 1771, 61346, 1772, 1773, 2806.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

II.1 - O memorial descritivo do projeto encontra-se no Anexo I deste Edital.

III - ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO ESTIMADO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

III.1 - Foi estimado que os índices de valorização dos imóveis, referente a rua Rui Barbosa, entre rua Dom Pedro II e rua Pedro Álvares Cabral, será de 7% (sete por cento), conforme Anexo III deste Edital.

III.2 - O índice previsto acima incidirá sobre o valor venal do terreno, levando-se em consideração a testada do respectivo imóvel, utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais, conforme previsto no art. 113, do Código Tributário Municipal e item VI deste Edital.

IV - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

IV.1 - O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

V - VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

V.1 - O valor total a ser lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 143.261,38 (cento e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), referente a rua Rui Barbosa, conforme disposto art. 113-D, do Código Tributário Municipal, e item VII deste Edital.

V.2 - Na hipótese do resultado da operação acima descrita ultrapassar o limite previsto no item III deste Edital, o valor será minorado até que o resultado atinja referido percentual.

VI - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA

VI.1 - O custo da obra, levado em consideração nesta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes de acordo com o seguinte critério:

VI.1.1 - A testada do imóvel determinará a cota de participação de cada contribuinte, que será multiplicada pelo valor venal total das respectivas quadras. O resultado desta operação será novamente multiplicado pelo índice de valorização imobiliária de cada terreno (7% - sete por cento - para a rua Rui Barbosa), conforme previsto no item III deste Edital.

VI.1.2 - Referida operação determinará o valor a ser recolhido a título de Contribuição de Melhoria.

VII - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 113-E, DO CTM)

VII.1 - A parcela individual do custo da obra, a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte:

| Rua Rui Barbosa, entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Pedro Álvares Cabral | | | | | | | |
|--|------|------------------------|-------|------------|------------------------|---------------|--------------|
| QDA. | LOTE | CONTRIBUINTE | Test. | Cota Part. | Valor Venal (em reais) | 7% (em reais) | Nº DO IMÓVEL |
| 05 "D" | P/06 | ROBERTO CASAGRANDE | 4,5 | 1,39% | 40.814,53 | 2.462,93 | 63014 |
| 05 "D" | P/06 | NELSON JUNIOR LOVERA | 4,5 | 1,39% | 19.491,80 | 1.364,43 | 63018 |
| 05 "D" | P/06 | FERNANDO MARTINS PEDRO | 4,5 | 1,39% | 21.360,88 | 1.495,26 | 63017 |

| | | | | | | | |
|---|---------|-------------------------------------|-------|-------|--------------|------------|-------|
| 05 "D" | P/06 | NELSON JUNIOR LOVERA | 4,5 | 1,39% | 106.983,65 | 2.462,93 | 3293 |
| 05 "D" | P/06 | ROBERTO CASAGRANDE ME | 4,5 | 1,39% | 30.591,82 | 2.141,43 | 63019 |
| 05 "D" | P/06 | ARMELINDA RANCATI DE DEUS | 20 | 6,20% | 152.577,68 | 10.680,44 | 1766 |
| 05 "D" | P/8 | SUSILEI MARA ZATTA | 12 | 3,72% | 147.126,53 | 6.567,82 | 1767 |
| 05 "D" | P/8 | ERNESTO JOÃO RECK | 13,2 | 4,09% | 161.839,18 | 7.224,60 | 1768 |
| 05 "D" | 10 | NEVIO ANTONIO WITTMANN | 18 | 5,58% | 220.689,79 | 9.851,73 | 3888 |
| 05 "D" | P/12,14 | VADIR ZATTA | 15 | 4,65% | 183.908,16 | 8.209,77 | 1770 |
| 05 "D" | P/14 | GILDO ABATTI | 8 | 2,48% | 49.042,18 | 3.432,95 | 1771 |
| 05 "D" | P/14 | CALVES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA | 3 | 0,93% | 85.823,81 | 1.641,95 | 61346 |
| 05 "D" | P/20 | ERNESTO JOÃO RECK | 15 | 4,65% | 61.302,72 | 4.291,19 | 1772 |
| 05 "D" | P/20 | MARCIO NIEROTKA | 15 | 4,65% | 61.302,72 | 4.291,19 | 1773 |
| 05 "D" | P/20 | IRANI FIORAVANTE BALOTIN | 20 | 6,20% | 89.910,66 | 6.293,75 | 2806 |
| 02 "D" | P/01 | NATALINO RIGO | 15 | 4,65% | 191.427,96 | 8.209,77 | 1628 |
| 02 "D" | P/01 | ALMERINDA FERNANDES DA SILVA | 22 | 6,82% | 73.563,26 | 5.149,43 | 1648 |
| 02 "D" | P/01 | JOAO CARLOS PIRES | 12 | 3,72% | 73.563,26 | 5.149,43 | 1647 |
| 02 "D" | 2 | LIGIA LOVERA - CAROLINE LOVERA | 13 | 4,03% | 79.693,54 | 5.578,55 | 1646 |
| 02 "D" | 3 | LIGIA LOVERA - CAROLINE LOVERA | 14 | 4,34% | 92.975,79 | 6.508,31 | 1645 |
| 02 "D" | 4 | ARNALDO ANTONIO ECKER | 14 | 4,34% | 104.418,97 | 7.309,33 | 112 |
| 02 "D" | 5 | ARNALDO ZAMPROGNA | 15 | 4,65% | 121.379,39 | 8.209,77 | 1643 |
| 02 "D" | 6 | ERALDO ZAMPROGNA | 12 | 3,72% | 87.295,07 | 6.110,65 | 1642 |
| 02 "D" | 7 | ADIR COLDEBELLA E OUTROS | 12 | 3,72% | 78.467,48 | 5.492,72 | 1641 |
| 02 "D" | 8 | ARCEMINA JOSE DE BRITTOS DESTRI | 12 | 3,72% | 85.415,12 | 5.979,06 | 1640 |
| 02 "D" | P/QD | ELEDIR RIZZOTO | 20 | 6,20% | 102.171,20 | 7.151,98 | 5743 |
| | | | 322,7 | 100% | 2.523.137,15 | 143.261,38 | |
| Total Geral: rua Rui Barbosa, entre a rua Dom Pedro II e a rua Pedro Álvares Cabral | | | | | 2.523.137,15 | 143.261,38 | |

VIII - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL

VIII.1 - Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para impugnação de qualquer dos elementos do Plano, que se encontra à disposição dos interessados no mural da Prefeitura, no site do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

VIII.2 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

VIII.3 - A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

IX - LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

IX.1 - Após a conclusão da obra e respeitados os princípios da anterioridade e da noventena, será publicado Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria, a qual será arrecadada seguindo-se as normas estabelecidas pelo art. 113-L do Código Tributário Municipal.

X - ISENÇÕES

X.1 - O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor apurado como Contribuição de Melhoria.

X.2 - Para provar a propriedade única de imóvel deverá ser apresentada Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, enquanto que a prova de rendimentos/benefícios deve ser feita à vista de Declaração do órgão responsável pelo pagamento.

XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), laudo de valorização estimada dos imóveis beneficiados (Anexo III), bem como disposições legais aplicáveis à Contribuição de Melhoria (Anexo IV).

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015 - ANEXO I**MEMORIAL DESCRITIVO****DADOS DA OBRA**

Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Rui Barbosa

Local: Entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Dom Pedro II

Município: São Lourenço do Oeste/SC

Área de Projeção da Rua: 3.134,30 m²

Área Total (considerando a inclinação do terreno): 3.137,06 m²

DADOS DO PROPRIETÁRIO

Proprietário: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CNPJ 83.021.873/0001-08

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 – Centro.

CEP 89990-000

Município: São Lourenço do Oeste – SC

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Responsável Técnico: Engenheira Civil Francielle Honesko

CREA PR: 138279/D

VISTO SC: 134784-3

Desenho: Geanne C. Tapero

OBJETIVO

A finalidade do presente documento é descrever as etapas construtivas, bem como os materiais utilizados para execução da obra de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Rui Barbosa, entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Dom Pedro II, município de São Lourenço do Oeste. A pavimentação asfáltica será executada sobre pavimentação de pedras irregulares existente. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e projetos aprovados. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e autorização da fiscalização da Contratante. Todos os materiais e serviços utilizados na obra deverão seguir as Normas Técnicas e recomendações de execução do DEINFRA, DNIT e ABNT. A fiscalização da Contratante se reserva no direito de a qualquer momento da execução dos serviços solicitar a paralisação ou mesmo mandar refazer-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre às últimas. A Contratada deverá, durante a execução de todos os serviços previstos para conclusão da obra, observar as normas de segurança do trabalho para seus colaboradores. A Contratada deverá visitar o local onde serão executadas as obras, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento dos serviços a serem realizados. Na ocasião dos boletins de medição é obrigatório a entrega do Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios. O controle tecnológico deve ser feito de acordo com as recomendações constantes nas Especificações de Serviço e Normas do DNIT. Os custos dos ensaios tecnológicos deverão ser previstos nos preços unitários dos serviços de pavimentação.

SERVIÇOS PRELIMINARES

O início da obra deve ser precedido pela apresentação pela Contratada de todos os documentos definidos pelo Contrato. A contratada deverá fixar no local da obra uma placa, fixa em estrutura de madeira, com tamanho de 2,50m². As dimensões, cores e modelo serão determinados e fornecidos pelo fiscal da Contratante.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Os serviços de topografia deverão ser executados por um profissional habilitado, que deverá locar e nivelar a obra. Será exigido estaqueamento com piquetes a cada 20m (vinte metros) no sentido

longitudinal. O novo pavimento será aplicado sobre pavimentação existente. A Contratada deverá lavar e limpar a pista antes da aplicação do novo revestimento. Nos locais onde se fizer necessário, a Contratada deverá executar a reperfilagem asfáltica. Concluída a lavagem da pista, não se deve permitir o trânsito sobre a mesma. Após a lavagem, será executada pintura de ligação que tem por função proporcionar a ligação entre o pavimento existente e o novo revestimento. O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,6 L/m². A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10° C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada. A camada de rolamento será executada em C.B.U.Q. Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP-50/70). O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas. O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas. O teor de asfalto será de 5,8 a 6,4 %, sendo que a porcentagem de betume se refere à mistura de agregados considerada como 100%. O revestimento será em C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O C.B.U.Q. deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165° C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120° C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada com o auxílio da vibroacabadora, obedecendo à espessura do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante. A Contratada deverá executar reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm e capa asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm. Os canteiros centrais serão executados em concreto armado pré-moldado, com resistência mínima de 25 Mpa, seguindo as dimensões e forma conforme projeto em anexo. Nos locais definidos em projeto deverão ser executadas rampas em concreto desempenado para acesso

dos portadores de deficiência, sendo que estas devem atender às recomendações da ABNT. Nos locais definidos em projeto onde se faz necessária a execução da base e sub-base, estas devem ser executadas conforme detalhes fornecidos em projeto.

DRENAGEM PLUVIAL

A escavação das valas deverá ser mecânica e realizada com auxílio de uma retroescavadeira. O material retirado da escavação deverá ser depositado ao lado da vala, para posteriormente ser utilizado no reaterro da mesma ou removido até um local de bota-fora. Deverá ser compactado o fundo da vala antes do assentamento da tubulação de drenagem, para evitar recalques, e consequentes danos nesta. Para a tubulação de drenagem serão utilizados tubos de concreto simples de seção circular com diâmetro de 400mm. Para o emprego de tubulações sem estrutura especial, o recobrimento mínimo será de 60cm. O material utilizado para o reaterro das valas deverá ser o material retirado durante a escavação. Quando este apresentar matéria orgânica ou rocha, deverá ser descartado e substituído por material de 1ª categoria (argila). A compactação deverá ser realizada em camadas de 20 cm. Não serão admitidas deformações (recalques) na pavimentação oriundas de falhas na compactação. O recolhimento das águas pluviais será feito através de caixas coletoras com boca de lobo. Estas serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco e fundo em concreto simples. As caixas de ligação serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco, fundo em concreto simples e fechamento superior com laje maciça de concreto armado. As caixas coletoras e de ligação seguirão rigorosamente o detalhamento apresentado em projeto.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

A sinalização vertical será realizada com placas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos metálicos 2". As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas conforme disposto no projeto em anexo. Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto da placa deverão ser submetidas à galvanização à fogo, que deverá ser executada nas partes internas e externas das peças, incluindo hastes de contravento, parafusos, porcas e arruelas. Deverão receber em seu verso uma capa em pintura eletrostática com secagem em estufa a 200°C. As películas refletivas que comporão os sinais das placas, sendo fundos, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas serão semi-refletivas. As placas deverão receber pintura reflexiva a fim de auxiliar a

visualização da mesma no período noturno ou em dias em que as condições de visibilidade do condutor estejam dificultadas. As formas, proporções e cores dos símbolos e cores das placas de advertência deverão estar de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. O poste deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 50 cm de sua base e mantenha altura mínima de 2 m na parte inferior da placa em relação ao solo. Em caso de dúvida na interpretação do projeto quanto ao posicionamento das placas, deverá ser solicitada orientação da fiscalização do Município.

A sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento. O material a ser usado na sinalização horizontal é tinta à base de resina acrílica emulsionada em solvente, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo. A espessura úmida deverá ser de 0,6mm a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado. Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retrorefletância inicial mínima de 150mcd/lux.m² para o amarelo e 200mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5º e ângulo de observância de 1,5º. Nos locais definidos em projeto a Contratada deverá realizar a instalação de tachas refletivas monodirecionais, tachões refletivos bidirecionais e calotas esféricas.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Fica o Município de São Lourenço do Oeste responsável pela remoção, carga e transporte do volume dos canteiros existentes, devendo deixar o local preparado para a execução dos serviços constantes no Orçamento a serem realizados pela Contratada.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e aceitação da fiscalização. A Contratada deverá, ao final da obra, apresentar projeto "As Built" e ensaios necessários à identificação e comprovação dos serviços realizados na obra.

São Lourenço do Oeste, 16 de Junho de 2015.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Eng. Civil Francielle Honesko

CREA PR 138279/D

VISTO SC 134784-3

PREFEITO MUNICIPAL

Geraldino Cardoso

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015 - ANEXO II

| CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | | | | | | | | | |
|--|------------------------|------------|--------|-----------|--|-----------|--------|-----------|---------|
| Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Rua Rui Barbosa | | | | | Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste | | | | |
| Local: Entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Dom Pedro II | | | | | Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro | | | | |
| Área Total: 3.137,06 m² | | | | | Município: São Lourenço do Oeste | | | | |
| | | | | | Estado: Santa Catarina | | | | |
| Item | Descrição dos Serviços | Total | % | Mês 01 | % | Mês 02 | % | Mês 03 | % |
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 7.050,49 | 3,26% | 7.050,49 | 100,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| 2 | DRENAGEM PLUVIAL | 22.222,92 | 10,29% | 11.111,46 | 50,00% | 11.111,46 | 50,00% | 0,00 | 0,00% |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA | 119.216,64 | 55,18% | 59.608,32 | 50,00% | 59.608,32 | 50,00% | 0,00 | 0,00% |
| 4 | CANTEIRO CENTRAL | 38.056,25 | 17,62% | 0,00 | 0,00% | 19.028,13 | 50,00% | 19.028,13 | 50,00% |
| 5 | SINALIZAÇÃO VIÁRIA | 28.490,17 | 13,19% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 28.490,17 | 100,00% |
| 6 | SERVIÇOS FINAIS | 1.003,86 | 0,46% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 1.003,86 | 100,00% |

| | | | | | | | | | |
|---|------------|---------|--------------------|--------|------------|--------|------------|---------|--|
| | | | | | | | | | |
| Total Simples | 216.040,34 | 100,00% | 77.770,27 | 36,00% | 89.747,91 | 41,54% | 48.522,16 | 22,46% | |
| Total Acumulado | 216.040,34 | 100,00% | 77.770,27 | 36,00% | 167.518,18 | 77,54% | 216.040,34 | 100,00% | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Agosto de 2015. | | | | | | | | | |
| RESPONSÁVEL TÉCNICA | | | PREFEITO MUNICIPAL | | | | | | |
| Eng.Civil Francielle Honesko | | | Geraldino Cardoso | | | | | | |
| CREA PR 138279/D VISTO SC 134784-3 | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------|
| COMPOSIÇÃO DO BDI | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente | | | | | | | | | |
| (CUBUQ) na Rua Rui Barbosa | | | | | | | | | |
| Local: Entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Dom Pedro II | | | | | | | | | |
| Área Total: 3.137,06 m² | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| COMPOSIÇÃO DO BDI | | | | | | | | | |
| RIS = risco e imprevistos | | | | | | 0,91% | | | 1,0091 |
| DEF = despesas financeiras | | | | | | 0,59% | | | 1,0059 |
| SG = seguro e garantia | | | | | | 0,79% | | | 1,0079 |
| ADM= administração central | | | | | | 3,70% | | | 1,0370 |
| LB = lucro bruto | | | | | | 7,65% | | | 1,0765 |
| IMP = imposto | | | | | | 5,65% | | | 1,0599 |
| ISS | | | | | | 2,00% | | | |
| PIS | | | | | | 0,65% | | | |
| COFINS | | | | | | 3,00% | | | |
| BDI Utilizado | | | | | | 20,97% | | | 1,2097 |
| | | | | | | | | | |
| BDI = {[1/(1-IMP))*(1+ADM)*(1+DEF)*(1+RIS)*(1+LB)]-1*100 | | | | | | {[(1+ADM+S+G+RIS))*(1+DEF)*(1+LB)/(1-IMP)]-1 | | | |
| BDI = | | | | | | 20,97% | | | |
| | | | | | | | | | |
| São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Agosto de 2015. | | | | | | | | | |
| RESPONSÁVEL TÉCNICA | | | | | | | | | |
| Eng.Civil Francielle Honesko | | | | | | | | | |
| CREA PR 138279/D VISTO SC 134784-3 | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Agosto de 2015. | | | | | | | | | |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: _____ | | | | | | | | | |

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015 - ANEXO III

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO

Francielle Honesko, Engenheira Civil, Brasileira, Solteira, inscrita sob o CPF nº 053.724.129-92, RG nº 8.341.152-0 SSP/PR, registrada no CREA SC sob nº 134.784-3, residente e domiciliando na Rua Paraná, nº 804, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, apresenta Laudo de Avaliação conforme segue:

DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste
CNPJ: 83.021.873/0001-08
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro
Município: São Lourenço do Oeste – SC

OBJETIVO

O presente Laudo Técnico tem por finalidade apresentar a valorização dos imóveis localizados na RUA RUI BARBOSA, ENTRE A RUA DOM PEDRO II E A RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, em razão da execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da via acima nominada.

AVALIAÇÃO

Considerando o preço de mercado dos imóveis objetos desta avaliação e em conformidade com as transações imobiliárias firmadas até esta data;

Considerando a melhoria da via com a implantação da infraestrutura acima descrita;

Vislumbro uma valorização imobiliária de 7% (sete por cento) para os imóveis, conforme apresentado na planilha constante no Anexo I.

São Lourenço do Oeste, 27 de agosto de 2015.

FRANCIELLE HONESKO

Engenheira Civil

CREA SC 134.783-3

CREA PR 138.279/D

ANEXO I

VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA RUI BARBOSA

| Rua Rui Barbosa entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Pedro Alvares Cabral | | | | | | | |
|---|----------|-------------------------------------|-------|-----------|--------------|------------|--------------|
| QDA. | LOTE | CONTRIBUINTE | Test | Cota Part | VALOR VENAL | 7% | Nº DO IMÓVEL |
| 05 " D" | P/06 | ROBERTO CASAGRANDE | 4,5 | 1,39% | 40.814,53 | 2.462,93 | 63014 |
| 05 " D" | P/06 | NELSON JUNIOR LOVERA | 4,5 | 1,39% | 19.491,80 | 1.364,43 | 63018 |
| 05 " D" | P/06 | FERNANDO MARTINS PEDRO | 4,5 | 1,39% | 21.360,88 | 1.495,26 | 63017 |
| 05 " D" | P/06 | NELSON JUNIOR LOVERA | 4,5 | 1,39% | 106.983,65 | 2.462,93 | 3293 |
| 05 " D" | P/06 | ROBERTO CASAGRANDE ME | 4,5 | 1,39% | 30.591,82 | 2.141,43 | 63019 |
| 05 " D" | P/06 | ARMELINDA RANCATI DE DEUS | 20 | 6,20% | 152.577,68 | 10.680,44 | 1766 |
| 05 " D" | P/8 | SUSILEI MARA ZATTA | 12 | 3,72% | 147.126,53 | 6.567,82 | 1767 |
| 05 " D" | P/8 | ERNESTO JOÃO RECK | 13,2 | 4,09% | 161.839,18 | 7.224,60 | 1768 |
| 05 " D" | 10 | NEVIO ANTONIO WITTMANN | 18 | 5,58% | 220.689,79 | 9.851,73 | 3888 |
| 05 " D" | P/12 ,14 | VADIR ZATTA | 15 | 4,65% | 183.908,16 | 8.209,77 | 1770 |
| 05 " D" | P/14 | GILDO ABATTI | 8 | 2,48% | 49.042,18 | 3.432,95 | 1771 |
| 05 " D" | P/14 | CALVES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA | 3 | 0,93% | 85.823,81 | 1.641,95 | 61346 |
| 05 " D" | P/20 | ERNESTO JOÃO RECK | 15 | 4,65% | 61.302,72 | 4.291,19 | 1772 |
| 05 " D" | P/20 | MARCIO NIEROTKA | 15 | 4,65% | 61.302,72 | 4.291,19 | 1773 |
| 05 " D" | P/20 | IRANI FIORAVANTE BALOTIN | 20 | 6,20% | 89.910,66 | 6.293,75 | 2806 |
| 02 " D" | P/01 | NATALINO RIGO | 15 | 4,65% | 191.427,96 | 8.209,77 | 1628 |
| 02 " D" | P/01 | ALMERINDA FERNANDES DA SILVA | 22 | 6,82% | 73.563,26 | 5.149,43 | 1648 |
| 02 " D" | P/01 | JOAO CARLOS PIRES | 12 | 3,72% | 73.563,26 | 5.149,43 | 1647 |
| 02 " D" | 2 | LIGIA LOVERA - CAROLINE LOVERA | 13 | 4,03% | 79.693,54 | 5.578,55 | 1646 |
| 02 " D" | 3 | LIGIA LOVERA - CAROLINE LOVERA | 14 | 4,34% | 92.975,79 | 6.508,31 | 1645 |
| 02 " D" | 4 | ARNALDO ANTONIO ECKER | 14 | 4,34% | 104.418,97 | 7.309,33 | 112 |
| 02 " D" | 5 | ARNALDO ZAMPROGNA | 15 | 4,65% | 121.379,39 | 8.209,77 | 1643 |
| 02 " D" | 6 | ERALDO ZAMPROGNA | 12 | 3,72% | 87.295,07 | 6.110,65 | 1642 |
| 02 " D" | 7 | ADIR COLDEBELLA E OUTROS | 12 | 3,72% | 78.467,48 | 5.492,72 | 1641 |
| 02 " D" | 8 | ARCEMINA JOSE DE BRITTOS DESTRI | 12 | 3,72% | 85.415,12 | 5.979,06 | 1640 |
| 02 " D" | P/QD | ELEDIR RIZZOTO | 20 | 6,20% | 102.171,20 | 7.151,98 | 5743 |
| | | | 322,7 | 100% | 2.523.137,15 | 143.261,38 | |
| Total Geral | | | | | 2.523.137,15 | 143.261,38 | |

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015 - ANEXO IV

DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
APLICÁVEIS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

(Artigos com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro 2009)

"Art. 112. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária aos bens imóveis."

"Art. 113. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a notória valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública, presumindo-se esta em valor nunca inferior a 7% e nem superior a 15% do valor venal do terreno utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais."

"Art. 113-A. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de se us titulares respectivos."

"Art. 113-B. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento e pavimentação de vias públicas;

II - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

III - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Reputam-se feitas pelo Município e em decorrência disso, sujeitas a contribuição de melhoria, as obras executadas em convênio com o Estado e a União, tomando como limite de contribuição o valor da contrapartida do Município."

"Art. 113-C. A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindir de novos serviços de infra-estrutura;

II - em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais."

"Art. 113-D. O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder o custo total da respectiva obra, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

Parágrafo único. Incluir-se-ão nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na área de influência da obra."

"Art. 113-E. A determinação do valor individual da contribuição de melhoria, será calculada proporcionalmente ao valor total da obra e não poderá exceder a valorização imobiliária decorrente da obra realizada.

Parágrafo único. Quando o somatório dos valores individuais da contribuição de melhoria, apurados na forma do caput deste artigo, igualar-se ao custo total da obra e sendo o valor individual fixado para o respectivo imóvel inferior ao percentual mínimo de valorização fixado no artigo 113, este prevalecerá sobre aquele."

"Art. 113-F. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes

elementos:

I - delimitação da área de influência da obra e a relação dos imóveis que a integram;

II - memorial descritivo do projeto;

III - índice de valorização estimado dos imóveis beneficiados;

IV - orçamento do custo da obra;

V - valor total a ser lançado a título de contribuição de melhoria;

VI - plano de rateio do custo da obra, que levará em conta a testada de cada imóvel beneficiado;

VII - determinação do valor da parcela individual do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, condições e formas de pagamento;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere este artigo.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

§ 3º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através da publicação no órgão oficial do Município do Edital referido neste artigo, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria."

"Art. 113-G. O contribuinte poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova."

"Art. 113-H. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal."

"Art. 113-I. A autoridade competente para julgar a impugnação proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido."

"Art. 113-J. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no quinto dia útil seguinte ao da publicação."

"Art. 113-K. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria no caso de obra comunitária, poderá ser lançada e arrecadada antecipadamente à ocorrência do fato gerador, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido."

"Art. 113-L. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Parágrafo único. Se o contribuinte optar pelo pagamento a vista, será concedido desconto de 5% (cinco por cento)."

"Art. 113-M. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência."

"Art. 113-N. O pagamento será efetuado via depósito bancário."

"Art. 113-O. O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% do valor apurado como Contribuição de Melhoria."

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015**

Baixa normas para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a pavimentação de ruas da cidade de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 112 e seguintes do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ EXECUTADA NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, ENTRE RUA RUI BARBOSA E À AVENIDA ERNESTO BEUTER, que será regido pelas seguintes cláusulas:

I - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

I.1 - A obra será executada na rua Pedro Álvares Cabral, entre a Avenida Ernesto Beuter e a rua Rui Barbosa, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte:

I.1.1 - Quadra 05 - Série E - Imóveis: 2124, 2125, 2126, 2127, 2128;

I.1.2 - Quadra 05 - Série D - Imóveis: 1774, 1775, 1776, 4034, 2808, 2807, 2812, 3722, 2816, 2814, 2813, 2810, 2811, 60064, 5563, 5564, 60928, 60452, 3721, 60929.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

II.1 - O memorial descritivo encontra-se no Anexo I deste Edital.

III - ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO ESTIMADO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

III.1 - Foi estimado que os índices de valorização dos imóveis, referente a rua Pedro Álvares Cabral, entre a Avenida Ernesto Beuter e a rua Rui Barbosa, será de 7% (sete por cento), conforme Anexo III deste Edital.

III.2 - O índice previsto acima incidirá sobre o valor venal do terreno, levando-se em consideração a testada do respectivo imóvel, utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais, conforme previsto no art. 113, do Código Tributário Municipal e item VI deste Edital.

IV - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

IV.1 - O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

V - VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

V.1 - O valor total a ser lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 138.975,05 (cento e trinta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinco centavos), referente a rua Pedro Álvares Cabral, conforme disposto art. 113-D, do Código Tributário Municipal e item VII deste Edital.

V.2 - Na hipótese do resultado da operação acima descrita ultrapassar o limite previsto no item III deste Edital, o valor será minorado até que o resultado atinja referido percentual.

VI - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA

VI.1 - O custo da obra, levado em consideração para esta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes de acordo com o seguinte critério:

VI.1.1 - A testada do imóvel determinará a cota de participação de cada contribuinte, que será multiplicada pelo valor venal total das respectivas quadras. O resultado desta operação será novamente multiplicado pelo índice de valorização imobiliária de cada terreno (7% - sete por cento - para a rua Pedro Álvares Cabral), conforme previsto no item III deste Edital.

VI.1.2 - Referida operação determinará o valor a ser recolhido a título de Contribuição de Melhoria.

VII - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 113-E, DO CTM)

VII.1 - A parcela individual do custo da obra, a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte:

| Rua Pedro Álvares Cabral, entre a Rua Rui Barbosa e a Avenida Ernesto Beuter | | | | | | | |
|---|---------|----------------------------------|-------|------------|------------------------|---------------|--------------|
| QDA. | LOTE | CONTRIBUINTE | Test. | Cota Part. | VALOR VENAL (em reais) | 7% (em reais) | Nº DO IMÓVEL |
| 05 "E" | 1 e 2 | COM. DE COMB. E LUBRI.LTDA | 16 | 8,40% | 762.888,40 | 16.350,25 | 2124 |
| 05 "E" | 3 | ARLINDO BAUMGARTEN WORLICZEK | 32 | 16,81% | 610.310,72 | 32.700,50 | 2125 |
| 05 "E" | 4 | CELIA REGINA WORLICZEK | 13,2 | 6,93% | 134.865,98 | 9.440,62 | 2126 |
| 05 "E" | P/05 | CARLOS ALBERTO BUZATTA | 15 | 7,88% | 153.256,80 | 10.727,98 | 2127 |
| 05 "E" | P/06 | ANTONIO KOLLING | 20 | 10,50% | 81.736,96 | 5.721,59 | 2128 |
| 05 "D" | P/20 | IRANI FIORAVANTE BALOTIN | 20 | 10,50% | 81.736,96 | 5.721,59 | 1774 |
| 05 "D" | 19 | JUAREZ DALPONT | 20 | 10,50% | 204.342,40 | 14.303,97 | 1775 |
| 05 "D" | 18 | GENI FLOR HERMES | 20 | 10,50% | 204.342,40 | 14.303,97 | 1776 |
| 05 "D" | P/17 | CLADIS WITTMANN | 15 | 7,88% | 144.061,39 | 10.084,30 | 4034 |
| 05 "D" | P/15,16 | FERNANDO CLAUDIO GRANZOTTO | 1,2 | 0,63% | 19.793,14 | 1.226,27 | 2808 |
| 05 "D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 45.597,84 | 1.226,27 | 2807 |
| 05 "D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 45.597,84 | 1.226,27 | 2812 |
| 05 "D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 16.287,67 | 1.226,27 | 3722 |
| 05 "D" | P/15,16 | DINIVAL DOS ANJOS VICENTE | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 2816 |
| 05 "D" | P/15,16 | ARI PERIN | 1,2 | 0,63% | 24.725,21 | 1.226,27 | 2814 |
| 05 "D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 2813 |
| 05 "D" | P/15,16 | SONIA ISABEL PANDINI | 1,2 | 0,63% | 19.861,80 | 1.226,27 | 2810 |
| 05 "D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 2811 |
| 05 "D" | P/15,16 | ANTONIO CAMBRUZZI | 1,2 | 0,63% | 24.725,21 | 1.226,27 | 60064 |
| 05 "D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 5563 |
| 05 "D" | P/15,16 | DINIVAL DOS ANJOS VICENTE | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 5564 |
| 05 "D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 60928 |
| 05 "D" | P/15,16 | CLEBER MORESCO, KARLA S. MORESCO | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 60452 |
| 05 "D" | P/15,16 | IVETE MANICA | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 3721 |
| 05 "D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 20.487,37 | 1.226,27 | 60929 |
| | | | 190,4 | 100,00% | 2.779.542,24 | 138.975,05 | |
| Total Geral: rua Pedro Álvares Cabral, entre a rua Rui Barbosa e à Avenida Ernesto Beuter | | | | | 2.779.542,24 | 138.975,05 | |

VIII - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL

VIII.1 - Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para impugnação de qualquer dos elementos do Plano, que se encontra à disposição dos interessados no mural da Prefeitura, no site do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

VIII.2 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

VIII.3 - A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

IX - LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

IX.1 - Após a conclusão da obra e respeitados os princípios da anterioridade e da noventena, será publicado Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria, a qual será arrecadada seguindo-se as normas estabelecidas pelo art. 113-L do Código Tributário Municipal.

X - ISENÇÕES

X.1 - O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor apurado como Contribuição de Melhoria.

X.2 - Para provar a propriedade única de imóvel deverá ser apresentada Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, enquanto que a prova de rendimentos/benefícios deve ser feita à vista de Declaração do órgão responsável pelo pagamento.

XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), laudo de valorização estimada dos imóveis beneficiados (Anexo III), bem como disposições legais aplicáveis à Contribuição de Melhoria (Anexo IV).

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

Geraldino Cardoso

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015 - ANEXO I**MEMORIAL DESCRITIVO****DADOS DA OBRA**

Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Pedro Álvares Cabral

Local: Entre a Avenida Ernesto Beuter e a Rua Rui Barbosa

Município: São Lourenço do Oeste/SC

Área de Projeção da Rua: 2.681,52 m²

Área Total (considerando a inclinação do terreno): 2.686,16 m²

DADOS DO PROPRIETÁRIO

Proprietário: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CNPJ 83.021.873/0001-08

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 – Centro.

CEP 89990-000

Município: São Lourenço do Oeste – SC

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Responsável Técnico: Engenheira Civil Francielle Honesko

CREA PR: 138279/D

VISTO SC: 134784-3

Desenho: Geanne C. Tapero

OBJETIVO

A finalidade do presente documento é descrever as etapas construtivas, bem como os materiais utilizados para execução da obra de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Pedro Álvares Cabral, entre a Avenida Ernesto Beuter e a Rua Rui Barbosa, município de São Lourenço do Oeste. A pavimentação asfáltica será executada sobre pavimentação de pedras irregulares existente. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e projetos aprovados. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e autorização da fiscalização da Contratante. Todos os materiais e serviços utilizados na obra deverão seguir as Normas Técnicas e recomendações de execução do DEINFRA, DNIT e ABNT. A fiscalização da Contratante se reserva no direito de a qualquer momento da execução dos serviços solicitar a paralisação ou mesmo mandar refazer-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre às últimas. A Contratada deverá, durante a execução de todos os serviços previstos para conclusão da obra, observar as normas de segurança do trabalho para seus colaboradores. A Contratada deverá visitar o local onde serão executadas as obras, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento dos serviços a serem realizados. Na ocasião dos boletins de medição é obrigatório a entrega do Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios. O controle tecnológico deve ser feito de acordo com as recomendações constantes nas Especificações de Serviço e Normas do DNIT. Os custos dos ensaios tecnológicos deverão ser previstos nos preços unitários dos serviços de pavimentação.

SERVIÇOS PRELIMINARES

O início da obra deve ser precedido pela apresentação pela Contratada de todos os documentos definidos pelo Contrato. A contratada deverá fixar no local da obra uma placa, fixa em estrutura de madeira, com tamanho de 2,50m². As dimensões, cores e modelo serão determinados e fornecidos pelo fiscal da Contratante.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Os serviços de topografia deverão ser executados por um profissional habilitado, que deverá locar e nivelar a obra. Será exigido estaqueamento com piquetes a cada 20m (vinte metros) no sentido

longitudinal. O novo pavimento será aplicado sobre pavimentação existente. A Contratada deverá lavar e limpar a pista antes da aplicação do novo revestimento. Nos locais onde se fizer necessário, a Contratada deverá executar a reperfilagem asfáltica. Concluída a lavagem da pista, não se deve permitir o trânsito sobre a mesma. Após a lavagem, será executada pintura de ligação que tem por função proporcionar a ligação entre o pavimento existente e o novo revestimento. O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,6 L/m². A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10° C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada. A camada de rolamento será executada em C.B.U.Q. Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP-50/70). O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas. O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas. O teor de asfalto será de 5,8 a 6,4 %, sendo que a porcentagem de betume se refere à mistura de agregados considerada como 100%. O revestimento será em C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O C.B.U.Q. deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165° C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120° C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada com o auxílio da vibroacabadora, obedecendo à espessura do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante. A Contratada deverá executar reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm e capa asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm. Os canteiros centrais serão executados em concreto armado pré-moldado, com resistência mínima de 25 Mpa, seguindo as dimensões e forma conforme projeto em anexo. Nos locais definidos em projeto deverão ser executadas rampas em concreto desempenado para acesso

dos portadores de deficiência, sendo que estas devem atender às recomendações da ABNT. Nos locais definidos em projeto onde se faz necessária a execução da base e sub-base, estas devem ser executadas conforme detalhes fornecidos em projeto.

DRENAGEM PLUVIAL

A escavação das valas deverá ser mecânica e realizada com auxílio de uma retroescavadeira. O material retirado da escavação deverá ser depositado ao lado da vala, para posteriormente ser utilizado no reaterro da mesma ou removido até um local de bota-fora. Deverá ser compactado o fundo da vala antes do assentamento da tubulação de drenagem, para evitar recalques, e consequentes danos nesta. Para a tubulação de drenagem serão utilizados tubos de concreto simples de seção circular com diâmetro de 400mm. Para o emprego de tubulações sem estrutura especial, o recobrimento mínimo será de 60cm. O material utilizado para o reaterro das valas deverá ser o material retirado durante a escavação. Quando este apresentar matéria orgânica ou rocha, deverá ser descartado e substituído por material de 1ª categoria (argila). A compactação deverá ser realizada em camadas de 20 cm. Não serão admitidas deformações (recalques) na pavimentação oriundas de falhas na compactação. O recolhimento das águas pluviais será feito através de caixas coletoras com boca de lobo. Estas serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco e fundo em concreto simples. As caixas de ligação serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco, fundo em concreto simples e fechamento superior com laje maciça de concreto armado. As caixas coletoras e de ligação seguirão rigorosamente o detalhamento apresentado em projeto.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

A sinalização vertical será realizada com placas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos metálicos 2". As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas conforme disposto no projeto em anexo. Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto da placa deverão ser submetidas à galvanização à fogo, que deverá ser executada nas partes internas e externas das peças, incluindo hastes de contravento, parafusos, porcas e arruelas. Deverão receber em seu verso uma capa em pintura eletrostática com secagem em estufa a 200°C. As películas refletivas que comporão os sinais das placas, sendo fundos, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas serão semi-refletivas. As placas deverão receber pintura reflexiva a fim de auxiliar a visualização da mesma no período noturno ou em dias em que as condições de visibilidade do condutor estejam dificultadas. As formas, proporções e cores dos símbolos e cores das placas de advertência deverão estar de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. O poste deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 50 cm de sua base e mantenha altura mínima de 2 m na parte inferior da placa em relação ao solo. Em caso de dúvida na interpretação do projeto quanto ao posicionamento das placas, deverá ser solicitada orientação da fiscalização do Município.

A sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento. O material a ser usado na sinalização horizontal é tinta à base de resina acrílica emulsionada em solvente, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo. A espessura úmida deverá ser de 0,6mm a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado. Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a

garantir uma retrorefletância inicial mínima de 150mcd/lux.m² para o amarelo e 200mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5º e ângulo de observância de 1,5º. Nos locais definidos em projeto a Contratada deverá realizar a instalação de tachas refletivas monodirecionais, tachões refletivos bidirecionais e calotas esféricas.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Fica o Município de São Lourenço do Oeste responsável pela remoção, carga e transporte do volume dos canteiros existentes, devendo deixar o local preparado para a execução dos serviços constantes no Orçamento a serem realizados pela Contratada.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e aceitação da fiscalização. A Contratada deverá, ao final da obra, apresentar projeto "As Built" e ensaios necessários à identificação e comprovação dos serviços realizados na obra.

São Lourenço do Oeste, 17 de Junho de 2015.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Eng. Civil Francielle Honesko

CREA PR 138279/D

VISTO SC 134784-3

PREFEITO MUNICIPAL

Geraldino Cardoso

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015 - ANEXO II

| | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| PLANILHA DE ORÇAMENTO | | | | | | | | | |
| Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Rua Pedro Álvares Cabral | | | | | Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste | | | | |
| Local: Entre a Av. Ernesto Beuter e a Rua Rui Barbosa | | | | | Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro | | | | |
| Área Total: 2.686,16 m² | | | | | Município: São Lourenço do Oeste | | | | |
| | | | | | Estado: Santa Catarina | | | | |
| Referência planilha: 06/2015 | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|------------------------------------|------------|---------|--------------------|--|------------|--------|------------|---------|
| CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | | | | | | | | | |
| Obra: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Rua Pedro Álvares Cabral | | | | | Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste | | | | |
| Local: Entre a Av. Ernesto Beuter e a Rua Rui Barbosa | | | | | Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro | | | | |
| Área Total: 2.686,16 m² | | | | | Município: São Lourenço do Oeste | | | | |
| | | | | | Estado: Santa Catarina | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Item | Descrição dos Serviços | Total | % | Mês 01 | % | Mês 02 | % | Mês 03 | % |
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 6.888,17 | 4,23% | 6.888,17 | 100,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| 2 | DRENAGEM PLUVIAL | 14.142,61 | 8,68% | 14.142,61 | 100,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA | 92.893,84 | 57,01% | 46.446,92 | 50,00% | 46.446,92 | 50,00% | 0,00 | 0,00% |
| 5 | CANTEIRO CENTRAL | 24.196,82 | 14,85% | 0,00 | 0,00% | 12.098,41 | 50,00% | 12.098,41 | 50,00% |
| 7 | SINALIZAÇÃO VIÁRIA | 23.803,87 | 14,61% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 23.803,87 | 100,00% |
| 8 | SERVIÇOS FINAIS | 1.003,86 | 0,62% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 1.003,86 | 100,00% |
| | | | | | | | | | |
| Total Simples | | 162.929,17 | 100,00% | 67.477,70 | 41,42% | 58.545,33 | 35,93% | 36.906,14 | 22,65% |
| Total Acumulado | | 162.929,17 | 100,00% | 67.477,70 | 41,42% | 126.023,03 | 77,35% | 162.929,17 | 100,00% |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| São Lourenço do Oeste - SC, 07 de Agosto de 2015. | | | | | | | | | |
| | RESPONSÁVEL TÉCNICA | | | PREFEITO MUNICIPAL | | | | | |
| | Eng.Civil Francielle Honesko | | | Geraldino Cardoso | | | | | |
| | CREA PR 138279/D VISTO SC 134784-3 | | | | | | | | |

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015 - ANEXO III**LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO**

Francielle Honesko, Engenheira Civil, Brasileira, Solteira, inscrita sob o CPF nº 053.724.129-92, RG nº 8.341.152-0 SSP/PR, registrada no CREA SC sob nº 134.784-3, residente e domiciliando na Rua Paraná, nº 804, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, apresenta Laudo de Avaliação conforme segue:

DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste
 CNPJ: 83.021.873/0001-08
 Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro
 Município: São Lourenço do Oeste – SC

OBJETIVO

O presente Laudo Técnico tem por finalidade apresentar a valorização dos imóveis localizados na RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, ENTRE A AVENIDA ERNESTO BEUTER E A RUA RUI BARBOSA, em razão da execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da via acima nominada.

AVALIAÇÃO

Considerando o preço de mercado dos imóveis objetos desta avaliação e em conformidade com as transações imobiliárias firmadas até esta data;

Considerando a melhoria da via com a implantação da infraestrutura acima descrita;

Vislumbro uma valorização imobiliária de 7% (sete por cento) para os imóveis, conforme apresentado na planilha constante no Anexo I.

São Lourenço do Oeste, 28 de agosto de 2015.

FRANCIELLE HONESKO

Engenheira Civil

CREA SC 134.783-3

CREA PR 138.279/D
ANEXO I

VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL

Rua Pedro Álvares Cabral entre a Avenida Ernesto Beuter e a Rua Rui Barbosa

| QDA. | LOTE | CONTRIBUINTE | Test | Cota Part | VALOR VENAL | 7% | Nº DO IMO-VEL |
|-------------|---------|----------------------------------|-------|-----------|--------------|------------|---------------|
| 05 " E" | 1 e 2 | COM. DE COMB. E LUBRI.LTDA | 16 | 8,40% | 762.888,40 | 16.350,25 | 2124 |
| 05 " E" | 3 | ARLINDO BAUMGARTEN WORLICZEK | 32 | 16,81% | 610.310,72 | 32.700,50 | 2125 |
| 05 " E" | 4 | CELIA REGINA WORLICZEK | 13,2 | 6,93% | 134.865,98 | 9.440,62 | 2126 |
| 05 " E" | P/05 | CARLOS ALBERTO BUZATTA | 15 | 7,88% | 153.256,80 | 10.727,98 | 2127 |
| 05 " E" | P/06 | ANTONIO KOLLING | 20 | 10,50% | 81.736,96 | 5.721,59 | 2128 |
| 05 " D" | P/20 | IRANI FIORAVANTE BALOTIN | 20 | 10,50% | 81.736,96 | 5.721,59 | 1774 |
| 05 " D" | 19 | JUAREZ DALPONT | 20 | 10,50% | 204.342,40 | 14.303,97 | 1775 |
| 05 " D" | 18 | GENI FLOR HERMES | 20 | 10,50% | 204.342,40 | 14.303,97 | 1776 |
| 05 " D" | P/17 | CLADIS WITTMANN | 15 | 7,88% | 144.061,39 | 10.084,30 | 4034 |
| 05 " D" | P/15,16 | FERNANDO CLAUDIO GRANZOTTO | 1,2 | 0,63% | 19.793,14 | 1.226,27 | 2808 |
| 05 " D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 45.597,84 | 1.226,27 | 2807 |
| 05 " D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 45.597,84 | 1.226,27 | 2812 |
| 05 " D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 16.287,67 | 1.226,27 | 3722 |
| 05 " D" | P/15,16 | DINIVAL DOS ANJOS VICENTE | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 2816 |
| 05 " D" | P/15,16 | ARI PERIN | 1,2 | 0,63% | 24.725,21 | 1.226,27 | 2814 |
| 05 " D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 2813 |
| 05 " D" | P/15,16 | SONIA ISABEL PANDINI | 1,2 | 0,63% | 19.861,80 | 1.226,27 | 2810 |
| 05 " D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 2811 |
| 05 " D" | P/15,16 | ANTONIO CAMBRUZZI | 1,2 | 0,63% | 24.725,21 | 1.226,27 | 60064 |
| 05 " D" | P/15,16 | HARY PANDINI | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 5563 |
| 05 " D" | P/15,16 | DINIVAL DOS ANJOS VICENTE | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 5564 |
| 05 " D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 60928 |
| 05 " D" | P/15,16 | CLEBER MORESCO, KARLA S. MORESCO | 1,2 | 0,63% | 25.186,76 | 1.226,27 | 60452 |
| 05 " D" | P/15,16 | IVETE MANICA | 1,2 | 0,63% | 19.663,45 | 1.226,27 | 3721 |
| 05 " D" | P/15,16 | MARIZA ARNOLDO BEUX | 1,2 | 0,63% | 20.487,37 | 1.226,27 | 60929 |
| | | | 190,4 | 100,00% | 2.779.542,24 | 138.975,05 | |
| Total Geral | | | | | 2.779.542,24 | 138.975,05 | |

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015 - ANEXO IV**DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL APLICÁVEIS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

(Artigos com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro 2009)

“Art. 112. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária aos bens imóveis.”

“Art. 113. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a notória valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública, presumindo-se esta em valor nunca inferior a 7% e nem superior a 15% do valor venal do terreno utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais.”

“Art. 113-A. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de se us titulares respectivos.”

“Art. 113-B. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento e pavimentação de vias públicas;

II - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

III - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Reputam-se feitas pelo Município e em decorrência disso, sujeitas a contribuição de melhoria, as obras executadas em convênio com o Estado e a União, tomando como limite de contribuição o valor da contrapartida do Município.”

“Art. 113-C. A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindir de novos serviços de infra-estrutura;

II - em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais.”

“Art. 113-D. O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder o custo total da respectiva obra, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

Parágrafo único. Incluir-se-ão nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na área de influência da obra.”

“Art. 113-E. A determinação do valor individual da contribuição de melhoria, será calculada proporcionalmente ao valor total da obra e não poderá exceder a valorização imobiliária decorrente da obra realizada.

Parágrafo único. Quando o somatório dos valores individuais da contribuição de melhoria, apurados na forma do caput deste artigo, igualar-se ao custo total da obra e sendo o valor individual fixado para o respectivo imóvel inferior ao percentual mínimo de valorização fixado no artigo 113, este prevalecerá sobre aquele.”

“Art. 113-F. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

I - delimitação da área de influência da obra e a relação dos imóveis que a integram;

II - memorial descritivo do projeto;

III - índice de valorização estimado dos imóveis beneficiados;

IV - orçamento do custo da obra;

V - valor total a ser lançado a título de contribuição de melhoria;

VI - plano de rateio do custo da obra, que levará em conta a testada de cada imóvel beneficiado;

VII - determinação do valor da parcela individual do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, condições e formas de pagamento;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere este artigo.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

§ 3º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através da publicação no órgão oficial do Município do Edital referido neste artigo, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.”

“Art. 113-G. O contribuinte poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.”

“Art. 113-H. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.”

“Art. 113-I. A autoridade competente para julgar a impugnação proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.”

“Art. 113-J. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no quinto dia útil seguinte ao da publicação.”

“Art. 113-K. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria no caso de obra comunitária, poderá ser lançada e arrecadada antecipadamente à ocorrência do fato gerador, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido.”

“Art. 113-L. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Parágrafo único. Se o contribuinte optar pelo pagamento a vista, será concedido desconto de 5% (cinco por cento).”

“Art. 113-M. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência.”

"Art. 113-N. O pagamento será efetuado via depósito bancário."

"Art. 113-O. O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% do valor apurado como Contribuição de Melhoria."

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 112/2015 – Pregão Presencial Nº 075/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O CONserto DA PÁ CARREGADEIRA CAT 924G, PATRIMÔNIO N.3375, E DA MOTONIVELADORA CAT 120H, PATRIMÔNIO N.3374, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. FORNECEDOR: VILAMAR VALMOR ROMANOSKI - CNPJ: 00.412.710/0001-29.

VALOR: R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais).

TOTAL: R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2015.

VIGÊNCIA: 19/08/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 114/2015 – Pregão Presencial Nº 076/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO AO "DIA DA CRIANÇA" A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.

VALOR: R\$ 14.985,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 14.985,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 28/08/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 115/2015 – Pregão Presencial Nº 077/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO PARA FILTROS JÁ EXISTENTES NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. FORNECEDOR: LIBÓRIO SCHABARUM 19517351968 - CNPJ: 18.182.652/0001-50.

VALOR: R\$ 21.960,00 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais).

TOTAL: R\$ 21.960,00 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/09/2015.

VIGÊNCIA: 01/09/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

LEI Nº 2.241, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 2.241, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com entidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com as entidades a seguir relacionadas, objetivando a conjugação de esforços para a realização da 5ª EFAISLO (Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária):

I - Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço do Oeste/SC (CDL), inscrita no CNPJ sob o nº 83.404.111/0001-90;

II - Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Lourenço do Oeste (COOPAF), inscrita no CNPJ sob o nº 06.032.574/0001-28.

Art. 2º As ações e obrigações das partes concedente e conveniente serão fixadas em competente Termo de Convênio, devendo este instrumento contratual conter obrigatoriamente as cláusulas constantes do Anexo Único da presente Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.241, de 02 de setembro de 2015)

Convênio nºxxxxxxxxx/2015

Convênio que entre si celebram o município de São Lourenço do Oeste, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, 789, Centro, nesta cidade de São Lourenço do Oeste, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado CONCEDENTE, e a XXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu/sua Presidente, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONVENIENTE, amparados pela Lei Municipal nº. xxxxx/2015, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Convênio, de acordo com as condições que seguem.

1. Do objeto:

a. O presente Convênio tem por objetivo a união de esforços para a comercialização dos espaços internos e externos da 5ª Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de São Lourenço do Oeste - EFAISLO, que será realizada de 12 a 15 de novembro de 2015.

2. Das responsabilidades dos participantes:

a. O CONVENIENTE obrigar-se-á:

I. Locar os espaços da 5ª EFAISLO conforme tabela de valores definida.

II. Auxiliar na divulgação e articulação do evento, especialmente nas campanhas publicitárias da entidade;

III. Emitir contrato de locação, sob aprovação da CCO, com as empresas interessadas em expor, vinculando este ao Regulamento Geral da Feira;

IV. O pagamento deverá ser feito em Conta da Prefeitura Municipal com emissão do documento de arrecadação municipal – DAM pela

Diretoria da Fazenda;

V. Apresentar a listagem das empresas locatárias, no mapa de áreas da 5ª EFAISLO, até dia 30 de outubro de 2015;

VI. Locar os espaços de forma legal, impessoal, moral, com publicidade e de maneira eficiente;

VII. Atender as solicitações da CCO relativas ao objeto do presente Convênio.

b. O CONCEDENTE obrigar-se-á:

I. Fornecer a estrutura (mediante Processo Licitatório) que será utilizada pelos locatários nos dias da Feira, conforme mapa geral da 5ª EFAISLO, dando assim condições totais para os locatários exporem seus produtos e serviços;

II. Criar uma conta bancária para recebimento e aplicação dos recursos provenientes da comercialização dos espaços;

III. Emitir DAM para pagamento do locatário;

IV. Demarcar os espaços a serem comercializados;

V. Disponibilizar uma pessoa da CCO para auxiliar no processo de comercialização;

VI. Disponibilizar espaço e material (computador, internet, impressora) para auxiliar no processo de comercialização dos espaços.

VII. Fiscalizar os serviços disponibilizados na Feira, de forma a garantir que os valores sejam condizentes com aqueles praticados no mercado, inclusive com a tabela definida para o setor de alimentação.

3. Da vigência do Convênio:

a. O Presente Convênio terá vigência de xxxxxxxx (aprovação da Lei) a 31 de dezembro de 2015.

4. Da prestação de Contas do Convênio:

a. O CONVENIENTE deverá apresentar um balancete com o n.º de espaços locados e seus respectivos expositores comparando com a entrada de recursos na conta aberta pela CONCEDENTE.

5. Da Rescisão do convênio:

a. Constitui motivo de rescisão do presente Convênio, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas por quaisquer uma das partes.

6. Disposições gerais:

a. VETADO.

7. Do Foro Competente:

a. Fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente Convênio, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem juntos e acordados, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas a tudo presentes.

São Lourenço do Oeste, SC xxxxxxxx

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 29/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de bolas de vôlei, futebol e demais materiais esportivos destinados para o atendimento nos serviços sócio assistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 16 de setembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de setembro de 2015.

MARIA SALETE DE FARIA

Diretora de Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO N. 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de leite destinados para as crianças de 0 a 12 meses para a distribuição gratuita, conforme Lei Municipal n. 7.144 de 15/06/2015 em situações de vulnerabilidade temporárias de famílias, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 17 de setembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de setembro de 2015.

MARIA SALETE DE FARIA

Diretora de Gestão

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 79.2015

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 79.2015 Tomada de Preços II TENTATIVA - Tipo: Menor Preço Global- Objeto: A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa de consultoria e engenharia para a supervisão de obras e operação do Sistema de Abastecimento de Água (SAS) no município de São Pedro de Alcântara/SC, Data de Abertura com entrega dos envelopes 21/09/2015 às 09:00h Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo e-mail licitações@pmspa.sc.gov.br;

São Pedro de Alcântara, 02/09/2015

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2015-PMS

PROCESSO Nº. 191/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 101/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 101/2015-PMS

PROCESSO Nº. 193/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de mecânica para caminhões e latotaria, estofaria, vidraçaria para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme

especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2015-PMS

PROCESSO Nº. 189/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de crachás para atender as necessidades do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 99/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 99/2015-PMS

PROCESSO Nº. 190/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais esportivos e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.408/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.408/2015, de 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 14840/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Marlei Fátima Munbach Karsten;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual
Marlei Fátima Munbach Karsten Professora B Professora C B-Inicial C-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.409/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.409/2015, de 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 14880/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Leilane Freiburger Espindola;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual
Leilane Freiburger Espindola Professora B Professora C B-Inicial C-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.410/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 3.410/2015, de 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

| Nome | Nível Anterior | Nível Atual |
|----------------------------|----------------|-------------|
| Claudio Carlos Schmidz | 26 | 27 |
| Cristiane Feustel Hafemann | 25 | 26 |
| Paula Elena Rosa Voelz | 22 | 23 |

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

| Nome | Nível Anterior | Nível Atual |
|---|----------------|-------------|
| Armélinda Walz Schmitt | C-9-V | C-10-V |
| Carmen Leonice Felippi Schmitz | C-7-V | C-8-V |
| Daniele Luciano Gross | C-2-I | C-3-I |
| Enilda Cristiane Lopes Diogo | B-1-II | B-2-II |
| Harildo Konell C | -13-II | C-14-II |
| Katty Daisy figur Holderried | B-5-I | B-6-I |
| Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza | C-3-II | C-4-II |

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 07 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EDITAL 002/2015-3 – PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC).

EDITAL 002/2015-3 – PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC).

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2097/15, torna público que as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 2.3 do Edital n.º 002/2015-1, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1802, de 07 de agosto de 2015:

ITEM 1 – DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

1.1. Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:

| Nome | Número do RG | Número da Inscrição |
|------------------------------------|--------------|---------------------|
| Priscila Graciela Ronchi | 4.633.642 | 15 |
| Margaret Rubin Lange | 2.447.037 | 16 |
| Fernanda Alves Lenhardt Liskoski | 4.919.061 | 17 |
| Edite de Lima Cunha | 2.448.850-0 | 18 |
| Ingrid Didier da Silva | 7.122.572 | 19 |
| Juliana Christine Ferreira Martins | 3.456.519 | 20 |

1.2. Não houve inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar.

ITEM 2 - DA CHAMADA PARA AVALIAÇÃO ESCRITA DE CONHECIMENTOS GERAIS

2.1. A avaliação escrita, requisito para inscrição definitiva do candidato, será no dia 06 de setembro de 2015 com início às 08h e duração máxima de 3 horas, na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, sito a Rua Paulo Jahn, 215, Centro, Schroeder (SC);

2.2 O conteúdo programático específico da avaliação de conhecimentos versará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações e conhecimentos básicos de informática;

2.3. Somente será admitido para realizar a avaliação escrita o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

2.3.1. Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

2.3.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da avaliação escrita, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o candidato ser identificado em formulário específico com coleta de sua assinatura e impressão digital e Boletim anexo;

2.3.3. Não serão aceitos Boletins de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 2.3.1;

2.3.4. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

2.4. Ao candidato só será permitida a realização da avaliação escrita na data, no local e horário constantes neste Edital;

2.4.1. Os candidatos deverão comparecer ao local de avaliação escrita com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos em relação ao início da mesma. O horário fixado será o horário oficial Brasília. Será vedada a admissão do candidato que se apresentar após o início da mesma;

2.4.2. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

2.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da avaliação escrita munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta bem como do documento original de identidade, conforme disposto no item 2.3.1;

2.4.4. A avaliação escrita terá duração máxima de 3 (três) horas. Não será concedido tempo adicional;

2.5. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de avaliação escrita deverá, até o dia 04 de setembro de 2015, protocolar na Prefeitura Municipal de Schroeder, requerimento indicando as condições especiais de avaliação escrita que necessita e os fundamentos;

2.5.1. Não haverá avaliação escrita em braille. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer avaliação escrita ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua avaliação escrita;

2.6. Durante as avaliação escritas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, tablet, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico;

2.7. No ato da realização da Avaliação escrita, serão fornecidos o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas. O candidato não poderá retirar-se da sala de avaliação escrita levando qualquer um desses materiais;

2.7.1. O candidato lerá as questões no Caderno de Questões e marcará suas respostas na Folha Definitiva de Respostas;

2.7.2. Ao terminar seu preenchimento, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas;

2.7.3. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura;

2.7.4. Os candidatos somente poderão se retirar do local da Avaliação escrita, após 30 (trinta) minutos do início;

2.8. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de avaliação escrita somente poderão entregar a respectiva avaliação escrita e se retirarem do local simultaneamente.

2.9. Será excluído do Processo de Eleição o candidato que, além das hipóteses previstas neste Edital:

- a) Se apresentar para a avaliação escrita em outro local que não seja o previsto no edital;
- b) Não comparecer à avaliação escrita, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste edital, para a realização da avaliação escrita;
- d) Se ausentar da sala de avaliação escrita sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) Se ausentar do local de avaliação escrita antes de decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos do início da avaliação escrita;
- f) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- g) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico (calculadora, relógio, tablet, telefone celular, etc.);
- h) Lançar mão de meios ilícitos para execução da avaliação escrita;
- i) Não devolver integralmente o material solicitado;
- j) Não assinar a Folha Definitiva de Respostas.

2.10. O gabarito preliminar será publicado no "site" www.schroeder.sc.gov.br, e fixado no mural da Prefeitura Municipal de Schroeder no primeiro dia útil subsequente a realização da Avaliação Escrita.

2.11. Os candidatos terão o prazo de dois dias, logo após a publicação do gabarito preliminar, conforme o Cronograma do Edital 002/2015-1, para entrar com o recurso das questões da Avaliação Escrita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder.

2.12. Não será permitida vista de Avaliação Escrita depois de exaurido o prazo previsto para recurso.

2.13. O eventual recurso às questões da Avaliação escrita e/ou ao gabarito preliminar não impede a continuidade do Processo de Eleição.

2.14. A publicação do resultado final da Avaliação Escrita será divulgada no dia 11 de setembro de 2015, através de Edital juntamente

com a relação das inscrições definitivas deferidas, bem como a convocação para o escrutínio dos candidatos aptos à votação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) - www.schroeder.sc.gov.br - para ciência pública.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Demais disposições já constam no Edital 002/2015 e Errata 001, Edital 004/2015, Edital 005/2015, Edital 002/2015-1 e Edital 002/2015-2.

3.2. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

| | |
|-----------------------------|-------------------|
| Teresinha Tomaselli Tecilla | Silvania Ferreira |
| Comissão Especial do CMDCA | |

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 216/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 216/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 192/2015–PMS – Dispensa nº. 71/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato a Revisão de 10.000km veículo marca Renault, modelo Kangoo Express, placa OKG 2117, fabricação/ modelo 2014/2015, para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNIDADE | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|----------------------------------|-------|---------|--------------------|-----------------|
| 01 | Oleo motor (galão de 05 litros) | 5 | Unid. | 36,25 | 181,25 |
| 02 | Filtro de Oleo | 1 | Unid. | 40,79 | 40,79 |
| 03 | Filtro de Combustivel | 1 | Unid. | 42,43 | 42,43 |
| 04 | Anel do Bujão do Carter | 1 | Unid. | 5,99 | 5,99 |
| 05 | Filtro Habitaculo | 1 | Unid. | 42,21 | 42,21 |
| 06 | Serviço de Balanceamento | 1 | Unid. | 35,00 | 35,00 |
| 07 | Serviço de Geometria | 1 | Unid. | 40,00 | 40,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 387,67 |

Valor do contrato: R\$ 387,67 (trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

Data da Assinatura: 02/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 217/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 217/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 163/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 83/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de madeira e tabuas de pinus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|---|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 04 | Madeira de pinus medindo 2 cm de espessura x 20 cm de altura e 3 metros de comprimento. | 1500 | M² | 10,50 | 15.750,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 15.750,00 |

Valor do contrato: R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 02/09/2015 – Vigência: 02/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 218/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 218/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 163/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 83/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MADEIREIRA BOME LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.740.804/0001-91, estabelecida na Estrada Duas Mamas, Duas Mamas, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de madeira e tabuas de pinus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|---|-------|----------|--------------------|-----------------|
| 01 | Madeira serrada Peroba medindo 5 metros de comprimento x 16 cm de largura x 6 cm de espessura | 90 | Unidades | 139,80 | 12.582,00 |
| 02 | Madeira serrada Peroba medindo 4 metros de comprimento x 16 cm de largura x 6 cm de espessura | 20 | Unidades | 111,80 | 2.236,00 |
| 03 | Madeira serrada Peroba (metros corridos) , medindo 20 cm de altura x 3,5 cm de espessura. | 200 | Metros | 21,80 | 4.360,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 19.178,00 |

Valor do contrato: R\$ 19.178,00 (dezenove mil cento e setenta e oito reais)

Data da Assinatura: 02/09/2015 – Vigência: 02/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 219/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 219/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 174/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 89/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MODELO PNEUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 94.510.682/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Humberto Castelo Branco, nº 56, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 95700-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|--|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 01 | Pneu novo traseiro 1000 R 20, radial - 16 lonas - borrachudo misto (asfalto/terra), com sulcos de no mínimo 23,0 mm de profundidade. | 80 | Unid. | 1.290,00 | 103.200,00 |
| 02 | Pneu 1000 novo dianteiro R 20, radial - 16 lonas - liso misto (asfalto/terra), com sulcos de no mínimo 15,0 mm de profundidade. | 20 | Unid. | 1.117,50 | 22.350,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 125.550,00 |

Valor do contrato: R\$ 125.550,00 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 02/09/2015 – Vigência: 02/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015-PMS

PROCESSO Nº. 170/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 87/2015-PMS, para aquisição de móveis, eletrodomésticos e demais itens necessários para cozinha e lavanderia para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leiam-se:

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015-PMS****TERMO DE REFERÊNCIA**

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA | VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA |
|----------------------|---|-------|---------|-------------------------------|----------------------------|
| 01 | Lavadora de Roupas Branca - Capacidade de roupa seca e/ ou molhada 11 kg - Abertura da Tampa Superior, - Funções Centrífuga, Enxágua, Lava, Molho, Tira manchas - Cor Branca – Com filtro, alças Laterais, Painel Digital - Programas Extra Rápido, Tira Manchas, Delicado – 4 níveis de água - cesto de aço inox – possui pés niveladores, tampa com visor transparente, trava de segurança - Voltagem de 200V - Dimensões aproximadas do produto cm (AxLxP) 104x62x64,5cm - Peso aproximado do produto (Kg) 40,2Kg | 01 | Unidade | 1.750,00 | 1.750,00 |
| 02 | Geladeira 1 Porta - 261 L – Branco 220V - Gavetão de legumes transparente - Gaveta de frios e carnes - Botão de Degelo Seco - Ozônio - Capacidade de armazenagem total (L) 261 - Capacidade de armazenagem do refrigerador (L) 236 - Capacidade de armazenagem do congelador (L) 25 - Classificação de consumo (Selo Procel) A, Classificação energética A , Consumo (kWh) 24,3 - Tensão/Voltagem 220V - Altura Aprox 1,44 Metros - Largura Aprox 55cm - Profundidade Aprox 63cm - Peso Aprox. 42,00 Quilos | 01 | Unidade | 1.100,00 | 1.100,00 |
| 03 | Forno de micro-ondas - 31L 220v - Porta com visor branco e transparente - Tecla ligar + 30s: com apenas um toque. - Controle numérico: é só apertar o tempo desejado para acionar o funcionamento do microondas. - Chave de segurança: dispositivo eletrônico que permite travar o uso do aparelho quando quiser. - Menu Pratos Rápidos: é só apertar a tecla correspondente e o tempo de cozimento é automaticamente controlado para chegar ao melhor resultado. - Tecla Descongelar: descongelamento fácil de acordo com o tipo de alimento. - Menu Kids: funções pré-programadas que facilitam a execução das receitas: pipoca, hambúrguer e brigadeiro - Capacidade (litros) - 31 -Potência (W) - 1000 - Níveis de potência 10 - Cor Branco - Classificação energética - A - Tensão/Voltagem - 220V – Altura Aproximadamente - 3,00 Centímetros Largura Aproximadamente - 52,00 Centímetros Profundidade Aproximadamente - 42,00 Centímetros Peso Aproximadamente - 15,00 Quilos | 01 | Unidade | 560,00 | 560,00 |
| 04 | Fogão 4 Bocas – Branco – A gás, elétrico, material / composição aço, plástico – número de queimadores 4- capacidade do forno 47,2 litros - acendimento automático – forno auto limpante – luz de forno – porta fria – trava de segurança - pés niveladores – revestimento interno - Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP) -88,4x49,5x63,5cm - Peso aproximado do produto 21,6 Kg | 01 | Unidade | 700,00 | 700,00 |
| 05 | Tanque fibra 25 litros com gabinete e esfregadeira , Completa com SIFÃO SANFONADO c/ unho Vpi + VÁLVULA PIA BCO C/UNHO VP1/AS - Medidas: 85x44x49 cm (AxLxP) Material : Fibra de vidro - Cor: Branco- Sifão + válvula apropriada para a instalação e funcionamento do Tanque. | 01 | Unidade | 320,00 | 320,00 |
| TOTAL R\$ REFERÊNCIA | | | | | 4.430,00 |

Schroeder, 03 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 26/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 26/2015-PMS

PROCESSO Nº. 57/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de itens referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 26/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de condicionadores de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme ANEXO VIII - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leiam-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 17 de setembro de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
- d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 17 de setembro de 2015 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1.17 Certidão de Acervo Técnico (CAT) da qual conste Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional(eis) técnico(s) responsável(eis).

Schroeder, 02 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.183/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.183/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Enekely Zimmermann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.184/2015, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº6.184/2015, 1º de setembro de 2015
NOMEIA CORRESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, como corresponsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) para execução de Projeto Espaço Educativo Urbano de 12 salas de aula, sendo a área total construída com 3.228,08m² no Município de Schroeder/SC, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº.31365/2014, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com as especificações constantes no Contrato nº. 176/2015-PMS, Modalidade Concorrência nº.02/2015-PMS, Processo nº. 87/2015-PMS - empresa WDX CONSTURORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.529/0001-08, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.185/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.185/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a natureza do afastamento da servidora, Sra. Ana Maria Cordeiro, de Acidente de Trabalho para Auxílio Doença, com efeitos retroativos a partir de 12/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.186/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.186/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a natureza do afastamento da servidora, Sra. Mara Denise de Souza, de Auxílio Doença para Acidente de Trabalho, com efeitos retroativos a partir de 26 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 83/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2015

Número do Registro de Preços: 56/2015

Data do Registro: 02/09/2015

Válido até: 02/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de madeira e tabuas de pinus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---|-------|---|----------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | Madeira serrada Peroba medindo 5 metros de comprimento x 16 cm de largura x 6 cm de espessura | UN | MADEREIRA BOME LTDA - ME (6244) | | 0 | 139,8000 | 1 |
| | | | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Madeiraira Uni | 0 | 139,9000 | 2 |
| 2 | Madeira serrada Peroba medindo 4 metros de comprimento x 16 cm de largura x 6 cm de espessura | UN | MADEREIRA BOME LTDA - ME (6244) | | 0 | 111,8000 | 1 |
| | | | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Madeiraira Uni | 0 | 111,9000 | 2 |
| 3 | Madeira serrada Peroba (metros corridos) , medindo 20 cm de altura x 3,5 cm de espessura. | M | MADEREIRA BOME LTDA - ME (6244) | | 0 | 21,8000 | 1 |
| | | | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Madeiraira Uni | 0 | 21,9000 | 2 |
| 4 | Madeira de pinus medindo 2 cm de espessura x 20 cm de altura e 3 metros de comprimento. | MP | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Zapellini | 0 | 10,5000 | 1 |
| | | | MADEREIRA BOME LTDA - ME (6244) | | 0 | 10,9500 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 56/2015

Número do Registro de Preços: 56/2015

Data do Registro: 02/09/2015

Válido até: 02/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de madeira e tabuas de pinus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| | | | LELA SOLUÇÕES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME (13174) | | 0 | 11,0000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 56/2015

Número do Registro de Preços: 56/2015 Data do Registro: 02/09/2015 Válido até: 02/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de madeira e tabuas de pinus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2015****PROCESSO N° 163/2015**

(6244) - MADEIREIRA BOME LTDA - ME

(9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP

(13174) - LELA SOLUÇÕES COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME

Schroeder, 2 de Setembro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 89/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2015

| Número do Registro de Preços: 57/2015 Data do Registro: 02/09/2015 Válido até: 02/09/2016 | | | | | | | |
|--|--|-------|-------------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 1 | Pneu novo traseiro 1000 R 20, radial - 16 lonas - borrachudo misto (asfalto/terra), com sulcos de no mínimo 23,0 mm de profundidade. | UN | MODELO PNEUS LTDA (9762) | | 0 | 1.290.0000 | 1 |
| | | | J.K. PNEUS LTDA (8761) | | 0 | 1.297.0000 | 2 |
| 2 | Pneu 1000 novo dianteiro R 20, radial - 16 lonas - liso misto (asfalto/terra), com sulcos de no mínimo 15,0 mm de profundidade. | UN | MODELO PNEUS LTDA (9762) | | 0 | 1.117.5000 | 1 |
| | | | DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA (10961) | | 0 | 1.118.0000 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 57/2015

Número do Registro de Preços: 57/2015

Data do Registro: 02/09/2015

Válido até: 02/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|-----------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| | | | JJK PNEUS LTDA (8761) | | 0 | 1.280,0000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 57/2015

Número do Registro de Preços: 57/2015 Data do Registro: 02/09/2015 Válido até: 02/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descio. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 57/2015****PROCESSO N° 174/2015**

(8761) - J.K. PNEUS LTDA

(9762) - MODELO PNEUS LTDA

(10961) - DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA

Schroeder, 2 de Setembro de 2015.

ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2015-PMS (SEQUÊNCIA 04)

| | |
|--|---|
| <p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p> | <p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2015 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2015 Data do Processo: 17/07/2015</p> |
| Folha: 1/1 | |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 139/2015 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos

A comissão reuniu-se, para abertura do envelope de proposta da empresa LB ENGENHARIA LTDA, conforme determinado na Ata 133/2015 (Sequência 03) de 31 de agosto de 2015. Sendo aberto o envelope da proposta comercial da empresa LB ENGENHARIA LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação à proposta, a mesma será encaminhada para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com o resultado aferido pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 2 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

| | |
|---------------------------------|---|
| Ivandra de Souza | - - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - - Membro |
| Andreia Nass Friedemann | - - Membro |
| Walter Egidio Mukai | - - Membro |
| Daniela Samulescki | - - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - - Membro Suplente |
| Cezar Santos de Jesus | - - Membro Suplente |

DISPENSA 71/2015-PMS

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 71/2015 - DL |
| | Processo Nr.: 192/2015 Data: 02/09/2015 |
| CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | |
| Folha: 1/2 | |

| | |
|--|--|
| Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 - Cidade: JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 01.796.973/0004-94 | Código: 10629 Inscrição Estadual: |
| Objeto da Compra: Revisão de 10.000km veículo marca Renault, modelo Kangoo Express, placa OKG 2117, fabricação/modelo 2014/2015, para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC. | |

ITENS

| Item | Quantidade | Especificação | Unid. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|----------------------------------|-------|----------------|-------------|
| 1 | 5,00 | Oleo motor (galão de 05 litros) | UN | 36,25 | 181,25 |
| 2 | 1,00 | Filtro de Oleo, | UN | 40,79 | 40,79 |
| 3 | 1,00 | Filtro de Combustível. | PC | 42,43 | 42,43 |
| 4 | 1,00 | Anel do Bujão do Carter | UN | 5,99 | 5,99 |
| 5 | 1,00 | Filtro Habitaculo | UN | 42,21 | 42,21 |
| 6 | 1,00 | Serviço de Balanceamento | UN | 35,00 | 35,00 |
| 7 | 1,00 | Serviço de Geometria | UN | 40,00 | 40,00 |

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando que as revisões deverão ser efetuadas a cada 10.000 Km ou 01 ano, o que ocorrer primeiro.
Considerando que a garantia ofertada pelo fabricante é de 01 ano contado a partir da entrega, que ocorreu em outubro de 2014.
Considerando que para a validade da garantia ofertada, todas as revisões, manutenções ou reparos mecânicos e elétricos deverão ser efetuados em uma concessionária Autorizada do fabricante.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 2 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 71/2015 - DL |
| | Processo Nr.: 192/2015 Data: 02/09/2015 |
| Folha: 2/2 | |

31/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

Valor da Despesa:

387,67 (trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 08/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 148/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 0,00
 Licitação.....: 8/2015 - TP
 Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
 Objeto.....: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------------|---------------------------|--|----------------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 1 | - 16767 | - contratação de empresa especializada para fornecimento e ins. | - Unidade: UN | | | | | |
| 13156 | NEMA ELETROTECNICA LTDA | | 1,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Inabilitado | 0 |
| 13158 | BALDRAME CONSTRUTORA LTDA | | 1,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Inabilitado | 0 |
| 13157 | LB ENGENHARIA LTDA | | 1,000 | 0,0000 | 81,030,7900 | 81,030,79 | Indefinido | 0 |

Schroeder, Em/...../.....

Ivandra de Souza - - Presidente da Comissão
 Ilmar José Pereira Borges Filho - - Membro
 Andreia Nass Friedemann - - Membro
 Walter Egidio Mukai - - Membro
 Daniela Samuleski - - Secretária
 Valderi Rocha de Camargo - - Membro Suplente
 Cezar Santos de Jesus - - Membro Suplente
 Elcioir José Wendt - - Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 129/2015

DECRETO Nº. 129/2015 DE 01 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE KARINE ENGEL DA CUNHA PARA O CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 002/2014, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Srª. KARINE ENGEL DA CUNHA, portador do CPF nº. 066.217.629-41, RG nº. 5.543.786, para o Cargo de KARINE ENGEL DA CUNHA, com lotação junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, Nível 62, do Grupo 6 – MAG, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 029/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 029, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 15/2013, QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS CONSOLIDADAS OU EM EXECUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o caput do art. 1º, da Lei Complementar nº 15/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica autorizada a regularização de edificações concluídas ou em execução com no mínimo as fundações executadas e a estrutura iniciada, desde que comprovadamente iniciadas em data anterior a aprovação da presente Lei Complementar, para as seguintes irregularidades:

Art. 2º. Fica alterado o art. 4º, da Lei Complementar nº 15/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O valor venal da construção, terá como base de cálculo, a mesma base de cálculo do valor venal dos imóveis para fins de IPTU, precedido de vistoria “in loco”, por fiscal do Município.

Art. 4º-A. A regularização de que trata a presente Lei Complementar, poderá ser de iniciativa do requerente, como também fruto de notificação da fiscalização Municipal.

Art.3º. Fica alterado o art. 9º, da Lei Complementar nº 15/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. Para todos os casos de regularização previsto na presente Lei Complementar, deverá constar no selo de identificação das pranchas do projeto a indicação “REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2013, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013”.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 02 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrando e publicado conforme data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 030/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 030, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

"ALTERA O ANEXO I E O ANEXO VIII, DA LEI COMPLEMENTAR 684/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo I, da Lei Complementar nº. 684/2005, e suas alterações posteriores "que dispõe sobre o Plano de Cargos dos Servidores Públicos Municipais", passando a vigorar conforme anexo I, da presente Lei.

Art. 2º - Fica autorizado ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal a incorporar o adicional de graduação recebido pelos professores contratados anteriormente a vigência da Lei Complementar nº 14/2013, aos vencimentos, sendo pago separadamente na folha de pagamento, sob a denominação de "Incorporação Adicional Graduação".

Parágrafo único. O valor será transformado em percentual para garantir a atualização automática, sempre que o vencimento for reajustado.

Art. 3º. Fica alterado também o anexo VIII, da Lei Complementar nº 684/2005, e suas alterações posteriores, passando a vigorar conforme anexo II, da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 02 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrando e publicado conforme data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I

(ANEXO I da Lei Complementar 684/2005, e ANEXO I da Lei Complementar 14/2013)

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

| GRUPO | CÓD | CARGO | NÍVEL | Nº DE VAGAS |
|--------------------------------|-------|--|-------|-------------|
| 1- SERVIÇOS GERAIS (SEG) | 01.01 | Auxiliar de Serviços Gerais | 11 | 22 |
| | 01.02 | Agente Educativo | 11 | 06 |
| | 01.03 | Auxiliar de manutenção e conservação | 13 | 05 |
| | 01.04 | Servente de Escola | 11 | 08 |
| 2- SERVIÇOS AUXILIARES (SAL) | 02.01 | Assistente Administrativo | 20 | 04 |
| | 02.02 | Auxiliar de Saúde Bucal | 20 | 02 |
| | 02.03 | Bibliotecário | 20 | 01 |
| | 02.04 | Inseminador | 20 | 02 |
| | 02.05 | Auxiliar Administrativo | 21 | 03 |
| | 02.06 | Recepcionista | 21 | 01 |
| | 02.07 | Auxiliar de Enfermagem | 22 | 05 |
| | 02.08 | Agente administrativo | 22 | 02 |
| | 02.09 | Agente de serviços fazendários | 22 | 01 |
| | 02.10 | Agente de manutenção e conservação | 22 | 01 |
| 3- SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP) | 03.01 | Motorista | 31 | 09 |
| | 03.02 | Mecânico | 32 | 01 |
| | 03.03 | Fiscal de tributos e serviços municipais | 32 | 02 |
| | 03.04 | Operador de máquinas | 32 | 10 |
| | 03.05 | Pedreiro | 38 | 01 |
| | 03.06 | Fiscal Sanitário e Ambiental | 32 | 01 |
| 4- TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP) | 04.01 | Técnico em administração | 41 | 01 |
| | 04.02 | Técnico de contabilidade | 41 | 02 |
| | 04.03 | Técnico em atividades agropecuárias | 41 | 03 |
| | 04.04 | Técnico em Enfermagem | 41 | 00 |
| | 04.05 | Técnico em saúde Bucal | 41 | 01 |
| | 04.06 | Tesoureiro | 41 | 01 |
| | 04.07 | Técnico em informática | 41 | 01 |

| | | | | |
|-----------------------|-------|-------------------------------------|------|----|
| 5- TÉCNICO CIENTÍFICO | 05.01 | Advogado (20 horas) | 51 | 01 |
| | 05.02 | Administrador | 53 | 01 |
| | 05.03 | Assistente Social | 51 | 02 |
| | 05.04 | Contador | 53 | 02 |
| | 05.05 | Engenheiro Agrônomo | 53 | 02 |
| | 05.06 | Enfermeiro | 53 | 02 |
| | 05.07 | Odontólogo (20 horas) | 52 | 02 |
| | 05.08 | Odontólogo | 54 | 01 |
| | 05.09 | Médico | 56 | 02 |
| | 05.10 | Tecnólogo em informática | 61 | 02 |
| | 05.11 | Engenheiro Civil (20 horas) | 53 A | 01 |
| | 05.12 | Nutricionista (20 horas) | 50 | 02 |
| | 05.13 | Farmacêutico (20 horas) | 50 | 02 |
| | 05.14 | Fisioterapeuta (20 horas) | 50 | 03 |
| | 05.15 | Médico Veterinário (20 horas) | 50 | 01 |
| | 05.16 | Coordenador CRAS | 51 | 01 |
| | 05.17 | Controlador interno | 52 | 01 |
| | 05.18 | Psicólogo (20 horas) | 50 | 03 |
| 6- MAGISTÉRIO (MAG) | 06.01 | Professor I (20 horas) | 62 | 12 |
| | 06.02 | Professor II (20 horas) | 62 | 20 |
| | 06.03 | Segundo Professor (20 horas) | 61 | 04 |
| | 06.04 | Professor III | 62 | 15 |
| | 06.05 | Professor de Artes | 62 | 06 |
| | 06.06 | Professor de Educação Física | 62 | 06 |
| | 06.07 | Orientador Educacional | 62 | 01 |
| | 06.08 | Coordenador educacional | 63 | 01 |
| | 06.09 | Auxiliar Administrativo Educacional | 63 | 01 |

ANEXO II

(ANEXO VIII da Lei Complementar 684/2005)

REGÊNCIA DE CLASSE

| CARGO | REGÊNCIA DE CLASSE (%) |
|---------------|------------------------|
| PROFESSOR I | 10 |
| PROFESSOR II | 10 |
| PROFESSOR III | 10 |

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.040, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO JARDIM PRIMAVERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado LOTEAMENTO "JARDIM PRIMAVERA", com área total de 28.637,80 (vinte oito mil, seiscientos e trinta e sete virgula oito metros quadrados), por atender os requisitos constantes na Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Municipal 937/2012.

Art. 2º. Fica o Proprietário responsável pela infraestrutura de vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais, instalação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica do loteamento.

Parágrafo único O proprietário, no prazo de 02 (dois) anos da publicação da presente Lei, deverá concluir as obras de infraestrutura mínima, exigidas pela Lei Estadual e Municipal.

Art. 3º. A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta do proprietário do Loteamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013.

Art. 5º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 02 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrada e Publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

LEI Nº 2.158/2015

LEI Nº 2.158, DE 06 DE AGOSTO DE 2015
DENOMINA "ACADEMIA PÚBLICA AO AR LIVRE PEDRO OZÓRIO"
NO BAIRRO PATRIMÔNIO

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada "Academia Pública ao ar livre Pedro Ozório". No Bairro Patrimônio.

Art. 2º A Academia fica localizada em frente ao Salão de Festas da Comunidade, paralela a Rua Dionísio Comin.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 06 de agosto de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 06 de agosto de 2015.

LEI Nº 2.159/2015

LEI Nº 2.159, DE 24 DE AGOSTO DE 2015
"DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO VINICIUS DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de VINICIUS DE MORAES, a Rua 5, localizada na Vila São Jorge.

Art. 2º A Rua agora denominada VINICIUS DE MORAES tem seu início na SC 445, via Rua Ângela Ronchi e seu término na Rua Jardim Flórida.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 24 de agosto de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA Nº 257, DE 19 DE AGOSTO DE 2015
CONTRATA TAMIRIS FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente TAMIRIS FERNANDES, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 085.410.819-07, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h em vaga vinculada de Mirian Possoli Ronsoni, na CEIM Olívio Cesa, a contar de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de agosto de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA Nº 258, DE 24 DE AGOSTO DE 2015
CONTRATA RAFAELLA FERNANDA WAKITA DAL BÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente RAFAELLA FERNANDA WAKITA DAL BÓ, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 053.100.289-60, para ocupar a função de Professora, 30h em vaga Vinculada de Cladis M. Zanellatto, na EEBM Jorge Bif, a contar desta data até o retorno da titular do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de Agosto de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA Nº 259, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA TEREZINHA ANA CASSANELLI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária TEREZINHA ANA CASSANELLI, Auxiliar de Serviços Gerais, CPF Nº 548.444.280-04, a contar de 23/08/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 260/2015

PORTARIA Nº 260, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA CLADIS MERI ZANELLATTO TRENTA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária CLADIS MERI ZANELLATTO TRENTA, Professora MAG -LP, CPF Nº 715.646.759-04, a partir de 03/09/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 261/2015

PORTARIA Nº 261, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARLEN ROMANCINI DE BONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARLEN ROMANCINI DE BONA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 065.694.859-09, Auxiliar de Ensino, na Secretaria de Educação, a contar de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 262/2015

PORTARIA Nº 262, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA MARIA ISABEL SIPRIANO PINTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária MARIA ISABEL SIPRIANO PINTO, Professora MAG-LP, CPF Nº 631.276.799-04, a partir de 29/08/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

DEC 148

DECRETO Nº 148, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 2.824,44 (dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentária:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0610 - Aplicações Diretas R\$ 2.824,44

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fonte 610.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 28 agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC 149

DECRETO Nº 149, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 611.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 28 agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2228/2015

LEI Nº 2228, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLEMENTAR PARCELA PÚBLICA-PRIVADA, PRECEDIDA DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO –SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a implementar, mediante prévia licitação na modalidade concorrência, parceria público-privada do tipo concessão administrativa, para a prestação dos serviços de iluminação pública do município, nos termos da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, combinada com a Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, com suas alterações posteriores.

Art. 2º. O prazo de vigência, compatível com a amortização dos investimentos realizados e as hipóteses de término do contrato, bem como os demais termos da contratação, serão definidos pelo edital de licitação e seus anexos, com base em estudos técnicos e preliminares que comprovem a viabilidade jurídica, econômico-financeira, operacional, técnica e orçamentária da parceria público-privada, e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, observados os limites e as prescrições da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e legislação pátria correlata.

Art. 3º. Os recursos arrecadados com a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), a que se referem os artigos 6º e 7º da Lei Municipal Nº 1.391/ 2002, serão depositados em conta especial objetivando o adimplemento dos serviços de iluminação pública do Município.

Art. 4º. O acompanhamento da parceria público-privada será implementado pela Secretaria Municipal de Finanças, Administração e Planejamento, à qual fica delegada a distribuição de aceitação do boletim de medição dos serviços prestados pela concessionária, bem como a de autorização do pagamento da contraprestação mensal devida pelo Município de demais responsabilidade definidas no Edital de concorrência e instrumento correlatos.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução a presente lei correrão por contas de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, na forma da lei.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 143/2015

DECRETO Nº 143, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.769/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 – secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 – Manutenção do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(35) – Aplicações Diretas .. R\$ 8.000,00

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(80) – Aplicações Diretas . R\$ 27.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.026 – Manutenção de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88) – Aplicações Diretas. R\$ 35.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 144/2015

DECRETO Nº 144, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.770/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
2.032 – Assistência Farmacêutica Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(29) – Aplicações Diretas. R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação das seguintes dotações:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
1.012 – Aquisição de veículos
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(3) – Aplicações Diretas .. R\$ 20.000,00
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(20) – Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 1º de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 145/2015

DECRETO Nº 145, de 02 de Setembro de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 12.463,29 (doze mil e quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos):

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.042 – Apoio a Criança e Adolescente em Situação de Risco
3.3.71.00.00.00.00.00.0080(149) – Aplicações diretas
..... R\$ 11.847,94
4.4.71.00.00.00.00.00.0080(150) – Aplicações Diretas ... R\$ 615,35

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.042 – Apoio a Criança e Adolescente em Situação de Risco
3.1.71.00.00.00.00.00.0080(148) – Aplicações diretas R\$ 12.463,29

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de setembro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.769/2015

LEI Nº 1.769, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 – secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 – Manutenção do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(35) – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(80) – Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.026 – Manutenção de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88) – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 1º de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.770/2015

LEI Nº 1.770, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
2.032 – Assistência Farmacêutica Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(29) – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que

trata o artigo anterior são decorrentes da anulação das seguintes dotação:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
1.012 – Aquisição de veículos
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(3) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(20) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 1º de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.771/2015

LEI Nº 1.771, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA PONTE SOBRE O RIO FORTUNA NA LOCALIDADE DE FIGUEIRA BORDIGNON

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada Ponte João Monsani, a ponte localizada sobre o Rio Fortuna, junto à TBS-050, acesso a localidade de Figueira Bordignon, neste Município, conforme mapa em anexo, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CMDCA 04/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÉ DO SUL/ SC

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

DIVULGA RELAÇÃO DOS INSCRITOS AOS CARGOS DE CONSELHEIROS TUTELARES; EDITAL 01/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e em conformidade com o Edital CMDCA nº 01/2015, Art. 5º;

RESOLVE:

Art.: 1º – Tornar público a relação de candidatos inscritos para os cargos de conselheiros tutelares do Município de Timbé do Sul:

Número de inscrição / Nome

1. Oiara Tramontin Felisberto
2. Eliane Ferro Stecanella

3. Fabiana Nagel Acordi da Rosa
4. Lorena Vitória Nuernberg Goulart
5. Vanei Teixeira Spader
6. Carla Munique Guerreiro Conti
7. Joelton Patricio Brusch
8. Vilma Pelizzari Ghellere
9. Thais da Rocha da Silva
10. Rosana Becker
11. Joziane Machado
12. Bruno Machado Cesario
13. Roberto Simão

Art. 2º – Fica aberto o prazo de 5 dias úteis a contar da data da publicação desta Resolução, para que qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, apresente por escrito, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentada.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Setembro de 2015.

Presidente CMDCA

Ana Leila Simon

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 87 2015 PMT - MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 87/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 21 de setembro de 2015. ABERTURA: dia 21 de setembro de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 02/09/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO ADITIVO A ORDEM DE COMPRAS Nº 3654.2015

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA Nº 3654/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 PMT
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação
CONTRATADO: Super Bus Transportes e Consertos de Veículos Ltda.
OBJETO: Acréscimo de R\$ 2.492,00 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais) ao item constante na ordem de compra nº 3654/2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 90 2015 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA RODEIO (2ª ETAPA)

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90/2015
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: V.P.A Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.
OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 2.024,92, m² (dois mil e vinte e quatro metros quadrados e noventa e dois decímetros quadrados) da Rua Rodeio (2ª etapa), de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.
VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 131.113,57 (cento e trinta e um mil, cento e treze reais e cinquenta e sete centavos).
VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS,

CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 22.468,25 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 108.645,32 (cento e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 02 de setembro de 2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.67 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/67

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação LTDA.

OBJETO: Alteração da cláusula segunda do contrato administrativo nº 2015/67, sendo que o valor total de R\$ 110.336,66 (cento e dez mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos), passa a ser pago da seguinte forma: R\$ 70.641,30 (setenta mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta centavos) a ser pago direta, integral e exclusivamente pelos moradores que aderiram ao sistema de mutirão e o valor de R\$ 39.695,37 (trinta e nove mil seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos) a ser pago pelo Município correspondente a pavimentação e demais serviços/materiais apenas ao percentual dos moradores que não aderiram ao referido sistema de mutirão, entroncamentos, cruzamentos, viradouros e interseções de ruas.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2015.
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.102 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/102

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Herbert Bartel.

OBJETO: Prorrogação do prazo da locação de área de terra visando a extração de recursos minerais (macadame) para emprego em atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria do desenvolvimento econômico do município até 31/12/2016 e reajuste de 5,5829% do valor pago a partir de 01/08/2015, passando para R\$ 1.795,00 (mil setecentos e noventa e cinco reais) por mês.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2015.
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 1737, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 1737, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Nomeia Servidora Pública Municipal para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a servidora abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2013:

| | | |
|--|----------------|-----------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| Cargo: Professor Ref.Salarial: C-10 | | |
| Professor Educação Infantil Pré-Escola | | |
| NOME | CPF | JORNADA SEMANAL |
| Laurita Pellin | 087.027.479-10 | 20h/a |

Art. 2º CONVOCAR a Servidora nomeada para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 28/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 28/2015 - Institui o Dia Municipal do Agente de Trânsito.

Autor: Vereador Guilherme Voigt Júnior.

Relator: Vereador Reimar Raddatz

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, que pretende instituir no âmbito do Município de Timbó o "Dia Municipal do Agente de Trânsito".

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 17 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 18 de junho, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 02 de setembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95/98, respeitando, portanto, o §5º, do art. 101, do Regimento Interno.

De acordo com a justificativa, o projeto objetiva, com a instituição do "Dia Municipal do Agente de Trânsito", promover o reconhecimento deste profissional junto à sociedade e importância de sua atividade para a segurança do trânsito no município.

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

No âmbito da Lei Orgânica do Município, o art. 30 dispõe sobre a iniciativa das leis da seguinte maneira:

"Art. 30. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, comissão legislativa permanente, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica."

No presente caso, a matéria objeto da presente proposição não se encontra enumerada pelo §1º, do art. 30, da Lei Orgânica Municipal, não sendo, portanto, de competência privativa do Prefeito Municipal.

Deste modo, plenamente possível a iniciativa deste projeto de lei pelos Vereadores, não havendo que se falar em vício de origem da proposição.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 28/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Carlos Adriano Krüger

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 2015.

| |
|------------------|
| Rubens Borchardt |
| Presidente |

| | |
|-----------------------|----------------|
| Carlos Adriano Krüger | Reimar Raddatz |
| Membro | Relator |

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 26/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 26/2015 - Altera a Lei nº 2200, de 17 de outubro de 2003, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir alterar a Lei n.º 2.200, de 17 de outubro de 2003, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho do Idoso e dá outras providências.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 10 de agosto, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 11 de agosto em Sessão Ordinária, conforme determina o §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais.

No dia 19 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO**a) Da Emenda pela Comissão**

A Comissão apresenta no corpo deste parecer a Emenda nº 01 ao respectivo projeto.

Verifica-se que o projeto tem como objetivo a alteração da redação dos artigos 3.º e 5.º da Lei n.º 2.200/2003. Todavia, o art. 1.º do projeto em análise refere-se tão somente a alteração do art. 3.º o que, por óbvio, trata-se de um equívoco na redação da proposição. Assim, se faz necessária a apresentação de uma emenda modificativa com o intuito de corrigir tal equívoco.

Diante do exposto, a Comissão submete à apreciação dos Nobres Vereadores a Emenda nº 01.

b) Fundamentação

No que tange aos aspectos legísticos e redacionais, com a apresentação da Emenda referida a proposição está de acordo com aquilo que é determinado pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

De acordo com o que preceitua o art. 30, I, da Constituição Federal, e inciso I do art. 15 da Lei Orgânica, é competência de o município legislar ao se tratar de assunto de interesse local.

Analisando a proposição, verifica-se que essa visa apenas adequar a legislação em vigor (Lei n.º 2.200/2003) à realidade, naquilo que diz respeito à vinculação e composição do Conselho Municipal de Idoso, uma vez que quando de sua criação, esse estava vinculado à Secretaria de Saúde posto que a Assistência Social também estava vinculada à essa secretaria. Todavia, com a criação da Secretaria da Assistência Social, se faz necessária a vinculação do Conselho do Idoso à tal secretaria, uma vez que as políticas destinadas ao idoso fazem parte da Assistência Social, e não da saúde. Assim, imprescindível a alteração legislativa ora proposta.

Sendo assim, estando a presente proposição na esfera de competência do município, bem como ir ao encontro daquilo que é determinado pela Lei Orgânica Municipal, este Relator se manifesta de maneira favorável à sua tramitação nesta Casa.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 26/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 2015.

Rubens Borchardt

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti

Relator

Reimar Raddatz

Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO LOA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

• Prefeito Municipal de Treze Tílias, no pleno exercício e no uso das atribuições inerentes ao cargo, faz saber a quem interessar possa que será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, para tomada de decisão sobre as prioridades para elaboração da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e LOA- Lei Orçamentária Anual- 2016 conforme determina a Lei Complementar 101/2000, regulamentada pela Lei Municipal n.º 1424/2001.

As Propostas serão discutidas e votadas pelos delegados indicados pelas Entidades relacionadas na Lei Municipal nº 1424/2001

Data: 16/09/2015 (quarta-feira)
Local: Prefeitura Municipal
Hora: 09h00

E, para conhecimento, expede-se o presente Edital.

Treze Tílias (SC) 01 de setembro de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 62-2015 ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 62/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para, locação de tendas tipo pirâmide, locação de gerador de energia, som, iluminação, sanitários e prestação serviços de limpeza e segurança para a Tiro-lerfest 2015, de 09 a 13 de Outubro de 2015 no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital. O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 14h00 min do dia 16/09/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO TP 59-2015 PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2015

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração de Projeto Arquitetônico de Restauração da edificação do Museu Ministro Andreas Thaler, no município

de Treze Tílias – SC, conforme Termo de Referência no Anexo IV, integrante deste edital. A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 17 de Setembro de 2015 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço www.trezetilias.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 01 de Setembro de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2015 EXTRATO DE CONTRATO 57/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.
CONTRATADO: CONSTRUPEJC CONTRUÇÕES LTDA - ME
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento e execução de forma parcelada de 2000 metros de meio fio (GUIA) de concreto pré-moldado Fck15Mpa, dimensões 12x15x-30cm, incluindo escavação e reaterro, no perímetro urbano do Município de Treze Tílias.
VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 67.900,00 (Sessenta e sete mil e novecentos reais).
DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2015: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00.00.00.
PROCESSO LICITATÓRIO: 46/2015.
VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 24/08/2015

TREZE TÍLIAS, 24 de Agosto de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2015 EXTRATO DE CONTRATO 58/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.
CONTRATADO: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais elétricos e hidráulicos para ligação do poço artesiano da Linha Jatái, no interior do município, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.
VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 23.685,06 (Vinte e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e seis centavos.), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 58/2015, conforme Anexo I.
DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2015: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00.00.00.
PROCESSO LICITATÓRIO: 58/2015.
VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 31/12/2015

DATA ASSINATURA: 01/09/2015

TREZE TÍLIAS, 01 de Setembro de 2015.

PORTARIA 087/2015

PORTARIA Nº 087/15 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os senhores(as) abaixo relacionados(as) para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO com a finalidade específica de avaliar os veículos abaixo descritos, pertencentes a Secretaria de Saúde:

- Veículo marca VW modelo Gol 1.6 (Placas MHU 0936)
- Veículo marca VW modelo Gol 1.0 (Placas MHT 8236)

COMISSÃO:

- Rafael Hensel;
- Valdecir de Rós;
- Jorge Kandler;
- Werner José Felder;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC) 02 de setembro de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Mun. de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2015

Edital de Pregão Presencial nº 79/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM que tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Entrega das propostas até às 8h30 do dia 17/09/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 31 de agosto de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 46/2015

DECRETO Nº 046/15, de 31 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17.512.0057.1.032 – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (082) – Aplicações Diretas
..... R\$ 62.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 62.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 301/2015

PORTARIA Nº 301/15, de 31 de Agosto de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.09.2015 a 30.09.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1222 Denise Lima de Souza Mattos 16.03.2014 a 15.03.2015

1248 Pedra de Aguiar 30.06.2014 a 29.06.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 302/2015

PORTARIA Nº 302/15, de 31 de Agosto de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.09.2015 a 20.09.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO

2865 Izaltino Antonio Ribeiro 21.02.2014 a 20.02.2015

2756 Soeli Fatima Fernandes 02.01.2013 a 01.01.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 303/2015

PORTARIA Nº 303/15, de 31 de Agosto de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora ROSA MARIA MIRANDA BROVEDAM CPF nº. 652.645.259-00, matrícula nº. 0348, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 01.09.2015 a 30.10.2015, referente ao período aquisitivo de 28.02.2000 a 27.02.2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de agosto de 2015

.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 304/2015

PORTARIA Nº 304/15, de 31 de Agosto de 2015.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Susara Bauer da Rosa que se encontra em Licença Prêmio.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Maíra de Faveri 045.881.029-07 História E. E. B. M. P. Laurita M. Bristot

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Setembro de 2015 e encerrará em 14 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 31 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 062/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A.

OBJETO: Repactuação de preços das passagens interestaduais no percentual de 7,708% (sete inteiros e setecentos e oito milésimos por cento).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 062/2015.

Vargeão, SC, 02 de setembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2015 - DIVERSOS 9ª DOCE FESTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame pregão destina-se a contratação dos itens que seguem, de acordo com as condições contidas neste edital, para a 9ª Doce Festa que será realizada nos dias 12,13,14 e 15 de novembro de 2015 no Parque Municipal de Eventos, nesta cidade: Locação de estruturas (tendas para stands; Tendas para área de churrasco; Locação banheiro químico). Contratação de empresa de segurança; Contratação de empresa para limpeza – zeladores de sanitário e serviços gerais, etc; Contratação de empresa para locação de Gerador, Contratação de empresa iluminação e sonorização, Conforme Termo de Referência (Anexo II), deste Edital.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 48/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:00 hrs do dia 16 de setembro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 08:00 hrs do dia 16 de setembro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 02 de setembro de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAVER

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 50/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 50/2015

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAVER INTERTRAVADO, PODOTATIL PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS. ENTREGA FRAGMENTADA CONFORME requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 50/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/09/2015, às 11:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 02 de setembro de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 49/2015 - SILVIO BRITO

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Inexigibilidade de licitação para contratação de Show Artístico com a "SILVIO BRITO"

P A R E C E R

Referente: Contratação de Show Artístico com O "SILVIO BRITO".

Submete-me a parecer jurídico a proposta da "SILVIO BRITO", que disponibiliza a data de 15 de novembro deste ano, ao qual ocorrerá 9ª DOCE FESTA.

A contratação de shows artísticos difere de demais forma de contratação.

O Inciso III, do Artigo 25 da Lei Federal nº. 8666/93 prevê que: "Artigo 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

...

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela

crítica especializada ou pela opinião pública”.

Ora, o representante de Silvio Brito, apresentou proposta de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para realizar o show, o qual é o empresário exclusivo da mesma.

Os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina que:

“A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde

que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito

subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular.

O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional.

Silvio Brito é conhecido nacionalmente por realizar Shows em todo o território brasileiro.

Podendo inclusive ser determinada a dispensa do certame.

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação de artistas sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta a qualidade intelectual do prestador e, não o preço em si.

É o meu parecer.

Vidal Ramos, 02 de setembro de 2015.

MAURECI MARCELO VELTER
OAB/SP nº. 7462

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 49/2015

Ana Maria Schmitz Schlistinchg, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerados que seguem abaixo: Considerando que SILVIO BRITO, é detentora especialização profissional, e mantém sua carreira de sucesso consagrada pela mídia e pelo público em toda região, conforme prevê o art. 25, § 1º da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. Considerando que a sua representante SANDRA REGINA MUNIZ PEREIRA PRODUÇÕES ME, CNPJ nº. 06.248.110/0001-53, quanto à documentação apresentada demonstrou total regularidade fiscal perante as esferas municipal, estadual e federal. Demonstrando a Banda estar bem estruturada com equipe técnica apta e especializada para realização do evento (show) com qualidade; Considerando a manifestação do Presidente da Comissão de Licitação da PREFEITURA que explana amplamente a necessidade desta contratação a fim de presentear de forma especial nossa cidade e os munícipes de Vidal Ramos. Autoriza a contratação do objeto abaixo descrito:

1. Fundamento Legal: Artigo 25 inciso III da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
2. Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico visando à realização de evento (show) da 9ª DOCE FESTA.
3. Valor e condição de pagamento: A prestação de serviço terá o valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Será pago após a apresentação com CHEQUE.

Vidal Ramos, 02 de setembro de 2015.

Ana Maria Schmitz Schlistinchg
Presidente da Comissão de Licitações

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 066/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 001/2015.

| CONVOCADADO | CARGO | DECRETO NOMEAÇÃO |
|--|----------------------------------|-----------------------------|
| 1. MAYCON JOSÉ PA- LOSCHI | MÉDICO PSQUIATRA | 12.333/15, DE 26/08/2015 |
| 2. DANIEL MACHADO | MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA | 12.334/15, DE 26/08/2015 |
| 3. RODRIGO BORSATTI NEVES DA FONTOURA | MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA | 12.335/15, DE 26/08/2015 |

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de Agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054015

PORTARIA nº 0540/15

Revoga a Portaria nº 0519/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Processo Administrativo nº 11297/15,

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 0519/15, que concede licença prêmio à servidora DENISE ZAGO, pelo período de 18 de setembro de 2015 à 18 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0641/15

PORTARIA nº 0641/15

Retifica a Portaria nº 0616/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Comunicação Interna da Presidente da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 0616/2015, solicitando para verificar o nome correto da servidora Carise Aparecida Gonçalves de Oliveira Dias;

Considerando que em consulta ao Departamento Pessoal constatou-se que o nome correto da servidora é Carise Aparecida Gonçalves de Oliveira Silva;

RESOLVE

Retificar a Portaria nº 0616/2015, de 18 de agosto de 2015, que nomeou Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13977/2015, adequando o nome de uma das servidoras integrantes da comissão de sindicância para onde se lê "CARISE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA DIAS"

leia-se "CARISE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA SILVA".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2015.

Videira, 1º de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 1º dia do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0642/15

PORTARIA nº 0642/15

Nomeia Comissão de Arbitramento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, os servidores públicos efetivos abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Arbitramento para Apuração de Valores do Imposto Sobre Serviços - ISS, segundo dispõe o artigo 32, da Lei Complementar nº. 069/1985, conforme solicitação do Secretário Municipal de Finanças mediante Processo Administrativo nº 15074/2015:

I – Maria Alice Vanz – Fiscal de Tributos Municipais – Matrícula nº 15.665;
II – Ezequiel Carlos de Oliveira – Fiscal de Tributos Municipais – Matrícula nº 15.936;
III – Wolmar Erdmann – Agente de Fiscalização – Matrícula nº 5.302.

Art. 2º Esta Comissão de Arbitramento será designada com finalidade específica para apurar os fatos atinentes ao Processo Administrativo nº 6258/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 146/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 29/09/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Setembro 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N.º 82/2015

Termo Aditivo n.º 82/2015

Aditivo nº: 82/2015.

Contrato de Prestação de Serviços nº: 190/2015-PMV.

Licitação: PR 111/2015- PMV.

Contratada: OK Eventos e Montagem Ltda. - ME.

Objeto: Inclusão de 06 (seis) estandes no quantitativo do item 14, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Turismo e Cultura.

Valor: R\$ 1.276,86.

Data: 02/09/2015.

TERMO ADITIVO N.º 83/2015

Termo Aditivo n.º 83/2015

Aditivo nº: 83/2015.

Contrato de Prestação de Serviços nº: 189/2015-PMV.

Licitação: PR 111/2015- PMV.

Contratada: Ecco's Produções e Eventos Ltda. - ME.

Objeto: Inclusão de 01 (uma) tenda ao quantitativo do item 11 e 75m2 (setenta e cinco metros quadrados) de piso de madeira ao quantitativo do item 12, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Turismo e Cultura.

Valor: R\$ 1.806,22.

Data: 02/09/2015.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2015 FMS

Processo de Licitação 002/2015 FMS
Modalidade: Inexigibilidade 001/2015 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Inexigibilidade

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital para credenciamento de prestadores de serviços da área da saúde de acordo com o Edital. O prazo de vigência das inscrições será no período de 02/09/2015 a 02/09/2016 no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, dirigida pelo Secretário de Saúde o senhor Valmir Vendelino Deretti. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 02 de setembro de 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 041/2015

DECRETO N.º 041/2015

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores PAULO ROBERTO DE FREITAS, JOSIANE BERKENBROCK MASOTE, DARIO MONTAGNA, MICHELI SCOTTINI e JEOVANA WINTER, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas na área da saúde da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 004/2015, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Publicado e Registrado na data
Vitor Meireles/SC, ___/___/ ____ .

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu, LOURIVAL LUNELLI, Prefeito de Vitor Meireles, ordeno ao setor Administrativo que proceda a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 004/2015 para recrutamento de Técnico em Enfermagem e Fiscal de Vigilância Epidemiológica e designo a Comissão Municipal Coordenadora do Processo, nomeada através do Decreto Municipal número 041/2015 de 02/09/2015 para realizar os procedimentos referentes ao processo.

VITOR MEIRELES, 02 de Setembro de 2015.
LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO DE VITOR MEIRELES

EDITAL PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições, faz saber, por este Edital, que realizará o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e torna público que estão abertas as inscrições ao Processo para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 004/2015, destinado a selecionar Técnico em Enfermagem e Fiscal de Vigilância Epidemiológica para atuação nos programas de saúde, emprego temporário até a realização do próximo concurso público, o qual se regerá pelas normas deste edital e de acordo com o art. 37, IX da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 049, de 23 de dezembro de 2009.

A responsabilidade pela execução do referido processo será da Empresa: ADELAR JOSE TOLFO 38109530087 MEI, com CNPJ nº 17.362.821/0001-70, situada na Rua José Bonifácio – 440, Ibirama/SC.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido por este edital.

1.2 - Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO far-se-á através de provas escritas contendo questões objetivas.

2 – DAS PROFISSÕES

| EMPREGOS | CARGA HORARIA | HABILITAÇÃO PROFISSIONAL | SALÁRIO MENSAL | Nº DE VAGAS |
|-------------------------------------|------------------|---|----------------|-------------|
| Técnico em Enfermagem | 40 horas semanal | Ensino Médio e Registro no Coren | R\$ 1.527,30 | 01 |
| Fiscal de Vigilância Epidemiológica | 20 horas semanal | Técnico de nível médio na área de saúde | R\$ 763,65 | 01 |

2.1. - O candidato portador de necessidades especiais, participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova; à avaliação e aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação da prova para todos os candidatos.

3 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será feita através de publicação nos seguintes locais:

3.1 – No mural de publicações da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 – Centro;

3.2 – No site <http://www.vitormeireles.sc.gov.br>;

3.3 – No Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 - Período, Horário e Local

As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 – Centro, VITOR MEIRELES - SC., pessoalmente ou por meio de procuração, no período de 08/09/2015 a 18/09/2015, em dias úteis, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

4.2 - Procedimentos para realizar a inscrição pessoalmente ou por meio de procuração

4.2.1 - Para inscrever-se o candidato deverá:

a) preencher todos os campos da Ficha de Inscrição, assinando a declaração de que conhece as exigências contidas neste edital e de que com elas concorda;

b) anexar ao requerimento de inscrição a fotocópia (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.

4.2.2 - No caso de inscrição por procuração, deverá, ainda, ser anexado o instrumento de mandato (instrumento particular de procuração, com a qualificação do candidato e do procurador e a indicação dos endereços e fotocópias dos documentos de identidade de ambos), com fim específico para inscrição no presente Concurso Público. A procuração não necessita ser passada em cartório.

4.3 - Procedimentos para inscrição de portadores de deficiência

4.3.1 - O candidato portador de deficiência deverá além de apresentar os documentos constantes no item 4.2.1, entregar ou remeter durante o período de inscrição ao Governo do Município de VITOR MEIRELES atestado médico (original ou fotocópia autenticada) que comprove a espécie e o grau ou o nível da deficiência de que é portador, indicando, obrigatoriamente, a sua classificação pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que será juntado a Ficha de Inscrição.

4.4 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora, e publicação feita no Mural Público Municipal e via internet.

4.5 – Das condições para inscrição:

a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal nº 70.436;

b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da contratação;

c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;

d) Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;

e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Processo para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 004/2015.

4.6 - Homologação das inscrições:

A homologação das inscrições será divulgada no dia 21 de Setembro de 2015, através de Mural Público Municipal e via internet após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora. Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 9 deste Edital.

5 - DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de que trata este Edital, podendo concorrer às vagas a elas reservadas, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do emprego e a deficiência de que é portador, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999.

5.2 - As pessoas portadoras de necessidades especiais participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e ao número mínimo de acertos exigidos para todos os candidatos e especificados neste Edital.

5.3 - Os candidatos portadores de necessidades especiais que necessitem de algum atendimento especial para a realização da prova, deverão fazer a solicitação POR ESCRITO, ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, pessoalmente ou por meio de procurador, na Prefeitura Municipal, Rua Santa Catarina - 2266, VITOR MEIRELES - SC, no ato de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias.

5.4 - O candidato portador de necessidades especiais deverá declarar no Requerimento de Inscrição que a deficiência é compatível com o exercício das atribuições do Emprego, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, e remeter ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, conforme item 4.3 deste Edital, Atestado Médico (original), contendo parecer descritivo do médico assistente do candidato, em receptuário próprio, comprovando a deficiência, nos termos da CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial de Saúde - 10ª revisão.

5.5 - Se aprovado e classificado para o provimento das vagas, o candidato portador de necessidades especiais será submetido à avaliação a ser realizada por Junta Médica Oficial designada especialmente para exames com fins adicionais, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador.

5.6 - Na hipótese de não compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador, o candidato será eliminado do Concurso Público, abrindo vaga para o chamamento do próximo classificado na lista de aprovados para o respectivo emprego.

6 - DO EMPREGO

6.1 - O pessoal contratado nos termos deste edital vincula-se como segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social.

7 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

7.1 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será constituído de prova, composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, de caráter classificatório.

7.2 - A prova terá duração de duas (02) horas, contada a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.3 - Os programas da prova encontram-se no Anexo I deste Edital.

8 - DA PROVA

8.1 - A prova objetiva será realizada no município de VITOR MEIRELES, no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, sito na Rua Santa Catarina - 2266, VITOR MEIRELES - SC, na data de 27 de Setembro de 2015, a iniciar às 09h00min.

8.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

8.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que além do Cartão de Inscrição apresentar documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho,

Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

8.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

8.5 - Não será permitida a entrada na sala de realização da prova de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início, salvo se acompanhado por Fiscal do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.6 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

8.7 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Organizadora e Julgadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO do Governo do Município de VITOR MEIRELES.

8.8 - Durante a realização da prova, não será permitida consultas de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

8.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na folha de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

8.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na folha de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 8.9 deste Edital.

8.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da folha de respostas.

8.12 - Será excluído do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

8.12.1 - comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.12.2 - consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

8.12.3 - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.12.4 - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

8.12.5 - o candidato que não comparecer para realização da prova.

8.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

8.14 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

8.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nas dependências dos locais de aplicação da prova.

8.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

8.17 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

8.18 - A Prova será composta de 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos de múltipla escolha (A, B, C e D).

9 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

9.1 - Os procedimentos para a interposição de recursos, o resultado decorrente da análise dos recursos e a homologação dos resultados finais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

9.2 - O candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada, referente:

9.2.1 - à inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital de homologação das inscrições.

9.2. - aos resultados do Concurso Público, no prazo de dois (02) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado.

9.3 - O recurso deverá ser apresentado por escrito, entregue e protocolado na sede do Governo do Município de VITOR MEIRELES, sito a Rua Santa Catarina, nº 2266, VITOR MEIRELES/SC.

9.4 - Os recursos relativos ao gabarito das questões deverão ser apresentados por escrito no mesmo local supra referido. Esses recursos deverão ser apresentados em duas vias de igual teor e forma. O candidato deverá indicar, na folha de rosto, a questão objeto do recurso e os seus demais dados de identificação, apresentando, em separado, as razões de recurso da questão contestada (sem identificação do recorrente nas razões). O candidato que recorrer de mais de uma questão deverá apresentar um formulário para cada questão. Não se conhecerá dos recursos que não forem formulados por escrito e os que forem desprovidos de fundamentação.

9.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e os que não contiverem todos os elementos necessários de acordo com o item 9.4, ou que tiverem sido interpostos de forma diferente da prevista neste Edital.

9.6 - Se da análise dos recursos resultarem anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, a prova de todos os candidatos será corrigida conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

9.7 - Serão de caráter irrecorrível, na esfera administrativa, os resultados do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2015, após apreciação dos recursos e publicação das decisões finais.

10 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1 - A prova será avaliada de zero (0) a dez (10) pontos, de caráter classificatório. Serão divididos os 10 (dez) pontos pelo número de questões que compõe a prova escrita, sendo que cada questão correta terá o mesmo peso na prova.

10.2 - A classificação dos candidatos aprovados será realizada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na prova.

10.3 - A classificação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2015 gera para o candidato apenas expectativas de direito à contratação mediante contrato de trabalho em caráter transitório.

10.4 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10.5 - O Governo do Município de VITOR MEIRELES publicará no Mural Público Municipal e via internet, a lista de classificação final, bem como afixará a listagem no local de inscrição.

11 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

11.1.1 - o mais idoso;

11.1.2 - sorteio público.

12 - DO INGRESSO

12.1 - O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 10 deste Edital.

12.2 - Requisitos para o ingresso: o candidato deverá entregar, na data do ingresso:

12.2.1 - Cédula de Identidade - RG (cópia);

12.2.2 - Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia);

12.2.3 - CPF (cópia);

12.2.4 - Título de Eleitor (cópia);

12.2.5 - Comprovante da última votação (cópia);

12.2.6 - PIS ou PASEP (cópia);

12.2.7 - Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o emprego;

12.2.8 - Carteira de trabalho "página da fotografia e verso" (cópia);

12.2.9 - Comprovante de quitação militar - Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia);

12.2.10 - Certidão de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Poder Judiciário (original);

12.2.11 - Exame médico adicional de boa saúde física e mental, expedido por Junta Médica Oficial;

12.2.12 - Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e Declaração de confirmação de endereço conforme comprovante de residência ou atestado de residência, apresentado no ato da inscrição;

12.2.13 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia)*;

12.2.14 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia)*;

* Estes documentos são necessários somente para o cadastramento do salário-família, não são obrigatórios para ingresso no emprego.

12.3 - Os candidatos aprovados serão convocados através de divulgação no Mural Público Municipal e via internet, terão trinta (30) dias para se apresentarem junto ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade situados na Rua Santa Catarina nº 2266, VITOR MEIRELES/SC, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, para assinarem seus respectivos contratos.

13 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ao qual se refere este Edital será de um ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

14.2 - Caso o candidato convocado para assumir a vaga não preencha os requisitos para o ingresso ou, por qualquer motivo, venha a desistir da vaga, o Governo do Município de VITOR MEIRELES convocará o próximo candidato classificado, seguindo, rigorosamente, a ordem final de classificação para o respectivo emprego.

14.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2015 do Governo do Município de VITOR MEIRELES, de acordo com a legislação vigente.

14.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
- b) Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha.
- e) Anexo V – Descrição Sumária e Detalhada das Atividades Específicas e Habilitação Mínima.

VITOR MEIRELES/SC, 02 de Setembro de 2015.

Lourival Lunelli
Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

| | | |
|--|------------------|-------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES | | N.º DE INSCRIÇÃO: |
| FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015 | | |
| Nome do Candidato: | FOTO | |
| Emprego Pretendido: | | |
| DADOS CADASTRAIS | | |
| Pai: | | |
| Mãe: | | |
| Data do Nascimento: | | |
| Naturalidade: | Estado: | |
| N.º filhos: | Sexo: | Estado Civil: |
| Endereço Residencial: | N.º: | |
| Cidade: | Estado: | |
| CPF: | Fone: | |
| Carteira de Identidade: | Órgão Expedidor: | |
| Deficiente: Sim () Não () | Tipo: | |
| E-mail: | | |

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015 e todas as disposições nele contidas.

VITOR MEIRELES/SC, ____ de _____ de 2015.

| | |
|---|-------------------------------------|
| Assinatura do (a) Candidato (a) | Assinatura do recebedor/responsável |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES | N.º DE INSCRIÇÃO: |
| FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015 | |
| Nome do Candidato: | FOTO |
| Emprego: | |
| Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura do(a) Recebedor/Responsável | |
| O Candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta. | |

VIA DO CANDIDATO

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015 da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

VITOR MEIRELES/SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III

FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

| | |
|----------------------|--|
| Nome do Candidato(a) | |
| N.º de inscrição: | |

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () CONTRA o indeferimento da inscrição.
 () CONTRA a formulação das questões e quesitos.
 () CONTRA o resultado do gabarito provisório.
 () CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

| | | | | | |
|-----------------|--|----------------------|--|------------------------|--|
| N.º da Questão: | | Gabarito Provisório: | | Resposta do Candidato: | |
|-----------------|--|----------------------|--|------------------------|--|

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

VITOR MEIRELES/SC, _____ de _____ de 2015.

| | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| Assinatura do (a) Candidato (a) | Assinatura do Recebedor/Responsável |
|---------------------------------|-------------------------------------|

ANEXO IV

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA PARA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Procedimentos básicos da enfermagem. Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais).
- Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis.
- Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio).
- Esterilização: conceito, método de esterilização.
- Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos.
- Primeiros Socorros.
- A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional.
- Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos.
- Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância.
- Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde.
- Doenças de notificação compulsória.
- Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos.
- Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA PARA FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

1. Saúde pública e saneamento básico;
2. Endemias e epidemias;
3. Noções básicas das seguintes endemias:
 - a. febre chicungunha
 - b. Tuberculose
 - c. Dengue;
 - d. Leptospirose;
 - e. Influenzas;
 - f. Salmoneloses.
4. Prevenção primária das endemias acima citadas;
5. Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias acima citadas;
6. Combate aos agentes transmissores das endemias acima citadas, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde;
7. Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade.
8. Papel do agente na educação ambiental e saúde da população.
9. Conceito da epidemiologia
10. Programas de imunização
11. Saúde como dever do estado.
12. Saúde como direito social.
13. Noções básicas sobre o SUS.
14. Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.
15. Doenças de Notificação Compulsória.
16. Promoção da saúde: conceito e estratégias.
17. Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos.
18. Noções de ética e cidadania.

ANEXO V

DESCRIÇÃO SUMÁRIA E DETALHADA DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS
E HABILITAÇÃO MÍNIMA

| |
|--|
| DESCRIÇÃO DE EMPREGO |
| EMPREGO: Técnico em Enfermagem |
| ATIVIDADES ESPECÍFICAS: Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família, a comunidade, visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas. |
| QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. |

| |
|--|
| DESCRIÇÃO DE EMPREGO |
| EMPREGO: Fiscal de Vigilância Epidemiológica |
| ATIVIDADES ESPECÍFICAS: Desenvolver atividades de levantamento de informações, investigações e outros dados necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde, e outras atividades correlatas. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras. |

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Técnico de nível médio na área de saúde

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 183/2015

DECRETO Nº AJG 183/2015

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de cozinheira no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora JANICE ZARDINELLO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF sob nº 085.562.549-00, portadora da Cédula de Identidade 6.179.797, expedida pela SSP/SC, para o cargo de COZINHEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 02 de setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 184/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 184/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.09.2015 a 30.09.2015 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Adriana Regina Favretto, Altair Rossato, Amarildo Badia, Ariana Coelho Pinto, Berenice Maffei, Claudir Vellozo dos Santos, Cris-thian Mateus Canan, Edgar Jose Toldo, Elisangela Judite Pegoraro Bottega, Erondi Rodrigues de Lima, Francisco de Assis Pagotto, Gisele Barella, Ivonete Terezinha de Cezaro, Juliana Aparecida Pasetti, Luciane Maria Bandeira, Marcia Puccini Vieira, Marcos Cesar Jora de Oliveira, Maria Luiza Baggio, Marilza Terezinha Tesser Felix, Neide dos Santos da Silva, Sadi Gibikoski, Salete Fiorentin, Silvana Dachery, Simone de Ramos, Sirlei Alves dos Santos, Vera Lucia Baratto.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.09.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 31 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 187/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 187/2015

EXONERAR A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 01.09.2015, o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, o (a) Sr.(a) VINICIUS CHIES DE MORAES, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.289.014, CPF nº 064.478.969-76 e CRM 17838/SC, nomeado conforme Decreto nº BLB 312/2011, no cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 003256/2015 datado de 02.09.2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.09.2015. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 312/2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 005/2015 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratada: BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Número do Contrato: 005/2015 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSESSORIA NO AMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 01/09/2015.

Validade: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Consórcios

CIMCATARINA

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - ML

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa ML COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doze de Outubro, nº 241, Bairro Canhema, na cidade de Diadema – SP, CEP: 09.941-210, inscrita no CNPJ sob o nº 04.909.848/0002-70, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

| Item | Unidade | Especificações Básicas e Requisitos Mínimos | Marca | Modelo |
|------|---------|--|--------------------|-------------|
| 126 | UNIDADE | SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. | MEDLINE EXCEL-LENT | EXECAP 10ML |
| 135 | UNIDADE | SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. | MEDLINE EXCEL-LENT | EXECAP 5ML |

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 02 de setembro de 2015.

Camila Strapazon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

CIMVI**CONTRATO Nº 2015/016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LEVANTAMENTO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE RELATÓRIO TEXTUAL DOS SEGMENTOS DE MERCADO TURÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ**

 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/016
 CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
 CONTRATADO: Estilo Comunicação Integrada Ltda Me
 OBJETO: Prestação de serviços para levantamento, pesquisa e desenvolvimento de relatório textual dos segmentos de mercado turísticos dos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.
 VALOR: R\$ 7.699,00 (sete mil, seiscentos e noventa e nove reais).
 PRAZO: de 03 de agosto a 04 de setembro de 2015.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 03 de agosto de 2015.
 SERGIO ALMIR DOS SANTOS
 Presidente

CONTRATO Nº 2015/017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ARTE DE CARTILHA DE CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA CONTEMPLANDO OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, CONTENDO ENTRE VINTE E OITO E TRINTA E DUAS PÁGINAS.

 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/017
 CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
 CONTRATADO: Ploc Propaganda e Marketing Ltda Me
 OBJETO: Prestação de Serviços para a elaboração de arte de Cartilha de Conscientização Turística contemplando os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, contendo entre vinte e oito e trinta e duas páginas.
 VALOR: R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais).
 PRAZO: de 03 de agosto a 25 de setembro de 2015.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 03 de agosto de 2015.
 SERGIO ALMIR DOS SANTOS
 Presidente

CONTRATO Nº 2015/018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO ATERRO SANITÁRIO EM TIMBÓ/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SETORES DO ATERRO POR MEIO DE VARRIÇÕES, LAVAÇÕES, RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS E APARO DE GRAMAS, BEM COMO A LIM

 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/018
 CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
 CONTRATADO: Ronaldo Guercke Firma Individual
 OBJETO: Prestação de serviços gerais de manutenção nas dependências do Aterro Sanitário em Timbó/SC, compreendendo o fornecimento de mão de obra para conservação e limpeza dos setores do aterro por meio de varrições, lavações, recolhimento de resíduos e aparo de gramas, bem como a limpeza e manutenção das calhas e drenos instalados nas áreas de disposição final dos resíduos sólidos.
 VALOR: R\$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos) por hora trabalhada.
 PRAZO: de 03 de agosto a 31 de dezembro de 2015.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 03 de agosto de 2015.
 SERGIO ALMIR DOS SANTOS
 Presidente

LICITAÇÃO 001/2014 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 001/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 087/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº 001/2014, os participantes:

| | |
|--|----------------|
| Item 1 – ENGEPOL GEOSSINTÉTICOS LTDA. | R\$ 168.075,00 |
| Item 2 – IDA MARIA PIZZI GERALDO ME. | R\$ 9.960,00 |
| Item 3 - DRAGÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. | R\$ 555.000,00 |

Timbó, 26 de fevereiro de 2014.
 Hartwig Persuhn
 Presidente

LICITAÇÃO 002/2013 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ENCERRAMENTO

LICITAÇÃO nº 002/2013

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 079/2013, inabilitando todas as empresas participantes do processo licitatório nº 002/2013, sob a modalidade Convite nº 002/2013,

HOMOLOGO,

a referida decisão e, considerando-se deserta a licitação, declaro encerrado o certame, determinando-se o arquivamento do processo.

Timbó, 30 de abril de 2013.

Hartwig Persuhn

Presidente

LICITAÇÃO 004/2014 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 004/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 087/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da carta convite nº 004/2014, o participante:

| | |
|------------------------------------|--------------|
| VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. EPP | R\$32.250,00 |
|------------------------------------|--------------|

Timbó, 07 de novembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente

LICITAÇÃO 005/2014 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 005/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 087/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da carta convite nº 005/2014, o participante:

| | |
|--------------------------|-------------------|
| SERRANA ENGENHARIA LTDA. | R\$26,92/Tonelada |
|--------------------------|-------------------|

Timbó, 22 de dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente

LICITAÇÃO 005/2015 - PREGÃO PRESENCIAL POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA E HORA CAMINHÃO PARA MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços de hora máquina e hora caminhão para manutenção do Aterro Sanitário em Timbó/SC, do tipo Menor Preço GLOBAL.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 18 de setembro de 2015, às 08h20min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC sita à Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó – SC – CEP 89.120-000; abertura dos envelopes às 08h30min no Auditório Municipal da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 20/08/2015

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CIS/AMARP**1º ADITIVO AO CONTRATO 07 2015 SCIENTIA**

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 07 2015 - CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado MACCAGNINI & LIMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, que passou a ser denominada CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP, em decorrência de alteração de seu contrato social na data de 29 de janeiro de 2015; sendo que os demais dados permanecem inalterados, conforme seguem CNPJ 07.628.155/0001-16, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, Nº 1047 - sala 01 e 03, Caçador-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Eliece José de Lima, RG M-5.414.725, CPF 031.316.866-00, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 07 2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

| PROCEDIMENTO | CODIGO SUS | VALOR CIS |
|--|------------|-----------|
| Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais | *9016481 | 153,65 |

Parágrafo único - (...)

(...)."

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 08 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Eliece José de Lima

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 07 2015 SCIENTIA

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 07 2015 - CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP .

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado MACCAGNINI & LIMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, que passou a ser denominada CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP, em decorrência de alteração de seu contrato social na data de 29 de janeiro de 2015; sendo que os demais dados permanecem inalterados, conforme seguem CNPJ 07.628.155/0001-16, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, Nº 1047 - sala 01 e 03, Caçador-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Eliece José de Lima, RG M-5.414.725, CPF 031.316.866-00, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 07/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 07/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

| PROCEDIMENTO | CODIGO SUS | VALOR CIS |
|--|------------|-----------|
| Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais | *9016481 | 153,65 |

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 70/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 08 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Eliece José de Lima

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMURC

EXTRATO EDITAL 05/2015_PP 01/2015- HELIO LIQUIDO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL para registro de preço para eventual aquisição de hélio líquido para magnetos de ressonância magnética, que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 15/09/2015, às 09:15 horas para abertura das propostas e às 09:00 horas, como último prazo para apresentação dos envelopes de habilitação e propostas. Maiores informações e a íntegra do edital poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.amplanorte.org.br/cisamurc no link licitacao ou no endereço do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 02 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Presidente

CIS/AMUREL**EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 53/2015 FC CLINICA DE OLHOS****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 53/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: FC CLÍNICA DE OLHOS LTDA. EPP

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínico e consulta especializada de oftalmologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 26/08/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Fernanda Caetano Porto pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 54/2015 HNSC - CAT**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 54/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Cateterismo Cardíaco.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 02/2015).

Data da Assinatura: 25/08/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Artur José Hummel e Jacira Maria dos Santos (Irmã) pelo Contratado.

CPIMMOC**RETIFICAÇÃO EXTRATO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 004/2015 PREGÃO PRESENCIAL 004/2015 REGISTRO DE PREÇOS 002/2015**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

O Presidente do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, COMUNICA A ALTERAÇÃO da data de Abertura e Julgamento do Processo Licitatório acima indicado, previsto anteriormente para o dia 14 de Setembro de 2015.

Nova Data para Entrega dos Envelopes da Proposta e Documentação: Dia 24 de Setembro de 2015, até à 08:00hrs (oito horas).

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 24 de Setembro de 2015 às 09:00hrs (nove horas).

OBS: Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital.

Informações: Relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado- CPIMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails: marize@cpimmoc.sc.gov.br ; e andreia@cpimmoc.sc.gov.br .

Joaçaba, 02 de Setembro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC